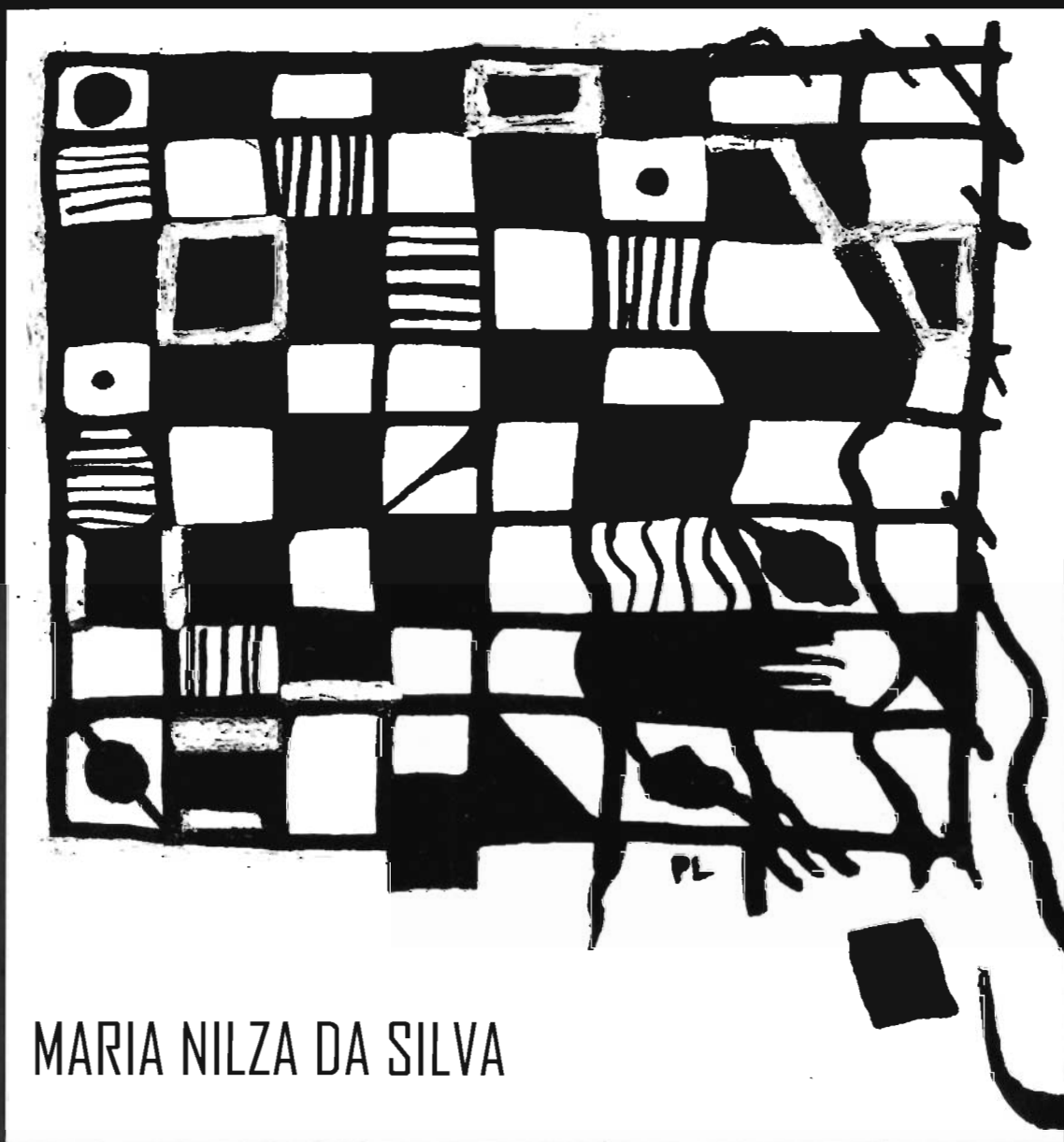


# NEM PARA TODOS É A CIDADE

SEGREGAÇÃO URBANA E RACIAL EM SÃO PAULO



MARIA NILZA DA SILVA

Segundo Milton Santos, se "o cidadão é o indivíduo num lugar", a cidadania para os negros ainda é um desafio, tanto para aqueles em territórios de pobreza e exclusão quanto para os presentes nas porções consolidadas da cidade. O racismo ainda é um dos elementos que impede o acesso de todos à cidadania.

Convém lembrar que o racismo, no Brasil, não se refere apenas à população negra, pois se trata de um problema de ampla implicação social, que atinge toda a sociedade. Nessa perspectiva, a transformação das relações sociais deverá envolver uma complexa e profunda mudança de valores e das formas de sociabilidade de toda a sociedade, que leve ao respeito e que se consubstancie na verdadeira democracia racial e urbana.



# NEM PARA TODOS É A CIDADE

SEGREGAÇÃO URBANA E RACIAL EM SÃO PAULO

**Presidente da República**

Luiz Inácio Lula da Silva

**Ministro da Cultura**

Gilberto Passos Gil Moreira

**Presidente da Fundação Cultural Palmares**

Ubiratan Castro de Araújo

**Diretor de Promoção, Estudos, Pesquisa e Divulgação  
da Cultura Afro-Brasileira**

Zulu Araújo

**Diretora de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro**

Bernadete Lopes

**Equipe de Trabalho**

**Fundação Cultural Palmares**

Conceição Barbosa: Diretora Substituta DEP

Leila Calaça: Chefe do CNIRCN

Ialê Garcia Bezerra de Mello: Gerente de Projetos

Isabela da Silva Sela: Pesquisadora

Emerson Nogueira Santana - Documentalista

Naiara Jaime: Secretária

Elissandra Anjos: Apoio Técnico

Hermeson Martins: Apoio Técnico

Robson Romero: Técnico em Pesquisas

Marlene Santos Rocha: Estagiária

Antonio Carlos Brito: Estagiário

Elói Soares: Estagiário

Maria Nilza da Silva



# NEM PARA TODOS É A CIDADE

SEGREGAÇÃO URBANA E RACIAL EM SÃO PAULO

2006

Copyright © 2006 Maria Nilza da Silva

Capa  
Kely Moreira Cesário

Desenho da capa  
Pires Laranjeira

Projeto Gráfico e Composição  
Kely Moreira Cesário

Impressão e Acabamento  
Gráfica e Editora Serrana

Ficha catalográfica: Kelly Martins – CRB1-1633

Silva, Maria Nilza.

Nem para todos é a cidade : segregação urbana e racial em São Paulo / Maria Nilza da Silva. – 1 .ed. – Brasília, DF : Fundação Cultural Palmares, 2006.  
232 p. : il. color.

ISBN 85-7572-011-2

1. Segregação racial – São Paulo. 2. Discriminação racial – São Paulo. 3. Racismo – São Paulo. I. Título.

CDU 323.118(815.6)

Depósito Legal na Biblioteca Nacional  
*Impresso no Brasil / Printed in Brazil*

2006



MINISTÉRIO DA CULTURA  
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES



*Para Telly*

# AGRADECIMENTOS

À Maura Pardini Bicudo Vêras, que me acompanhou durante toda a trajetória de realização da pesquisa de que resultou este livro.

Ao Prof. Dr. Serge Paugam, da École des Hautes Études en Sciences Sociales - EHESS, e aos amigos do Institut de Recherche sur les Sociétés Contemporaines - IRESCO, que me possibilitaram a realização de parte da pesquisa em Paris, utilizando a estrutura do Instituto e da EHESS.

À Universidade Estadual de Londrina, notadamente ao Departamento de Ciências Sociais, por conceder-me licença, tornando possível este percurso. E à CAPES pela bolsa de estudos.

Aos amigos Gustavo Coelho e Eliana Rodrigues, do Laboratório de Geociências, da Fundação SEADE, pela elaboração dos mapas temáticos. E, à Yara de Castro, pelo apoio estatístico e pela confecção dos gráficos.

Ao Luiz Leme, do IBGE, que tão prontamente me atendeu em todos os momentos de dúvidas, enviando-me os documentos que solicitei e especialmente pelas dicas de como utilizar o banco de dados do IBGE, dos Censos e PNADs.

Ao Professor Aluysio Fávaro, pela revisão do texto.

À Milena Ferreira, minha amiga-irmã, com presença sempre marcante e pronta em todos os momentos, mesmo naqueles em que a amizade está sendo purificada.

À Maria Alice Rezende Gonçalves, amiga, que apesar dos quilômetros que nos separam fisicamente, está sempre perto, mostrando que “le prochain et le lointain” dependem de nosso estado de espírito, em especial pelos textos enviados pelo correio e pelas preciosas sugestões.

À amiga Beatriz Moreno, pela presença, apesar da distância física, fundamental durante toda a jornada de elaboração desse trabalho.

Ao Benedito Samuel Barbosa, “Seu Dito Preto”, e família, pessoas que são capazes de mostrar que o tempo, apesar da distância, apenas solidifica os vínculos quando estes foram construídos na luta contra o racismo e pela dignidade e respeito humanos.



À Benedita da Conceição de Carvalho Silva, que ao longo dos anos luta incansavelmente contra todas as manifestações de racismo e é exemplo de perseverança e esperança.

À Osni Telles, que acompanhou cada momento deste processo.

Ao amigo Antônio Ozaí da Silva, pelas discussões, sugestões e revisão do texto.

Aos amigos, presentes nessa trajetória, Reinaldo José de Oliveira, Terezinha Sampaio, Amália Ursi, Ivoni Ursi, Regina Ventura, Maria Rosa Lombardi e Teresinha Bernardo.

À minha família, que sempre acreditou em minha caminhada, especialmente à minha mãe Maria Rita da Silva Pereira e à minha irmã Maria Aparecida Pereira.

Ao meu companheiro, Pires Laranjeira.

# SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	xi
APRESENTAÇÃO .....	xii
INTRODUÇÃO .....	1
1. TERRITÓRIO E RELAÇÕES RACIAIS NA CIDADE DE SÃO PAULO ...	17
São Paulo: seu desenvolvimento e a presença negra .....	17
O território negro .....	22
Discutindo raça e racismos .....	30
Os estudos raciais no Brasil .....	32
A problemática da cor .....	36
A resistência .....	38
2. AS CIDADES, O ESPAÇO E AS RELAÇÕES SOCIAIS .....	45
Discutindo o território .....	54
Território e globalização .....	57
Exclusão social e espacial .....	59
A segregação urbana .....	64
A segregação racial .....	69
Os negros na cidade de São Paulo .....	73
Os imigrantes: a esperança de uma “nova” cidade .....	77
3. VIVER NA CIDADE: REALIZAÇÃO OU FRUSTRAÇÃO DE UM SONHO? ..	81
A chegada à periferia: os bairros da pobreza .....	88
Famílias trabalhadoras: estratégias da pobreza .....	97
O problema da cor na família .....	104
O trabalho - o sonho de uma vida melhor .....	108

O sonho .....	110
A escola: a reprodução das desigualdades .....	116
O isolamento .....	123
O estigma territorial .....	125
O locus da violência .....	129
A violência policial .....	133
As estratégias de defesa .....	137
Os filhos: como protegê-los? .....	139
4. MENOS EXCLUÍDOS E MAIS SOLITÁRIOS .....	141
A família: o apoio necessário .....	141
A admiração pela família .....	142
Os filhos: a difícil aceitação de ser negro .....	150
O trabalho: da discriminação ao reconhecimento .....	152
A escola: combate ou reprodução do racismo? .....	158
Regiões urbanas mais favorecidas: “lugar” destinado ao negro? .....	165
5. SOCIABILIDADE E TERRITÓRIO .....	173
O bairro e os vizinhos .....	178
Direito ao lazer .....	184
A religião .....	186
Relações afetivas .....	189
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	191
BIBLIOGRAFIA .....	195
ANEXOS .....	205
Anexo 1. Distribuição da população por cor nos distritos na cidade de São Paulo em % - Censo 2000 - IBGE .....	205
Anexo 2. Entrevistados e distritos .....	209
Anexo 3. Informações sobre os entrevistados .....	210
Anexo 4. Roteiro para entrevista .....	211
Anexo 5. Mapas .....	215

# PREFÁCIO

Comparando com outros países historicamente conhecidos como racistas, a exemplo dos Estados Unidos e da África do Sul, o Brasil é um país racista *sui generis*, por não ter tido leis segregacionistas e nem protecionistas das vítimas do racismo.

O mito da democracia racial deixou o Brasil sem leis protecionistas contra o racismo de fato até 1951, quando foi promulgada a Lei Afonso Arinos, que, entretanto, considerava qualquer prática de discriminação racial comprovada apenas como simples contravenção penal sujeita ao pagamento de uma multa irrisória.

Da abolição da escravatura, em 13 de maio de 1888, até a Lei Afonso Arinos, decorreram 63 anos para que se reconhecesse que havia no Brasil práticas de discriminação racial não punidas. Trinta e sete anos depois da Lei Afonso Arinos, as práticas de discriminação racial comprovadas são reconhecidas na Carta Magna de 1988 como crime inafiançável, sujeito à reclusão.

Por causa da ausência desses dois tipos de lei, vive-se a crença de que o Brasil não é um país segregacionista, isto é, um país onde a discriminação racial não é acompanhada de fronteiras especiais definidas pela cor da pele. A segregação residencial, escolar, hospitalar, nos espaços de lazer, nos transportes públicos, nos restaurantes, nos banheiros, estádios de jogos etc. conhecida no sul dos Estados Unidos e na África do Sul durante o regime do *apartheid* é geralmente negada no Brasil, tanto na visão popular quanto nos discursos oficiais. A ideologia de um Brasil de mistura racial, que é uma das peças essenciais de ideologia racial no Brasil, rejeita qualquer observação de uma segregação racial implícita.

As conclusões da pesquisa da professora Maria Nilza da Silva se contrapõem às crenças e visões, tanto populares quanto oficiais, de que não existem formas de segregação racial no Brasil.

A partir de algumas considerações sobre aspectos da urbanização da cidade de São Paulo apoiadas em ideologia eugenista, a autora mostra como os territórios pobres e principalmente negros foram rechaçados das regiões centrais e pulverizados nas grandes periferias atuais. Sua pesquisa empírica, acompanhada do mapeamento dos bairros centrais e periféricos da cidade, baseada nas entrevistas e histórias de vida de seus moradores, ajuda a desvendar as estratégias e outros mecanismos sutis que auxiliam nesse processo de exclusão, ao mesmo tempo social e racial, do segmento negro da cidade de São Paulo. A dialética classe/raça, que desde cedo perpassa pela socialização familiar, escolar e outra, pela formação profissional e até universitária, pavimenta o caminho dessa segregação da qual a população negra é a grande vítima.

Ao contrário da cidade do Rio de Janeiro, onde a topografia delimita espacialmente os territórios negros, distribuídos nos morros, em São Paulo, a política higienista, apoiada em exclusão cor/classe, impeliu-os para a grande periferia, onde são vítimas da violência tanto de criminosos quanto de policiais e onde os jovens são expostos ao tráfico e uso de entorpecentes.

Alguns raros negros que, por estratégias individuais de luta, conseguiram atravessar as fronteiras espaciais da cor e vivem em bairros de classe média alta, como por exemplo no bairro de Moema, não se sentem integrados neles. Às vezes, por exemplo, nos elevadores dos prédios onde moram, as mulheres negras moradoras desses bairros são convidadas pelas mulheres moradoras brancas a trabalhar como domésticas em suas residências. Isto cria um duplo isolamento: distanciados da maioria negra e sem poder conviver na comunidade dos brancos.

O livro da doutora Maria Nilza da Silva trata de um assunto quase não tocado na literatura sobre o estudo das relações raciais e interétnicas no Brasil, ou seja, a discriminação acompanhada da segregação territorial. Neste sentido, é um trabalho pioneiro que abre novos horizontes e trilha novos caminhos em nossas maneiras de analisar o racismo à brasileira.

*Kabengele Munanga*

Professor titular do Departamento de Antropologia  
Universidade de São Paulo

# APRESENTAÇÃO

São Paulo caracteriza-se como uma das principais cidades do Brasil, por seus recursos financeiros, econômicos e culturais, apesar da grande desigualdade social. Destaca-se também por receber grande número de migrantes e imigrantes em busca de oportunidades. Nesse contexto, a cidade é percebida na mídia e no senso comum como aquela que acolhe e oferece oportunidade a todos. Nessa perspectiva, analisou-se a experiência de pessoas negras que habitam os diferentes espaços da cidade, quer os aqueles em que os negros estão presentes em maior proporção, regiões pobres e distantes do centro, quer das regiões onde estão em menor proporção, naquelas porções considerados melhores no imaginário social.

O território que ocupa a população negra na cidade de São Paulo tem profundas relações com o papel social ocupado ao longo da história na sociedade paulistana. Assim, utilizando a noção de território, sintetiza-se tais intervenções e analisa-se o cotidiano dos negros na cidade e até que ponto tal “localização” revela a busca da cidadania, numa sociedade que discrimina racialmente uma grande parcela da sua população.

Diante desse quadro, pesquisa-se a ocupação de territórios e de espaços urbanos em que está a população negra, para analisar e compreender as diferenças existentes nas experiências de sociabilidade a partir do “lugar” em que ela se encontra. Os seres humanos, assim como as coisas, estão situadas num determinado espaço, que pode ser físico ou social. O indivíduo está situado em um lugar e ao mesmo tempo possui uma posição na sociedade que depende de suas relações com os outros indivíduos (BOURDIEU, 1993; SANTOS, 1987).

Pesquisadores da problemática do negro no Brasil como Thales de Azevedo, Luiz Aguiar da Costa Pinto, Florestan Fernandes, Octávio Ianni, entre outros, já haviam evidenciado a segregação espacial do negro. Se durante a escravidão

este vivia junto aos senhores, com a abolição da escravatura e o crescimento das cidades, ele foi sendo empurrado para as margens, excluído do mercado formal de trabalho e sujeito a todos os tipos de estigmas.

O estudo desenvolveu-se buscando atingir seu maior objetivo por meio de entrevistas em estudo qualitativo, com moradores negros de bairros distintos da cidade (notadamente da porção de urbanização consolidada e da periferia), e por meio de estudo quantitativo com dados secundários, principalmente dos Censos e da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios do IBGE, para a distribuição da população negra.

A pesquisa mostrou que as relações de sociabilidade ficam comprometidas e dependem das características dos territórios ocupados. As pessoas que habitam as periferias, negros em maior proporção, sobretudo as mais pobres, apesar de vivenciarem relações com aqueles que estão mais próximos no cotidiano, encontram dificuldades para desenvolver relações mais intensas por causa da pobreza, sobretudo por medo da violência. Também as relações daqueles que vivem nas regiões centrais da cidade, com menor proporção de negros, se desenvolvem precariamente, pois, nesse caso, a dificuldade maior é causada pelas manifestações do racismo.

# INTRODUÇÃO

Cada homem vale pelo lugar onde está:  
o seu valor como produtor, consumidor, depende  
de sua localização no território.

Milton Santos

A questão de que este trabalho se ocupa é a inserção e a sociabilidade dos negros<sup>1</sup> na cidade, no bairro, no ambiente construído (HARVEY, 1980 e 2002)<sup>2</sup> em que vivem, numa tentativa de pensar onde e como esses aspectos se processam. Ao pensar estes elementos surgem algumas questões: será que, na periferia<sup>3</sup>, ou nos locais onde a população negra está proporcionalmente mais representada, a experiência de sociabilidade é mais fácil ou, ao contrário, é mais difícil por causa da situação de pobreza e suas conseqüências? Haveria experiências de “integração” e maior sociabilidade nas regiões consideradas mais ricas da cidade de São Paulo, onde a população negra está menos representada, ou a discriminação racial vivida no cotidiano dessa população impediria a experiência de inserção no espaço?

---

<sup>1</sup> Aqui, negros são a soma da população que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE considera como preta e parda. Cabe ressaltar que existem estudos sobre a atribuição de cor pelos órgãos de pesquisa oficiais e privados, como também em relação a auto-atribuição de cor/raça (cf. PETRUCCELLI, 2000 e 2001).

<sup>2</sup> Ambiente construído, segundo Harvey, é a “totalidade das estruturas físicas - casas, ruas, fábricas, escritórios, sistemas de esgotos, parques, equipamentos culturais e educacionais etc.”. Na sociedade capitalista, as classes, que estão em permanentes contradições e conflitos, manifestam-se na disputa deste ambiente: “Os produtores do ambiente construído, tanto os do passado como os atuais, oferecem ao trabalhador um conjunto limitado de escolhas de condições de vida. Se ele tem limitados recursos para exercer uma demanda efetiva, então ele tem que se virar com aquilo que consegue - exíguas habitações sem infra-estrutura e precariamente construídas” (HARVEY, 1982, p. 6 e 11).

<sup>3</sup> Segundo Martins (2001), o termo periferia começou a ser utilizado e ganhou o significado de um amontoado de habitações mal-construídas, precárias, provisórias, inacabadas, sem estrutura, que começaram a disseminar-se no entorno da cidade a partir dos anos 60. Para ele, a periferia é a vitória da especulação imobiliária sobre a cidade, “é o espaço do confinamento nos estreitos limites da falta de alternativa de vida.” MARTINS, José de Souza. “Depoimento”. *Espaço e Debates*, n. 42 de 2001, p. 73-84.



Conforme a hipótese inicial, os negros que habitam as periferias paulistanas<sup>4</sup>, onde estão em maior proporção, considerando-se a média municipal de 30,1%, viveriam uma relação de inserção e de sociabilidade mais intensa e mais profunda em relação àqueles que estão localizados em bairros centrais, e alguns considerados da elite paulistana, onde estão proporcionalmente menos representados. Essa hipótese surgiu por ocasião de uma experiência ao realizar a pesquisa sobre a ascensão das mulheres negras na cidade de São Paulo, através da educação formal. Nessa pesquisa, que resultou na dissertação de mestrado, apresentada em 1999, na PUC/SP, constatou-se que, embora muitas possuíssem poder aquisitivo equiparável àquele da classe média brasileira, com possibilidade de consumo e acesso aos bens e serviços que a cidade oferece, a maioria sofria com a discriminação e preconceitos de que eram vítimas diariamente. Algumas asseveraram que parte da sociedade não aceitava a possibilidade de uma mulher negra sair dos “padrões naturais”, aqueles de pobreza e de subalternidade<sup>5</sup>. Era praticamente “normal” uma mulher negra ser empregada doméstica, mas não era “normal” e corrente que ela fosse médica, engenheira ou possuísse outro título de graduação. Em especial, algumas, que residiam em bairros considerados “incluídos”<sup>6</sup>, não se sentiam à vontade, pois eram discriminadas e vistas como “estranhas” ou fora de seu “território”.

Com base no mapa de distribuição da população negra na cidade de São Paulo, elaborado a partir do Censo 1991, por Maura Vêras<sup>7</sup>, foi possível constatar os distritos com maior proporção de população negra. No final do ano 2000, quando começou-se a levantar os dados para a realização da pesquisa, recorreu-se ao banco de dados da Fundação SEADE, notadamente aos registros de cor dos “nascidos vivos”, por não haverem sido divulgados os dados do último Censo do IBGE.<sup>8</sup>

A segregação racial, principalmente nos distritos pobres e distantes das regiões centrais, havia-se acentuado, de 1991 a 2000, com o aumento da taxa de crescimento populacional naqueles distritos. Também foi possível perceber a concentração da população negra em algumas regiões do Brasil, do Estado de São

<sup>4</sup> Denomina-se periferias, no plural, por causa da heterogeneidade dos territórios, sobretudo porque não aceita-se a simplificação da dualidade centro x periferia.

<sup>5</sup> SILVA, Maria Nilza da. *A mulher negra: o preço de uma trajetória de sucesso*. Dissertação (Mestrado). 1999, São Paulo: PUC/SP.

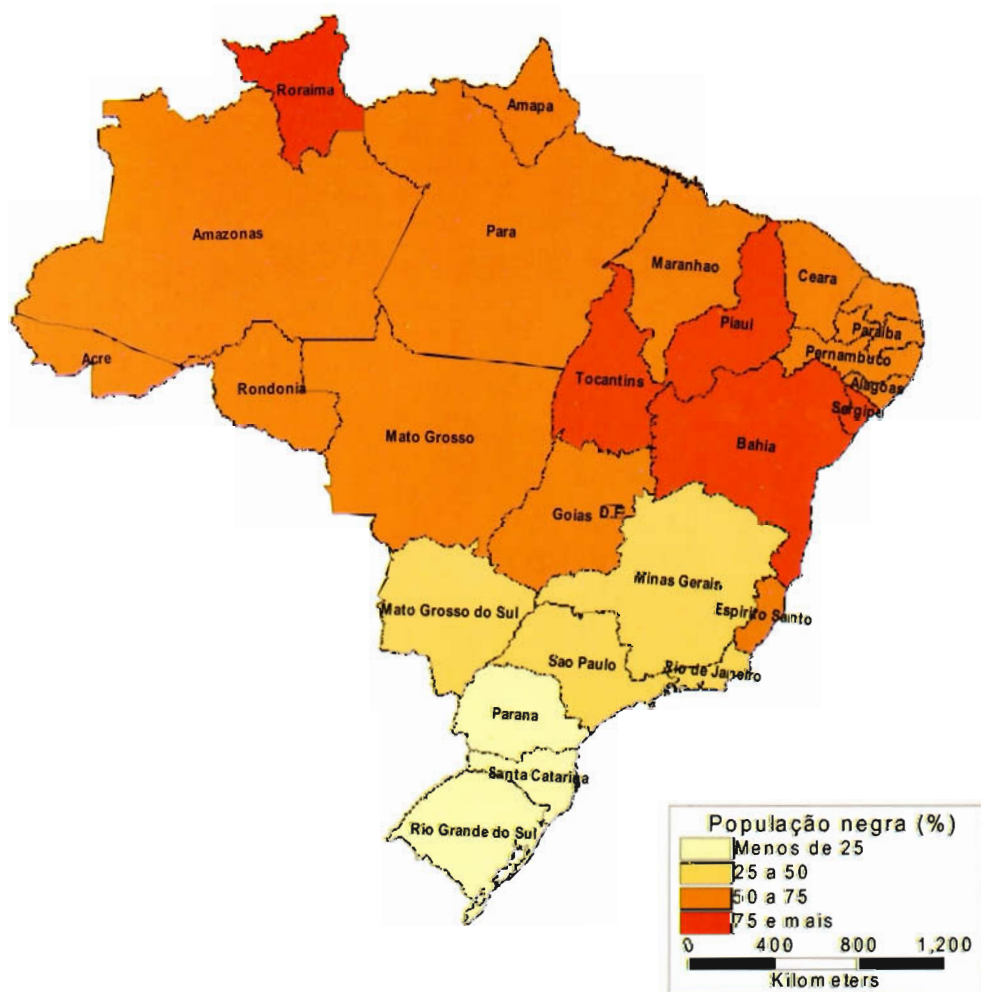
<sup>6</sup> Com médio e alto poder aquisitivo e boa estrutura urbana. Cf. SPOSATI (1996).

<sup>7</sup> Projeto: “Estrangeiros na metrópole” - CNPq, sob a coordenação de Maura Vêras (1996).

<sup>8</sup> O banco de dados sobre a cor da população a partir dos “nascidos vivos”, que é alimentado pelas informações enviadas pelos cartórios de registro civil à Fundação SEADE. Quando a criança é registrada, uma das informações é a cor da pele.

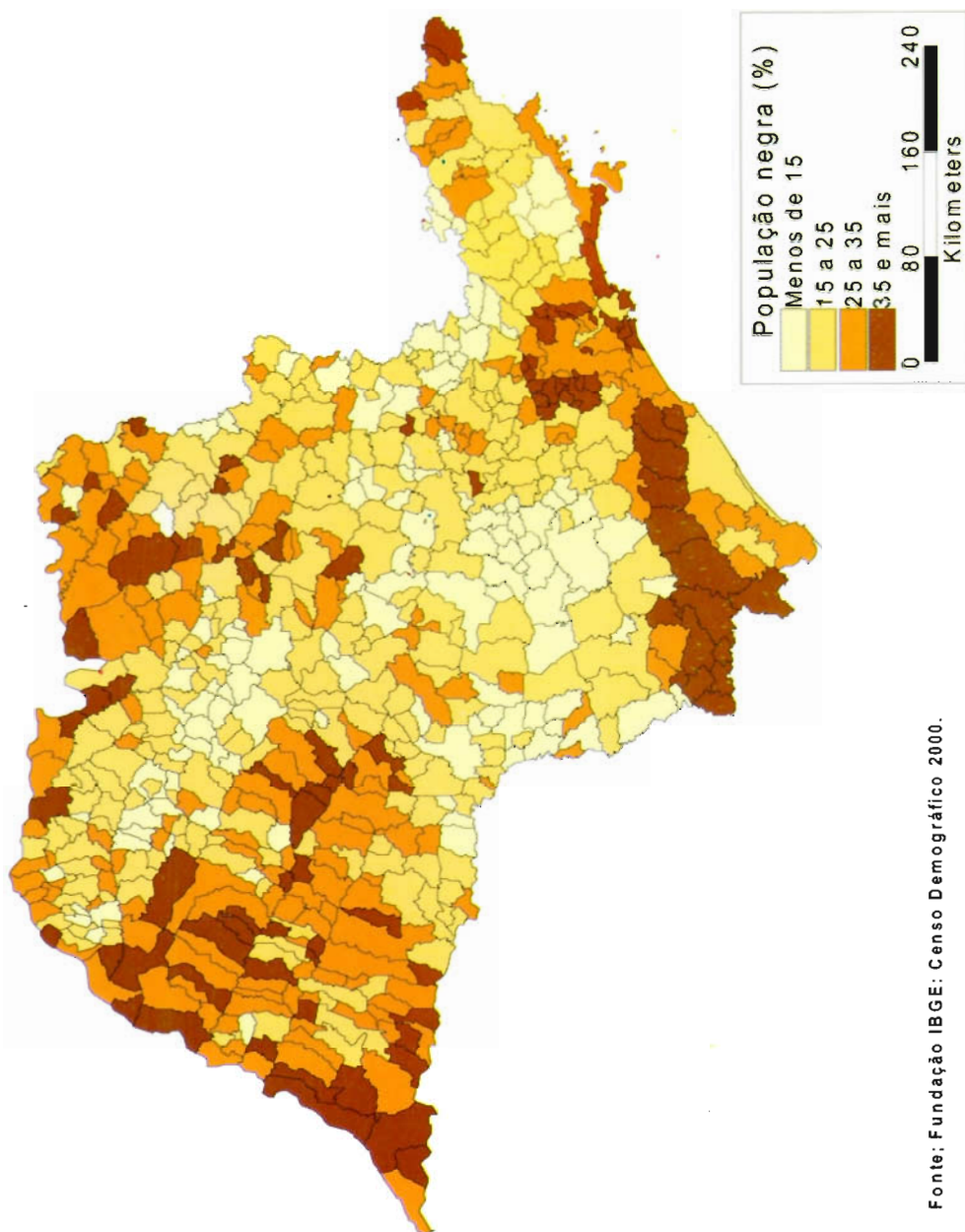
Paulo, da Região Metropolitana e do Município de São Paulo (Mapas 1, 2 e 3). Em alguns estados brasileiros, como Roraima, Tocantins, Piauí, Bahia e Sergipe, a população negra apresenta uma percentagem acima de 75%. Em contrapartida, os estados da região sul apresentam a menor percentagem, com menos de 25% (Mapa 1). Em relação à distribuição da população negra no Estado de São Paulo, existe uma concentração no entorno do Município de São Paulo, com média acima de 35% de negros (Mapa 2). O percentual da população negra da Região Metropolitana de São Paulo e, em especial, dos municípios de Francisco Morato, Itapevi, Embu e Itaquecetuba atinge 45% (Mapa 3).

Mapa 1. Distribuição da população negra. Brasil - 2002



Fonte: Fundação IBGE: PNAD 2002.

Mapa 2. Distribuição da população negra. Estado de São Paulo - 2000





Os passos seguintes foram a realização de pesquisa bibliográfica na cidade de São Paulo, complementada pelos estudos possibilitados por uma bolsa do “Doutorado Sanduíche”, na cidade de Paris, sobre questões relacionadas à cidade, ao racismo e, especialmente, à segregação espacial e racial (Projeto CAPES-COFECUB 271/99-03), além da pesquisa empírica com entrevistas<sup>9</sup> em profundidade, de caráter qualitativo, para analisar as questões relacionadas à ocupação do território, mas também ao cotidiano do negro no trabalho, nas instituições de ensino, na vida familiar, na vida social e afetiva.

Para captar essa realidade, num primeiro momento, foram entrevistados moradores<sup>10</sup> sediados em diferentes distritos da cidade. Para isso, foram selecionados tanto os distritos em que a população negra é percentualmente maior em relação aos demais, como Lajeado e Cidade Tiradentes, quanto aqueles em que a população é menor em relação aos outros distritos, como Moema, Perdizes e Pinheiros. A preferência por estes distritos, pólos e contrastantes, está relacionada à necessidade de analisar o processo efetivo de inserção, de sociabilidade e também o sentimento de pertença ao ambiente construído. A seleção dos distritos, nesse momento, deu-se a partir dos dados de localização da população negra na cidade de São Paulo fornecidos pelo IBGE do Censo 2000, que não diferiam daqueles elaborados por Maura Vêras, em 1991, e pela Fundação SEADE. Também o Mapa da Exclusão elaborado por Aldaíza Sposati confirma os distritos pólos em termos de exclusão. O maior desafio foi contatar os moradores dos distritos considerados mais “excluídos”.<sup>11</sup>

Num primeiro momento, contou-se com a indicação de pessoas conhecidas para os primeiros contatos no distrito Cidade Tiradentes e duas entrevistas foram realizadas. Posteriormente, obteve-se o apoio da Igreja Católica, tanto no distrito Cidade Tiradentes, com o Pároco da Paróquia Santo Cristo, quanto no distrito Lajeado, no qual, com o apoio das Irmãs da Paróquia da Sagrada Família, conseguiu-se contatar pessoas que faziam parte da liderança de movimentos sociais da região e, a partir desse momento, foi possível a realização das demais entrevistas.

<sup>9</sup> Todas as entrevistas foram realizadas no decorrer do ano de 2003.

<sup>10</sup> Inicialmente, pensou-se em realizar as entrevistas apenas com pessoas que eram referências em suas famílias (o pai, a mãe ou algum outro responsável), pois o objetivo inicial era analisar não somente a inserção do indivíduo no ambiente construído, mas a inserção e a sociabilidade de forma extensiva aos membros da família, como cônjuge e/ou filhos. Mas, nos bairros onde a presença de negros é proporcionalmente menor, encontraram-se várias pessoas que moravam sozinhas; por isso, passou-se também a considerá-las e foram realizadas algumas entrevistas com esses moradores. Todos os entrevistados se auto-declararam negros.

<sup>11</sup> Cf. SPOSATI (1996).



Nos distritos com população negra a partir de 37,8%, foram realizadas 20 entrevistas, distribuídas entre os distritos de Lajeado, Cidade Tiradentes, Campo Limpo, Brasilândia e José Bonifácio. Nas regiões centrais da cidade, com população inferior a 17%, distribuídos entre os distritos de Bela Vista, Vila Guilherme, Santa Cecília, Santana, Pinheiros, Perdizes e Moema, foram realizadas 18 entrevistas. Nas regiões de alto poder aquisitivo, houve dificuldade de fazer contato com pessoas negras e, por isso, realizaram-se bem menos entrevistas lá que nos distritos com menor poder aquisitivo. Finalmente, realizaram-se três entrevistas em distritos não-polares, com população negra próxima da média municipal<sup>12</sup>, em Vila Maria e Freguesia do Ó. Como previsto, a maioria das entrevistas foram realizadas com pessoas de referência na família (a mãe ou o pai), sobretudo nas periferias da cidade. Contudo, nas regiões com menor percentagem de negros foram realizadas seis entrevistas com pessoas que moram sozinhas. O Mapa 4 mostra a distribuição da população negra na cidade.<sup>13</sup>

A divisão territorial utilizada para mostrar a segregação social e espacial na cidade de São Paulo é aquela do IBGE, para melhor captar as diferentes variáveis pesquisadas pelo Censo 2000, e também pelas pesquisas de amostragem, como a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – PNAD. Contudo, no decorrer deste trabalho, usa-se o termo bairro para designar o espaço em que o entrevistado se encontra. Este termo é de senso comum e se apresenta como parte do cotidiano das pessoas. Não se faz referência ao bairro apenas enquanto limite de zoneamento, mas também enquanto conjunto de relações que se estabelecem num determinado lugar. Quando me refiro à Cidade Tiradentes, a Moema ou a qualquer outro distrito, as respostas dos entrevistados se relacionam ao bairro. Distrito é uma divisão territorial, composta por Áreas de Ponderação.<sup>14</sup>

Foram também utilizados dados secundários do Censo 2000, da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – Fundação IBGE, da Fundação SEADE, do Centro de Estudos da Metrópole – CEM, para a elaboração dos mapas, tabelas e gráfico, e da Secretaria Municipal de Planejamento da Prefeitura de São Paulo (SEMPA).

<sup>12</sup> A média municipal da população negra sobre o conjunto da população é de 30,1%. A relação entre o número absoluto de negros diante da população de cada um dos distritos foi calculada como percentagem. A metodologia é a mesma utilizada por Vêras (1998), sendo a percentagem da cidade toda, considerada a média. O índice acima ou abaixo dessa média sugere alta concentração ou baixa presença de negros e deu origem à cartografia apresentada.

<sup>13</sup> Cf. Vêras 1996 e CEM, em matéria publicada na *Folha de S. Paulo*, em 29 de setembro de 2003 e 9 de fevereiro de 2004.

<sup>14</sup> Esta é uma divisão técnica utilizada pelo IBGE. A Área de Ponderação é uma unidade geográfica, formada por setores censitários. O menor tamanho de uma área de ponderação é de 400 domicílios e o distrito é formado por várias AP (IBGE, 2000).



## Descrição dos distritos contemplados na pesquisa

A descrição dos distritos a seguir, foi elaborada a partir do “Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo/ 2000”<sup>15</sup>. O “Mapa” utiliza várias fontes de pesquisa para a apresentação dos mapas e tabelas temáticos. A taxa de emprego por habitantes e a renda média familiar em salários mínimos foram baseadas na pesquisa O/D (Origem/Destino do Metrô em 1997). O número de homicídios por cada 100 mil habitantes refere-se ao ano de 1999 e a pesquisa foi realizada pela Fundação SEADE. A percentagem dos chefes de família sem instrução e com 15 anos ou mais de escolaridade refere-se ao ano de 1996. Os dados referentes ao total da população por distrito são do Censo 2000/IBGE.

### LAJEADO

9,2 quilômetros quadrados.

Total da população: 157.773.

População negra: 51,8%.

Taxa de emprego/habitantes: 0,16.

Renda média familiar em salários mínimos: 6,32.

Chefes de família sem instrução: 12,52%.<sup>16</sup>

Chefes de família com 15 anos ou mais de escolaridade: 0,73%.

Número de homicídios por cada 100 mil habitantes: 64,45.

### CIDADE TIRADENTES

15 quilômetros quadrados.

Total da população: 190.657.

População negra: 49,8%.

Taxa de emprego/habitantes: 0,18.

Concentra menor percentual de população idosa, apenas 0,79.

Renda média familiar em salários mínimos é de 7,39.

Chefes de família sem instrução: 6,03%.

Chefes de família com 15 anos ou mais de escolaridade: 1,08%.

Número de homicídios por cada 100 mil habitantes: 88,88.

<sup>15</sup> Fonte: SPOSATI, Aldaiza (coord.). Mapa da Exclusão/Inclusão social da cidade de São Paulo/2000: dinâmica social dos anos 90. São Paulo: Polis/INPE/PUC-SP, 2000, em CD.

<sup>16</sup> Segunda maior taxa, superada apenas pelo distrito de Marsilac (20,08%).



## BRASILÂNDIA

21 quilômetros quadrados.

Total da população: 247.328.

População Negra: 39,7%.

Taxa de emprego/habitantes: 0,16.

Renda média familiar em salários mínimos: 7,38.

Chefes de família sem instrução: 10,04%.

Chefes de família com 15 anos ou mais de escolaridade: 1,98%.

Número de homicídios por cada 100 mil habitantes: 92,31.

## CAMPO LIMPO

12,8 quilômetros quadrados.

Total da população: 191.526.

População Negra: 39,5%.

Taxa de emprego/habitantes: 0,29.

Renda média familiar em salários mínimos: 9,18.

Chefes de família sem instrução: 8,16%.

Chefes de família com 15 anos ou mais de escolaridade: 6,33%.

Número de homicídios por cada 100 mil habitantes: 93,83.

## JOSÉ BONIFÁCIO

14,1 quilômetros quadrados.

Total da população: 107.082.

População Negra: 37,8%.

Taxa de emprego/habitantes: 0,15.

Renda média familiar em salários mínimos: 4,65.

Chefes de família sem instrução: 5,28%.

Chefes de família com 15 anos ou mais de escolaridade: 2,91%.

Número de homicídios por cada 100 mil habitantes: 60,98.

## VILA MARIA

11,8 quilômetros quadrados.

Total da população: 113.845.

População Negra: 26%.

Taxa de emprego/habitantes: 0,60.

Renda média familiar em salários mínimos: 10,8.

Chefes de família sem instrução: 7,61%.

Chefes de família com 15 anos ou mais de escolaridade: 7,15%.

Número de homicídios por cada 100 mil habitantes: 64,48.

## FREGUESIA DO Ó

10,5 quilômetros quadrados.

Total da população: 144.923.

População Negra: 24,1%.

Taxa de emprego/habitantes: 0,30.

Renda média familiar em salários mínimos: 12,6.

Chefes de família sem instrução: 6,60%.

Chefes de família com 15 anos ou mais de escolaridade: 8,96%.

Número de homicídios por cada 100 mil habitantes: 41,78.

## BELA VISTA

2,6 quilômetros quadrados.

Total da população: 63.190.

População Negra: 17,1%.

Taxa de emprego/habitantes: 1,98.

Renda média familiar em salários mínimos: 20,26.

Chefes de família sem instrução: 1,33%.

Chefes de família com 15 anos ou mais de escolaridade: 36,49%.

Número de homicídios por cada 100 mil habitantes: 25,49.

### VILA GUILHERME

6,9 quilômetros quadrados.

Total da população: 49.984.

População Negra: 14,6%.

Taxa de emprego/habitantes: 0,83.

Renda média familiar em salários mínimos: 16,6.

Chefes de família sem instrução: 4,17%.

Chefes de família com 15 anos ou mais de escolaridade: 11,99%.

Número de homicídios por cada 100 mil habitantes: 45,01.

### SANTA CECÍLIA

3,7 quilômetros quadrados.

Total da população: 71.180.

População Negra: 14%.

Taxa de emprego/habitantes: 1,01.

Renda média familiar em salários mínimos: 24,21.

Chefes de família sem instrução: 1,33%.

Chefes de família com 15 anos ou mais de escolaridade: 33,56%.

Número de homicídios por cada 100 mil habitantes: 13,75.

### SANTANA

12,6 quilômetros quadrados.

Total da população: 124.654.

População Negra: 9,3%.

Taxa de emprego/habitantes: 0,83.

Renda média familiar em salários mínimos: 19,13.

Chefes de família sem instrução: 2,30%.

Chefes de família com 15 anos ou mais de escolaridade: 29,55%.

Número de homicídios por cada 100 mil habitantes: 19,27.

## PINHEIROS

8 quilômetros quadrados.

Total da população: 62.997.

População Negra: 7,2%.

Taxa de emprego/habitantes: 1,82.

Renda média familiar em salários mínimos: 31,71.

Chefes de família sem instrução: 1%.

Chefes de família com 15 anos ou mais de escolaridade: 51,05%.

Número de homicídios por cada 100 mil habitantes: 19,49.

## PERDIZES

6,1 quilômetros quadrados.

Total da população: 102.446.

População Negra: 7%.

Taxa de emprego/habitantes: 0,63.

Renda média familiar em salários mínimos: 26,21

Chefes de família sem instrução: 1,31%.

Chefes de família com 15 anos ou mais de escolaridade: 47,70%.

Número de homicídios por cada 100 mil habitantes: 14,73.

## JARDIM PAULISTA

6,1 quilômetros quadrados.

Total da população: 83.666.

População Negra: 5,2%.

População com idade a partir de 70 anos: 10%.<sup>17</sup>

Taxa de emprego/habitantes: 1,35<sup>18</sup>.

Renda média familiar em salários mínimos: 39,90.

Chefes de família sem instrução: 0,39%.

Chefes de família com 15 anos ou mais de escolaridade: 58,38%.

Número de homicídios por cada 100 mil habitantes: 8,22.

---

<sup>17</sup> A média municipal é de 3,52%.

<sup>18</sup> O distrito da Sé apresenta a maior taxa de empregos/habitantes: 6,8. A média municipal é de 0,46 empregos/habitantes.

## MOEMA

9 quilômetros quadrados.

Total da população: 71.276.

População Negra: 4,7%.

Taxa de emprego/habitantes: 1,31.

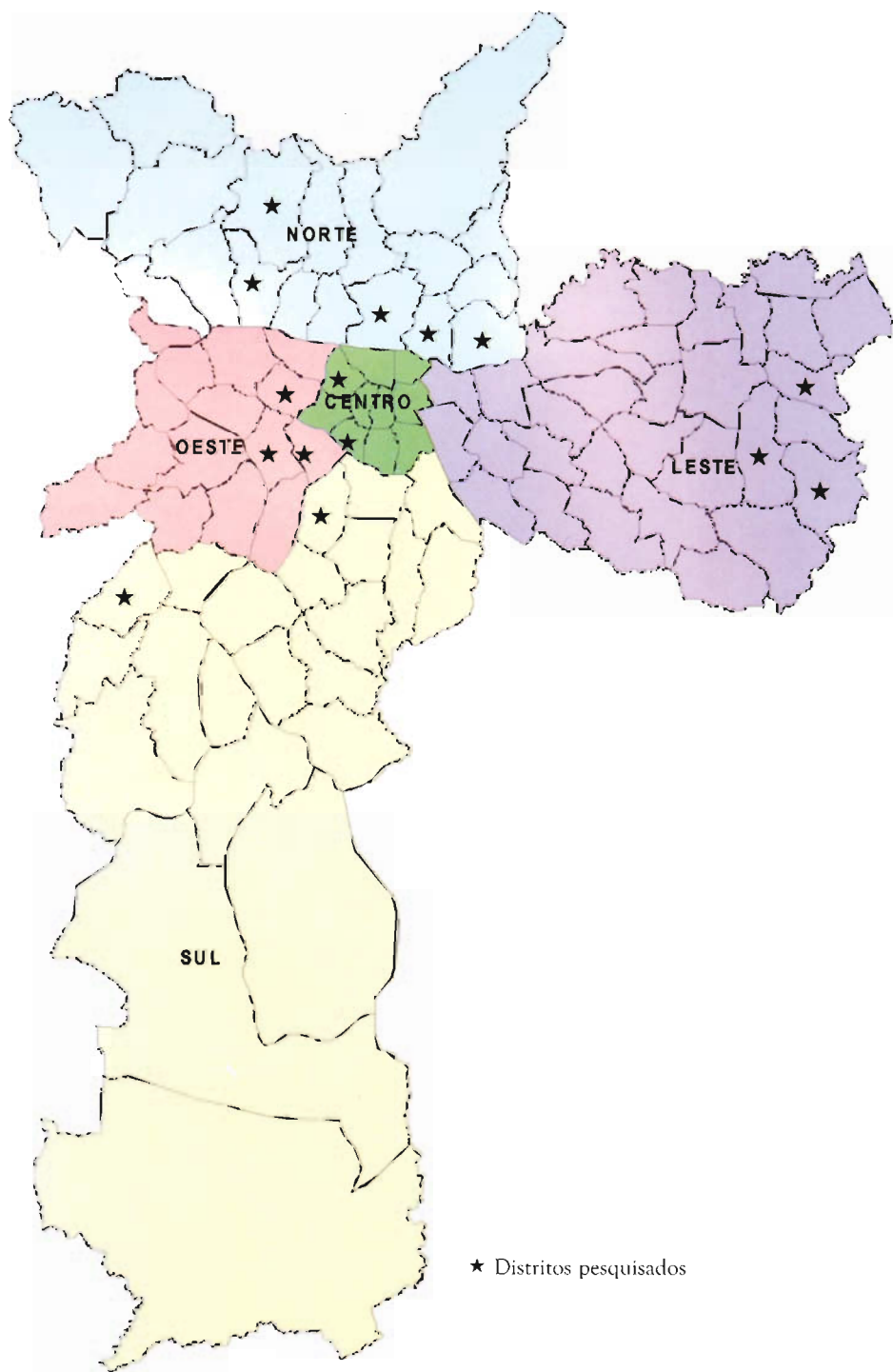
Renda média familiar em salários mínimos: 40,82.

Chefes de família sem instrução: 0,52%.

Chefes de família com 15 anos ou mais de escolaridade: 61,33%.

Número de homicídios por cada 100 mil habitantes: 4,11.

Mapa 5. Município de São Paulo por regiões



# TERRITÓRIO E RELAÇÕES RACIAIS NA CIDADE DE SÃO PAULO

## São Paulo: seu desenvolvimento e a presença negra

São Paulo, com seus 450 anos comemorados com grandiosa festa, em 25 de janeiro de 2004, guarda segredos, mistérios e desafios emblemáticos. É encantadora e tentadora como o *locus* das possibilidades, provocando a corrida de muitos que esperam encontrar em seus territórios a realização dos sonhos de uma vida melhor, como a conquista da casa própria, escola para os filhos, possibilidade de trabalho, de saúde etc. Mas, ao mesmo tempo, é o *locus* das desigualdades; carrega toda uma concentração de dificuldades, como a extrema pobreza, vivida especialmente nas periferias, a violência, a falta de habitação adequada, a falta de serviços básicos, sobretudo na saúde e educação, e isso para todos e não apenas para alguns. São Paulo provoca, ao mesmo tempo, fascinação e decepção, em especial naqueles que nada têm e buscam, na cidade, uma vida melhor.

Segundo Mota (2003), em 1561, o povoado, iniciado pelos jesuítas, torna-se vila e, em 1711, a São Paulo de Piratininga transforma-se em cidade<sup>1</sup>, que vai conhecer o apogeu somente com a lavoura do café e com o processo de urbanização no século XIX, possibilitado pela abertura de estradas de ferro e de rodagem para o escoamento da produção cafeeira. Para o mesmo autor, a moderna cidade de São Paulo foi o resultado da confluência de três processos: a abolição da escravatura, a instauração do regime republicano e o processo de industrialização. A cidade tornou-se rapidamente o principal pólo de riqueza do país.

---

<sup>1</sup> MOTA, Carlos Guilherme. "São Paulo: exercício de memória". *Estudos Avançados*, v. 17, n. 48, USP, 2003, p. 241-263.

Ao analisar um dos processos mais significativos de todas as transformações, o fim da escravidão, é possível traçar uma trajetória de compreensão da situação do negro na cidade de São Paulo, hoje. O sonho de liberdade, objeto da luta de muitos, ao longo de todo o período de escravidão, mais de 300 anos de história, foi frustrado com os resultados do encaminhamento do processo que culminou na abolição dos escravos, com as políticas urbanas e sociais adotadas no pós-abolição. O regime de escravidão já não podia ser o sustentáculo de um país que se pretendia desenvolvido, civilizado e participante das transformações mundiais. O país foi, então, obrigado a abrir mão dos escravos<sup>2</sup>, mas, ao mesmo tempo, “abriu mão” também do negro como cidadão.

No período pós-abolição, o negro foi expulso das regiões centrais da cidade, privado do mercado de trabalho que se expandia com o impulso do desenvolvimento industrial, e foi ainda perseguido, pois era considerado símbolo do não-desenvolvimento e da não-civilização. E é nesse turbilhão de modificações estruturais da cidade que ocorrem as modificações espaciais graças às quais ela vai-se definindo também territorialmente; é aí que as classes sociais vão-se posicionando ou sendo posicionadas pela força do poder hegemônico daqueles que conduziam as transformações urbanas.

Na cidade de São Paulo, durante a escravidão, o negro morava próximo aos senhores, para servi-los. Com a abolição e as transformações urbanas da cidade, os negros tornaram-se indesejados e, aos poucos, foram sendo expulsos da região central da cidade, que passa a ser ocupada pelos detentores do poder econômico, social e cultural. Outros territórios, os territórios negros<sup>3</sup>, vão-se constituindo e acolhendo os negros. Territórios de um povo desterritorializado, inicialmente por causa da imigração forçada pelo processo de escravidão e, posteriormente, pela expulsão dos lugares considerados territórios exclusivos da elite paulistana.

Rolnik (1989) analisa os primórdios desses territórios na cidade, que aparecem, de um lado, como territórios onde o negro podia expressar-se e manifestar-se, visto que, em outros locais, isso não era possível, e, de outro lado, como territórios marginalizados, de desorganização e indisciplina:

---

<sup>2</sup> Segundo Rolnik, na cidade de São Paulo, em 1886, existiam 11 mil negros. Destes, apenas 593 eram escravos. ROLNIK (2003, p. 66).

<sup>3</sup> Cf. BERNARDO (1998); GOMES DA SILVA (1990); OLIVEIRA (2002); CARRIL (2003).



Na São Paulo de 1890 aparecem, portanto, territórios negros específicos. Qualquer um desses quilombos paulistanos da Primeira República tinha a fama de ser um lugar de desclassificados. Sua marginalidade era identificada com a não-proletarização de sua população, o que é imediatamente associado à idéia de desorganização, uma vez que a ocasionalidade da distribuição dos tempos de trabalho e lazer contrasta com a disciplina e regularidade do trabalho assalariado (ROLNIK, 1989, p. 32).

Os territórios negros eram locais de encontro e de sociabilidade do negro, pois ele era impedido de se expressar mais livremente em outros lugares. Eram também locais de resistência às manifestações de violência, como as expressões do racismo. Rolnik (2003), ao analisar as leis promulgadas na cidade a partir do século XIX, mostra que houve uma tentativa de banimento do negro, cuja presença era considerada incompatível com o desenvolvimento socioeconômico e cultural que estava sendo empreendido<sup>4</sup>:

Na cidade que se quer civilizada, europeizada, o quilombo é uma presença africana que não pode ser tolerada. Isso se manifesta desde a formulação de um código de posturas municipais em 1886, visando proibir essas práticas presentes nos territórios negros da cidade: as quituteiras devem sair porque 'atrapalham o trânsito'; os mercados devem ser transferidos porque 'afrontam a cultura e conspurcam a cidade'; os pais-de-santo não podem mais trabalhar porque são embusteiros que fingem inspiração por algum ente sobrenatural (ROLNIK, 1989, p. 32-33).

A cidade vai definindo os espaços que considera adequados ao momento de desenvolvimento industrial e urbano e define quem deve ocupar esses espaços. A região central, antes ocupada por uma população heterogênea, passa a ser objeto de políticas que visavam a sua transformação; uma dessas políticas foi a que pretendia a limpeza do centro, resultando a expulsão dos negros – embora muitos resistissem, permanecendo até os dias de hoje –, e a outra foi a criação dos chamados bairros higiênicos, que abrigariam a elite paulistana. Segundo Rolnik, as mudanças, para a limpeza do Centro Velho, começaram na administração de Antonio Prado (1899-1911), mas o maior impulso foi durante a administração de Raymundo Duprat (1910-1914)<sup>5</sup>:

<sup>4</sup> O Brasil e a cidade de São Paulo jamais adotaram com clareza a exclusão do negro, mas o rigor das leis atingia majoritariamente o negro.

<sup>5</sup> ROLNIK (1989, p. 34).

A operação limpeza foi implacável: para a construção da Praça da Sé e remodelação do Largo Municipal, os cortiços, hotéis e pensões das imediações foram demolidos. Está ligado a esse processo de ‘limpeza’ do Centro e a expansão e consolidação do Bixiga como território negro em São Paulo (ROLNIK, 1989, p. 34).

A higienização da cidade foi realizada na remoção não somente dos negros, mas também de todos aqueles que eram chamados “nacionais”, os pobres da cidade, os caipiras etc., a parcela da população de “descalços” e despossuídos. A preocupação central era esconder uma imagem da cidade<sup>6</sup> considerada feia e suja. A justificativa sempre foi a questão sanitária, mas as leis implementadas visavam não apenas fazer o controle higiênico, com vistas à saúde, mas sobretudo banir a presença daqueles que tinham comportamentos indesejados para o novo padrão da cidade. Segundo Caldeira (2000), havia uma evidente preocupação da elite em se separar dos pobres e da classe trabalhadora:

A elite paulista diagnosticou as desordens sociais da cidade em termos de doença, sujeira e promiscuidade, idéias logo associadas ao crime. Em 1890, o estado de São Paulo criou o Serviço Sanitário, seguido pelo Código Sanitário de 1894. Logo em seguida, agentes do estado começaram a visitar as moradias dos pobres, especialmente os cortiços, procurando por doentes e mantendo estatísticas e registros. Essas visitas geravam reações negativas: era clara para as classes trabalhadoras a associação de serviços sanitários com controle social. Além de controlar os pobres, a elite começou a separar-se deles (CALDEIRA, 2000, p. 214).

Segundo Villaça, a partir da segunda metade do século XIX, a maioria das metrópoles brasileiras começa a apresentar alta taxa de crescimento populacional e as classes mais favorecidas manifestam a preocupação de afastar-se dos pobres: “Através da segregação, as camadas de alta renda dominam o espaço urbano não só produzindo suas áreas mais agradáveis e bem localizadas, mas também atuando sobre a estrutura urbana segundo seus interesses”<sup>7</sup>. Na cidade de São Paulo, foram criadas áreas exclusivas para abrigar a elite paulistana,

<sup>6</sup> O estudo de Ferreira dos Santos (1998) sobre a formação da cidade de São Paulo, entre os anos de 1890 e 1915, através da análise de fotografias, mostra que havia uma preocupação em esconder tudo o que era indesejado e que se expressava, basicamente, em tudo o que era “nacional”. O importante era parecer o máximo possível com a Europa desenvolvida e civilizada. Uma das políticas de modificação e limpeza do centro da cidade foi implementada entre os anos de 1914 e 1918 pelo prefeito, que se tornaria presidente da República, Washington Luis. Até mesmo nas fotografias da época procurava-se esconder a presença dos “nacionais”, em especial a presença dos negros.

<sup>7</sup> VILLAÇA, Flávio. “Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira”. SOUZA, Maria Adélia e outros. *Metrópole e globalização*. São Paulo: CEDESP, 1999, p. 224.

à semelhança dos *Champs Elisées*, precisamente o bairro paulistano dos Campos Eliseos, a Higienópolis, a Avenida Paulista e os Jardins. Segundo Vêras (1991), a separação que se processava na cidade estava baseada no princípio que consistia em “afastar e desinfetar” a pobreza. Havia a preocupação com a não-contaminação das doenças como a varíola, a tuberculose, o tifo, e ainda o controle das organizações populares que eram vistas como manifestações do anarquismo.<sup>8</sup>

O controle que se tentava estabelecer não era somente em relação aos negros e aos indesejados da cidade, mas também em relação aos trabalhadores imigrantes dos quais se esperava um comportamento regrado e moralizado segundo o padrão de pensamento europeu. Foram criadas as vilas operárias para facilitar o acesso ao trabalho, o que era também uma forma de controle dos imigrantes. O europeu pensava em ganhar algum dinheiro e voltar a seu país de origem mas, aos poucos, muitos tiveram seus sonhos frustrados e começaram a resistir às pressões dos grupos paulistanos dominantes. O modelo que as autoridades seguiam era o europeu, e aquele que não estivesse de acordo com esse modelo deveria ser controlado. Ferreira dos Santos (1998) afirma:

por um lado seriam conservadas as antigas desigualdades sociais e o *status quo*, por outro buscariam o moderno e a prosperidade ao estilo europeu. O que e quem não pertencesse ao anterior status e nem possuísse características européias, confundidas com a modernidade, não teria por que permanecer naqueles espaços centrais. Representava, aliás, um obstáculo e por isso deveria ser removido (FERREIRA DOS SANTOS, 1998, p. 74).

As ações políticas que visam as transformações da cidade tinham em mira a expulsão do negro para o mais longe possível da região central, visto que sua presença não era considerada compatível com uma grande e próspera cidade, a nova São Paulo, que se previa e que devia ser parecida com as cidades européias. Segundo Villaça (1999), a classe dominante produz uma geografia segundo seus interesses e através dela “cerceia” as demais classes.<sup>9</sup>

É nesse contexto adverso ao negro que se inicia o processo de sua expulsão do centro, copiosamente justificado pela necessidade de limpeza e de higiene, segundo as autoridades locais. Os territórios negros surgem como locais de resistência a esse movimento.

<sup>8</sup> VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. *O bairro do Brás em São Paulo*. (Tese doutorado). 1991, São Paulo: PUC/SP.

<sup>9</sup> VILLAÇA, in SOUZA (1999, p. 229); VÉRAS (1991).

## O território negro

Segundo Rolnik (2003), o território se estabelece com base em uma geografia com linhas divisórias, partindo da vida social que nele vai construindo. E pensar o território negro significa referir-se a uma trajetória marcada pela estigmatização dos territórios ocupados pelos negros, os quais se tornaram alvo de ações repressivas, higienistas e, sobretudo, das ações violentas da polícia.<sup>10</sup>

Os cortiços na região central da cidade eram a opção barata e possível para os negros livres já no período da escravidão. Essas habitações foram o principal alvo das políticas higienistas das autoridades políticas da época. Com a abolição, o negro já não podia morar na região central, pois a aparência de uma cidade branca e desenvolvida era perseguida pela elite. Contudo, jamais os cortiços deixaram de existir na cidade<sup>11</sup>; além do mais, alguns negros continuaram a ocupar as regiões centrais da cidade. Posteriormente, chegaram os nordestinos em bairros como Brás, Belém e Barra Funda.<sup>12</sup>

Com a perda do trabalho, a partir da abolição, os negros já não podiam nem mesmo pagar o parco aluguel dos cortiços no centro da cidade, dando início ao surgimento dos bairros negros nas chamadas periferias, como o Bixiga, antigo quilombo<sup>13</sup>, e a Barra Funda, por onde passava a estrada de ferro e, portanto, ocasionalmente havia a possibilidade de trabalho com o carregamento e descarregamento de mercadorias e sacas de café.

Os negros que trabalhavam em atividades artesanais, como nos ofícios de sapateiro, barbeiro, vendedor de ervas, lavadeira, puxador de carros de boi, quituteira etc., ao serem retirados do centro, perderam também espaços; a ênfase foi toda direcionada para o trabalho da indústria que despontava com a mão-de-obra imigrante:

Outros pontos focais do território negro urbano eram os mercados (rua das Sete Casinhas e, posteriormente, mercadinho de São João, na baixada do Açu), que

<sup>10</sup> ROLNIK (1989, p. 38).

<sup>11</sup> Segundo a FIPE, em 1994, cerca de 600 mil pessoas viviam em cortiços na cidade de São Paulo. Os dados mostram as conseqüências da perda do poder aquisitivo da população, do desemprego, da falta de políticas habitacionais direcionadas à população de baixa renda e do empobrecimento da população paulistana nas últimas décadas. Cf. SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de e PEREIRA, Paulo César Xavier. "Habitação em São Paulo". *Estudos Avançados*, v. 17, n. 48, São Paulo: USP, 2003, p. 167-183.

<sup>12</sup> Cf. também KOWARIK, Lúcio. *A espoliação urbana*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 81.

<sup>13</sup> Local que recebia os negros que fugiam da escravidão, mas não era exclusivo para negros; o quilombo recebia outras pessoas.

abasteciam os vendedores e as negras da nação; ali se situavam os ervanários africanos, fundamentais para as práticas curativas dos pais-de-santo e obrigações de seus filhos. A região do então largo de São Gonçalo (hoje entre as ruas Riachuelo e Tabatinguera) onde se localizava um pelourinho e seu entorno, junto ao paredão do Piques – local em que paravam os tropeiros e vivandeiros que vinham dos antigos núcleos coloniais do entorno da cidade com os gêneros alimentícios, animais e artesanato para vender –, era também ponto focal da vida negra em São Paulo no final do período escravocrata (ROLNIK, 2003, p. 62).

Evidentemente, com a política de exclusão, os bairros proletários como o Brás e a Mooca, que representavam o progresso e desenvolvimento da sociedade paulistana, eram bairros com grande concentração de imigrantes<sup>14</sup>, enquanto que os territórios negros eram considerados avessos ao desenvolvimento e à civilidade, vistos como desorganizados e como algo a ser combatido pelo poder constituído, por isso a perseguição em muitos espaços negros. O que ocorre ainda hoje.

Uma das preocupações dos estudiosos da problemática urbana da cidade de São Paulo é mostrar que, embora haja segregação na cidade, não se pode falar da existência de guetos, no sentido daquele existente nos Estados Unidos. Deve-se considerar, ainda, que os territórios negros jamais foram totalmente negros, porquanto os quilombos acolhiam outros grupos raciais, geralmente pessoas pobres, e que buscavam acolhida nesses territórios<sup>15</sup>. No Brasil e em São Paulo, jamais existiu uma separação oficial como nos Estados Unidos. Mas os estudos mostram que as políticas urbanas que vêm sendo implementadas ao longo de toda a história da cidade priorizam as regiões que concentram a população com alto poder aquisitivo, em detrimento, salvo raras exceções, daquelas áreas destinadas aos pobres e notadamente aos negros que estão na base da pirâmide social.

A São Paulo escravagista não era segregada, mas a explosão demográfica, fruto da imigração estrangeira, e as políticas que visavam a separação da elite das classes trabalhadoras, deram início ao processo segregativo na cidade, aumentando a sua complexidade. Segundo Rolnik, a legislação urbana sempre definiu o local onde os ricos e os pobres deveriam se instalar:

<sup>14</sup> VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. *O bairro do Brás em São Paulo*. (Tese doutorado). 1991, São Paulo: PUC/SP, p. 285-291.

<sup>15</sup> ROLNIK (1989, p. 35) cita os Censos de 1906, 1920 e 1930 para demonstrar que os territórios negros eram heterogêneos e, embora se constituíssem na sua maioria por negros, abrigavam outros pobres.

Ao mesmo tempo em que a lei alinhavou os territórios da riqueza, delimitou também aqueles onde deveria se instalar a pobreza. O movimento, desde seu nascimento é centrífugo, ou seja, delimita as bordas da zona urbana, ou mesmo a zona rural como local onde esta deveria se alojar. Diga-se de passagem que a lógica de destinar as lonjuras para os pobres, assim como a de proteger os bairros exclusivos dos ricos, atravessou, incólume, nosso século (ROLNIK, 2003, p. 47).

Os territórios negros, assim como as pessoas que constroem esses territórios, são estigmatizados em sua totalidade. Atribui-se ao negro a falta de disposição para o trabalho mas, durante todo o Brasil colonial, foi o negro que trabalhou e sustentou a economia. No período anterior à abolição, o negro livre e o negro escravo trabalhavam mas, com a política de exclusão do elemento nacional<sup>16</sup>, o negro foi banido das possibilidades de trabalho, de moradia e de cidadania. Ao estudar a segregação na cidade de São Paulo, Torres (2003) faz algumas propostas:

É muito importante entender que, se a segregação pode ser gerada por ações governamentais, também é verdade que o Estado tem condições de mitigar esse efeito, criando políticas de integração social e espacial. Aparentemente, existem dois modos diferentes de encarar o problema. O primeiro seria misturar as pessoas, forçando os grupos sociais mais pobres e mais ricos a conviver e interagir mais intensamente [...]. A segunda seria melhorar as condições urbanas das áreas mais pobres, elevando-as a um padrão mais próximo das habitadas pelos mais ricos. Obviamente, as duas abordagens podem, e normalmente são, associadas (TORRES, 2003, p. 117).

Segundo Rolnik (1989), com a chegada dos imigrantes, houve uma diminuição da população negra, na cidade. Mas somente a partir da década de 1930, com o temor das manifestações revolucionárias ou anarquistas organizadas pelos imigrantes, começa a haver a preocupação em integrar o negro na sociedade<sup>17</sup>. Nesse período, também houve um grande aumento da migração interna para São Paulo, o que provocou o aumento do número de negros, a partir dos anos 50.

---

<sup>16</sup> Não apenas as pessoas eram excluídas mas também o que pudesse fazer referência ao período não-urbano e menos desenvolvido do país, por isso a ênfase era a imitação da Europa, considerada, na época, como exemplo de civilização e desenvolvimento. A referência à Europa estava presente nos costumes, nas roupas e praticamente em todos os aspectos da vida social.

<sup>17</sup> De acordo com Guimaráes (2001), o ingresso do negro no mercado de trabalho e a tentativa de integrar o negro no contexto nacional, a partir da década de 30, refletem uma tendência de democracia racial no Estado brasileiro, ainda que, de fato, esta não tenha sido concretizada. Essa perspectiva também é compartilhada por Telles (2003), como se constata a seguir.

Para a compreensão do processo de transformação do espaço urbano e da vida social da cidade de São Paulo, Vêras (2000), ao se referir à cidade, apresenta três processos de segregação. No primeiro, que se inicia em 1890, até aproximadamente 1940, a cidade tinha como características a concentração e a heterogeneidade, e a pobreza era caracterizada pelo tipo de moradia, pelo cortiço ou pelas vilas operárias<sup>18</sup>. O segundo momento dura em torno de 40 anos e mostra a mobilidade espacial rumo à periferia, quando ocorre o crescimento das regiões mais pobres e distantes, carentes de infra-estrutura<sup>19</sup>. Para Vêras, “desde os anos 70, lavas maciças de migrantes nacionais foram ocupando áreas desprovidas de equipamentos urbanos e, com o processo de autoconstrução no lote próprio (em assentamentos clandestinos, na grande maioria), configuraram vastos cinturões periféricos” (2000, p. 29).

Os grupos urbanos foram separados, os pobres na periferia, com pouca infra-estrutura, e os ricos, na região central, contando com os serviços que a principal cidade do Brasil poderia oferecer. E, finalmente, a partir da década de 1980, começa a ocorrer novamente a heterogeneidade do espaço urbano e social da cidade. Os diferentes grupos sociais estão mais próximos em relação ao que ocorria no período anterior. Houve aumento do número de favelas em áreas consideradas da elite paulistana; a aproximação dos pobres dos espaços ricos é evidente. Teresa Caldeira (2000) mostra, em seu estudo, o avanço dos “enclaves fortificados”, dos condomínios fechados que utilizam o poder e a alta tecnologia para se proteger da constante ameaça dos pobres e da “contaminação” daqueles que são considerados menos cidadãos que os outros. As classes sociais estão próximas, mas profundamente separadas por um aparato tecnológico ostentado por apenas uma delas<sup>20</sup>. Nota-se também a sofisticação dos instrumentos de segurança privada e de expansão dos centros de consumo fechados, como os *shoppings centers*.<sup>21</sup>

<sup>18</sup> Mesmo os territórios negros estavam próximos à região central, como o bairro da Barra Funda e do Bixiga.

<sup>19</sup> A cidade foi se constituindo como a cidade para alguns, pois, segundo Mora (2003), em 1940, entre 40 e 60% da população estava em condições “abaixo do normal”.

<sup>20</sup> Cf. também a matéria “A segregação entre ricos e pobres vai se acentuar?”, *Folha de S. Paulo*, Caderno Especial, p. 8, 24 de janeiro de 2004.

<sup>21</sup> Até 1970 havia quatro unidades construídas no município. Entre 1980 e 1989, foram construídos mais seis e, entre 1990 e 1998, surgiram mais 10. A cidade conta com um total de 20 grandes shoppings. Cf. SEMPLA. Globalização e desenvolvimento urbano - cidade de São Paulo - 2000/2001, p. 48.

A partir da década de 1980, a cidade de São Paulo é considerada uma das *ciudades mundiais* (SASSEN, 1997)<sup>22</sup>, que se caracteriza como pólo urbano, tecnológico, financeiro, econômico e cultural, existindo uma conexão dela com as demais cidades do país e a economia mundial. Na visão de Saskia Sassen, as cidades globais não são apenas grandes cidades ou importantes capitais de ontem ou de hoje – até porque a cidade de São Paulo é extremamente recente enquanto pólo mundial – mas “são pólos de comando da economia mundial, acolhendo as direções de multinacionais, funcionando como imenso laboratório de inovação tecnológica e financeira, concentrando os principais mercados de capitais internacionais”.<sup>23</sup>

As cidades globais oferecem os mais sofisticados equipamentos para os especialistas de alto nível. Castells (1998) afirma que nas grandes metrópoles concentram-se aqueles que comandam a economia mundial e, quando necessário à manutenção do sistema, são-lhes oferecidas possibilidades de promoção e de prestígio pessoal e social, com satisfação pessoal e da família<sup>24</sup>. Ou seja, nas grandes cidades, como São Paulo, está presente toda a estrutura para a manutenção e o desenvolvimento do capital financeiro internacional.

Nas cidades globais houve um crescimento do setor terciário e um decréscimo da indústria, aumentando os postos de trabalho ligados aos serviços e diminuindo aqueles relacionados às atividades industriais. O modelo de análise da cidade global proposto por Sassen apresenta a dualização da estrutura social e espacial, com acirramentos das diferenças sociais e territoriais. Mas esse modelo vem sendo rebatido por muitos pesquisadores das questões urbanas.<sup>25</sup>

São Paulo é uma cidade contraditória<sup>26</sup>; apesar do grande desenvolvimento financeiro e econômico, concentra pólos de pobreza e exclusão. Considerada uma das mais importantes economias e uma das maiores cidades em concentração populacional é, também, uma entre as cidades mais desiguais do mundo. A partir da década de 1980, ocorre um empobrecimento geral da

---

<sup>22</sup> Segundo SASSEN (1997), as cidades globais, ou mundiais, são em número de 20 a 25 e incluem de Bombay a Sidney, de Toronto a São Paulo, de Tóquio a Londres, passando por Nova Iorque, Paris e Frankfurt. Cf. SASSEN, Saskia. “Voici le temps des Villes globales”, Paris, *Croissance*, n. 405, jun. 1997, p. 10-11 (extraits). In. ROBATEL, Nathalie. “Les Villes géants à l’ère de la mondialisation”. *Problèmes politiques e sociaux*, n. 841, jul. 2000, p. 26-28. Cf. também: MARQUES e TORRES (2000).

<sup>23</sup> Idem, p. 26 (tradução livre dos textos em língua francesa).

<sup>24</sup> CASTELLS, in ROBATEL (2000, p. 28).

<sup>25</sup> Cf. VÉRAS (1999), PRETECEILLE (1995 e 1999) e ZALUAR (1998).

<sup>26</sup> Cf. VÉRAS (1999, p. 235), TORRES e MARQUES (2000, p. 167).



população, com o processo de desindustrialização e precarização do emprego, com aumento do trabalho informal, de perda do poder aquisitivo, de mobilidade espacial da população rumo às periferias pobres e distantes etc. Em contrapartida, as classes de alto padrão aquisitivo segregam-se em condomínios fechados e nos espaços comerciais dos *shoppings centers*. Vêras afirma:

Desses processos resulta uma cidade fragmentada, com exclusividade residencial e distância espacial entre *status* socioeconômicos diferentes. A cidade mundial deve atrair e reter trabalho qualificado (para isso investe em alojamento e condições urbanas que sejam adequados a essa parcela de trabalhadores) e, por outro lado, acaba isolando os mais pobres e de migração recente, em processos de segregação e *gentrification*. Surgem 'áreas exclusivas', separadas por lógicas próprias de consumo - condomínios fechados, *shoppings centers* etc. Alphaville, Tamboré, Granja Vianna são exemplos de suburbanização de altas e médias rendas na região metropolitana de São Paulo. Mas na cidade de São Paulo, como um todo, camadas médias 'penetram' áreas até então destinadas às baixas rendas; há expansão dos pobres em áreas centrais (porções deterioradas que se encortçam). Homogeneização e fragmentação andam juntas (VÉRAS, 1999, p. 205).

Segundo os estudos realizados pela SEMPLA (Secretaria Municipal de Planejamento), a participação das indústrias no número de empregos, entre 1986 e 1997, caiu em torno de 30%; o desemprego na cidade de São Paulo, em 1991, estava entre 8,2% e 10,8%, chegando a 17% em 1998. Também no mesmo período, houve uma redução do rendimento do chefe de família em 5,8%. Enquanto a possibilidade de emprego na indústria decresceu, aumentou o número dos empregos no setor de serviços.<sup>27</sup>

Entre 1980 e 2000, houve grande aumento da taxa de crescimento das periferias da cidade. Entre 1991 e 2000, dos 96 distritos, 43, que se caracterizam pela pobreza e pela distância da região central, tiveram acréscimo populacional. Segundo as informações da SEMPLA (2001), a variação foi maior no distrito de Anhanguera, com crescimento de 209% (de 12.408 para 38.427), seguido por Cidade Tiradentes, com variação de 98,02% (de 96.281 para 190.657); Grajaú foi destaque, com uma variação de 72,09% (de 193.754 para 333.436). Sapopemba era o distrito mais populoso em 1991, com 258 mil habitantes<sup>28</sup>.

<sup>27</sup> Cf. SEMPLA - Secretaria Municipal do Planejamento - Prefeitura do município de São Paulo - *Globalização e Desenvolvimento Urbano*. São Paulo: SEMPLA, 2000/2001, p. 19-34.

<sup>28</sup> *Idem*.

Enquanto os distritos periféricos e pobres tiveram aumento populacional, os centrais, como Pari (30,40%), Bom Retiro (26,39%), Sé (26,01%), Brás (24,98%) e Itaim Bibi (24,22%), tiveram perdas. O Mapa 6 apresenta uma taxa de crescimento anual acima de 5% dos distritos pobres e distantes, como Cidade Tiradentes, Anhanguera, Jaraguá, Iguatemi, Vila Andrade, Parelheiros e Grajaú.

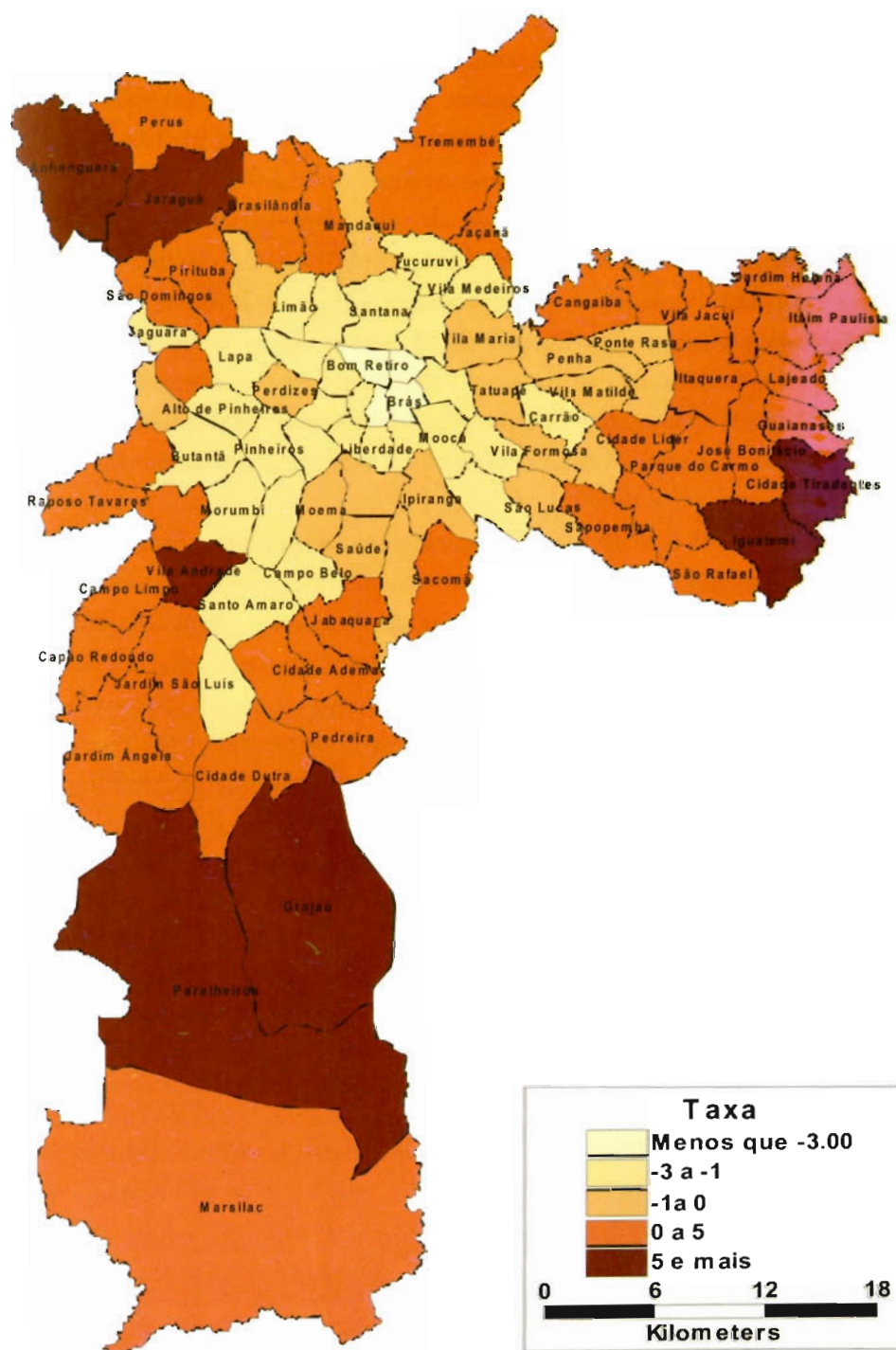
É nesse contexto social que as desigualdades raciais se tornam ainda mais evidentes. A existência do racismo no Brasil foi amplamente debatida por estudiosos e pesquisadores das relações raciais, nas últimas décadas. Poucos ainda teimam em afirmar a existência de uma democracia racial no país, sobretudo a partir da mobilização do movimento negro desde os anos de 80<sup>29</sup> e o debate sobre as ações afirmativas nos últimos anos.

As desigualdades presentes na cidade de São Paulo atingem, em grande parte, a população negra, visto que os distritos mais pobres da cidade são aqueles que contam com uma população negra mais numerosa que a média geral do município<sup>30</sup>. Torna-se necessária a compreensão do significado do conceito de raça e de racismo para entender esse “lugar” destinado ao negro.

<sup>29</sup> Cf. GUIMARÃES, Antonio Sergio A. *Democratie Raciale: L'idéal, le pacte et le mythe*. Texto apresentado na École des Hautes Études en Sciences Sociales – PARIS, em 29 de janeiro de 2002.

<sup>30</sup> A população negra da cidade de São Paulo é de 30,1% do total, mas há distritos com mais de 50% de negros. Cf. a matéria “Cidade Tiradentes é a memória negra”, em que os distritos Lajeado e Jardim Ângela aparecem com mais de 50% de população negra, seguidos por Cidade Tiradentes, com 49,9%. *Folha de S. Paulo*, 21 de setembro de 2003, Caderno Cotidiano, C4.

Mapa 6. Taxa de crescimento anual. São Paulo - 1991/2000



Fonte: Fundação Seade.

## Discutindo raça e racismos

Refere Guillaumin (1972) que a teoria racista aparece no início do século XIX, com a antropologia física<sup>31</sup>, ganhando força ao longo da década de 1850. Aparece basicamente fundamentada nas diferenças biológicas. O objetivo era mostrar a superioridade de uma raça em relação à outra. Para a autora, a própria noção de raça comporta uma ideologia racista. A raça, em sua perspectiva de análise, somente é real enquanto objeto simbólico. As teorias raciais não apreendem totalmente o racismo, nem teórica nem praticamente, pois o racismo percorre o inconsciente antes da prática. No seu entender, a ideologia racista se “fixa sobre as ‘diferenças’ e as desigualdades humanas e afirma a superioridade e a inferioridade dos grupos humanos de acordo com uma escala de critérios mais ou menos explícita. A teoria considera a raça como um ‘dado imediato’ da sensibilidade” (GUILLAUMIN, 1972, p. 253).

Conforme Wieviorka (1993), o racismo biológico, que ainda não foi totalmente superado, ganha novos contornos. Para ele, o racismo corresponde a uma forma de inferiorização de um determinado grupo, baseada nas características físicas. O grupo inferiorizado passa a ter um lugar na sociedade carregado dos estigmas mais terríveis, sem contar que sua presença não é considerada; ele não é visível. Conforme seu entendimento, essa prática corresponde “à vontade de rejeição, de se colocar à distância, de exclusão e, nas situações mais extremas, de expulsão, de destruição”<sup>32</sup>. Segundo a mesma fonte, o racismo pode ser analisado a partir de duas lógicas: a diferencialista e a desigual mas, na prática, caminham juntas:

A lógica desigual remete diretamente aos atributos naturais do grupo-vítima, seja em termos organicistas ou nas categorias mais contemporâneas da genética; a lógica diferencialista procede correntemente em torno da cultura, coloca ênfase nas especificidades da cultura do grupo racializado, no qual se vê uma ameaça para a sua própria, ou um estigma, uma marca, colocando em causa a homogeneidade do corpo social. A lógica desigual tende a discriminar, onde a lógica diferencialista tende a segregar, se inscreve nas relações sociais, mesmo

<sup>31</sup> Os estudiosos realizavam suas pesquisas através da comparação dos cérebros para demonstrar a ~~tese~~ de superioridade de uma raça sobre a outra. Cf. Touraine, in Wieviorka (1993, p. 23); MILES, Robert. “Racisme institutionnel et rapports de classe: une relation problematique”. Traduit par BONNAFONT, Claude. In WIEVIORKA, Michel (dir.). *Racisme et modernité*. Paris: La Découverte, 1993, p. 159-160. A tradução das citações foram realizadas pela autora do livro.

<sup>32</sup> WIEVIORKA (1993, p. 11).

que a diferencialista signifique a ausência de relações sociais, ou seu objetivo, a separação mais que a opressão (WIEVIORKA, 1993, p. 11).

No entender de Touraine (1993), quando um grupo racista inferioriza um outro grupo é porque se sente ameaçado. Por isso surge a necessidade de subestimá-lo com base em suas características naturais de grupo inferiorizado, imaginando-se que ele possa representar uma ameaça. Diz ele:

identifica a si mesmo aos valores universais ou a uma cultura superior que procura proteger sua sociedade desta ameaça por medidas de exclusão. 'Naturalização' de um grupo social, denúncia de uma ameaça cultural e apelo a medidas de proteção, de discriminação ou de segregação são os três componentes associados ao racismo. Mas é verdade que o racismo não deve ser confundido com todas as formas de recusa do outro, de preconceitos desfavoráveis ou mesmo de discriminação, e que não se pode mais falar de racismo desde que não exista nem a naturalização de uma categoria social nem a consciência de ser ameaçado por este (TOURAINÉ, in WIEVIORKA, 1993, p. 23).

Touraine julga que somente a administração dos conflitos e a mudança da oposição que há entre civilização/barbárie podem limitar o racismo, que é uma das formas mais expressivas de violência<sup>33</sup>. O racismo é incompatível com a prática democrática. Para Wieviorka (1993), se existe verdadeiramente democracia não deverá haver nem mesmo debate em torno da questão racial. Para ele, o aumento das práticas racistas está intimamente ligado ao recrudescimento da pobreza e às transformações sociais das últimas décadas:

A exclusão e o empobrecimento social, ou o sentimento de que (estes aspectos) são ameaçadores, atingem mais diretamente as minorias racializadas, por estarem ligadas à questão social e à questão racial; exacerbam o populismo do racismo dos 'pobres brancos'; encorajam aqueles que estão na melhor parte da sociedade a tornar mais alto os muros da segregação, também social e racial (WIEVIORKA, 1993, p. 424).

Raffestin (1993) afirma que o problema das relações raciais e étnicas está baseado na disputa de poder. As manifestações de preconceitos raciais têm como fundamento a luta pelo poder baseado nas diferenças aparentes e têm objetivo

<sup>33</sup> TOURAINÉ, in WIEVIORKA (1993, p. 23).

de assegurar o máximo de dominação de um determinado grupo. A partir dessa perspectiva, criam-se estratégias para a conquista e manutenção do poder diante daqueles considerados inferiores. A luta pelo poder é constante em toda a história da humanidade. A discriminação espacial acontece quando um grupo procura impedir o acesso do outro a determinadas partes do território. Individualmente, os membros do grupo discriminado poderão locomover-se, mas não a totalidade do grupo.<sup>34</sup>

## Os estudos raciais no Brasil

Depois da Segunda Guerra Mundial, a Europa e o mundo tomam consciência do que ocorreu nos campos de concentração nazista e manifesta uma repulsa a tudo que lembra o racismo<sup>35</sup>. É nesse contexto que as teorias raciais baseadas na biologia perdem parte de sua força. A UNESCO<sup>36</sup> tem um papel fundamental no debate em torno desse assunto, mostrando os horrores do racismo. Segundo Chor Maio (1998), o fim da Segunda Guerra Mundial foi marcado por um período de grande euforia. Para ele:

As doutrinas raciais que sustentaram ideológica e politicamente a dominação hitlerista foram vistas pela Unesco como sistema anti-racional de pensamento, em franco conflito com as tradições humanistas inerentes à cultura ocidental. O ódio e os conflitos raciais estariam embasados em falsos postulados científicos, sendo nutridos pela ignorância. A Unesco, como agência de caráter internacional, teria as melhores condições para organizar ampla campanha contra o preconceito racial e para solapar as bases ideológicas do fenômeno (CHOR MAIO, 1998, p. 382).

O Brasil era considerado, no mundo, como o exemplo pacífico das relações entre as diferentes raças. A obra de Gilberto Freyre (1933) *Casa Grande e Senzala* foi fundamental para a difusão da idéia de “cordialidade” entre as raças e, para muitos, continua ainda hoje<sup>37</sup>. Para Freyre, o negro foi decisivo na formação da civilização brasileira, mantendo com os brancos uma relação de afeto e

<sup>34</sup> RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993, p. 131-132. Tradução de Maria Cecília França.

<sup>35</sup> Cf. MILES, Robert. “Racisme institutionnel e rapports de classe: une relation problématique”. WIEVIORKA, Michel (dir.) *Racisme et modernité*. Paris: La Découverte, 1993, p. 161.

<sup>36</sup> UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, foi criada em 1945.

<sup>37</sup> *Folha de S. Paulo*. Datafolha. *Racismo Cordial*. São Paulo: Ática, 1995.

cordialidade, mesmo que em determinados momentos tenha havido conflitos e violência. A ênfase da obra foi dada à mestiçagem e à democracia racial<sup>38</sup>. Em 1950, a Conferência Geral da UNESCO decide financiar pesquisas sobre as relações raciais no Brasil, motivada pelo incentivo do antropólogo brasileiro Arthur Ramos<sup>39</sup>. O objetivo era mostrar ao mundo o exemplo de paz entre as raças. O país era visto como o “laboratório de civilização”. Foram selecionados pesquisadores de diferentes regiões do país. Destacam-se as pesquisas realizadas por Florestan Fernandes, Roger Bastide e Octávio Ianni, em São Paulo, Luiz Aguiar Costa Pinto, no Rio de Janeiro, e Thales de Azevedo, em Salvador. Contudo, o resultado das pesquisas mostrou o contrário do que se pretendeu: havia diferenças e conflitos raciais no Brasil. Embora as desigualdades tenham sido salientadas, o aspecto econômico foi considerado o principal problema do qual resultaram aquelas.<sup>40</sup>

Após essas pesquisas, a ênfase da discussão ficou em torno da polêmica da existência ou não da discriminação racial e da democracia racial brasileira<sup>41</sup>. Outro grande impulso foi dado com os estudos de Hasenbalg (1979) e de Nelson do Valle Silva (1988), nas décadas de 70 e 80, mostrando as desigualdades raciais, baseados principalmente nos dados oficiais do IBGE.

Segundo Telles, o estudo das relações raciais no Brasil está fundamentado em duas grandes correntes. A primeira, com ênfase na mestiçagem ou miscigenação, como instrumento de integração e das relações cordiais entre os diferentes, entre as raças. Essa corrente está fundamentalmente baseada nos estudos de Freyre, a partir de 1930. A reafirmação da mestiçagem como elemento fundamental na formação do país ratifica a idéia da existência da democracia racial. A segunda corrente começa com as pesquisas de Florestan, na década de 1950, mostrando as desigualdades raciais na sociedade brasileira, desigualdades que seriam, segundo ele, superadas com o avanço do capitalismo. A discriminação racial não suportaria a força do mercado. Mas não foi isso que ocorreu, como

<sup>38</sup> Cf. GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. e HUNTLEY, Lynn (orgs.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra/SEF, 2000, p. 21.

<sup>39</sup> Arthur Ramos, médico antropólogo brasileiro, em 1949 assume o Departamento de Ciências Sociais da UNESCO e delinea um plano para realização de estudos antropológicos e sociológicos no Brasil, mas morre no mesmo ano sem ver sua intenção realizada. Cf. CHOR MAIO, Marcos. “O Brasil no concerto das nações: a luta contra o racismo nos primórdios da UNESCO”. *História, Ciência e Saúde*. v. V, n. 2, jul./out. 1998. p. 375-413.

<sup>40</sup> Cf. Sobre tudo os estudos de Florestan Fernandes.

<sup>41</sup> GUIMARÃES (2000).

mostraram as pesquisas de Hasenbalg, no final da década de 1970. O racismo continuou resistindo à força do capital:

Hasenbalg acreditava que a dominação racial e o status inferior dos negros persistiriam, porque o racismo havia adquirido novos significados desde a Abolição e continuaria a atender interesses materiais e simbólicos dos brancos dominantes, através da desqualificação dos negros como concorrentes. Baseando-se amplamente em dados estatísticos oficiais, Hasenbalg e Nelson do Valle Silva elaboraram uma série de estudos sobre a desigualdade racial em matéria de renda, educação, ocupação e mortalidade infantil ao longo dos anos 80. Após seus estudos, restou pouca dúvida no mundo acadêmico sobre a existência de desigualdade e discriminação racial no Brasil (TELLES, 2003, p. 21-22).

Contudo, Telles afirma que as duas correntes coexistem, pois, segundo ele, a mestiçagem ou a miscigenação, como elemento fundamental na formação do povo brasileiro, estabelece uma característica diferenciada nas relações raciais no Brasil, comparativamente às relações raciais em outros países. Essa coexistência ratifica a idéia da democracia racial no Brasil. Para ele, há uma perspectiva mais neutra de abordar as relações raciais, a corrente baseada na apologia da miscigenação e da existência da democracia racial, que passa a ser denominada como *relações horizontais*, e a corrente fundamentada nas desigualdades como *relações verticais*.

Para Telles, a existência de injustiças ligadas à raça constitui-se um erro moral, mas não é suficiente para dizer que o Brasil seja racista. A ênfase de sua análise está na miscigenação. Guimarães (2000) também mostra que o Estado brasileiro, após o fim da imigração estrangeira, na década de 1930, abre espaço no mercado de trabalho para o negro e para o nordestino. Dessa forma, a democracia racial não seria apenas um mito, mas um elemento fundamental no Estado brasileiro, conquanto não tenha significado uma preocupação em combater as desigualdades de renda e de oportunidades entre brancos e negros.<sup>42</sup>

Mas Rolnik (1989 e 2003) mostra que essa abertura para o mercado nacional não teve nenhuma intenção integrativa do negro ou do nordestino. O processo de industrialização e de urbanização do Brasil alcançou grandes proporções, abrindo espaço para os “nacionais” (os caipiras, os pobres, os descalços). Em relação ao negro, essa abertura não significou igualdade de

---

<sup>42</sup> GUIMARÃES (2001, p. 125).



oportunidades. Ao longo da sua história, o negro sempre exerceu funções subalternas, o que não significou que isso resultasse de falta de capacidade; foi, sim, uma consequência da discriminação racial e, portanto, do racismo existente no país. Não se pode negar que o negro esteja, ainda que em proporções reduzidas, presente em alguns estratos superiores. Mas essa presença não significa que o negro não sofra as consequências do racismo porque ascendeu socialmente, pois as pesquisas sobre desigualdades raciais confirmam a posição de inferioridade do negro no Brasil e sobretudo a dificuldade de manutenção do *status* superior nas diferentes gerações. Essa tendência ocorre também entre os brancos, mas em menor proporção que entre os negros (VALLE SILVA, 1985; SILVA, 1999).

Já Telles enfatiza a primeira corrente, a denominada horizontal. Segundo ele, a segregação racial no Brasil é mais amena quando comparada àquela dos Estados Unidos, onde a segregação significa de fato “grande distância social” e “abominável divisão ou separação racial”. Ele reconhece a existência da segregação residencial<sup>43</sup>, a existência dos elevadores de serviço, as moradias improvisadas, sobretudo na periferia, mas afirma:

uma segregação mais acentuada, independentemente da causa, pode ser positiva, pois freqüentemente significa a existência de bairros dinâmicos, nos quais as afinidades étnicas criam maior valorização do espaço residencial comum promovendo a vida cultural, e ajudam a fortalecer os grupos étnicos para maior participação, através da união de interesses comuns e do controle de espaços políticos. Exemplos disso são os distritos negros da Liberdade em Salvador, Brasilândia em São Paulo e Madureira no Rio. Uma segregação moderada possui amplas implicações em outros fatores das relações raciais no Brasil, especialmente em comparação com outros países com grandes populações de ascendência africana e europeia. É evidente que os baixos níveis de segregação no Brasil deram lugar a relativamente altos níveis de interação, inclusive de amizade inter-racial e casamentos inter-raciais, pelo menos entre os pobres. Por outro lado, a falta de instituições paralelas emergentes da segregação extrema criou, ironicamente, barreiras para a mobilização social e política dos afro-descendentes (TELLES, 2003, p. 180-181).

O problema que se apresenta nessa justificativa de “segregação positiva”, quando se toma o exemplo do distrito de Brasilândia, é entender como um lugar considerado um dos mais pobres e mais violentos pode ser exemplo de

<sup>43</sup> TELLES, in QUEIROZ RIBEIRO e SANTOS JR. (1996) e TELLES (1993, p. 5-24).

“segregação positiva”, na perspectiva de Telles. Conforme o Mapa da Exclusão de Sposati (1996), dentre os 96 distritos do município de São Paulo, Brasilândia é o sexto mais excluído<sup>44</sup>, ou seja, o sexto mais pobre e submetido a altos índices de violência, precedido por Jardim Ângela e Cidade Ademar. Entre 1998 e 2000, ocorreram 253 homicídios de jovens entre 15 e 24 anos. De acordo com dados publicados na *Folha de S. Paulo*, 41,1% da população do distrito tem renda de até três salários mínimos e 25% possui menos de três anos de escolaridade. O distrito também está entre os piores no Índice de Desenvolvimento Humano – PNUD, é o 86º na cidade de São Paulo, sendo considerado pelos moradores um dos mais violentos da cidade.<sup>45</sup>

Constatando-se as desigualdades existentes no distrito de Brasilândia, considerado um dos territórios negros da cidade (ROLNIK, 1989, 2003), por ser negra grande parcela da população, pode-se descartar, nesse caso, a idéia de segregação positiva ou da existência de relações horizontais. Se estas existem, a proporção é extremamente pequena, porquanto ainda que as relações, no distrito, ocorram entre aqueles que vivem as conseqüências da pobreza e do racismo, estas sofrem interferências em razão das dificuldades, da privação e violência, vivenciadas no cotidiano.

Outra questão ligada ao estudo das relações raciais é a atribuição da cor do brasileiro.

## A problemática da cor

A definição de cor e raça é um dos desafios enfrentados por pesquisadores quando se trata das relações raciais. Alguns estudos mostram que a discriminação, no Brasil, está 90% baseada na cor e não na origem, como em outros países. Aqui cabe lembrar o célebre trabalho de Oracy Nogueira sobre o “preconceito racial de marca e o preconceito racial de origem”<sup>46</sup>, em que ele aborda as diferenças

<sup>44</sup> Segundo Sposati, “Exclusão social é a impossibilidade de poder partilhar da sociedade que leva à vivência da privação, inclusive com violência, de uma parcela significativa da população”. Cf. Sposati (1996, p. 13)

<sup>45</sup> Cf. *Folha de S. Paulo*, Caderno Especial, em 25 de janeiro de 2004, p. 24; *Folha de S. Paulo*, Caderno Cotidiano, em 11 de janeiro de 2004, p. C1; *Folha de S. Paulo*, Caderno Cotidiano, em 21 de setembro 2003, p. C4, e *Folha de S. Paulo*, Caderno Especial, em 9 de setembro de 2003. Cf. também: Grupos de Vulnerabilidade, SEADE, 2004.

<sup>46</sup> NOGUEIRA (1985).

que há entre o preconceito existente no Brasil e o existente nos Estados Unidos. No Brasil, se uma pessoa possui fenótipos considerados brancos, será considerada branca, ainda que tenha ascendência negra; enquanto que nos Estados Unidos essa mesma pessoa seria considerada negra e sofreria as conseqüências do pertencimento ao povo negro.

Quando se consideram as desigualdades nas distribuições de renda, na educação, no acesso aos serviços básicos, como a saúde, as diferenças de oportunidades entre as raças tornam-se evidentes. Alguns pesquisadores têm-se debruçado não somente sobre os estudos das desigualdades, mas também sobre o sistema de classificação racial. De acordo com Petrucelli (1998), o sistema de classificação de cor no Brasil, notadamente o adotado pelo IBGE, possui diferentes graus de aceitabilidade nas regiões do país, com destaque de aceitação nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador e São Paulo. A maior variação foi encontrada nas regiões de Belo Horizonte e Recife. Para Petrucelli (1998), os Censos de 1900, 1920 e 1970 não consideraram as variáveis de cor dos brasileiros, mas todos os outros, desde 1890, têm adotado esse tipo de classificação. Contudo, ele afirma que a mensuração da cor é objeto de muitas reflexões, visto que a atribuição e a autodenominação da cor de um indivíduo não é percebida apenas pelos traços físicos, pois faz-se necessário acrescentar ainda o contexto histórico-cultural no qual ela vai se constituindo.

A existência da ambigüidade no sistema classificatório racial no Brasil não impede que os negros vivam um cotidiano de discriminações raciais que interfere fundamentalmente em sua trajetória e destino. Entende Silvério que a população, ao ser racializada em seu cotidiano, é levada a assumir “sua identidade negra de forma não tão ambígua e contrastante em relação a seu outro, o branco” (2002, p. 224). As conseqüências do racismo levam a uma identificação do indivíduo enquanto pertencente a uma comunidade que é racializada e, portanto, discriminada.<sup>47</sup>

Na última década, a sociedade passou a debater o problema das ações afirmativas. Este debate priorizou a discussão sobre a adoção de cotas nas universidades. Alguns estudiosos (SILVÉRIO, 2002; GUIMARÃES, 2003), ao debaterem as políticas de ação afirmativa, levantam também o problema classificatório de cor/raça no Brasil, que se apresenta como uma das justificativas para aqueles que se manifestam contrários à adoção dessas políticas, pois afirmam que no país as linhas de cor não estão definidas.

<sup>47</sup> JODELET (2000).

Para Silvério, se numa sociedade a população é vista em seu cotidiano de forma racializada e, portanto, desigual em oportunidades, as políticas públicas deverão ser implementadas como uma das medidas de combate às desigualdades. Guimarães, ao discutir o movimento por ações afirmativas no sistema educacional, afirma que é necessário, “por uma questão de justiça social, aliar ao critério da cor o critério da carência socioeconômica: unir políticas de flexibilização ao acesso às universidades públicas com políticas de concessão de bolsas de estudo para alunos de universidades particulares etc.” (GUIMARÃES, 2002, p. 266). Referindo-se ao sistema educacional, Silvério associa a pobreza à questão racial, preocupa-se com a reprodução do racismo pela escola e afirma que deve haver uma transformação desse sistema, no qual as crianças negras ou, pelo menos, muitas delas não se sentem integradas:

... muitas delas sentem-se silenciadas, ou seja, sentem que suas vozes, experiências e histórias não são validadas e ouvidas pela escola. Assim, em boa medida, o combate à pobreza no Brasil passa pela manutenção da criança e do jovem negro na escola. Mas em uma escola de qualidade que consiga transmitir, sem mistificação e de forma mais equânime para todos, a contribuição de cada raça, de cada etnia na formação sociocultural brasileira. A construção de um tal processo escolar depende de uma política educacional que considere, entre outras, duas condições básicas: a inclusão imediata dos jovens negros nas universidades por meio de programas de ação afirmativa e a reformulação da formação de professores a partir de parâmetros multiculturais (SILVÉRIO, 2002, p. 242).

A adoção de políticas públicas que diminuam as desigualdades raciais e sociais no Brasil pode contribuir para a trajetória de resistência do negro na luta pela conquista da cidadania.

## A resistência

Ao longo de toda a escravidão e após a abolição, o negro jamais deixou de resistir; sua vida foi uma luta constante para sobreviver diante de tantas adversidades (MOURA, 1980). É nesse contexto que surgem os territórios negros. Na cidade de São Paulo, um dos mais conhecidos foi o Quilombo do Saracura, no atual bairro do Bixiga (Bela Vista). Era um dos espaços de resistência e de sociabilidade, onde o negro, que era humilhado em todos os sentidos, podia ter seus encontros e resistir.

Contra as manifestações de racismo que sofreu o negro segregado por parte da sociedade em processo de transformação, surgiram as manifestações de resistência. Surgem grupos organizados, embora convenha salientar que, ao longo de toda a trajetória do negro no país, sempre houve manifestações de resistência. Durante a escravidão, ocorreram as fugas e formaram-se os quilombos. As manifestações religiosas eram uma das formas de resistir à total repressão e à transformação do negro em objeto meramente comercial. O suicídio também foi uma forma de resistência diante da escravidão. Enfim, ao longo de toda sua história, o negro se defendeu da violência a que foi submetido. No início do século XIX, surgiram os jornais negros, num primeiro momento, preocupados em difundir as manifestações culturais, depois movidos pela conscientização da realidade vivida pelos negros:

Mas foi na velha cidade tradicional de Campinas que se imprimiu o primeiro jornal negro, em 1924, 'O Getulino', jornal de reivindicação e de combate. E será somente quando os fundadores do jornal se mudarem para São Paulo que a idéia de uma organização de gente de cor tomará forma. O jornal negro da capital, O CLARIM DA ALVORADA, de pretensões puramente literárias, começou a tornar-se mais combativo. Entretanto, a maioria dos grupos de pretos, como Kosmos, não passavam ainda de sociedades de beneficência ou recreativas. A Federação dos Homens de Cor, organizada pela Irmandade do Rosário, teve duração efêmera, e a Sociedade dos Amigos da Pátria perdeu-se na política local. O negro tomava apenas muito lentamente consciência da sua 'negrura'.[...] Convém notar que todos os movimentos reivindicadores nasceram no bairro do Bixiga, habitado também por italianos, e não na Barra Funda, que no entanto é a zona de maior densidade da população de cor. É que o negro do Bixiga via o imigrante elevar-se pouco a pouco na sociedade e descobria assim um horizonte mais amplo para as próprias ambições (BASTIDE, in BASTIDE & FERNANDES, 1955, p. 165-166).

A resistência do negro ao longo da história sempre foi vista como uma ameaça contra a sociedade dominante. A luta do negro para não ser totalmente destruído, cultural, social e biologicamente, foi uma constante. A história do negro no Brasil é uma história de resistências. A tendência organizativa é analisada por Clóvis Moura (1980) como manifestação de defesa, diante da marginalização que foi imposta ao negro, ao longo da sua história.

A discriminação sofrida por negros em espaços de socialização, como nos clubes e em outros locais de lazer, fizeram com que eles criassem seus próprios espaços de socialização, como os clubes, os locais destinados aos bailes (alugados

ou próprios), as escolas de samba, os terreiros, os grupos culturais, as entidades do movimento negro, que surgem com grande força na década de 70, com grande repercussão nos anos 80 e início dos anos 90 etc., sem contar a imprensa negra que surgiu no início do século XX e que teve grande importância no aglutinamento da comunidade negra<sup>48</sup>. Na atualidade, constata-se a continuidade de muitos grupos de resistência criados ao longo da história da sociedade brasileira e paulistana, como as escolas de samba e os grupos religiosos, culturais, existentes não só no centro de cidade, mas também nas regiões periféricas, os grupos do movimento negro, os candomblés, os grupos de capoeira etc. Segundo Moura (1980), as manifestações contrárias às organizações negras sempre existiram, mas a sua presença atual mostra a trajetória de luta e, às vezes, de mudanças para continuarem existindo:

Em toda a sua trajetória, há uma fricção permanente da parte das instituições dominantes no sentido de querer asfixiar socialmente os grupos específicos negros. Desde a repressão violenta no passado, no caso dos quilombos, às simples reclamações porque estão perturbando o sossego público, o atrito é permanente, variando de grau. Certos bairros não aceitam organizações negras, especialmente escolas de samba, alegando que são muito barulhentas. No entanto, o fundamental, o que essa posição representa é o desejo de 'limpar' o elemento negro ali organizado (MOURA, 1980, p. 145).

A organização mais antiga de resistência foi o quilombo, que nasceu a partir da fuga dos escravos durante o período de escravidão e, de forma geral, foi uma organização muito simples; sua liderança ficava com a pessoa que mais se destacasse durante o processo de fuga e de resistência do quilombo. Os mais importantes foram o de Palmares, em Alagoas, e o de Campo Grande, em Minas Gerais. Na cidade de São Paulo e em suas imediações, também existiram muitos quilombos, como afirma Rolnik (1989).

Clóvis Moura registra a existência de quilombos nos “bairros da Penha, Cotia, Santo Amaro, Conceição de Guarulhos, Cangussu e São Bernardo”, e destaca a perseguição sistemática contra a presença desses quilombos<sup>49</sup>. Mas o

<sup>48</sup> Fez-se referência à comunidade negra no sentido do “efeito de espelho”, utilizado por Denise JODELET (2000, p. 13), que consiste num determinado grupo que sofre os mesmos tipos de constrangimentos numa determinada sociedade reforçando uma identidade.

<sup>49</sup> Cf. MOURA (1980, p. 146).

que se percebe ao longo da história dos negros é que, apesar de todas as tentativas de destruição das suas instituições organizativas, a presença atual de muitas organizações – com feições diferentes daquelas de sua origem – mostra a resistência do povo negro. Moura afirma:

As organizações religiosas, algumas vezes, também se constituíam em órgãos de luta contra a espoliação do negro, embora nem sempre de forma consciente. As irmandades, como as do Senhor do Bonfim, São Benedito, Santa Ifigênia, São Jorge, Santo Elesbão, Santo Antonio de Catagerona, São Gonçalo e Nossa Senhora do Rosário etc. desempenharam essa função. O culto de Nossa Senhora do Rosário, por exemplo, era desenvolvido pelos negros em diversas regiões do país. Em São Paulo, os negros, sob a proteção dessa santa, organizaram a irmandade 'os Pretos do Rosário de São Paulo'. Essa irmandade nasceu da dificuldade de os negros poderem viver livremente as suas crenças africanas, devendo-se organizar sob a forma religiosa dominante (MOURA, 1980, p. 147).

As irmandades e os cemitérios ligados a elas foram desapropriados, porque as áreas de localização tornaram-se nobres, sendo esta a razão para “tirar” os negros. A imprensa negra também foi uma forma de resistência, realizada por homens negros com poucos recursos, como José Correia Leite, Jayme Aguiar e outros. A imprensa, segundo Moura (1980), servia para comunicar os acontecimentos da comunidade negra, como as atividades das organizações, as festas, os clubes e as notícias, pois o negro estava fora da imprensa oficial e branca. Os primeiros jornais que surgiram estavam ligados às “sociedades dançantes”, como o *Schorf*, o *Bandeirante*, o *Menelik*, o *Alfinete*; e houve também um que se preocupou mais com a cultura, com a instrução, o *Clarim*, fundado em 6 de janeiro de 1924.

As organizações com caráter mais político foram esfaceladas com a ditadura Vargas, nos anos 30, ficando apenas no cenário social os clubes recreativos, como o Aristocrata Clube. Mas os negros sempre encontraram formas de resistência, que se expressava nas escolas de samba e nos terreiros de umbanda e candomblé, precedidos pela macumba. Todas estas organizações não foram aceitas pela sociedade. Muitas sofreram perseguição policial e algumas, como a macumba, acabaram sucumbindo. Mas sua destruição não foi total, pois o macumbeiro, antes um indivíduo temido ou respeitado, passa a ser o dirigente de uma macumba organizada, agregando outros elementos que dão origem à umbanda. A resistência através das organizações negras continua com

características diferenciadas; muitas, como as escolas de samba e terreiros, são organizadas por pessoas brancas. Mas a maioria continua como centro de resistência. O Mapa 7 mostra a distribuição das escolas de samba, dos terreiros de candomblé e umbanda e das entidades do movimento negro, com uma concentração de terreiros nos distritos de Jabaquara, Cidade Ademar e Pedreira<sup>50</sup>. Relata Moura:

O negro urbano paulista, desarticulado, com uma carga de ansiedade muito intensa, adere a ela e passa a ser um dos seus organizadores. O negro se reencontra, assume status de prestígio nas tendas e consegue restabelecer em parte seus padrões religiosos. Na primeira fase da Umbanda, os grandes babalaôs eram negros. As tendas de umbanda passam a funcionar como pólos de reencontro religioso e cultural do negro paulista (MOURA, 1980, p. 163).

Isto reflete a busca de prestígio e de socialização. Em todos os lugares, o negro é humilhado, mas em suas manifestações ele se reencontra consigo mesmo e se identifica. Nesses grupos existe uma hierarquia que é respeitada e o negro pode encontrar o prestígio que jamais alcançou fora desse ambiente:

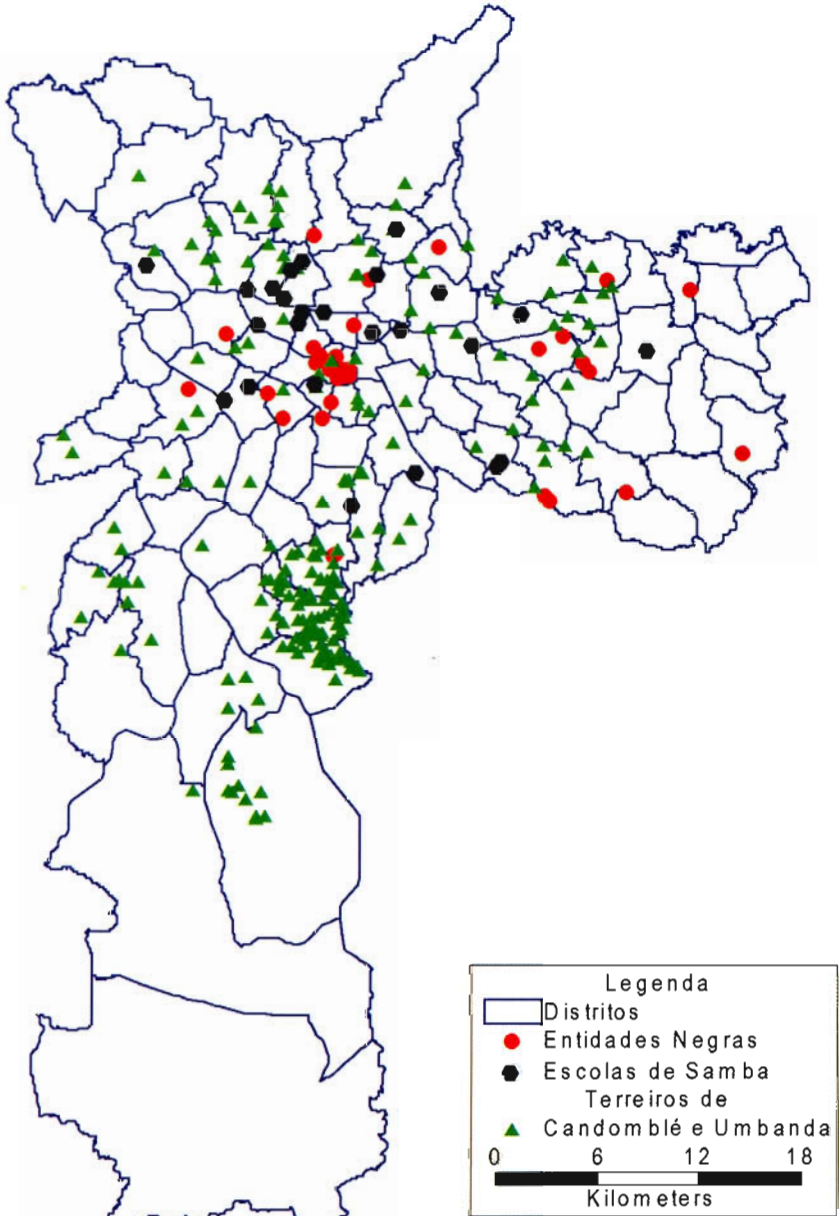
O negro procurou inicialmente se reencontrar étnica e culturalmente, mas, ao mesmo tempo, por estar engastado em uma sociedade de classes opressora usou suas unidades religiosas para se preservar e se recompor socialmente. Esta função dos centros de Umbanda, como grupos específicos negros, deve ser enfatizada para que se compreenda como e porque essa religião se expandiu no ritmo em que expandiu. O negro encontrava nesses grupos um status de prestígio que o recompensava dos bloqueios e frustrações causadores da ansiedade de que é vítima em uma sociedade discriminatória (MOURA, 1980, p. 163).

---

<sup>50</sup> Na elaboração deste livro não foi investigada a concentração territorial dos terreiros nos distritos mencionados. As informações sobre as Escolas de Samba foram fornecidas pela Liga das Escolas de Samba de São Paulo, considerando as Escolas presentes nos grupos "Especial" e de "Acesso", em fevereiro de 2004. Podem existir outros grupos de resistência que não foram considerados nessa seleção. Provavelmente o número das entidades negras presentes na cidade de São Paulo seja maior que aquele fornecido pela CONE, mas levou-se em conta apenas o cadastro dessa instituição do Município.



Mapa 7. Entidades do Movimento Negro, Escolas de Samba e Terreiros de Candomblé e Umbanda - São Paulo



Moura menciona o problema do branqueamento da umbanda e a conseqüente perda das suas características iniciais de resistência, pois as pessoas brancas da classe média, que passaram a freqüentar a umbanda, não precisavam dela para ter *status*, visto que já o tinham fora do grupo. A resistência continuou das mais diferentes formas, apesar dos anos da ditadura militar. Em 1978, surge o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, que iniciaria a retomada das organizações negras com finalidades mais abertas para a luta contra o racismo e a discriminação racial.

# AS CIDADES, O ESPAÇO E AS RELAÇÕES SOCIAIS 2

Muitos estudiosos da questão urbana afirmam que é sempre complicado definir a cidade conceitualmente, em especial quando se consideram as transformações que vêm acontecendo. Segundo Castells (1983), as cidades surgem a partir do momento em que as condições sociais e naturais possibilitam ao ser humano produzir mais do que necessitam para sobreviver. As cidades antigas surgem por volta de 3500 a 2500 a.C.<sup>1</sup> A população das cidades não tinha necessidade de permanecer nos locais de produção, mas, com o seu aparecimento, começa a ocorrer o desenvolvimento da capacidade técnica e da organização social. As cidades tornam-se centros administrativos, religiosos, culturais, políticos e comerciais.

Antes, a terra era o laboratório do homem; com o desenvolvimento, as cidades passam a ser o novo laboratório. Conquanto o processo de industrialização tenha transformado as sociedades e influenciado nos processos de mudanças, as cidades são anteriores às transformações industriais e apresentam-se como centros da vida social e política, centros de cultura e conhecimento. Diz Lefebvre:

A industrialização fornece o ponto de partida para a reflexão sobre nossa época. Ora, a cidade preexiste à industrialização. Esta é uma observação em si mesma banal, mas cujas implicações não foram inteiramente formuladas. As criações urbanas mais eminentes, as obras mais 'belas' da vida urbana ('belas', como geralmente se diz, porque são antes obras do que produtos) datam de épocas anteriores à industrialização. Houve a cidade oriental (ligada ao modo

---

<sup>1</sup> CASTELLS (1983, p. 19).

de produção asiático), a cidade arcaica (grega ou romana, ligada à posse de escravos), depois a cidade medieval (numa situação complexa: inserida em relações feudais mas contra a feudalidade da terra). A cidade oriental e arcaica foi essencialmente política: a cidade medieval, sem perder o caráter político, foi principalmente comercial, artesanal, bancária. Ela integrou os mercados outrora quase nômades, relegados para fora da cidade.[...] Quando a industrialização começa, quando nasce o capitalismo concorrencial com a burguesia especificamente industrial, a cidade já tem uma poderosa realidade. [...] São centros de vida social e política onde se acumulam não apenas as riquezas como também os conhecimentos, as técnicas e as obras (obras de arte, monumentos). A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca (LEFEBVRE, 1991, p. 3-4).

Lefebvre (1991) conceitua a cidade como projeção da sociedade sobre o local; a cidade como conjunto das diferenças entre as pessoas; a cidade como manifestação da pluralidade, pela coexistência e simultaneidade de padrões e de maneiras de viver o cotidiano.<sup>2</sup>

A tentativa de apreensão do conceito de cidade deve considerar os limites que o próprio conceito impõe. Para compreender o conceito de cidade é necessário um olhar para vários aspectos, como diz Harvey (1980):

O ponto central deveria estar claro: a única estrutura conceitual adequada para entender a cidade é a que inclui e se edifica ao mesmo tempo sobre as imaginações sociológica e geográfica. Devemos relacionar o comportamento social de acordo com a geografia e a forma espacial que a cidade assume. Devemos reconhecer que, uma vez criada uma forma espacial particular, ela tende a institucionalizar e integrar estratégias capazes de lidar com as complexidades do processo social e os elementos da forma espacial (HARVEY, 1980, p. 17).

Não obstante haja produção de materiais e das relações humanas na cidade, Lefebvre, comungando com o pensamento de Marx, apresenta a urbe também como um produto a ser consumido, não como um simples produto material, mas como uma obra de arte:

<sup>2</sup> Idem, p. 56-57 e VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. "A vida social e sua concha: notas sobre Henri Lefebvre e a cidade". *Margem*, n. 2, nov. 1993, p. 49-70.

A cidade capitalista criou o centro de consumo. A produção industrial não constitui uma centralidade própria, salvo nos casos privilegiados – se se pode dizer – da empresa importante em torno da qual edificou-se uma cidade operária. Já é bem conhecido o duplo caráter da centralidade capitalista: lugar de consumo e consumo do lugar. Os comércios se densificam no centro, que atrai os comércios raros, os produtos e gêneros de luxo. Essa centralidade se instala com predileção nos antigos núcleos, nos espaços apropriados no decorrer da história anterior. Pode-se dispensar isso tudo. Nesses lugares privilegiados, o consumidor também vem consumir o espaço; o aglomerado dos objetos nas lojas, vitrinas, mostras, torna-se razão e pretexto para a reunião das pessoas; elas vêm, olham, falam, falam-se. E é o lugar de encontro, a partir do aglomerado das coisas. Aquilo que se diz e se escreve é antes de mais nada o mundo da mercadoria, a linguagem das mercadorias, a glória e a extensão do valor de troca. Este tende a reabsorver o valor de uso na troca e no valor de troca. No entanto, o uso e o valor de uso resistem obstinadamente: irredutivelmente. Esta irredutibilidade do centro urbano desempenha um papel essencial na argumentação (LEFEBVRE, 1991, p. 130-131).

A cidade como centro do consumo é acessível apenas a alguns; no caso da cidade de São Paulo, a maioria vive nas periferias e o desemprego, a pobreza, a marginalização e as dificuldades de locomoção, por causa das grandes distâncias entre o centro e a periferia, dificultam o direito à cidade para parte da população. Embora muitos procurem conceituar a cidade, ela ainda permanece um enigma. É esse o entendimento de Vêras (2000):

a cidade é algo enigmático, ainda indecifrável em todos os seus projetos. Apesar de constituir-se como habitat no mundo da modernidade, reveste-se de muitos significados, condensa diferentes facetas ligadas ao mundo econômico, à vida social, à cultura, atingindo os modos de vida e as subjetividades, a comunicação e a questão do território e da alteridade (VÉRAS, 2000, p. 9).

O tamanho e a densidade populacional de uma cidade não são suficientes para defini-la. Na cidade, há uma condensação da vida social que se torna complexa e diferenciada. A cidade não é o resultado de uma soma de partes diferentes, pois, em grande medida, as diferenças se contrapõem e ao mesmo tempo se ajustam. Diversas atividades e grupos humanos fazem o conjunto da sociedade. Alguns sociólogos da Escola de Chicago utilizaram a imagem do mosaico para qualificar a distribuição da população, considerando em especial as diferenças étnicas. Na cidade, há a figura da centralidade que

se expressa em diferentes formas: “Centralidade do mercado que permite e regula as trocas econômicas; centralidade do poder que controla, redistribui e institui as regras de co-existência entre os grupos sociais; centralidade dos dispositivos que organizam a divisão técnica e social do trabalho; centralidade dos lugares de culto, lazer e em termos gerais de serviços oferecidos pela cidade”.<sup>3</sup>

A cidade polariza os fluxos de pessoas, de mercado, de informações etc., ligando-se a outros espaços e cidades. A cidade também se expressa através das lutas cotidianas, da circulação das idéias e é onde os excessos encontram espaço de expressão. Segundo Lefebvre, a cidade é o centro de decisão, ou melhor, agrupa os centros de decisão, tornando-se um lugar de exploração, não somente da classe operária, mas de todos aqueles que não pertencem à classe dominante. E uma das formas inerentes à sociedade urbana é o surgimento de necessidades da própria cidade:

As necessidades sociais têm fundamento antropológico; opostas e complementares, compreendem a necessidade de segurança e a de abertura, a necessidade da certeza e a necessidade da aventura, a da organização do trabalho e a do jogo, as necessidades da previsibilidade e do imprevisto, de unidade e de diferença, de isolamento e de encontro, de trocas e de investimentos, de independência (e mesmo de solidão) e de comunicação, de imediatividade e de perspectiva a longo prazo. O ser humano tem também a necessidade de acumular energias e a necessidade de gastá-las, e mesmo de desperdiçá-las no jogo. Tem necessidade de ver, de ouvir, de tocar, de degustar, e a necessidade de reunir essas percepções num ‘mundo’. A essas necessidades antropológicas socialmente elaboradas (isto é, ora separadas, ora reunidas, aqui comprimidas e ali hipertrofiadas) acrescentam-se necessidades específicas, que não satisfazem os equipamentos comerciais e culturais que são mais ou menos parcimoniosamente levados em consideração pelos urbanistas. Trata-se da necessidade de uma obra criadora [...], necessidades de informação, de simbolismos, de imaginário, de atividades lúdicas. Através dessas necessidades especificadas vive e sobrevive um desejo fundamental, do qual o jogo, a sexualidade, os atos corporais tais como o esporte, a atividade criadora, a arte e o conhecimento são manifestações particulares e momentos, que superam mais ou menos a divisão parcelar dos trabalhos (LEFEBVRE, 1991, p. 103).

Diante das necessidades presentes no contexto urbano do qual a maioria dos indivíduos faz parte, o direito à cidade passa a ser algo também ligado ao

---

<sup>3</sup> GRAFMEYER (1994, p. 12).

contexto. A quase totalidade da população vive nas cidades na maioria das sociedades desenvolvidas ou em desenvolvimento. Daí a necessidade de conhecer e apreender também o sentido do direito à cidade. Lefebvre ensina:

O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada. Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto 'o urbano', lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível. O que pressupõe uma teoria integral da cidade e da sociedade urbana que utilize os recursos da ciência e da arte. Só a classe operária pode se tornar o agente, o portador ou o suporte social dessa realização. [...] O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualidade na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade (LEFEBVRE, 1991, p. 116-117; 135).

Numa perspectiva do pensamento marxista, Lefebvre afirma que somente a classe operária é considerada capaz de realizar as transformações necessárias para que o direito à cidade seja acessível a toda sociedade e não somente a uma classe privilegiada, que detém o controle da sociedade. Para aprofundar a análise da cidade num contexto de segregação, foi necessário recorrer à análise do conceito de espaço.

Os diversos problemas sociais estão relacionados ao espaço, por isso a necessidade de não priorizar somente a questão geográfica, mas verificar os diferentes processos que constituem a produção social do espaço. Afirma Gottdiener: a "importância da abordagem dita produção social de espaço é que ela procura unificar os vários campos da análise urbana através da observação de que os atuais problemas da sociedade parecem ser cada vez mais articulados como problemas de natureza espacial".<sup>4</sup>

As transformações socioespaciais estão ligadas às mudanças ocorridas com o capitalismo que, num primeiro momento, estava centrado na fábrica; hoje, o que Gottdiener denomina capitalismo tardio está centrado na corporação multinacional. Para ele, o resultado desse capitalismo tardio é a produção de desigualdades e a acentuação das diferenças entre pobres e ricos:

<sup>4</sup> GOTTDIENER (1993, p. 28 ).

O desenvolvimento desigual tem seus correlativos espaciais, mas estes estão sujeitos a constantes mudanças em função das atividades do setor da propriedade. Assim, mesmo em áreas que experimentam um grande crescimento, podemos mostrar espacialmente a pobreza extensiva e o desemprego como guetos em depressão e degradação.. Além disso, áreas em expansão são, muitas vezes, o local de fortes crises do meio ambiente [...]. O desenvolvimento desigual, especialmente o acesso inadequado ao emprego e a salários aceitáveis, causa patologias sociais, como o crime. Alguns desses problemas se manifestam no espaço e afetam tanto o próspero quanto o menos afortunado. Além do mais, devido à natureza desordenada do desenvolvimento sócio-espacial, alguns conflitos se manifestam no espaço e afetam outros, à medida que são renegociados os custos do crescimento desigual. A maioria dos indivíduos prejudicados por esse processo, contudo pertencem a níveis inferiores da estratificação social (GOTTDIENER, 1993, p. 271).

Os problemas sociais como crime, narcotráfico, baixa qualidade de ensino, poluição, falta de acesso aos serviços, saúde, associados ao ambiente construído, são analisados mais profundamente quando se considera a perspectiva socioespacial<sup>5</sup>. Para Gottdiener, é necessário considerar sempre o espaço, em especial quando se discutem as relações sociais, que ultrapassam o limite do indivíduo e que ele denomina como questões da modernidade.

Ao pensar o urbanismo e a cidade, Harvey (1980) afirma: “o urbanismo pode ser encarado como uma forma particular ou padronizada do processo social. Esse processo pode desenvolver-se num meio espacial estruturado, criado pelo homem. A cidade pode, por isso, ser olhada como um ambiente tangível construído – um ambiente que é um produto do social”<sup>6</sup>. Nesse sentido, a cidade de São Paulo, enquanto ambiente construído, manifesta a segregação de parte de sua população, provocada pela discriminação racial. À medida que houve a valorização das regiões centrais da cidade de São Paulo, que antes eram consideradas periferia, mas hoje fazem parte do que se chama de “nobre”, ou “bairro de elite”, por exemplo, o Planalto Paulista, a Vila Madalena etc., muitos negros que habitavam essas regiões tiveram que sair, foram banidos de forma “cordial”<sup>7</sup>. A justificativa para a mobilidade descendente

<sup>5</sup> GOTTDIENER (1993, p. 273).

<sup>6</sup> HARVEY (1980, p. 158).

<sup>7</sup> No Brasil, se fala da existência do racismo cordial, por se acreditar que não haja confrontos violentos entre as raças. Cf. Folha de S. Paulo. *Racismo cordial: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil*. São Paulo: Ática, 1995.



ou segregativa do negro é atribuída ao próprio negro, numa tentativa de camuflar o processo maior de sua expulsão das regiões ou áreas valorizadas.

A idéia que os melhores espaços não são para os negros está profundamente arraigada na sociedade brasileira, que, às vezes, eles próprios não percebem que a sua mobilidade rumo à periferia esteja relacionada às forças mobilizadoras de uma sociedade hegemônica que discrimina social e racialmente:

É claro que as 'massas' não teriam deixado suas velhas vizinhanças, se as novas transformações do espaço de assentamento [...] não os tivessem encorajado a fazê-lo, de modo que aquilo que aparentemente os ecologistas observam como decisões voluntárias, em termos de demanda, são entendidas, em vez disso, como se fossem estruturadas pelas forças sociais que se articulam com o espaço através do setor propriedade. A produção social do espaço procura entender a atuação dessas forças maiores a fim de recomendar o tipo de política pública que possa abolir os transtornos da mudança sócio-espacial. [...] A ecologia convencional não deixa o pensamento concentrar-se sobre os processos históricos que produziram os padrões de distribuição demográfica da sociedade e a transferência geográfica de valor no âmago do desenvolvimento desigual criado pelas ações, em termos de oferta, dos interesses públicos e privados organizados em torno do setor da propriedade e da produção industrial. Invariavelmente, entre outras prescrições correntes de política pública que visam mudar os valores mas não as forças sociais, imediatamente vêm à tona sentimentos contra a classe trabalhadora (GOTTDIENER, 1993, p. 274).

No caso do Brasil, e da cidade de São Paulo, as forças hegemônicas, que ao longo da história têm conduzido os processos de mudanças, são aquelas que excluíram o negro do território, do lugar onde ele esteve, especialmente quando este lugar representou *status* e poder, como os lugares das regiões centrais e mais valorizadas do ponto de vista imobiliário e que, no início do século XX, eram símbolo do desenvolvimento industrial, urbano e especialmente de civilização:

A localização das pessoas no território é, na maioria das vezes, produto de uma combinação entre forças de mercado e decisões de governo. Como o resultado é independente da vontade dos indivíduos atingidos, freqüentemente se fala de migrações forçadas pelas circunstâncias [...] Isso equivale também a falar de localizações forçadas. Muitas destas contribuem para aumentar a pobreza e não para a suprimir ou atenuar (SANTOS, 1987, p. 113).

Muitos moradores das periferias pobres estão submetidos às conseqüências da quase inexistente infra-estrutura nos bairros, mas o que sobressai nas entrevistas é a tentativa de fugir dos estigmas atribuídos ao lugar ocupado. Alguns dizem que moram em um determinado bairro quando moram em outro: há quem diga que mora no Morumbi, quando na verdade mora em Campo Limpo, no Jardim Piracuama (Foto 1). Essa é uma estratégia usada para fugir aos estigmas relacionados ao bairro em que moram<sup>8</sup>. Santos afirma:

Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independentes de sua própria condição. Pessoas, com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. Enquanto um lugar vem a ser a condição de sua pobreza, um outro lugar poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhes são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhes faltam (SANTOS, 1987, p. 81).

Foto 1. Campo Limpo - Jardim Piracuama.<sup>9</sup>



<sup>8</sup> O Jardim Piracuama é uma área de ocupação irregular. É um bairro estigmatizado por causa da pobreza e violência.

<sup>9</sup> Todas as fotos são da autora.

Para Milton Santos (1987), é no espaço que acontece a mobilidade e essa mobilidade é disputada, concorrida, e, em vista do processo de espoliação vivenciado pelo negro, as oportunidades de mobilidade vão diminuindo. Diante das forças hegemônicas da sociedade, que preservam privilégios em detrimento da maioria da população, resta-lhe a resistência a partir de estratégias alternativas, como os movimentos, as associações culturais, o espaço dos terreiros etc.: “O espaço se dá ao conjunto dos homens que nele se exercem como um conjunto de virtualidades de valor desigual, cujo uso tem de ser disputado a cada instante, em função da força de cada qual”, afirma Santos (1999, p. 254). Nem todos têm as mesmas oportunidades para confrontar as forças hegemônicas na sociedade. Os negros na cidade de São Paulo jamais tiveram oportunidades em igualdade de condições com outros segmentos raciais.

Outra categoria utilizada para compreender o que ocorre no espaço é aquela de lugar, que é definida por Marc Augé como lugar antropológico, ou seja, além de preservar as características geográficas é fundamentalmente identitário, relacional e histórico. Nessa perspectiva, os bairros, em especial aqueles dos primórdios da industrialização da cidade de São Paulo, fazem parte da categoria de lugar adotada por Augé:

O lugar é necessariamente histórico a partir do momento em que, conjugando identidade e relação, ele se define por uma estabilidade mínima. Por isso é que aqueles que nele vivem podem aí reconhecer marcos que não têm que ser objetos de conhecimento. O lugar antropológico, para eles, é histórico na exata proporção em que escapa à história como ciência. [...] O habitante do lugar antropológico não faz história, vive na história (AUGÉ, 2003, p. 53).

Augé também se refere aos não-lugares como aqueles espaços que, nesse processo de modernidade, já não possuem identidade, não possibilitam a construção de relações e não são nem serão históricos. São espaços em que as pessoas circulam sem que para isso haja identificação ou relação mais duradoura, como no caso do “lugar antropológico”:

O lugar e o não-lugar são, antes, polaridades fugidias: o primeiro nunca é completamente apagado e o segundo nunca se realiza totalmente – palimpsestos em que se reinscreve, sem cessar, contudo, são as medidas da época; medida quantificável e que se poderia tomar somando, mediante algumas conversões entre superfície, volume e distância, as vias aéreas, ferroviárias, rodoviárias e

os domicílios móveis considerados ‘meios de transporte’ (aviões, trens, ônibus), os aeroportos, as estações e as estações aeroespaciais, as grandes cadeias de hotéis, os parques de lazer, e as grandes superfícies da distribuição, a meada complexa, enfim, redes a cabo ou sem fio, que mobilizam o espaço terrestre para uma comunicação tão estranha que muitas vezes só põe o indivíduo em contato com uma imagem de si mesmo (AUGÉ, 2003, p. 74-75).

Ortiz elogia a análise do conceito de “lugar antropológico” de Marc Augé, mas critica sua concepção de não-lugar, pois os lugares, para ele, fazem parte dos movimentos próprios da modernidade:

Marc Augé faz um bom apanhado do que seria a concepção tradicional do ‘lugar antropológico’. No entanto, para compreender a especificidade do mundo contemporâneo, ele lança mão do conceito de ‘não-lugar’ – espaço não-histórico, não-relacional e não-identitário, definido pelas atividades fins: comércio, trânsito, lazer, transporte. O que Augé assim considera pertence na verdade aos lugares inscritos no movimento da modernidade-mundo (ORTIZ, 1999, p. 65).

A sociedade atual apresenta as duas perspectivas: a existência do lugar com características identitárias e relacionais, construído a partir da experiência de quem o ocupa e, por outro lado, a existência de não-lugares que parecem não se constituir de identidade nem possibilitar relações que possam ser consideradas consistentes, como nos exemplos de Augé. Diz Vêras que “o espaço é o conjunto de lugares e não-lugares, alternando-se diante de paisagens identitárias ou não como nas viagens por exemplo, levando à solidão da individualidade, à relação contratual do consumo contemporâneo”.<sup>10</sup>

## Discutindo o território

Houve muita confusão com os conceitos de território e de espaço. Raffestin (1993) distingue os dois. Segundo esse autor, o espaço é dado, não é passível de modificação, enquanto o território é aquele que sofre a ação humana, sendo modificado conforme os interesses daqueles que dispõem de determinada parte no espaço. O território pressupõe a existência do espaço:

<sup>10</sup> VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. “A nov(a) (c)idade do gelo: notas perplexas sobre os novos nômades urbanos”. *São Paulo em Perspectiva*, v. 9, n. 2, 1995, p. 10-19.

“Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 4).

O território pode ser compreendido com base em diversos aspectos. Primeiro, por sua divisão espacial: território global, nacional e local com suas fronteiras previamente determinadas política e economicamente. O território nacional pressupõe um espaço amplo, que possui uma historicidade por causa da existência de uma nação e está ligado ao global. O território nacional é formado por todos os espaços locais, com suas diversidades características de cada região. Nos âmbitos local, nacional e global, Renato Ortiz afirma:

preservam-se as identidades das partes, mas o encadeamento do pensamento nos encerra no interior de um dualismo. ‘Nacional’/‘local’, ‘global’/‘nacional’ e ‘global’/‘local’ se apresentam como unidades antitéticas. Elas se realizam no espaço de suas fronteiras, possuindo a capacidade de a) definir a própria centralidade, e b) contracenar com o que lhes é externo. É isso que nos permite, por exemplo, dizer: o ‘global’ se relacionou com o ‘local’, ou com o ‘nacional’, como uma imposição vinda de fora (seja resultado da difusão cultural, seja resultado do imperialismo). O argumento pressupõe a existência de limites claros separando cada um desses territórios (ORTIZ, 1999, p. 60).

Milton Santos compreende o território como um conjunto de lugares e o espaço nacional como um conjunto de localizações que estão em constante mudança. Sua preocupação principal é que, nesse conjunto de localizações, os gastos públicos visem os seres humanos e assegurem a cidadania a todos<sup>11</sup>. Para ele, o território tem finalidades específicas:

O território, pela sua organização e instrumentação, deve ser usado como forma de se alcançar um projeto social igualitário. A sociedade civil é, também, território, e não se pode definir fora dele. Para ultrapassar a vaguidade do conceito e avançar da cidadania abstrata à cidadania concreta, a questão territorial não pode ser desprezada. [...] Há desigualdades sociais que são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra. Seu tratamento não pode ser alheio às realidades territoriais. O cidadão é o indivíduo num lugar. A República somente será realmente democrática quando considerar todos os cidadãos como iguais, independentemente do lugar onde estejam (SANTOS, 1987, p. 122-123).

<sup>11</sup> SANTOS (1987, p. 121-122).

O ser humano tem seu valor ligado ao lugar em que está. E se esse lugar é estigmatizado, as pessoas estão submetidas a constantes violências, discriminação e estigma, além de serem desprovidas de infra-estruturas básicas e não lhes serem oferecidas condições para o exercício da cidadania. As respostas às necessidades que se apresentam no cotidiano não podem ser vistas apenas sob o ângulo econômico, mas também sob o ângulo cultural, e é fundamental considerar o território nessa perspectiva. Segundo Santos, é no território, tal como ele se apresenta atualmente, que a cidadania se processa tal como ela é hoje, ou seja, incompleta: “Mudanças no uso e na gestão do território se impõem, se queremos criar um novo tipo de cidadania, uma cidadania que se nos ofereça como respeito à cultura e como busca da liberdade”.<sup>12</sup>

Para Ortiz, os territórios se unem, um influencia o outro, o local recebe influências do nacional e do mundial, e estes recebem as influências daquele. A localidade é opositora da globalidade, mas ao mesmo tempo se confunde com ela. Há uma relação dialética entre as duas:

Local, nacional e mundial se entrelaçam, portanto, de formas diversas, determinando o quadro social das espacialidades em conjunto. Este quadro irá variar segundo os contextos e, sobretudo, em função da prevalência, ou não, de determinados pré-requisitos tecnológicos e econômicos – a modernidade-mundo não se reduz ao movimento de ‘modernização’ das sociedades, e sim o acompanha. Com isso quero dizer que o nacional e o local são penetrados pela mundialização. Pensá-los como unidades autônomas seria inconsistente. Porém, como a base material da modernidade-mundo é desigual, e a expansão da cultura deve obrigatoriamente levar em conta a diversidade dos povos, sua conjunção só pode ocorrer como diferencial. O lugar é o espaço dessa diferencialidade (ORTIZ, 1999, p. 66).

A situação de pobreza e de racismo vivenciada pela população negra não é isolada, mas faz parte de um processo de desigualdade mundial, no qual as nações ricas exploram as nações pobres, através de dívidas externas, do protecionismo etc., e, ainda, através da difusão das idéias racistas que grassam no mundo inteiro, entre brancos e negros, e especialmente através das disputas entre grupos étnicos, num mesmo país.

---

<sup>12</sup> Idem, p. 6.

Milton Santos prefere também distinguir espaço e território. Ele usa um ou outro dependendo do momento e define cada um previamente. Quando ele se refere ao *território usado*, sua preocupação está em não tratar o território em si mesmo, mas em considerar todos os atores que o ocupam:

O importante é saber que a sociedade exerce permanentemente um diálogo com o território usado, e que esse diálogo inclui as coisas naturais e artificiais, a herança social e a sociedade em seu movimento atual. De fato, cada momento da ação social inclui a Terra e os homens sobre os quais tal ação se realiza. E essa ação seria outra se outros fossem o território e seu uso (MILTON, 2000, p. 26).

## Território e globalização

Conforme Milton Santos<sup>13</sup>, o território em si não é um conceito, mas se torna conceito a partir da análise social de seu uso, que ganha dimensões da globalização, pois esta revaloriza o território considerando as possibilidades de lucro. Quanto mais rentável o território, maior valor ele terá no xadrez sociopolítico:

Entre o território tal como ele é e a globalização tal como ela é cria-se uma relação de causalidade em benefício dos atores mais poderosos, dando ao espaço geográfico um papel inédito na dinâmica social.[...] Como vemos, há um uso privilegiado do território em função das forças hegemônicas. Estas, por meio de suas ordens, comandam verticalmente o território e a vida social, relegando o Estado a uma posição de coadjuvante ou de testemunha, sempre que ele se retira, como no caso brasileiro, do processo de ordenação do uso do território. Então, sob o jogo de interesses individualistas e conflitantes das empresas, o território acaba sendo fragmentado. Na ausência de uma regulação unificadora do processo social e político, o que se impõe é a fragmentação social e geográfica também como processo social e político (SANTOS, 2000, p. 22-23).

Os lugares passam a ter a importância a partir de sua capacidade de produzir riquezas. As empresas nacionais e estrangeiras vêem no território o sinônimo de lucro. E quando fazem a opção por um ou outro espaço

<sup>13</sup> Em entrevista concedida à LEITE, José Corrêa, CARVALHO, Mônica de, SEABRA, Odete. *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

consideram em primeiro plano as vantagens econômicas; o ser humano que ocupa aquele lugar geralmente não é considerado. Ocorre o processo de eleição ou não do território:

Um processo seletivo e excludente, transformando o espaço como um todo, passa a distinguir os lugares pela sua diferente capacidade de oferecer às empresas uma produtividade maior ou menor. Isso faz com que a produtividade e a competitividade deixem de ser definidas devido apenas à sua estrutura interna de cada corporação e passem, também, a ser atributos dos lugares.[...] Novas fronteiras invisíveis intranacionais passam a demarcar a composição de territorialidades descontínuas que se unem por fluxos, sob interesses de segmentos. Fundamentalmente, aproximam 'regiões avançadas', e espacialidades tecnologicamente capacitadas, lugares inseridos no diálogo das relações mundiais, num compasso de tempo cuja velocidade é incompatível à lentidão de suas áreas circunvizinhas, criando redes que se contrapõem às relações internas constituídas no arcabouço do Estado-nação. Essa organização 'vertical' do território, assumindo uma importância extrema, opõe-se à sua organização 'horizontal', representativa dos interesses da coletividade (MOURA, 2000, p. 89).

Santos (1999) lembra que o local não pode ser analisado isoladamente, nem o global, e cita Georges Benko, que utiliza o conceito de "glocalidade", globalidade e localidade, que, embora distintos, sofrem influências mútuas:

Cada lugar é, à sua maneira, o mundo.[...] Mas, também, cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais. A uma maior globalidade, corresponde uma maior individualidade. É a esse fenômeno que Benko denomina de 'glocalidade', chamando a atenção para as dificuldades do seu tratamento teórico. Para apreender essa nova realidade do lugar, não basta adotar um tratamento localista, já que o mundo se encontra em toda parte. Também devemos evitar o 'risco de nos perder em uma simplificação cega', a partir de uma noção de particularidade que apenas leve em conta 'os fenômenos gerais dominados pelas forças sociais globais' (SANTOS, 1999, p. 254).

No caso da população negra, segregada, que habita, em sua maioria, as periferias distantes, na cidade de São Paulo, a discriminação e o racismo ganham grandes proporções. Se o ser humano tem seu valor ligado ao lugar que ocupa, no caso dos negros, que têm seu valor diminuído por causa do racismo, a segregação espacial se sobrepõe ao racismo. A localização dos negros



na cidade de São Paulo não se deu de forma aleatória ou espontânea, visto que é o Estado que determina as divisões territoriais e as políticas públicas que serão implementadas e onde serão implementadas. Deve-se levar em conta a dificuldade que sempre teve a sociedade brasileira de considerar o negro como ser humano ao longo de sua história e, mesmo após a abolição da escravidão, que ele foi e é privado dos seus direitos básicos de cidadão.

## Exclusão social e espacial

O conceito de exclusão vem sendo muito discutido nos últimos anos, chegando a perder sua força para designar aqueles que sofrem as consequências do processo de desigualdade nas sociedades contemporâneas. O conceito passou a ser usado para designar todos aqueles que estão à margem da sociedade, tornando-se frágil para expressar a realidade das vítimas do capitalismo.

Robert Castel (1997) não poupa críticas ao conceito, pois, segundo ele, a exclusão está sendo usada para definir “todas as misérias do mundo: os desempregados de longa duração, o jovem da periferia, o sem-domicílio-fixado etc., são ‘excluídos’”<sup>14</sup>. A heterogeneidade da utilização do termo justifica a desconfiança de muitos pesquisadores, visto que a amplitude de sua utilização pode encobrir as verdadeiras faces daqueles que são e estão segregados em todos os sentidos. Para ele, enquanto as atenções estão direcionadas para a questão da exclusão de forma ampla, não se ataca a verdadeira chaga, que está fundamentalmente ligada à crise da sociedade salarial.

O processo que resulta numa situação de exclusão é definido antes que o resultado apareça. Por isso a exclusão tem que ser combatida antes que ocorra, e não apenas com ações paliativas. A situação do negro na sociedade brasileira e paulistana faz parte de um processo de exclusão e de tentativa de banimento de um segmento social. Martins (1997) também é enfático quando se refere à questão da exclusão. No entender dele, este conceito é empregado de forma equivocada e fetichizada, pois a palavra se tornou um conceito mágico:

---

<sup>14</sup> CASTEL (1997, p. 15).

Não existe exclusão social: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, sua esperança, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva. Essas reações, porque não se trata estritamente de exclusão, não se dão fora dos sistemas econômicos e dos sistemas de poder. Eles constituem o imponderável de tais sistemas, fazem parte ainda que os negando. As reações ocorrem no interior da realidade problemática, 'dentro' da realidade que produziu os problemas que as causam (MARTINS, 1997, p. 14).

O enfoque da análise de Martins é sobre a mudança do conceito de pobreza para o de exclusão, este relacionado a um estado contínuo de privações: de emprego, da possibilidade de consumo de bens, de habitação, das privações relacionadas ao direito civil<sup>15</sup>, entre outras. E, talvez a mais importante, a privação da esperança. Nessa perspectiva, os autores se preocupam com a utilização equivocada do termo exclusão, pois isto poderá diluir as perspectivas de combate ao processo excludente verificado na sociedade globalizada, na qual o capitalismo pressupõe um processo sem possibilidades de inclusão.

Fassim (1996) refere-se a esse processo como a “nova pobreza”, que se agrava em muitos lugares do mundo, especialmente a partir da década de 80, e se torna objeto de estudos de muitos pesquisadores sob diferentes denominações: na França, como exclusão; na América Latina, como marginalidade; e nos Estados Unidos, como *underclass*.<sup>16</sup>

Há alguns anos, pensar a questão da pobreza no Brasil significava retomar a análise dos processos migratórios, especialmente nas décadas de 60 e 70, quando o êxodo rural foi intenso, tendo como destino as grandes metrópoles brasileiras como São Paulo e Rio de Janeiro. Segundo Vêras (1999), o conceito de exclusão relacionado às questões da pobreza e da marginalidade, no Brasil, vem ganhando enfoques especiais em pesquisas nos países europeus e nos Estados Unidos porque começam a conhecer, de forma mais acentuada, o problema que, no Brasil, existe há 500 anos. O processo de globalização e o aprofundamento dos contornos capitalistas alimentam o processo de exclusão, despertando realidades que antes pareciam ausentes em alguns países. No Brasil, Vêras afirma:

<sup>15</sup> Cf. também KOWARICK (1999, p. 140).

<sup>16</sup> Conceito criticado por muitos autores: destaque WACQUANT (2003).

a urbanização capitalista vem provocando uma esteira de problemas sociais bastante conhecidos. As discussões em torno do conceito de marginalidade social nos anos sessenta e setenta são hoje retomados, acrescidos de novos componentes. Antes era visto como pobreza, uma consequência do massivo êxodo rural para as cidades internas que esvaziavam o campo das regiões nordeste e norte e inchavam as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Entendia-se à época, que os problemas urbanos de moradia (favelas), mendicância, delinqüência etc. podiam ter suas raízes nesses processos migratórios (VÉRAS, 1999, p. 13-14).

Esse processo descrito por Vêras, que antes era visto como pobreza, hoje ganha contornos mais profundos quando o limite do ter ou não ter é ultrapassado e atinge o limiar da estigmatização e da discriminação, consideradas por Sposati (1999) como exclusão, pois a privação, hoje, já não é apenas econômica, visto que comporta também uma dimensão moral: os excluídos da atualidade não têm perspectivas de mudança de sua realidade. Praticamente não existe esperança de ascensão social, já que esta se tornou ainda mais difícil diante do quadro de degradação social em que grande parcela da sociedade vive, especialmente segmentos mais empobrecidos, como a população negra. Nas décadas anteriores, a sociedade parecia oferecer alternativas às condições de pobreza. Os pobres de antes, com grandes esforços, poderiam ultrapassar a condição em que se encontravam: “A velha pobreza oferecia ao pobre a perspectiva da ascensão social, com base em pequenas economias feitas à custa de duras privações ou por meio da escolarização e do estudo dos filhos e netos quando possível. A nova pobreza já não oferece essa alternativa a ninguém. Ela cai sobre o destino dos pobres como uma condenação irremediável” (MARTINS, 1997, p. 18-19).<sup>17</sup>

A pobreza, ao ultrapassar os limites do ter ou não ter, atinge a dimensão do ser, da identidade do indivíduo, porquanto a situação de privação que lhe é imposta, em relação à profissão, contribui para a desestabilização familiar, comunitária e social, e atinge a sua identidade acenando-lhe com a falta de perspectiva quanto ao seu futuro. Às vezes, a pessoa é considerada um “estorvo”; sua situação é tão degradante que não consegue nem mesmo a posição entre o chamado “exército de reserva”. Há um acúmulo progressivo de desvantagens.<sup>18</sup>

<sup>17</sup> MARTINS (1997, p. 18-19).

<sup>18</sup> VÉRAS (1999).

Labbens (1996) chama a atenção para a “nova pobreza”, constituída da precariedade econômica e social que acomete trabalhadores e empregados, quadros sociais e jovens diplomados que não encontram lugar na sociedade. Para ele, a pobreza é a privação do mínimo necessário a uma vida decente. Ele continua mostrando a existência de um contingente de pobres em todas as sociedades, pobres não apenas economicamente. A pobreza está ligada a uma ou mais deficiências.<sup>19</sup>

No caso da França, Paugam (1996) mostra que a pobreza se tornou uma carreira para parte da população que é socorrida pelas políticas governamentais de assistência, mas que não encontra de volta o caminho da reinserção no mercado de trabalho. Ele denomina o processo como *desqualificação* social, especialmente no caso do indivíduo que é assistido durante muito tempo pela seguridade social. A pobreza nas cidades francesas apresenta-se na atualidade como um “estado” de dependência da assistência.

A discriminação racial é uma das preocupações levantadas pelos autores que discutem a questão social. A busca de soluções dos problemas sociais deverá passar pelas especificidades que fazem parte do cotidiano das sociedades, tais como as relacionadas ao gênero e à problemática racial. Castel (1997) afirma que a questão da exclusão está relacionada à degradação salarial e à vulnerabilidade do emprego. Nessa perspectiva, quando se observam os dados sobre a situação das mulheres e dos negros constata-se que a vulnerabilidade desses grupos é ainda maior que a do restante da população. É por isso que os autores até aqui comentados procuram mostrar as especificidades dos problemas encontrados nas sociedades, principalmente no que se refere ao processo de inclusão desses segmentos, especialmente do negro.

Ao pensar a pobreza no Brasil, é impossível não atentar no processo histórico, que tem suas raízes na colonização e numa economia baseada na escravidão. As conseqüências dessa realidade expressam-se no cotidiano da sociedade brasileira. É o que diz Paugam:

Inicialmente pode-se dizer que Estados Unidos e Brasil são sociedades coloniais, o que não é o caso da Europa. Portanto, a representação social da pobreza está ligada, de certa forma, a história da colonização. A questão é saber se as sociedades são ou não segregativas. Apesar de hoje não se aplicar o conceito de segregação racial como era utilizado há cerca de um século quando da

---

<sup>19</sup> LABBENS in PAUGAM (1996, p. 64).

escravidão, há formas de segregação que se mantiveram na vida econômica e social. Ao visitar bairros pobres e cidades americanas, ou as favelas, no Brasil, é possível perceber que há uma relação entre a cor da pele e a segregação. À primeira vista parece não se tratar da questão de raças em toda sua complexidade, mas da combinação de vários fatores, entre eles o econômico e também a cor da pele, parece que há, ainda hoje, alguma espécie de forte discriminação, a partir desse critério (PAUGAM, in VÉRAS, 1999, p. 103).

A preocupação dos estudiosos da questão da exclusão volta-se para o território, pois este se expressa na segregação espacial. Aqueles que são vítimas do processo de degradação social estão nos bairros mais pobres e periféricos. Quando estão presentes nos grandes centros e próximos das zonas da elite, estão em favelas e cortiços, provocando a preocupação da classe dominante com a segurança. Kowarick lembra o trabalho de Tereza Caldeira sobre os “enclaves fortificados”:

Os ricos desenvolvem em relação aos pobres uma prática de evitação social: a mistura, o diferente deve ser evitado, pois é perigoso: esta evitação é o inverso da expansão e consolidação da cidadania que supõe também o reconhecimento e a aceitação da diferença. Sem o que o conflito não é superado pela negociação, mas pelo arbítrio, discriminação e violência dos mais poderosos (KOWARIK, 1999, p. 142).

Estudiosos da sociologia brasileira perceberam que a busca de solução dos problemas da sociedade passa pelo enfrentamento da questão racial. Costa Pinto (1952) preocupou-se com a questão da segregação espacial no Rio de Janeiro e constatou que 70,95% da população do Distrito Federal era de “cor”. Essa preocupação pode ser encontrada também em Pierson (1945), que também observou que a elite de Salvador estava nos lugares altos da cidade, enquanto os negros ocupavam os espaços considerados inferiores, os lugares baixos da cidade. Ele revelou, ainda, certo desconforto dos brancos que moravam na rua Sete de Setembro quando conviviam com vizinhos negros, pois tinham receio de que o local em que moravam pudesse vir a ser considerado inferior. Contudo Pierson acredita que a segregação espacial esteja ligada à classe e não à raça.

Ianni e Cardoso (1960) também se preocuparam com a questão e mostraram que, à medida que algumas áreas iam-se urbanizando e se valorizando, em Florianópolis, a população negra era afastada dessas áreas

para outras mais distantes, juntamente com outros pobres. Os autores também apontam a classe como o agente da segregação espacial. Edward Telles (1993) é outro que constata que a crise dos anos 80, no Brasil, contribuiu para o aumento da segregação espacial, especialmente com os programas habitacionais do governo, que “empurram” a população negra e pobre para regiões mais distantes, e percebe ainda o aumento dos condomínios de luxo da classe média.<sup>20</sup>

## A segregação urbana

Os estudos sobre segregação têm seu fundamento na análise dos guetos na cidade de Chicago, que foi amplamente analisada pelos pesquisadores da Escola de Chicago<sup>21</sup> e que ainda hoje serve de base para as pesquisas sobre as questões urbanas. Wirth (1980) apresenta algumas características da estrutura urbana a partir da experiência de Chicago. Uma destas é a heterogeneidade da população urbana. Ele analisa a homogeneidade no interior de grupos como o gueto judeu:

A heterogeneidade da população urbana é também assinalada por fatores raciais e étnicos. Os estrangeiros e seus filhos constituem aproximadamente dois terços de todos os habitantes. Sua proporção na população urbana decresce à medida que diminui o tamanho da cidade, até que nas áreas rurais eles participam somente com um sexto do total da população. Da mesma forma, as cidades maiores atraíram mais negros e outros grupos raciais do que as comunidades pequenas. Considerando que a cidade, o sexo, a raça, a origem étnica se acham associados com outros fatores como ocupação e interesse, verifica-se claramente que uma das características principais do habitante urbano é a dessemelhança de seus concidadãos.[...] As cidades, em geral, e as americanas em particular, são formadas de uma gama heterogênea de povos e de culturas, de modos de vida altamente diferenciados entre os quais muitas

---

<sup>20</sup> TELLES (2003).

<sup>21</sup> A cidade de Chicago ficou marcada historicamente pela fecundidade dos estudos que foram realizados sobre ela entre 1880 e 1960. Durante o século XIX, Chicago recebeu um grande número de imigrantes e sua rápida transformação a torna objeto fértil de estudo, principalmente sobre os problemas relacionados à imigração, às relações étnicas, aos conflitos raciais, às mudanças urbanas, à pobreza crônica de parte da população, aos conflitos relacionados à violência, à juventude etc. Cf. CHAPOULIE, Jean-Michel. *La tradition sociologique de Chicago - 1892-1961*, p. 13.

para outras mais distantes, juntamente com outros pobres. Os autores também apontam a classe como o agente da segregação espacial. Edward Telles (1993) é outro que constata que a crise dos anos 80, no Brasil, contribuiu para o aumento da segregação espacial, especialmente com os programas habitacionais do governo, que “empurram” a população negra e pobre para regiões mais distantes, e percebe ainda o aumento dos condomínios de luxo da classe média.<sup>20</sup>

## A segregação urbana

Os estudos sobre segregação têm seu fundamento na análise dos guetos na cidade de Chicago, que foi amplamente analisada pelos pesquisadores da Escola de Chicago<sup>21</sup> e que ainda hoje serve de base para as pesquisas sobre as questões urbanas. Wirth (1980) apresenta algumas características da estrutura urbana a partir da experiência de Chicago. Uma destas é a heterogeneidade da população urbana. Ele analisa a homogeneidade no interior de grupos como o gueto judeu:

A heterogeneidade da população urbana é também assinalada por fatores raciais e étnicos. Os estrangeiros e seus filhos constituem aproximadamente dois terços de todos os habitantes. Sua proporção na população urbana decresce à medida que diminui o tamanho da cidade, até que nas áreas rurais eles participam somente com um sexto do total da população. Da mesma forma, as cidades maiores atraíram mais negros e outros grupos raciais do que as comunidades pequenas. Considerando que a cidade, o sexo, a raça, a origem étnica se acham associados com outros fatores como ocupação e interesse, verifica-se claramente que uma das características principais do habitante urbano é a dessemelhança de seus concidadãos.[...] As cidades, em geral, e as americanas em particular, são formadas de uma gama heterogênea de povos e de culturas, de modos de vida altamente diferenciados entre os quais muitas

---

<sup>20</sup> TELLES (2003).

<sup>21</sup> A cidade de Chicago ficou marcada historicamente pela fecundidade dos estudos que foram realizados sobre ela entre 1880 e 1960. Durante o século XIX, Chicago recebeu um grande número de imigrantes e sua rápida transformação a torna objeto fértil de estudo, principalmente sobre os problemas relacionados à imigração, às relações étnicas, aos conflitos raciais, às mudanças urbanas, à pobreza crônica de parte da população, aos conflitos relacionados à violência, à juventude etc. Cf. CHAPOULIE, Jean-Michel. *La tradition sociologique de Chicago - 1892-1961*, p. 13.

vezes há apenas um mínimo de comunicação, a maior parte das indiferenças e a maior tolerância, por vezes árdua luta, mas sempre o contraste mais marcante (WIRTH, in VELHO, 1980, p. 107-108).

A sociologia urbana está centrada nos aspectos da vida social e, em especial, se interroga sobre o desenvolvimento e interação do ser humano numa sociedade urbanizada. É nesse contexto que as tensões se expressam: “tensões entre a distância e a proximidade, entre a localização e a mobilidade, entre a heterogeneidade e a integração, entre as linhas de força que comandam o futuro das cidades e a gestão coletiva das economias da cidade”<sup>22</sup>. Na estrutura urbana há uma estratificação que tem sua expressão espacial na segregação urbana. Castells expõe:

A distribuição das residências no espaço produz sua diferenciação social e específica à paisagem urbana, pois estão na base do tipo e do nível das instalações e das funções que ligam a elas.[...] Num primeiro sentido, entendemos por segregação urbana, a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia. [...] A estratificação e a segregação urbanas não são a projeção direta sobre o espaço do sistema de estratificação social, mas um efeito de distribuição do produto entre os sujeitos. E do produto moradia no espaço, bem como da correspondência entre os dois sistemas de distribuição. Esta abordagem exige que se deduza a composição do espaço social a partir do estudo de seu processo de produção, tanto a nível das formas urbanas, quanto da distribuição dos indivíduos entre elas (CASTELLS, 1983, p. 210 e 213).

Para Paugam (1996), a segregação espacial está ligada à problemática da vulnerabilidade em países considerados pobres, visto que se pode mudar rapidamente de uma vida estável e num espaço privilegiado para uma condição miserável e espacialmente segregada. Contudo, como mostram muitos estudos, os países ricos também fazem uso de uma política segregacionista, empurrando os pobres e indesejados para fora das regiões ricas.

Não é possível fazer uma simples aplicação do “gueto” às realidades da periferia. O gueto, historicamente, vem carregado de significado. Não se deve fazer uma simplificação de algo complexo, que teve ao longo da história

<sup>22</sup> GRAFMEYER (1994, p. 7).



vezes há apenas um mínimo de comunicação, a maior parte das indiferenças e a maior tolerância, por vezes árdua luta, mas sempre o contraste mais marcante (WIRTH, in VELHO, 1980, p. 107-108).

A sociologia urbana está centrada nos aspectos da vida social e, em especial, se interroga sobre o desenvolvimento e interação do ser humano numa sociedade urbanizada. É nesse contexto que as tensões se expressam: “tensões entre a distância e a proximidade, entre a localização e a mobilidade, entre a heterogeneidade e a integração, entre as linhas de força que comandam o futuro das cidades e a gestão coletiva das economias da cidade”<sup>22</sup>. Na estrutura urbana há uma estratificação que tem sua expressão espacial na segregação urbana. Castells expõe:

A distribuição das residências no espaço produz sua diferenciação social e específica à paisagem urbana, pois estão na base do tipo e do nível das instalações e das funções que ligam a elas.[...] Num primeiro sentido, entendemos por segregação urbana, a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia. [...] A estratificação e a segregação urbanas não são a projecção direta sobre o espaço do sistema de estratificação social, mas um efeito de distribuição do produto entre os sujeitos. É do produto moradia no espaço, bem como da correspondência entre os dois sistemas de distribuição. Esta abordagem exige que se deduza a composição do espaço social a partir do estudo de seu processo de produção, tanto a nível das formas urbanas, quanto da distribuição dos indivíduos entre elas (CASTELLS, 1983, p. 210 e 213).

Para Paugam (1996), a segregação espacial está ligada à problemática da vulnerabilidade em países considerados pobres, visto que se pode mudar rapidamente de uma vida estável e num espaço privilegiado para uma condição miserável e espacialmente segregada. Contudo, como mostram muitos estudos, os países ricos também fazem uso de uma política segregacionista, empurrando os pobres e indesejados para fora das regiões ricas.

Não é possível fazer uma simples aplicação do “gueto” às realidades da periferia. O gueto, historicamente, vem carregado de significado. Não se deve fazer uma simplificação de algo complexo, que teve ao longo da história

---

<sup>22</sup> GRAFMEYER (1994, p. 7).

um significado importante para a compreensão dos povos, notadamente dos europeus. A classificação das residências dos habitantes e ainda das atividades por ruas e bairros existe desde a antiguidade. Na cidade, a segregação está presente de alguma forma. Contudo, a palavra segregação não é antiga.

Guerrand (1996) considera que a cidade segregada começa a existir na França a partir do século XIX. Antes, os nobres de Paris estavam localizados em várias regiões da cidade; não havia uma concentração. Mas, a partir daquele século, ocorre uma mudança radical do clima social e a classe dominante manifesta profundo desprezo pelos trabalhadores, considerados selvagens e perigosos, além de serem também vistos como membros de uma categoria inferior. Desde então, o movimento de separação destas categorias “perigosas” começa a tomar forma, especialmente com a forte política de habitação e reestruturação da cidade de Paris realizada por Haussman, que vai exilar as “classes perigosas” na periferia da cidade, dando lugar a uma cidade composta de ruas “bem habitadas” e “guetos proletários”. Se antes da Revolução havia uma heterogeneidade das habitações, no século XIX praticamente esta heterogeneidade vai desaparecer. A preocupação de Haussman foi sobretudo beneficiar os ricos, pressionando o êxodo dos proletários para a periferia.<sup>23</sup>

Com o desenvolvimento urbano e industrial, a classe hegemônica paulistana agiu da mesma forma, criando “bairros higiênicos” para a elite e empurrando para as periferias os indesejados, ou seja, os negros, que recentemente saíam do regime escravagista.

A figura do gueto, para a análise da segregação, pode contribuir, mas também pode ser um obstáculo à compreensão da problemática. No caso das periferias, há uma grande heterogeneidade de origem, etnias e culturas, especialmente naqueles conjuntos habitacionais em que a população é majoritariamente operária. No caso do gueto, havia uma homogeneidade de origem<sup>24</sup>. No Brasil, os territórios com maior concentração de negros, como algumas periferias na cidade de São Paulo, não podem ser considerados guetos, sobretudo por causa da sua heterogeneidade histórica, social e territorial.

---

<sup>23</sup> GUERRAND in PAUGAM (1996).

<sup>24</sup> Cf. WACQUANT (2003) e GRAFMEYER (1994).

Para Grafmeyer, as periferias francesas são consideradas “bairros de exílio”, neles estando aqueles que não se integraram nos aspectos sociais, financeiros, escolares etc., muito mais que culturalmente, como é o caso dos exemplos da Escola de Chicago. A segregação existente nos bairros franceses é diferente daquela nos Estados Unidos. Veillard-Baron analisa a problemática nos dois países:

O fato migratório sempre foi valorizado nos Estados Unidos diferentemente da França, o fato racial não pára de criar novas fraturas. Um psicodrama inesgotável se coloca sobre a linha da separação das cores. Através da memória da escravidão e da guerra de Secessão, através dos conflitos e da corrupção presente no centro das cidades, e a distinção Branco-Negro que é sempre colocada em primeiro plano. Por comparação, os hispânicos, mexicanos, cubanos e outros porto-riquenhos não representam identidades rígidas. O separatismo branco rejeita os negros, como se a clivagem racial estivesse totalmente interiorizada. Quatro brancos sobre cinco vivem nos Estados Unidos em um bairro mono-racial. [...] A igualdade dos direitos obtidos pela grande luta dos negros não resultou em igualdade social; a crise econômica frustrou a vitória jurídica (VEILLARD-BARON, 1994, p. 58).

Contudo, Veillard-Baron acrescenta que as políticas de ação afirmativa nos Estados Unidos possibilitaram a ascensão social de negros. Grafmeyer (1994) considera as diferenças de localização entre determinados grupos, numa cidade, a partir da posição social ou da origem étnica. Para ele, a idéia de segregação pressupõe algo empírico, já que, considerando os grupos presentes na sociedade, pode-se levar em conta também as diferenças de acesso que os mesmos têm aos bens materiais e simbólicos oferecidos pela cidade.

Shelling citado por Grafmeyer distingue três tipos de processo de segregação<sup>25</sup>: o primeiro é a segregação institucionalizada, fruto de uma ação organizada, que pode ser legal ou ilegal, mas está de acordo com os valores dominantes na sociedade; o segundo tipo de processo é a segregação como resultado das desigualdades existentes na sociedade, caso em que a segregação não se limita apenas à questão residencial ou de mercado, mas há também a segregação das posições sociais; e por último existe a segregação provocada pela discriminação de sexo, idade, cultura, etnia e raça.

<sup>25</sup> Cf. GRAFMEYER (1994, p. 38-39).

Os três tipos de processos de segregação podem estar separados, como também podem ser encontrados numa combinação. A principal diferença entre os tipos está no voluntário, quando um determinado grupo decide segregar-se. Alguns autores lembram o caso dos judeus que, em determinado momento de sua história de diáspora, optaram pela separação. E há o tipo de segregação imposta, quando o mesmo grupo foi obrigado a se segregar por determinação da sociedade em que se encontrava<sup>26</sup>:

A segregação nos Estados Unidos se apóia em distintos aspectos do pluralismo como raça, origem étnica, religião e cultura – ou alguma combinação destes – unidos à diferença de classe. As diferenças culturais entre negros e brancos nascidos nos Estados Unidos não são muito marcantes. A segregação se baseia na interação geral entre o *status* da classe inferior e um status racial ao qual se considera negativamente. As diferenças de status entre raças estão institucionalizadas na estrutura e na cultura da sociedade, se bem que de forma ambígua, pois se trata de algo contrário ao ethos democrático. As pessoas de baixo status racial não tem muitas oportunidades de êxito, devido a seu confinamento em bairros pobres e escolas ruins, e a sua concentração em ocupações manuais e de peonagem. Ao mesmo tempo, os relativamente baixos níveis de êxito contribuem para depreciar ainda mais o status racial do negro (KUPER, 1974, p. 520).

A segregação espacial e a situação de pobreza estão intimamente ligadas. Nos anos 80, surgem nos Estados Unidos os “underclass”, concentrados sobretudo nos bairros degradados da sociedade, preocupando principalmente as autoridades públicas e os pesquisadores que analisam a incômoda presença daqueles que são considerados fora da estrutura social<sup>27</sup>. O termo “underclass” foi empregado sobretudo para designar algumas categorias sociais, na sociedade norte-americana, especialmente imigrantes afro-americanos, étnica e socialmente estigmatizados; os porto-riquenhos e os mexicanos, cuja habitação localizava-se principalmente nos bairros deteriorados e nos chamados guetos. Habitar esses locais significa habitar um lugar de denúncia, de acusação pública e de desprezo.<sup>28</sup>

O termo “underclass” aplica-se, sobretudo, à população negra presente na sociedade urbana nos Estados Unidos e aparece como um aspecto central da sociedade. Já no caso das sociedades européias, o termo foi importado, mas com nuances particulares porque se aplica sobretudo aos imigrantes

<sup>26</sup> WIRTH (1980), BASTIDE (1970, p. 37) e COSTA PINTO (1952, p. 115).

<sup>27</sup> WACQUANT (1996).

<sup>28</sup> ROLNIK (1989; 1999).

pobres do mundo inteiro que povoam determinados lugares. Não existe homogeneidade na utilização do termo. E provavelmente os “underclass” apresentam-se de forma diferenciada na América Latina, e em especial no Brasil<sup>29</sup>. A pobreza urbana manifesta-se sobretudo em áreas segregadas das cidades, embora haja fragmentação, como em São Paulo.

Como se viu, Fassin (1996), num estudo sobre exclusão, afirma que, com o desenvolvimento da pobreza urbana, surgem três figuras neste cenário: exclusão na França; *underclass* nos Estados Unidos e marginalidade na América Latina. Estas figuras dão lugar a três configurações do espaço social: dentro/fora; alto/baixo; centro e periferia. A marginalidade, como é concebida na atualidade, vai surgir na década de 50 com o desenvolvimento das cidades e a migração rural massiva.

## A segregação racial

Costa Pinto (1952) considera que um dos aspectos mais odiosos da discriminação racial é a segregação espacial que impede diferentes grupos, considerados inferiores, de ter acesso a determinados lugares. Ele lembra os primórdios do gueto, com os judeus<sup>30</sup>, e os estudos de Louis Wirth, sobre o gueto negro nos Estados Unidos, considerado um exemplo extremo. No estudo realizado sobre o negro, no Rio de Janeiro, o escritor percebe que, conquanto as características sejam diferenciadas, existe uma segregação espacial na cidade, que está ligada à cor e à classe. É o que ele diz:

as favelas do Rio de Janeiro constituem uma área social caracteristicamente definida pelo tipo social de seus habitantes - e pela posição social que eles ocupam no sistema de vida social da cidade - a conclusão, documentadamente provada, a que se chega, é que nelas a segregação existe e em índice altamente expressivo: enquanto que, em cada 100 habitantes do Rio de Janeiro, 27 são de cor - na população das favelas, em cada 100 habitantes, 71 são de cor. Essa grande diferença entre a proporção dos elementos de cor no Rio de Janeiro e a proporção dos elementos de cor nas áreas mais deterioradas da cidade - é a forma mais expressiva pela qual se manifesta aqui a segregação étnica (COSTA PINTO, 1952, p. 144).

<sup>29</sup> WACQUANT (1996).

<sup>30</sup> Segundo Robert Park, provavelmente o gueto teve suas origens em Veneza, na Itália, com os judeus. O gueto, nesse caso, foi uma opção direcionada à resistência do grupo. Posteriormente, o termo gueto passou a se referir aos grupos raciais ou etnicamente segregados. PARK, in WIRTH (1980).

Essa ocupação dos piores lugares é vista com naturalidade pela sociedade. A idéia de democracia racial naturaliza o racismo; é como se a segregação socioespacial fosse natural. Bastide (1955) lembra que o negro ocupa o mesmo espaço que o branco: as praças, os jardins, o mesmo ônibus. Embora raramente um branco se sente quando um negro está sentado ou então quando, após a sessão de cinema, descobre que está sentado ao lado de um negro, a surpresa não é tão agradável. Ele chama a atenção para a prática do paternalismo e da padrinagem como forma de manutenção do *status* dominante do branco e da submissão do negro, que deve permanecer em “seu lugar”, reverenciando a elite dominante:

O paternalismo impede as tensões e ameniza as relações entre as raças. Mas ao mesmo tempo fortifica a dominação de um grupo de cor sobre o outro, institucionaliza a subordinação dos negros que não podem beneficiar (*sic*) da proteção ou de alguma familiaridade no tratamento pela parte dos brancos que à condição de ‘saber ficar no seu lugar’, de fazer prova de deferência, de reconhecimento e de respeito. É pois um instrumento de controle político e econômico que, deteriorando as relações possíveis de competição numa sociedade individualista como a nossa, impedindo a luta e tornando inútil toda vontade de mobilidade coletiva dos negros, assegura à classe branca a supremacia na segurança (BASTIDE, 1970, p. 61).

O lugar urbano e social que o negro ocupa não é o mesmo do branco. A separação é evidente, embora haja um permanente controle para que possa parecer que todos têm o mesmo tipo de acesso a algo de interesse. Donald Pierson (1945) também faz referência aos lugares ocupados pelos negros em Salvador:

Em geral, pode dizer-se que os brancos e os mestiços mais claros ocupam os altos da cidade, que são mais confortáveis, saudáveis e cômodos, onde, portanto, os imóveis são mais caros; ao passo que os pretos e os mestiços mais escuros residem geralmente nas áreas baixas, menos convenientes e saudáveis, onde, portanto, os imóveis são mais baratos, bem como nas áreas afastadas, menos acessíveis. Por outras palavras, os altos dos ‘ricos’ correspondem, em geral, às áreas residenciais dos brancos e dos mestiços mais claros, enquanto que os vales dos pobres e as regiões adjacentes correspondem, em grande parte, às áreas residenciais da parte mais escura da população (PIERSON, 1945, p. 72).

A cor é determinante em todos os aspectos da vida social do negro. Quanto mais claro, melhor será a sua aceitação na sociedade, enquanto que os mais escuros tendem a ser empurrados para fora do lugar ocupado pelos brancos. Pierson acredita que a situação de pobreza causada pelas conseqüências da escravidão é que justifica a segregação sócio-espacial. Para ele, “embora a Bahia esteja dividida de modo definido em classes ‘superiores’ e ‘inferiores’, que ocupam áreas bastante distintas da cidade, e estas classes e divisões geográficas tendam a corresponder aproximadamente às divisões de cor, pode-se notar algumas exceções importantes, cujo aparecimento indica antes classe que raça, como base da organização social”<sup>31</sup>. Mas afirma que a presença de vizinhos negros em bairros entendidos como de brancos incomodava muito, especialmente porque o bairro poderia ser considerado inferior.

Fernandes (1971) afirma que a superação da segregação somente seria possível quando os negros tivessem as mesmas oportunidades que os brancos<sup>32</sup>. A permanência das desigualdades, ao longo dos anos, representa um desafio, não apenas para a população negra, mas para toda a sociedade brasileira, que ainda “vende” uma imagem de democracia racial e de oportunidades iguais para todos. Contudo, o cotidiano de desigualdades e de violência mostra que ainda se está longe de atingir a democracia para todos, em especial porque há permanentemente a tentativa de esconder a verdadeira face do Brasil, um país racista e nas mãos de poucos.

A análise de Florestan Fernandes sobre o problema da moradia no início do século passado continua atual. A situação da população negra em relação à moradia continua precária. Segundo Vêras (1991), a moradia em um cortiço poderia custar em média até 50% da renda familiar, considerada de meio a um salário mínimo. Para o negro que estava sem trabalho, sem um lugar na sociedade, não era possível morar dignamente, nem mesmo ter acesso aos cortiços, pois era necessário pagar o aluguel. Fernandes afirma:

A moradia representava um dos problemas básicos na luta pela sobrevivência. Muito se falou a respeito das condições de vida no cortiço e das conseqüências do apinhamento concentrado de pessoas num quarto comum. Os que se achavam nessa condição já possuíam alguma coisa, pois tinham um teto para se abrigar. Um dos informantes mais fidedignos relata que ‘muitos não tinham

<sup>31</sup> PIERSON (1945, p. 78).

<sup>32</sup> FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos Brancos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

onde morar': 'minha mãe mesmo chegou a dormir comigo e com minha irmã em uma privada, por falta de outro lugar'. Ao descrever o quarto, que compartilhava com ambas, afirma: 'não havia cama, nem colchão. O chão era de terra batida. A cama era uma esteira velha. Não havia cobertas e nem roupa de cama'. Corresponder ao aluguel de um quarto no cortiço já representava um êxito, pois era preciso possuir dinheiro para pagá-lo e varar as resistências do locador. O pretendente 'negro' podia ser rejeitado; algumas vezes por causa da cor mas também porque o locador temia pela regularidade dos pagamentos só quando conseguia boas referências é que acedia na locação (FERNANDES, 1978, p. 147).

O cortiço é uma das formas mais antigas de habitação na cidade, que surgiu com o processo de industrialização de São Paulo, sobretudo como resultado da exploração da mão-de-obra barata. Vêras (1991 e 1992) realizou vários estudos sobre esse tipo de moradia na cidade de São Paulo e afirma:

Os cortiços representam um dos segmentos mais significativos nas cidades brasileiras, compondo, no quadro de pobreza urbana, uma de suas modalidades mais antigas. Em São Paulo, se originaram nos primórdios da industrialização, em fins do século passado. Eram famosas as vilas de cômodos, os porões habitados, os cômodos alinhados em vielas que abrigavam os trabalhadores mais pobres e menos qualificados nos bairros operários, próximos aos locais de emprego, como Brás, Pari, Mooca, Bexiga (VÉRAS, 1992, p. 100).

Esse tipo de moradia continua presente na cidade, com aumento considerável na última década, como conseqüência da perda do poder aquisitivo, do aumento da pobreza e da falta de políticas habitacionais que respondam à demanda de habitação.<sup>33</sup>

---

<sup>33</sup> A FIPE, em 1994, estimou a presença de cerca de 600 mil moradores em cortiços na cidade de São Paulo, em 1994. Cf. SAMPAIO e PEREIRA (2003, p. 172).



## Os negros na cidade de São Paulo

De um lado, os homens livres (proprietários de escravos) e, de outro, os próprios cativos constituem os dois grandes grupos sociais do velho burgo – estão misturados no tecido urbano porque infinitamente separados no tecido social; um é o não outro; a definição clara porque é oposição binária em todas as dimensões: econômica, jurídica, social, moral. Esta dupla define também o lugar dos ‘sem lugar’ – os homens livres não proprietários de escravos. Na cidade, como na sociedade, estarão ‘ao redor’ ou ‘vagando’ – são os caipiras e os vagabundos (ROLNIK, 1981, p. 7).

Um dos processos que mais abalou a sociedade brasileira foi a desagregação do regime escravo. Com as transformações provocadas nos primórdios do capitalismo e da industrialização, o negro foi sendo lentamente eliminado da estrutura econômica e social do país, ao ser substituído pelo trabalhador imigrante. As perspectivas para a “nova sociedade” demandavam mudanças radicais e nestas a sociedade hegemônica não pensou em considerar a população que sustentou toda a estrutura do Brasil até o século XIX. Na história, na literatura e na memória houve uma tentativa de esquecer tudo o que era nacional: os pretos, os mestiços, os índios e os caipiras. Tudo o que era brasileiro foi desvalorizado.<sup>34</sup>

O negro foi trazido para o Brasil como escravo para trabalhar na agricultura e viveu os momentos de sua história no meio rural. Com o desenvolvimento industrial e urbano, as contradições se aprofundam, provocando mudanças estruturais, porém determinadas pelas exigências capitalistas e sem modificar as relações sociais<sup>35</sup>. Bastide relata as transformações pelas quais passa o Brasil nesse período:

Não havia em 1850 mais que 50 estabelecimentos industriais em todo o país com o capital de 700 contos e em 1880, às vésperas da abolição, 288 estabelecimentos com 18.088 trabalhadores. [...] De 1880 a 1914, o número das fábricas passou de 7.133 e o número de trabalhadores subiu para 217.335; mas a indústria era do tipo artesanal, de gestão familiar, salvo alguns “ateliers” mais importantes e centrados na produção de bens de consumo (alimentação, têxteis, móveis, ferramentas agrícolas) (BASTIDE, 1970, p. 56).

<sup>34</sup> FERREIRA DOS SANTOS (1998, p. 15).

<sup>35</sup> COSTA PINTO (1952, p. 30).

Todos perceberam a dimensão do crescimento industrial e o desenvolvimento urbano, dos industriais aos intelectuais, mas o crescimento e o desenvolvimento social não acompanhou na mesma proporção. Conforme Fernandes (1971), a implantação da ordem social competitiva, com primazia para a orientação do desenvolvimento econômico, possibilitou a desagregação do sistema servil e também contribuiu para que o negro perdesse o seu papel na sociedade brasileira, particularmente em São Paulo, que se constituiu como pólo do novo desenvolvimento econômico.

O novo momento que a sociedade estava vivendo, notadamente com o desenvolvimento econômico, era incompatível com as características do trabalhador servil, baseado no regime da escravidão. Daí surgiu a justificativa de incentivo à imigração, pois os imigrantes seriam aproveitados nas indústrias e no novo sistema econômico que nascia. A escravidão seria incompatível com uma sociedade que estava se desenvolvendo economicamente.

Nesse processo, há uma tentativa de esquecimento das estruturas sociais e econômicas anteriores. O importante era priorizar o desenvolvimento econômico. E, dessa forma, o negro, como novo liberto, foi deixado de lado. Não havia espaço para aquele que havia sido a base da construção da sociedade brasileira. O negro não somente foi deixado de lado, mas pretendia-se que desaparecesse. Nesse sentido, havia previsões de que, com o passar do tempo, os negros seriam de tal forma absorvidos pela sociedade branca, que desapareceriam, em especial por causa da mestiçagem<sup>36</sup>. O problema da adaptação do negro no novo sistema não foi uma preocupação da classe dominante, que visava à expansão do capitalismo. Não houve uma referência aos aspectos sociais, o que gerou distorções sociais sentidas ainda hoje, cujas raízes, estão, sem dúvida, naquele período inicial de sociedade livre.

Pensava-se em eliminar tudo o que não significasse progresso, civilização e desenvolvimento. Pretendia-se esconder tudo o que era “nacional”, embora tanto a cultura quanto a população teimassem em continuar presentes<sup>37</sup>:

Ninguém se preocupou com as questões que caíam fora das exigências mais prementes das condições econômicas, políticas e jurídicas da expansão do capitalismo [...]. As contradições sociais herdadas do passado e que entravavam a integração do ‘negro’ e do ‘mulato’ à ordem social competitiva emergente

---

<sup>36</sup> Cf. LEITE e CUTI (1992, p. 21).

<sup>37</sup> FERREIRA DOS SANTOS (1998, p. 38).

não interessavam senão à ‘população de cor’, de resto a única diretamente prejudicada por aquelas contradições. Não é de estranhar, pois, que setores favorecidos pela dinamização do desenvolvimento capitalista voltassem as costas ao drama humano dos descendentes dos ex-escravos e, ainda mais, que ignorassem as implicações negativas da falta de integração da sociedade nacional ao nível das relações raciais (FERNANDES, 1971, p. 31).

A preocupação com o desenvolvimento econômico, que deixava de lado os aspectos sociais da vida de parte da população, provocou grave desequilíbrio com conseqüências na atualidade. Com a eliminação do escravo<sup>38</sup>, surge o negro no cenário, na categoria social inferior, de extrema pobreza, conquanto houvesse a tentativa de “esquecimento” e de banimento de sua presença. Uma das estratégias que seriam utilizadas era a miscigenação, até a eliminação total do negro<sup>39</sup>:

Os negros e os mulatos ficaram à margem ou se viram excluídos da prosperidade geral, bem como de seus proventos políticos, porque não tinham condição para entrar nesse jogo e sustentar as suas regras. Em conseqüência, viveram dentro da cidade, mas não progrediram com ela e através dela. Constituíam uma congêrie social, dispersa pelos bairros, e só partilhavam em comum uma existência árdua, obscura e muitas vezes deletéria. Nessa situação, agravou-se, em lugar de corrigir-se, o estado de anomia social transplantado do cativo (FERNANDES, 1978, p. 99).

Para responder às novas necessidades que surgem a partir do crescimento econômico e do nascimento da sociedade industrial em algumas regiões do Brasil, como no Sudeste e Sul, o governo preocupou-se em nutrir o país de uma população que correspondesse àquela “nova sociedade” baseada no progresso econômico.

Foi no século XIX que, favorecida pelas condições geográficas, São Paulo tornou-se rapidamente referência para as transformações que se iniciavam no país. Foi a cidade que rapidamente se transformou com a consolidação da “ordem social competitiva”, com mudanças profundas em todos os aspectos da vida econômica, social e cultural. A chegada dos imigrantes, com os

<sup>38</sup> FERNANDES (1971, p. 68).

<sup>39</sup> O antropólogo Roquete Pinto, no Congresso de Eugenia realizado em 1929, previa que, em 2012, a população brasileira seria composta de 80% de brancos, 20% de mestiços, nenhum negro e nenhum índio. Ref.: SCHWARTZ (1998, p. 177).

incentivos do governo brasileiro, impulsionou e consolidou as mudanças. Contudo, a vida dos negros em nada mudou, sendo forçados a ficar de fora das novas estruturas sociais<sup>40</sup>. Não houve um processo de adaptação; a intenção era que o negro desaparecesse, e essa idéia de desaparecimento foi gerada e disseminada sobretudo por estudiosos<sup>41</sup>. Fernandes acrescenta:

as compensações individuais ou coletivas, oferecidas pela ‘vida na cidade’, não alteraram, substancialmente, a posição do negro e do mulato no sistema de relações econômicas e sociais. Em todo o período considerado, ambos mantêm-se no mesmo estado em que foram surpreendidos pela eclosão da ordem social competitiva e pela revolução urbana, completamente desfavorecidos pelos novos crivos sócio-econômicos de peneiramento profissional e, por conseqüência, totalmente incapazes de assimilar os novos padrões de vida, associados às ocupações urbanas mais promissoras e rendosas (FERNANDES, 1978, p. 137).

Fernandes, em alguns momentos, adota o discurso dominante, quando afirma que os negros eram incapazes de assimilar os novos padrões de vida em vista das transformações que estavam ocorrendo. Ele não menciona que a idéia de incapacidade do negro fazia parte do discurso da política nacional que buscava justificar a imigração em massa, e a tentativa de tornar o Brasil um país branco, civilizado e desenvolvido, que significava excluir o negro.

O negro, que antes foi considerado apenas uma peça na engrenagem do sistema econômico, baseado na agricultura, após a abolição perdeu até mesmo o seu papel de “coisa”, pois se tornou rejeitado. No caso dos homens, a situação era mais grave, visto que não encontraram espaço na nova ordem social. Em relação às mulheres, elas eram aproveitadas nos trabalhos domésticos, tornando-se as mantenedoras das famílias negras<sup>42</sup>. A marginalização foi a única “opção” oferecida ao negro que assistiu às transformações da cidade de São Paulo e da sociedade brasileira, sem poder usufruir e participar das mesmas.

<sup>40</sup> Muitos negros que antes trabalhavam como artesãos, vendedores de ervas, puxadores de carros de bois e em outras atividades foram forçados a abandonar o trabalho que desenvolviam, ao serem expulsos da região central de São Paulo em nome de um controle higiênico e do desenvolvimento, não lhes sendo possível competir com o imigrante que chegava.

<sup>41</sup> LEITE e CUTI (1992).

<sup>42</sup> GOLDANI (1990, p. 81-82).

## Os imigrantes: a esperança de uma “nova” cidade

Com o apoio do governo do Estado, quase dois milhões de imigrantes chegaram em São Paulo nos primeiros 40 anos, após a abolição. Os incentivos do governo à imigração estrangeira foram maciços e o trabalho escravo foi substituído pelo trabalho livre e a marginalização do negro, tanto no campo quanto na cidade, foi evidente<sup>43</sup>. O negro serviu como escravo até o momento em que representava o lucro certo para a economia brasileira. Quando a crise do regime da escravidão chegou ao Brasil e a pressão da Inglaterra se acentuou, não houve como sustentar o regime e a abolição se tornou inevitável. Mas, com o desenvolvimento da cafeicultura, era necessário encontrar mão-de-obra compatível com o sistema livre. O negro não representava o trabalhador e o consumidor em potencial que era necessário ao novo regime. Constata-se, então, que houve uma tentativa de “esquecimento” da incômoda presença do negro. Mas ele permanece, ainda que em territórios que a sociedade tenta banir do imaginário social e político:

a abolição representou o deslocamento da população negra como mão-de-obra e a importação não só da idéia do trabalho livre e assalariado, como também de um grande contingente de mão-de-obra européia. Isso ocorreu de forma mais radical em São Paulo, eixo dinâmico da economia brasileira no momento da abolição. A crise da escravidão intensificou-se no momento em que a cafeicultura paulista, numa fome voraz por terras e homens, avançava em direção ao oeste da província, em ritmo de ferrovia. A maior fonte possível para a compra de escravos, o tráfico, estava então sendo desmantelada pela mesma máquina que a havia montado séculos antes – o capital inglês. Agora que o lucro não estava mais em fazer mercadorias navegarem pelos mares, era preciso criar mercados locais nos contingentes aonde esses mares chegavam. Assim, a pressão inglesa pelo fim do tráfico aumentou até sua extinção final, em meados do século. Quando perceberam a inevitabilidade do processo abolicionista, os fazendeiros empresários do café paulista começaram a pensar na substituição da mão-de-obra (ROLNIK, 1989, p. 31).

As mudanças provocadas pelas transformações que ocorreram no pós-abolição fizeram que o negro se sentisse mais um estrangeiro do que o próprio estrangeiro, que chegava com um lugar na nova sociedade, a qual, em contrapartida, buscava nele o sustento necessário para o desenvolvimento

---

<sup>43</sup> ANDREWS (1998).

industrial e as mudanças que poderiam levar o país ao capitalismo. Travou-se uma verdadeira luta em busca de oportunidades de sobrevivência diante do peneiramento profissional<sup>44</sup> imposto pela sociedade brasileira ao negro. Ele tinha que estar atento ao que sobrava<sup>45</sup> de trabalho para continuar subsistindo; desde a infância, o negro tinha de lutar continuamente:

O acaso regulava o aproveitamento ocupacional do negro e do mulato e nada restringia a enorme mobilidade, que os levava a borboletear de serviço em serviço, à cata de uma oportunidade efetiva, de melhor remuneração e também de consideração humana. Homens e mulheres começavam a trabalhar na mais tenra idade, nas barbearias, nos depósitos de lenha, nas oficinas ou nas casas de família; e trabalhavam duramente até o fim da vida, mal ganhando para o próprio sustento e alimentação dos filhos. Vários informantes indicaram que as mães solteiras trabalhavam onde podiam, e quando não encontravam serviço, tinham de recorrer à mendicância e à prostituição ocasional. Os filhos auxiliavam o orçamento doméstico como podiam; ‘nós, negrinhos, éramos todos chamados de moleques. As famílias gostavam de nos ter para recados e entregas’ (FERNANDES, 1978, p. 144-145).

Ainda segundo Fernandes, o negro tinha menos do que era necessário para a mera sobrevivência e as fronteiras entre a pobreza e a penúria eram muito tênues. A desagregação do regime servil não beneficiou em nada o negro, apenas reforçou as dificuldades em que ele já vivia. Os ajustamentos sociais entre brancos e negros foram todos destituídos com a Lei de 13 de maio de 1888. As conquistas, fruto das lutas pela compra da própria liberdade e sobrevivência com dignidade, foram eliminadas para um retorno à total penúria diante da nova sociedade<sup>46</sup>. A situação piorou, pois antes muitos tinham conseguido a liberdade e exerciam profissões artesanais mas, com a deliberada política de eliminação, o negro viu-se posto à margem da sociedade. Florestan lembra que uma das formas de resistência a essa situação foi o suicídio<sup>47</sup>.

A competição com o imigrante era praticamente impossível, visto que, na área rural, o trabalho era desenvolvido geralmente entre os membros da família, e quando o trabalho era na área urbana, nas indústrias, a prioridade era para o trabalhador imigrante. Sendo assim, não havia lugar para os ex-

<sup>44</sup> FERNANDES (1978, p. 137).

<sup>45</sup> Sobrava o trabalho que era indesejável para o trabalhador imigrante europeu, como o carregamento das sacas de café nas estações ferroviárias. Há menções à presença do “preto lenhador” e dos “carregadores” que trabalhavam em torno ao “mercado de rua”. Cf. FERREIRA DOS SANTOS (1998).

<sup>46</sup> BASTIDE, Roger e FERNANDES (1955, p. 50).

<sup>47</sup> Segundo Sawaia, o sofrimento e a dor provocados pelas injustiças, que ela denomina de “sofrimento ético-político”, também provoca a morte. SAWAIA (1999, p. 102-104) e FERNANDES (1978, p. 197).

escravos e como justificativa dizia-se que eram inaptos para o trabalho livre e para as exigências capitalistas. Não houve um questionamento por parte da sociedade, nem mesmo dos intelectuais, sobre a realidade imposta ao negro no pós-abolição. A idéia de que não se adaptava às exigências das transformações que estavam ocorrendo parecia justificar todas as ações de sua eliminação do cenário social. Foi propagada a idéia de “déficit negro”, que presumia que ele não se adaptava ao planalto paulista, pois sua biologia seria incompatível com a região. Mas as pesquisas realizadas por Bastide, citadas por Florestan Fernandes (1955), vão mostrar que:

o ‘déficit negro’ não provinha nem da incapacidade adaptativa do negro, nem de fatores de ordem fisiológica, mas das deploráveis condições de vida enfrentadas nos ‘cortiços’ da cidade. Assim, a falta de vitalidade da população negra seria fruto da miséria, do pauperismo e da promiscuidade, que atingiram tão duramente um largo setor dessa população (BASTIDE & FERNANDES, 1955, p. 54-55).

A idéia da existência de um ‘déficit negro’ continua na sociedade atual. A discriminação e o racismo impedem que os negros tenham acesso às oportunidades em igualdade com outros grupos sociais. A justificativa é que o negro não tem potencial e não é disciplinado, sendo bom apenas para o samba e o futebol. Essas são as representações sociais que acompanham a população negra e que justificam as desigualdades sociais existentes no cotidiano da sociedade brasileira e paulistana.<sup>48</sup>

A cidade de São Paulo transforma-se rapidamente, com grande desenvolvimento industrial e urbano. Após 1930, e, em especial, durante a Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento econômico e industrial exige novas respostas da sociedade e começa a abrir espaço<sup>49</sup> para aqueles que até então estavam excluídos do processo social e econômico da sociedade. Começam a surgir oportunidades de trabalho, mesmo para aqueles que não possuíam qualificação. A partir desse momento, o negro entra em maior número no processo de transformação da sociedade, participando mais

<sup>48</sup> Segundo Jochelovitch, as “representações são construções sempre ligadas a um lugar a partir do qual sujeitos representam, estando, portanto, intimamente determinadas por identidades, interesses e lugares sociais. Nessa medida, elas representam uma forma particular de construção do objeto e estão constantemente em relação com outras representações de outros sujeitos e outros lugares sociais”, JODELET (2000, p. 31).

<sup>49</sup> Para Fernandes (1971), as oportunidades abertas aos negros estavam direcionadas às posições menos vantajosas. Ao negro foi “dado” o que sobrava.

ativamente do mercado de trabalho. Nessa época, começa também a migração nordestina em massa para suprir as necessidades da industrialização e das transformações urbanas.<sup>50</sup>

Fernandes (1955), embora reconheça que as mudanças econômicas ocorridas em São Paulo não repercutiram numa melhora da situação do negro, afirma que a transição da sociedade escravocrata para a sociedade livre proporcionou possibilidades de ascensão. Contudo, a situação atual do negro não mostra essa realidade. Ou seja, o negro somente foi absorvido pelo mercado de trabalho somente quando não houve outra mão-de-obra disponível. Mas, ao aprofundar a questão, a justificativa da não-especialização não se sustenta, visto que, ainda hoje, 118 anos após a Abolição, o negro continua num lugar subalterno na sociedade brasileira, repetindo essa situação também no estado e na cidade mais rica do país, São Paulo.<sup>51</sup>

Diante da subalternidade da população negra, a pergunta que se levanta é como foi possível a manutenção dessa situação até a atualidade. A resposta não é tão fácil de ser encontrada mas, evidentemente, a difusão da idéia de democracia racial existente no Brasil é uma das respostas possíveis, pois ainda se acredita que a situação socioeconômica do negro está mais ligada à problemática de classe do que de raça, embora, desde os anos 50, Florestan Fernandes e outros tenham demonstrado que a raça ainda é determinante para a condição social do negro:

É verdade que esse ideal de democracia impede as manifestações demasiado brutais, disfarça a raça sob a classe, limita os perigos de um conflito aberto. Se a isso acrescentarmos certa bondade natural do brasileiro, o hábito adquirido há séculos de viver com os negros, e mesmo, por vezes, uma certa displicência, compreenderemos melhor que o preconceito não se exprima abertamente, mas de modo subtil ou encoberto (BASTIDE, in BASTIDE & FERNANDES, 1955, p. 124).

Diante desse contexto histórico, as trajetórias das famílias negras, na atual cidade de São Paulo, remetem àquelas experiências vividas nos primórdios do seu desenvolvimento industrial e urbano. Para compreender o processo das relações sociais entre negros e brancos na cidade são analisadas essas trajetórias a partir do contexto familiar e de sua presença nesse território.

<sup>50</sup> Nota-se que tal imigração é plurirracial e aí está também a presença do negro.

<sup>51</sup> É o que mostram os estudos pioneiros sobre a desigualdade racial, para o Brasil, de HASENBALG (1979), Valle Silva (1985) e, posteriormente, outros estudos, de que convém lembrar SILVA (1999) e HENRIQUES (1999).



# VIVER NA CIDADE: 3 REALIZAÇÃO OU FRUSTRAÇÃO DE UM SONHO?

Dos entrevistados da periferia, em especial aqueles da Zona Leste da cidade de São Paulo, muitos são migrantes. Vieram para São Paulo em busca da realização do sonho de uma vida melhor, diferente daquela que viviam no campo, onde começaram a trabalhar ainda crianças e onde viviam numa situação de extrema pobreza. Vieram em busca de uma nova territorialidade, deixando para trás a cultura herdada para participar da formação de uma nova cultura com elementos daquela vivida anteriormente:

Vir para a cidade grande é, certamente, deixar atrás uma cultura herdada para se defrontar com uma outra. O fato de que, como homem, viva um permanente processo de mudança e de adaptação é que vai permitir aos recém-chegados participarem como ator, e não apenas passivamente, do seu novo quadro de vida, graças às novas incitações às suas capacidades e ao seu gênio criativo. A desculturização é perda, mas também doação. O novo meio ambiente opera como uma espécie de detonador. Sua relação com o novo morador se manifesta dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interferem reciprocamente, mudando-se paralelamente territorialidade e cultura e mudando o homem. Quando essa síntese é percebida, o processo de alienação vai cedendo ao processo de integração e de entendimento, e o indivíduo recupera a parte do seu ser que parecia estar perdida (SANTOS, 1987, p. 63).

Ortiz (1999) analisa o processo de desterritorialização e de reterritorialização, com a construção de uma nova história em um novo território. Ele afirma que essa desterritorialização não está isenta de perdas, que agridem o indivíduo, porque é vivida como uma perda das raízes. A chegada é sempre carregada de expectativas; contudo, os primeiros momentos e as inconsistências da desterritorialização são vividos com improviso.

Quando chegam na cidade de São Paulo, muitos migrantes trazem na bagagem apenas o sonho de uma vida melhor. Muitas vezes, sem parentes ou conhecidos na cidade, o destino é a pensão barata, o cortiço ou a favela<sup>1</sup>. Constata-se que os distritos com mais negros também possuem mais favelas e, em algumas destas, mais de 60% da população é negra, sobretudo nas favelas nos distritos da Cidade Tiradentes, Itaim Paulista, Itaim Bibi e Campo Belo (Mapas 8 e 9). O Mapa 8 apresenta a distribuição dos negros e a localização das favelas na cidade<sup>2</sup>. O Mapa 9 apresenta a percentagem de negros nas habitações subnormais (favelas). Segundo os dados do Censo 2000, para o IBGE, as favelas devem ter um número mínimo de 50 unidades habitacionais; abaixo desse número não é favela.

A penosa realidade da busca do emprego e do processo de adaptação à nova realidade acontece a duras penas. Nas últimas décadas, o processo migratório teve uma redução; contudo, muitos ainda migram em busca de melhores condições de vida. As contradições acompanham o cotidiano das pessoas que vieram, deixam para trás uma cultura e um modo de vida que não encontrarão na cidade grande. Alguns manifestam saudade, outros, apesar dos desafios enfrentados no cotidiano, preferem a cidade:

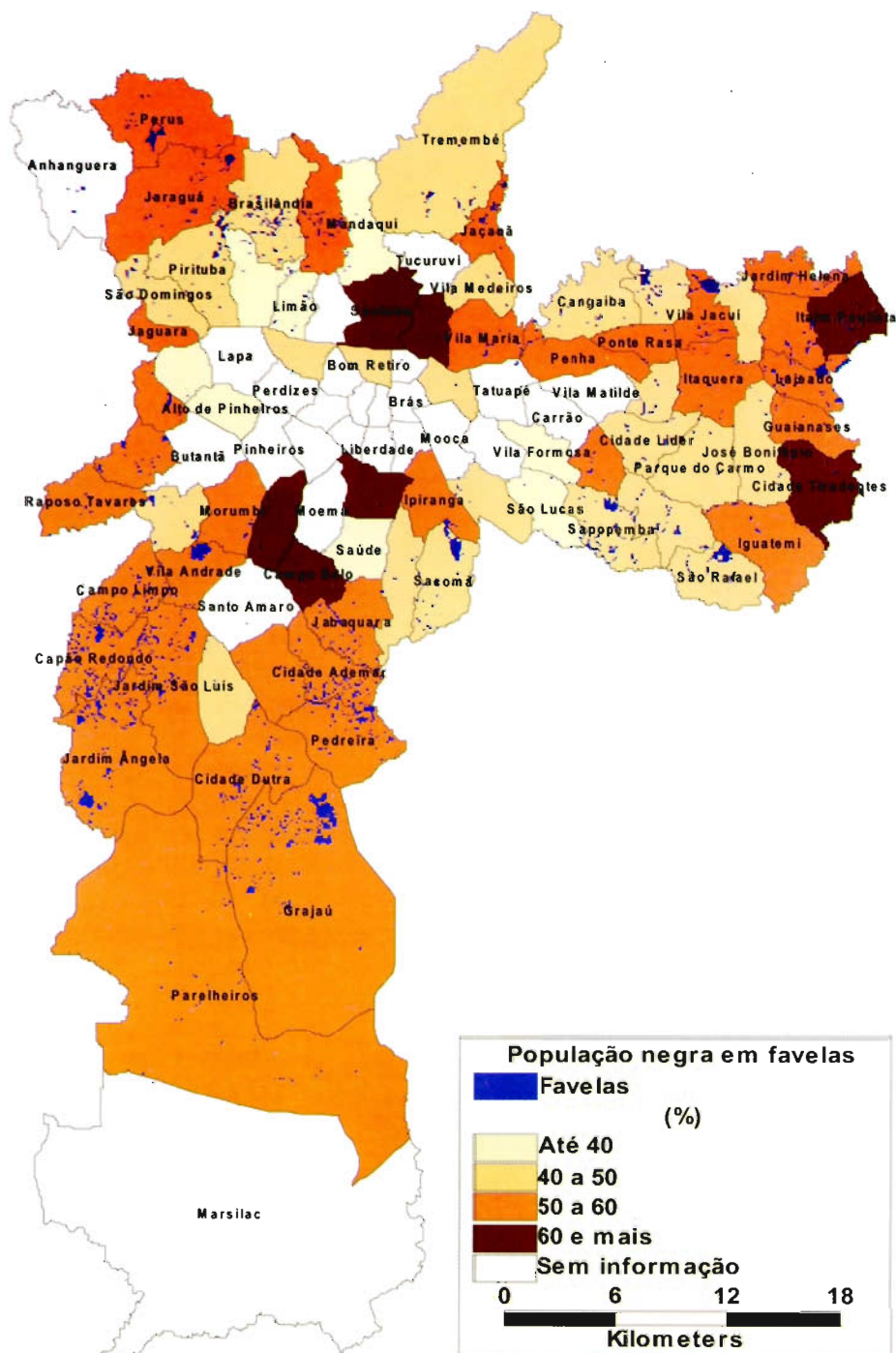
Vivemos um tempo de mudanças. Em muitos casos, a sucessão alucinante dos eventos não deixa falar de mudanças apenas, mas de vertigem. O sujeito no lugar estava submetido a uma convivência longa e repetitiva com os mesmos objetos, os mesmos trajetos, as mesmas imagens, de cuja construção participava: uma familiaridade que era fruto de uma história própria, da sociedade local e do lugar, onde cada indivíduo era ativo. Hoje, a mobilidade se tornou uma regra. O movimento se sobrepõe ao repouso. A circulação é mais criadora que a produção. Os homens mudam de lugar, como turistas ou como imigrantes. Mas também os produtos, as mercadorias, as imagens, as idéias. Tudo voa. Daí a idéia de desterritorialização. Desterritorialização é, freqüentemente, uma outra palavra para significar estranhamento, que é também desculturização. Vir para a cidade grande é, certamente, deixar atrás uma cultura herdada para se encontrar com uma outra. Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação (SANTOS, 1999, p. 262-263).

<sup>1</sup> Entre os Censos de 1991 e 2000 aumentou o número de encortiçados e favelados na cidade de São Paulo. O índice das pessoas que moram em cortiços aumentou em 60% e o daquelas que moram nas favelas 41%. O número de favelas, segundo o Centro de Estudos da Metrópole, passou de 1975 para 2018. Cf. SAMPAIO e PEREIRA (2003, p. 173) e a matéria da *Folha de S. Paulo*, "Favelização cresce em cidade de porte médio", Caderno C 1, 4 de janeiro de 2004. Cf. o estudo realizado por Pinto (2002) sobre as famílias encortiçadas na cidade de São Paulo.

<sup>2</sup> A cartografia das favelas na cidade de São Paulo foi elaborada pelo Centro de Estudos da Metrópole.



Mapa 9. Distribuição da população negra em favelas. São Paulo – 2000



Fonte: Fundação IBGE: Censo Demográfico 2000; CEM.

César relata sua experiência ao chegar à cidade grande:

*Vim direto pra São Paulo. Vim morar com um tio meu na Penha, daí eu arrumei um serviço numa fiação de tecelagem, fui morar no Belém, de pensão. Mas eu tinha família aqui. Daí eu passei a morar em pensão, depois eu voltei a morar, depois da pensão do Belém, eu voltei a morar na Penha outra vez, lá no Tatuapé, divisa do Tatuapé com a Penha. Aí foi quando começou a vir a minha irmã que saiu quase que no mesmo dia que eu sai da Bahia pra vir pra São Paulo, no dia seguinte ela foi pro Rio, morar com a família. Aí eu mandei fazer uma casa pra ela vir embora pra cá. E nós fomos morar num cortiço, ali no Aricanduva. Ali morava no cortiço. Foi aí que eu conheci a minha esposa, né. E ela também era da Bahia (César, 51 anos, José Bonifácio).<sup>3</sup>*

Gisele, moradora da Cidade Tiradentes, revela que sente saudades das cerimônias de “coroação de Nossa Senhora”, no interior de Minas Gerais. Ana, de Lajeado, lembra os momentos de encontro com os primos e outros parentes, lembranças de uma grande família. Esse tipo de encontro já não é possível. A reterritorialização vai ocorrendo sem que se perca a cultura herdada, que se manifesta através da saudade do passado. Muitas das mulheres migrantes que chegam em São Paulo, para se sustentarem, sem ter onde morar, vão trabalhar como empregadas domésticas<sup>4</sup>. Algumas revelam experiências de racismo e discriminação a que foram submetidas ao chegarem na cidade sonhada. Como relata Gisele:

*No começo, quando eu cheguei aqui em São Paulo, tive uma patroa que – dela não dá pra esquecer – ao sair de Minas vim direto pra trabalhar na casa dela. Então eu trabalhei ali, não recebi o salário, ela fazia o meu prato do almoço e da janta e deixava separado e, sabe, minha colher era separada, meu prato era separado e tinha duas empregadas na casa. Era Maria e eu no caso. Maria era velha de casa. Era cozinheira. [...] Ela era morena. Então ela comia junto com os patrão na mesa, ela usava os talheres, sentava na sala pra assistir e eu não. Eu dormia na lavanderia do apartamento, ela pôs a cama ali, e a Maria tinha um quarto. Ela dividia um quarto com a nora dessa minha patroa. Então quando eu cheguei, acho que ela dividiu por eu ser... E quando eu fui cobrar os direito, pra ela pagar o salário direitinho, a empregada mesmo ficou a favor da patroa. Não sei se por esse motivo fiquei sozinha. Por ela ser empregada, era a*

<sup>3</sup> A identificação dos entrevistados foi feita por pseudônimos. Todas as transcrições dos depoimentos neste livro respeitam as especificidades do discurso oral.

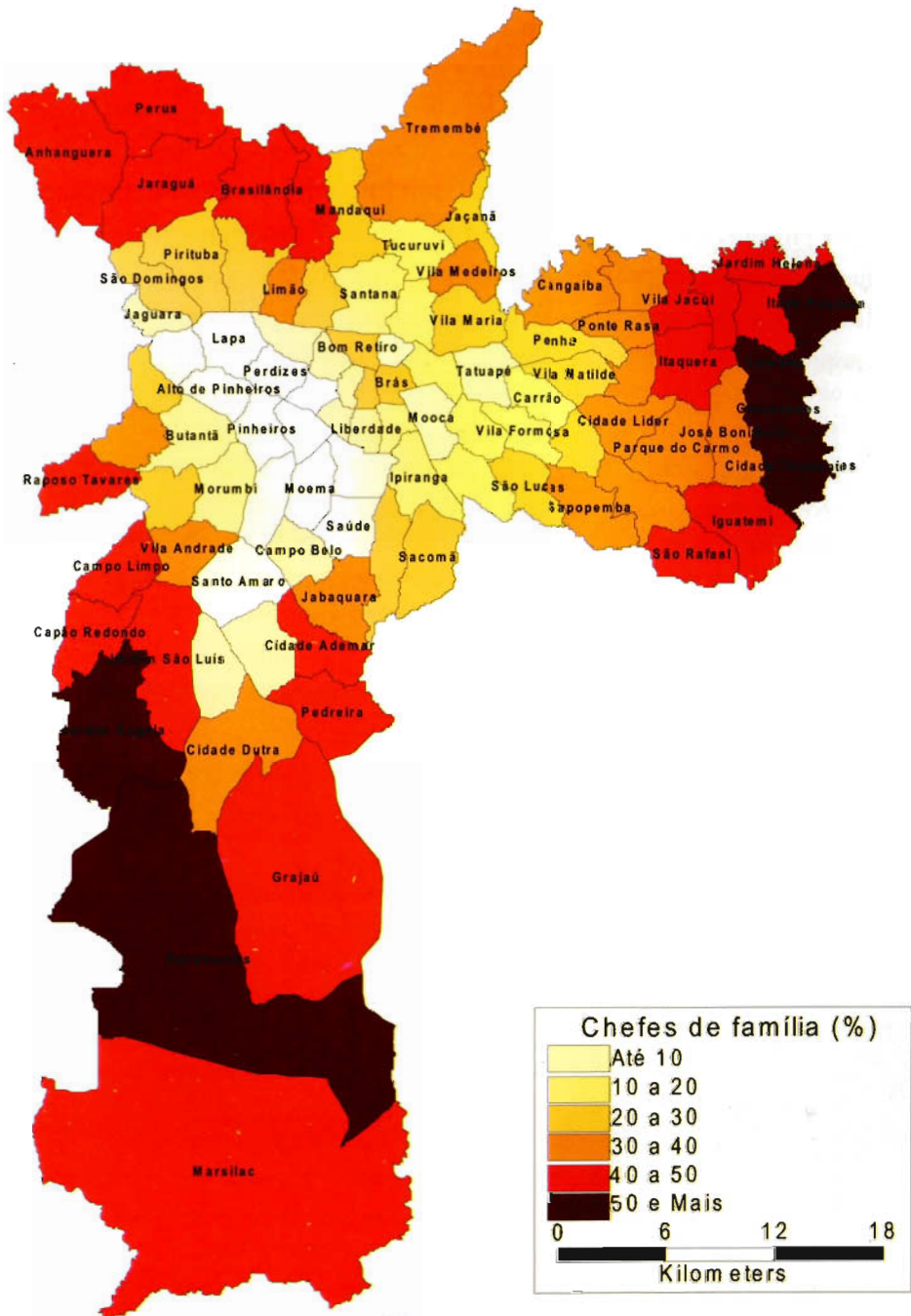
<sup>4</sup> Cf. Sobre as mulheres negras no mercado de trabalho com grande número de empregadas domésticas, “A raça das mulheres que sabem incluir”. <http://oglobo.com/jornal/especiais/raca/111966295.asp>. Acesso em 22 de novembro de 2003.

*mesma... igual a mim. Mas aí foi que ela disse palavras, barbaridades, sobre a cor negra, e que veio de Minas, “e está achando o quê? Que aqui é mordomia que vocês nem tem lá, que estava passando fome lá” (Gisele, 28 anos, dona de casa e camelô, Cidade Tiradentes).*

Segundo pesquisa da Fundação Seade/Dieese, na Região Metropolitana de São Paulo, referente ao ano 2000, as mulheres negras eram a maioria no trabalho doméstico, representando 30,1% na ocupação, contra 14% das mulheres brancas. Desde a escravidão, o trabalho doméstico tem sido a principal “opção” para as mulheres negras, que, em sua maioria, não são aceitas em outras atividades, o que reproduz uma trajetória de exclusão e de vítimas do racismo presente na sociedade brasileira. No trabalho doméstico, o rendimento é menor e muitas vezes não há nenhum tipo de regularização. Nas periferias extremas, isto é, bem distante do centro e *locus* de concentração de pobreza, há um grande número de mulheres negras chefes de família (Mapa 10). Mais de 50% habitam os distritos de Cidade Tiradentes, Lajeado, Guaianazes, Itaim Paulista, na Zona Leste, e Jardim Ângela e Parelheiros, na Zona Sul.



Mapa 10. Distribuição das mulheres negras chefes de família. São Paulo – 2000



Fonte: Fundação IBGE: Censo demográfico 2000.

## A chegada à periferia: os bairros da pobreza

Há também aqueles entrevistados que viveram o processo de transformação da cidade de São Paulo, o processo de industrialização e de urbanização e, em especial, o processo de segregação daqueles que são considerados indesejados pelo poder dominante. Alguns dos entrevistados que moravam em regiões próximas ao centro, ou mesmo em bairros centrais, não conseguiram permanecer no local, por causa de dificuldades financeiras, e foram em busca de uma moradia onde não precisariam pagar o aluguel ou onde pudessem comprar uma habitação mais barata. João, que mora no Jardim Piracuama, em Campo Limpo, numa casa autoconstruída, afirma que sente saudades de Santana, seu antigo bairro:

*Eu sinto muita falta de Santana. Porque em relação a vida social... Lá era bem melhor. Lá era, tipo assim, de classe média pra alta. [...] Lá tinha tudo que você procurava, você... É porque a gente morava bem ali no centro, a gente tinha o metrô do lado, a gente saía de casa era três minutos andando até o metrô, tinha supermercado, a escola era em frente da minha casa, biblioteca, ônibus. Quer dizer, tinha tudo... (João, 26 anos, soldado da Guarda Municipal, Campo Limpo).*

Rosângela morava em Itaquera e, após sofrer um problema de visão que a obrigou a ser pensionista do Instituto Nacional de Seguridade Social, teve que se mudar para a Cidade Tiradentes. Por não ter condições de pagar o aluguel em Itaquera, só lhe restou essa opção ou, então, a favela:

*A minha trajetória aqui no bairro foi triste. (risos) Menina do Céu! Quando eu caí na Cidade Tiradentes, eu quase tive um troço... (risos) A gente morava no centro de Itaquera, aí saímos do centro de Itaquera, moramos um pouco no Curuçá. Aí, quando a gente morava em Itaquera, a nossa casa era própria. Aí vendemos lá e fomos morar de aluguel na Curuçá. Saímos da Curuçá, voltamos de novo pra Itaquera, moramos algum tempo em Itaquera, aí saímos de Itaquera e fomos pra Penha. Aí deu problema na minha visão, e não pude mais pagar aluguel, nós fomos morar na favela da Penha. Moramos um tempo na favela da Penha, aí eu falei: "Aqui na favela eu não quero ficar não. A gente vai arrumar um jeito pra gente comprar uma casa". E quando saiu a indenização do INSS – eles ficaram mais ou menos um ano pra me pagar – quando saiu o salário do INSS, eles me pagaram tudo, eu catei o dinheiro e comprei aqui. Só que tinha aquele negócio; o pessoal que vinha de lá pra cá falava: 'Lá é perigoso. Nossa, você é louca? Vai querer ir pra lá?'. Eu falei: 'Não! Eu vou'. Menina, quando eu caí aqui na Tiradentes,*



*comecei a ouvir os tiros, os tiros estão lá longe, eu já escutava pá, pá, pá, eu corria pra debaixo do sofá. (risos) E ficava atrás do sofá. Eu coloquei essa casa a venda umas três ou quatro vezes (Rosângela, 32 anos, auxiliar de enfermagem, Cidade Tiradentes).*

Daniel mora com a mãe em um apartamento da COHAB desde 1989 (Foto 2). Ele considera os apartamentos semelhantes a uma favela por causa das condições sociais das pessoas. Antes, ele morava num cortiço, no Jardim Vera Cruz:

*Lá eu morava num cortiço. Daí eu vim pra cá, num apartamento. Está certo que não mudou muita coisa, porque os moradores são das mesmas condições, porque lá na Cidade Tiradentes não é um conjunto habitacional, é como se fosse uma favela de concreto. As pessoas que moram na favela, elas têm mais ou menos as mesmas condições. Só que melhora só um pouco a questão da moradia: Um em cima do outro, mas é tudo apartamento perto. Não é muito diferente.[...] A única diferença é que você tem água e luz encanada, que você tem que pagar. Lá não (Daniel, 19 anos, desempregado, Cidade Tiradentes).*

Foto 2. Cidade Tiradentes



O agravamento da pobreza nas últimas décadas tem levado a população a buscar locais mais distantes e em condições precárias para construir sua habitação, geralmente em loteamentos irregulares. Atualmente, a ocupação irregular no município de São Paulo atinge 20% da sua área<sup>5</sup>. Devido às desigualdades sociais, tem aumentado o número de pessoas que residem em habitações precárias. Os dados da Prefeitura Municipal de São Paulo e da FIPE mostram que, em 1993, havia 1.901.892 de moradores em favelas na cidade de São Paulo<sup>6</sup>. Milton Santos (1987) lembra que muitas das habitações populares construídas pelo governo já nascem “subnormais”, especialmente aquelas que fazem parte do oportunismo eleitoral:

Quando, diante da situação explosiva nas cidades e em face da proximidade das eleições, foi decidido construir casas para os mais pobres, foi para lhes dar habitações que já nasciam subnormais, neste caso sem aspas. A normalidade estabelecida para os pobres por definição oficial, aconselhada e defendida por pseudo-intelectuais, passou a autorizar a construção de habitações tão pequenas que conduzem a toda espécie de confinamentos e promiscuidades (SANTOS, 1987, p. 46).

As periferias são heterogêneas; há vários tipos de territórios que foram ocupados de diferentes formas (Foto 3). Em Lajeado, três entrevistas foram realizadas em uma área de ocupação e uma entrevista numa área de propriedade individual. Na área ocupada, cada família construiu sua casa como pôde. No começo não havia nenhuma infra-estrutura e a área não podia ser loteada; mais de 20 anos depois, a infra-estrutura continua precária. Maria relata sua experiência ao chegar a Lajeado:

*Aqui, não tinha nada, a gente entrou no meio do mato, aquela dificuldade... e porque era assim, a gente foi invadindo, foi ocupado. Ai é que a gente teve muita dificuldade. Vim com meu esforço. Chegamos aqui, ficamos sem água, sem luz... A gente pegava água na mina, lá embaixo, água pra tomar banho, pra tudo, até pra lavar roupa. Então eu acho que foi uma dificuldade imensa. Ai meu filho estava no prezinho, lá no Itaim e daí eu levava ele e tinha que ficar lá. Lá era tão bom que a professora não quis que tirasse. Eu ia tirar e ela disse: “Não, não tira... que já é o segundo ano dele, você deixa” (Maria, 58 anos, dona de casa e empregada doméstica, Lajeado).*

<sup>5</sup> SAMPAIO e PEREIRA (2003, p. 175).

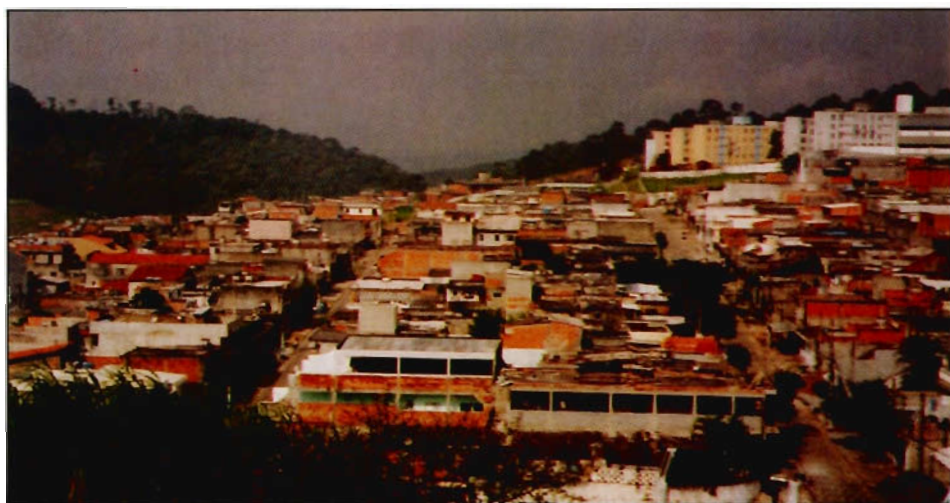
<sup>6</sup> PMSP/SEHAB/FIPE/93, in SEMPLA, *São Paulo em números*. São Paulo, 2002, p. 28.

Foto 3. Lajeado



Cidade Tiradentes, Lajeado, José Bonifácio e Campo Limpo são bairros diferenciados, cada um com suas particularidades. Nesses distritos, o que havia eram favelas, ocupações irregulares, propriedades em terrenos regularizados e, em Cidade Tiradentes, os conjuntos habitacionais (Foto 4).

Foto 4. Cidade Tiradentes



### Segue o relato de Lúcia:

*Foi assim, nós morava em três cômodos. A gente naquela época, pagava aluguel. Só meu marido que trabalhava... Minhas meninas... eu tirei ela da escola... Tirei da escola pra ficar olhando os meus pequenos, pra eu ir trabalhar pra ajudar o meu marido. As minhas vizinhas que moravam lá (Itaim Paulista) conseguiu aqui, e falou pra mim... E um rapaz que se chama Aldo chegou lá e falou que tinha essa possibilidade de vir pra cá... convidando... Meu marido trabalhava numa firma e eu trabalhava de diarista, ganhava bem pouquinho, aí eu falei: 'Meu Deus, uma oportunidade pra gente sair do aluguel. Como a gente vai fazer pra conseguir?' Meu cunhado mexia com umas tábuas. Aí eu falei assim: 'Ah, eu acho que eu vou pedir pra ele me vender umas tábuas pra eu cercar.' Porque tinha que cercar o local porque era mato. Tinha que cercar e capinar, porque o povo estava vindo. O pessoal estava tudo morando de aluguel. Era uma invasão mesmo. O meu marido nem queria vim e eu vim assim por minha conta. Aí eu vim na frente... Mas Deus foi tão bom que, como eu tava trabalhando de diarista, cheguei lá e conversei com minhas patroas, elas me adiantaram o dinheiro, aí eu comprei um monte de madeira, e a gente... os meus cunhado veio, ajudou a capina, e cercou. Aí a gente conseguiu, sabe... (Lúcia, 58 anos, diarista, Lajeado).*

Thales relata como era a área de ocupação no Jardim Piracuama, que, para alguns, é o “Morumbi Sul”. Ele explica porque alguns moradores trocam o nome do bairro. O condomínio fechado, ao adotar o nome de um distrito que é considerado da elite, visa, com isso, uma valorização mais elevada do que se chamasse como o bairro em que está localizado:

*Olha, essa área que nós estamos aqui hoje era um brejo. Era um brejo, uma área toda cheia de água, brejo, era uma desova pra bandido jogar corpos e tal, lixo e tudo, tudo o que você imaginar tinha aqui.[...] Na verdade o Jardim Piracuama ele faz parte do Campo Limpo e o 'Morumbi Sul' também faz parte do Campo Limpo. Porque na realidade, esse novo Morumbi Sul, eles pegaram o novo Morumbi e colocaram dentro da área periférica do Campo Limpo. Porque aqui não é Morumbi não é nada, aqui realmente chama-se Campo Limpo. O Morumbi Sul é um pedaço que colocaram dentro do Campo Limpo. Inclusive vieram aqui, fizeram um condomínio fechado, numa área de acesso público né. Então fizeram um condomínio com o nome de Morumbi Sul, mas isso aqui é Campo Limpo mesmo. O Morumbi está bem distante daqui... Eles colocaram uma parte da classe média alta, de alta burguesia, e colocaram dentro da periferia um condomínio. Mas isso aqui é Campo Limpo. Eles chamaram de Morumbi Sul. Mas aqui é Campo Limpo mesmo, a área periférica de Campo Limpo (Thales, 41 anos, assessor de gabinete, Campo Limpo).*



O mercado imobiliário cria símbolos positivos, para superar o estigma presente em alguns bairros e assim comercializar seus imóveis. Foi o que ocorreu no Jardim Piracuama, em Campo Limpo, onde foi construído o referido condomínio denominado “Morumbi Sul”, localizado à frente do Jardim Piracuama (Foto 5). Então, para fugir ao estigma do bairro, alguns entrevistados preferem adotar o nome do condomínio. Assim, moradores de Campo Limpo afirmam que moram no Morumbi, quando, na verdade, suas residências autoconstruídas estão em uma parte de ocupação irregular.

Foto 5. Condomínio “Morumbi Sul” e Jardim Piracuama



Como foi afirmado, no distrito de Cidade Tiradentes, há uma multiplicidade de tipos de residências, como os conjuntos habitacionais – COHAB – a favela e as residências autoconstruídas. Ana percebe a dificuldade da população em se identificar com o tipo de moradia feita pelo governo, pois não houve participação nas decisões e não existe espaço de lazer:

*Eu acho que (falta) áreas pra lazer, pra cultura. Então isso ai parece que foi uma coisa que não foi... Parece não, não foi planejada. Porque na verdade, como aqui é um bairro de COHAB, o bairro já vem pronto. A estrutura já é pronta. As pessoas que vêm pra compor. Só que quem dá a vida pro bairro são as pessoas. Uma vez que você não participou da construção da estrutura parece que aquilo se torna sem muito valor, ou até poderia ser melhor (Ana, 46 anos, gerente administrativo, Cidade Tiradentes).*

A falta de infra-estrutura e de equipamentos e o abandono do bairro pelas autoridades governamentais são as principais dificuldades enfrentadas pela maioria dos entrevistados: falta segurança, faltam espaços de lazer e a situação da assistência à saúde é precária, o transporte público não atende a demanda satisfatoriamente, sem contar que o bairro fica muito distante do local de trabalho, além de não dispor nem mesmo de serviços essenciais.

Quando se referem ao bairro, todos os entrevistados reclamam por melhores condições de vida, reclamam especialmente que se sentem ameaçados, excluídos, não valorizados, enfim, não se sentem cidadãos. É no território que também se exerce a cidadania, como afirma Milton Santos:

A plena realização do homem material e imaterial, não depende da economia, como hoje é entendida pela maioria dos economistas que ajudam a nos governar. Ela deve resultar de um quadro de vida, material e não-material, que inclua a economia e a cultura. Ambos têm que ver com o território e este não tem apenas um papel passivo, mas constitui um dado ativo, devendo ser considerado como um fator e não exclusivamente como reflexo da sociedade. É no território tal como ele atualmente é, que a cidadania se dá tal como ela é hoje, isto é, incompleta. Mudanças no uso e na gestão do território se impõem, se queremos criar um novo tipo de cidadania, uma cidadania que se nos ofereça como respeito à cultura e como busca da liberdade (SANTOS, 1987, p. 6).

É nessa busca de cidadania e na luta para fugir dos estigmas relacionados ao território que os entrevistados procuram mostrar que são pessoas dignas de respeito. De acordo com Wacqüant<sup>7</sup>, os moradores das áreas de “banimento” não são passivos. Existe uma reação, por vezes, até mesmo contra o Estado.

Gisele ressalta que no espaço em que ela e sua família habitam há muita gente honesta e trabalhadora, se bem que carente e necessitada. É possível perceber que a população tem consciência da realidade em que vive em relação às necessidades e a situação de pobreza que enfrenta. Segundo Gisele, que já morou num cortiço entre os bairros do Brás e do Pari, a realidade atual do Jardim Maravilha é melhor do que a anterior nos bairros centrais da cidade. Contudo, ela critica as autoridades públicas que teriam abandonado o bairro e seus moradores. Por outro lado, reconhece os aspectos positivos vividos naquele espaço e o seu sonho e o de outros moradores sobre a legalização da moradia:

---

<sup>7</sup> WACQUANT, 2001 (p. 11 e 12).

*Eu não gosto do esgoto. Odeio esse esgoto, gente! Principalmente porque ele passa dentro do meu quintal. Eu odeio ter que estar pulando de tabuinha em tabuinha aqui pra estar atravessando aquele esgoto ao céu aberto, e criança que cai. A madrinha da Lúcia falou que nunca mais vem aqui enquanto não arrumarem esse esgoto. Porque o filho dela caiu dentro do esgoto. Porque você olha assim, você vê que a valeta está cheia. Só que ele caiu e ele se afundou todinho. Ele engoliu resto de esgoto parado aí. Então ela não vem aí. Quer dizer, eu também não viria. Porque criança é uma coisa que você não controla. Por mais que você quer controlar você não controla. Vai trazer a criança aqui pra ficar tomando remédio, internada em hospital, então é melhor ela ficar lá mesmo. Então a única coisa que eu odeio aqui é esse esgoto. Ela mora no Itaim Paulista. Mora pertinho de onde eu morava (Gisele, 28 anos, dona de casa e camelô, Cidade Tiradentes).*

Milton Santos (1987) afirma que o ser humano é valorizado pelo lugar que ocupa no território. Além da desvalorização sofrida pela ocupação de um território excluído, segundo Sposati (1996), ou de “banimento”, para Wacziarg (2001), a falta de estrutura tem conseqüências negativas nas relações sociais, na saúde e em todos os aspectos da vida. Quando se recorre ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal<sup>8</sup>, os negros aparecem com 0,761 e os brancos com 0,839. Outro dado apresentado pelo Atlas do IDH, 2000, indica que a probabilidade de sobrevivência dos brancos até 60 anos de idade, no Estado de São Paulo, é de 83,69%, ao passo que a dos negros é de 77,96%, com uma redução de quase seis pontos percentuais. Essas desigualdades manifestam-se na distribuição do território, como bem mostrou a pesquisa de Sposati (1996) no mapa da exclusão<sup>9</sup>; manifesta-se também a desigualdade na distribuição racial na cidade, conforme mostra uma matéria da *Folha de S. Paulo*<sup>10</sup>:

<sup>8</sup> O IDH é um indicador do PNUD/ONU que mostra o desenvolvimento dos países. Sua variação é de 0 até 1; quanto mais próximo de zero o índice, menor é o desenvolvimento humano. “O IDH foi elaborado para refletir os aspectos fundamentais do desenvolvimento humano, identificando as possibilidades fundamentais de que devem dispor as pessoas para se integrarem à sociedade e dar a sua contribuição. O índice compreende três elementos, a partir de uma média aritmética: a saúde/longevidade; nível de educação e nível de vida”. DESTREMAU, Blandine et SALAMA, Pierre. *Mesure et démesure de la pauvreté*. Paris: PUF, 2002, p. 80-81. Os países com um bom desenvolvimento humano são aqueles considerados com um índice a partir de 0,800. O IDHM (para o município) é semelhante àquele para os países desenvolvidos. Ver também: KOGA, Dirce. *Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

<sup>9</sup> SPOSATI (1996).

<sup>10</sup> Cf. *Folha de S. Paulo*, 29 de setembro de 2003 e 9 de fevereiro de 2004.

Há, em todas as cidades, uma parcela da população que não dispõe de condições para se transferir da casa em que mora, isto é, para mudar de bairro, e que pode ver explicada a sua pobreza pelo fato de o bairro de sua residência não contar com serviços públicos, vender serviços privados a alto preço, obrigar os residentes a importantes despesas de transporte. Nesse caso, pelo fato de não dispor de mais recursos, o indivíduo é condenado a permanecer num bairro desprovido de serviços e onde, pelo fato de ser um bairro pobre, os produtos e bens são comprados a preços mais altos, tudo isso contribuindo para que a sua pobreza seja ainda maior e sua capacidade de mobilidade dentro da cidade seja igualmente menor (SANTOS, 1987, p. 87).

A distribuição das camadas sociais no espaço não ocorre por acaso. São Paulo, desde o processo de transformação industrial e urbana, tem adotado uma política de exclusão e de expulsão daqueles que são considerados indesejados. O negro foi empurrado para as margens da cidade. Outro problema que a maioria da população de Lajeado e Cidade Tiradentes enfrenta é o do transporte público. No caso de Cidade Tiradentes, chama a atenção o fato de que, para chegar ao distrito, há apenas uma grande avenida. Quando ocorre algum problema, como acidente, chuvas, manifestações etc., a população fica praticamente isolada. Também a busca do emprego fica prejudicada quando se fica sabendo que o morador pretendente ao trabalho é do extremo leste da cidade de São Paulo. É o que diz uma diarista residente em Lajeado, expondo que se alguém, que mora, por exemplo, em Guaianazes, se dirige a um empregador pedindo emprego e este souber que o pretendente necessita tomar dois ou três transportes, já não o contrata:

*O problema aqui é pra arrumar serviço por causa da contra-mão. Isso tem muito problema mesmo... Por causa de condução, é contra-mão, é longe... Não tem assim... por exemplo, eu vou trabalhar numa firma e você é o patrão, e ele pergunta: "Aonde você mora?"; Guaianazes<sup>11</sup>. "Quanta condução você gasta?"; "Duas, três...". Aí já não pega. Porque é muita condução. Se falar que é quatro, então... E, realmente, é quatro condução (Lúcia, 58 anos, diarista, Lajeado).*

<sup>11</sup> A entrevistada denomina de Guaianazes o distrito de Lajeado. Algumas pessoas preferem dizer que moram em Guaianazes, provavelmente porque o local seja mais conhecido e é onde está a estação ferroviária. Mas para chegar a Lajeado tem-se que pegar um outro meio de transporte, geralmente as "peruas" ou lorações.



O isolamento é evidente. O que ocorreu no início do século XX continua ainda hoje. Os pobres e os negros estão isolados pela distância das regiões centrais, mas também pela falta de condições adequadas de locomoção, de transporte público e pelo preço da passagem.

## Famílias trabalhadoras: estratégias da pobreza

Segundo Florestan Fernandes, estando a sociedade em profunda transformação e diante da competição desenfreada e individualista que toma conta das relações sociais na cidade de São Paulo, no início do processo de industrialização e urbanização, a família se torna a principal fonte de solidariedade<sup>12</sup>. A família negra<sup>13</sup> foi constituída diferentemente daquele padrão trazido pelos imigrantes, por isso, conforme Florestan, a família negra era, em sua maioria, desagregada.

Não é possível negar que, durante o período da escravatura, o negro foi impedido de constituir família, visto que era apenas um objeto na engrenagem do sistema escravista da sociedade brasileira. Mas, para Slenes (1988), era possível encontrar famílias consideradas agregadas, na perspectiva de Fernandes<sup>14</sup>. Contudo, é importante salientar que, em razão das condições socioeconômicas enfrentadas, os negros não podiam, no geral, formar uma família nos moldes europeus. Sem trabalho, sem moradia, discriminados racialmente, eliminados de todo o processo de constituição da sociedade, não tinham condições para formar aquele tipo de família. Na perspectiva de Goldani (1990), era a “família possível”, constituída quase sempre pela mãe e filhos ou pela avó e netos. A mulher negra era a “figura dominante”, que sustentava toda a família, os filhos e os companheiros, quando os tinha. O trabalho era doméstico, na maioria dos casos. Relata Florestan:

<sup>12</sup> Fernandes, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978. Ref. p. 198.

<sup>13</sup> O discurso dominante nos estudos de Bastide e Fernandes e outros é que a família negra era desestruturada; o negro não tinha condições para manter uma família estruturada, nos moldes da família européia; contudo, era possível constatar a existência da família chamada “estruturada” também entre os negros, embora não se possa negar que a maioria das famílias negras, geralmente, era constituída pela mãe e seus filhos.

<sup>14</sup> Cf. GOLDANI, Ana Maria. “Diferenças raciais no processo de formação de família no Brasil”. *Estudo Afro-Asiáticos*, n. 19, 1990, p. 81-92 e SLENES (1988, p. 189-203).

Sem a sua cooperação e suas possibilidades de ganho, fornecidas pelos empregos domésticos, boa parte da 'população de cor' teria sucumbido ou refluído para outras áreas. [...] Desamparada, incompreendida e detratada, travou quase sozinha a dura batalha pelo direito de ser mãe e pagou mais que os outros, verdadeiramente 'com sangue, suor e lágrimas', o preço da desorganização da 'família negra'. Nos piores contratemplos, ela era o 'pão' e o 'espírito', consolava, fornecia o calor do carinho e a luz da esperança. Ninguém pode olhar para essa fase do nosso passado, sem enternecer-se diante da imensa grandeza humana das humildes 'domésticas de cor', agentes a um tempo da propagação e da salvação de seu povo (FERNANDES, 1978, p. 210-211).

A maioria dos entrevistados da periferia fez referência ao trabalho infantil como necessário para o sustento da família<sup>15</sup>. No geral, as crianças ou adolescentes eram obrigados a parar os estudos por causa do trabalho. Os dados de 2001 do IPEA mostraram que 34% da população brasileira vivia com renda abaixo da linha da pobreza e 15%, abaixo da linha da indigência. O mesmo instituto considerou, para aquele ano, que a pobreza atingia 22% da população branca e 47% da população negra.<sup>16</sup>

A mudança de algumas pessoas para São Paulo significou a busca de melhores condições de vida. Nara relata sobre sua experiência de família e sobre o abandono dos estudos:

*(Estudei) somente dois anos, na marra. Ninguém queria... Queria só que eu trabalhasse na roça.[...] Ah, foi estudando assim. Eu não sei nem como eu cheguei até o segundo ano. Porque eu faltava muito. Trabalhava na roça, com meu pai doente também, tinha problema, então trabalhava só nós, os filhos só. Trabalhava na lavoura. Então quando eu chegava cedo que dava tempo de eu ir pra escola, eu ia. Mas quando não dava, quando eu chegava tarde aí não dava e eu não ia. Aí foi acabando... quando eu tinha nove anos, já não... era só trabalhar... Aí eles tiraram mesmo. Naquele tempo lá era muito difícil. [...] Também chegava na escola só pra dormir, chegava com tanto sono. Saía três e meia da manhã pra trabalhar, pra catar algodão, três e meia... E chegava em casa... Nossa Senhora... Nossa, tão cansada, aí chegava na escola começava a estudar, marcando (escrevendo), estudando lá, daqui a pouco eu estava dormindo na mesa, na carteira... Ah, eu*

<sup>15</sup> A taxa de participação, no trabalho, das crianças entre 10 e 15 anos de idade era de 26,4%, em 1992. Em 2001, houve uma redução para 16,0%. Segundo o relatório do IPEA, a participação das crianças negras no trabalho infantil é maior que a das crianças brancas. Cf. SHICASHO, Sonia Tiê (org.) *Desigualdade racial: Indicadores socioeconômicos - Brasil - 1991-2001*. Brasília: IPEA, 2002, p. 30.

<sup>16</sup> "A linha de indigência refere-se aos custos de uma cesta alimentar, regionalmente definida, que atenda às necessidades de consumo calórico mínimo de um indivíduo, enquanto a linha de pobreza inclui, além dos gastos com alimentação, um mínimo de gastos individuais com vestuário, habitação e transportes". Relatório IPEA, 2002, p. 34.

*estava (cansada)... nossa! Chegava, nossa, a gente ia trabalhar... De Valentin, a gente ia catar algodão lá em Minas. Nós ia de caminhão e voltava tudo quebrado e o caminhão pulando... E você chegava que era só o pó. Nossa Senhora! A gente não tinha nem como estudar mais. (risos) É, então, eu estudei só até o segundo male, male. Nem direito eu estudei. Só entrei e sai.... (Nara, 56 anos, cabeleireira, Cidade Tiradentes).*

Muitos entrevistados tiveram que enfrentar desde cedo inúmeros desafios em suas famílias, como a falta de emprego dos pais, as doenças, as separações, entre outros problemas que iriam marcar toda a trajetória de suas vidas. São muitas as experiências de perdas familiares entre os negros moradores das periferias. O relato de Zara recorda sua experiência de quando tinha 13 anos, após a morte de sua mãe:

*Porque quando minha mãe faleceu eram tudo pequenininho. Ai eu casei, trouxe eles comigo.[...] Nós somos em sete irmãos mas que ficou comigo foram seis. Meu irmão mais velho também me ajudava muito, inclusive nos deveres da casa eles me ajudavam. [...] Meu pai era assim tipo de pai e mãe, tudo fazia. Assim, quando ele trabalhava, ele trabalhava, quando estava em casa ele fazia mamadeira, fazia comida, ele fazia de tudo. Quer dizer, ele foi mãe e pai nosso. E ele faleceu há 19 anos, quando eu vim pra cá ele tinha falecido poucos meses.[...] Quando eu me casei, separei da casa dele e tudo, mas eu vivia mais na casa do meu pai do que na minha. Depois ele adoeceu, ficou doente seis anos, ficou entevado numa cama, eu precisei mudar pra casa dele e ajudar a cuidar dele. Ai eu cuidei dele até quando Deus chamou. E meus irmãos continuaram comigo. Eles moram comigo. Eles casaram, cada um tem sua vidinha. Só esse que mora comigo que é solteiro (Zara, 54 anos, empregada doméstica, Cidade Tiradentes).*

Thales também trabalha desde criança; desde os seis anos de idade desempenhou o serviço de “candeeiro de bois”. Ele relata as dificuldades enfrentadas para continuar os estudos:

*Quando fiz o primário, eu andava de seis a oito quilômetros pra fazer o primário. Porque eu comeci a trabalhar muito jovem, comeci com seis anos. Então eu fazia um trabalho... Foi um trabalho que chamava candear boi... Candear boi, a palavra é essa mesmo. Você tinha dois bois lá que ficavam puxando o arado na terra pra plantar, e a gente fazia esse trabalho de ficar candecendo o boi. Só com esse trabalho eu andava de seis a oito quilômetros, que era uma legua, né. Uma légua é sete quilômetros. Andava sete quilômetros mais ou menos pra estar indo pra escola. Ai eu me destaquei muito no primário, fui um dos melhores da escola no primário. Passei pro ginásio também e fui um dos melhores alunos, né. Tive uma dificuldade muito grande de estudar, mas uma facilidade muito grande de aprender. Em um determinado momento, eu tive que sair da*

*escola em 1974, de 73 pra 74, eu tive que me afastar da escola, na sexta série do ginásio. Ai eu me afastei da escola porque eu estava precisando de trabalhar pra ajudar minha mãe e meu pai, né. Ai eu me afastei porque não tinha condições de comprar uniforme, não tinha condições de pagar uma carteirinha que tinha que tirar naquela época, carteirinha que a gente tinha que apresentar na escola. Ai fui trabalhar numa carvoaria, pra trabalhar o carvão pra mandar pra São Paulo. Mas aí a diretora foi me buscar e tal, pagou minha carteirinha, pagou uniforme e tudo. Isso tudo pra eu não sair da escola, né. Ai continuei e com um carinho muito grande por ela inclusive. A doutora Teresinha. Um carinho muito grande por ela porque, se não fosse ela, não teria continuado estudar (Thales, 41 anos, assistente de gabinete, Campo Limpo).*

Em Lajeado, das quatro entrevistadas, três trabalhavam na coleta seletiva de lixo e uma estava em casa devido ao afastamento do trabalho por motivo de doença. Também migrantes do interior da Bahia e de Minas Gerais, todas começaram a trabalhar ainda crianças, com idade entre sete e 12 anos de idade. O trabalho era desenvolvido na roça, no cuidado dos irmãos menores, babás em casas de famílias ou como empregadas domésticas. Meire, aos 12 anos de idade, trabalhou na rouparia de um hospital:

*Nessa época eu trabalhava em hospital... Eu morava em frente ao hospital, né. Com 12 anos eu já trabalhava na rouparia do hospital. Depois passei pra cozinha, depois passei pra limpeza. Ai, quando eu fiz 18 anos, as irmãs queriam me pôr na enfermagem – naquele tempo não precisava fazer o curso, era na prática – aí, como eu não gostava da enfermagem, eu sai. Sai, aí eu fui ser babá. Ai, depois, o pessoal onde eu trabalhava foi embora pra Goiás, eu não quis ir (Meire, 58 anos, Lajeado).*

O trabalho das crianças era parte integrante da estrutura de sustentação da família, era um trabalho necessário. A subsistência da família dependia do trabalho de todos, em razão da extrema pobreza:

*A gente tinha que ajudar, logo cedo, ainda criança pequenininha, tinha que ir pra roça, tocar passarinho do arrozal. A gente tinha arrozal e era a gente que espantava os passarinhos. Tinha que acordar cedinho. E naquela hora a gente já estava lá nos arrozal, com um pano, correndo atrás dos passarinhos. Hoje eu falo pros meus filhos que o trabalho começou cedo. Tinha que trabalhar, porque tinha que ajudar. Naquela época e até hoje todo mundo tem que trabalhar, porque senão... Eu falo pros meus filhos: às vezes a gente ia pegar cavalo na roça e a gente ia com a lamparina acesa... Acho que com sete anos eu já comecei a trabalhar. A gente ajudava... Não tinha condições de pagar outras pessoas pra ajudar e punha a gente pra trabalhar. Ai colocou a gente na escola, depois tirou a gente da escola pra ajudar na roça. E dali pra cá não teve condições... (Anita, 53 anos, auxiliar de limpeza, Lajeado).*

Quando chegou a São Paulo, Anita começou a trabalhar como diarista, fazendo limpeza em casas de família. Ela relata que o trabalho era muito duro e praticamente não dava para sobreviver. Posteriormente, ela vai trabalhar numa empresa de prestação de serviços de limpeza, no metrô, permanecendo nesse trabalho por alguns anos até ser afastada por doença. Maria também começa a trabalhar ainda criança, aos nove anos de idade. Após perder os pais, ela e seus três irmãos vão morar com a avó, quando começam a trabalhar na roça. Mas, após algum tempo, a avó também morre. A morte é assídua na trajetória de vida das mulheres pobres. Morte de pais deixando filhos ainda crianças, morte de filhos:

*Fui criada com avó, em Minas. Ela, morava em Três Corações, Santa Clara. A gente morou muito tempo com ela, daí ela faleceu. Depois que ela faleceu, a gente saiu e ficamos com uma tia.... Trabalhava na roça, a gente colhia café, capinava roça... Desde a idade de uns nove anos. a minha avó trabalhava e levava junto e de lá pra cá a gente cresceu. Criamos com ela. Ela também era viúva, era mãe da minha mãe. Aí criou nós. Nós éramos quatro... Três homens... Ela faleceu e deixou cinco crianças. Primeiro a minha mãe, depois a minha avó. Aí a gente ficou.... Aí eu cresci, criei meus irmãos depois que eu cresci saí num canto e noutro... e eu fiquei ainda algum tempo e depois eu casei. Depois, com quatro anos de casada, lá em Minas também ele morreu também. Faleceu... Ele saiu pra trabalhar e aconteceu o acidente. Depois desse período pra cá eu sempre trabalhei. Eu fui trabalhar na casa de família, trabalhei cinco anos no Rio de Janeiro, depois desses cinco anos eu saí da casa deles e vim pra aqui (Maria, 58 anos, empregada doméstica, Lajeado).*

As constantes perdas nessas famílias incluem algumas mortes prematuras em consequência da pobreza e da falta adequada de assistência à saúde. Já foi mencionado também que a expectativa de vida da população negra é menor, comparada àquela da população branca<sup>17</sup>. Os gráficos a seguir mostram que, a partir dos 40 anos, a população negra, proporcionalmente, morre mais que a

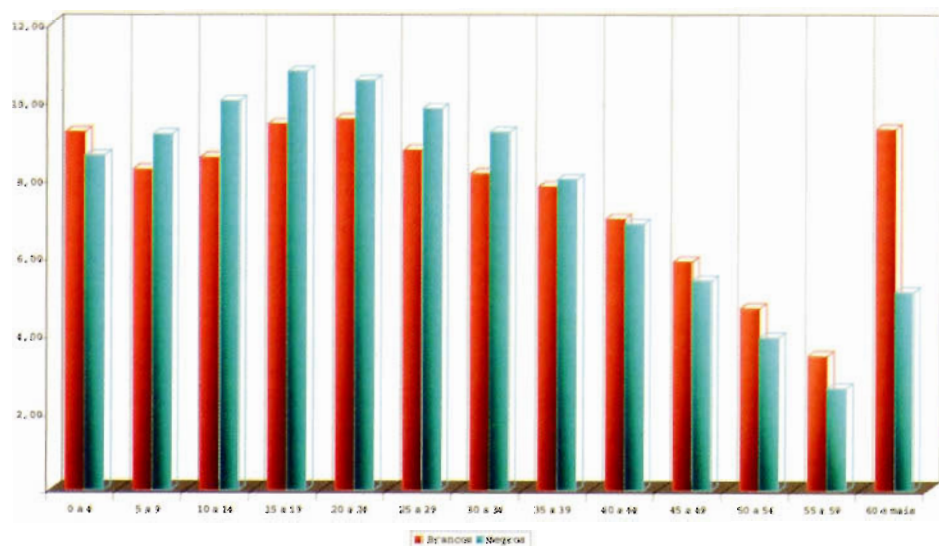
<sup>17</sup> Na visão de Fátima Oliveira, a população negra vive menos do que a população branca. Em referência aos Anos Potenciais de Vida Perdidos (APVP), a mulher branca perde 14,4 anos, o homem branco perde 19,5 anos, a mulher negra perde 20,7 anos e o homem negro perde 29 anos, no Estado de São Paulo. A expectativa de vida, no total da população, é maior entre as mulheres, mas quando os dados são desagregados por cor/raça a mulher negra vive menos que o homem branco. Cf. OLIVEIRA, Fátima. *Saúde da população negra: Brasil 2001*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2003. Conf. também: BATISTA, Luiz Eduardo. *Mulheres e homens negros: saúde, doença e morte*. Tese doutorado, Araraquara: UNESP, 2002, p. 45, e PNUD - *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil* (2002). A probabilidade de sobrevivência até 40 anos dos negros no Brasil é de 88,26, enquanto que a probabilidade de sobrevivência até 40 anos dos brancos é de 92,73.

população branca. A diferença é maior para aqueles que chegam aos 71 anos e mais. Considera-se a percentagem da população na cidade de São Paulo a partir da faixa etária mais avançada, na qual 80,9 é branca, 4,1 é preta, 3,8 é amarela e 10,3 é parda. Destaca-se a representatividade dos pardos que, até os 5 anos de idade, eram de 27,2 e, após os 70 anos, é de 10,3 (Tabela 1).

Tabela 1 - Distribuição da população segundo idade e cor/raça. Cidade de São Paulo - IBGE - 2000 - (em %)

Idade	Branca	Preta	Amarela	Parda	Outras <sup>18</sup>
Até 5 anos	67,4	3,4	0,8	27,2	1,2
6 a 10 anos	64,5	4,1	1,1	29,3	1,0
11 a 15 anos	63,1	4,7	1,4	29,8	1,0
16 a 20 anos	64,2	5,3	1,6	27,9	1,0
21 a 30 anos	64,6	5,5	1,6	27,2	1,1
31 a 40 anos	65,8	5,5	1,8	25,9	1,0
41 a 50 anos	68,1	5,8	2,7	22,5	0,9
51 a 60 anos	70,9	5,5	3,8	19,0	0,8
61 a 70 anos	75,8	5,0	3,8	14,6	0,8
71 anos e mais	80,9	4,1	3,8	10,3	0,9
Total	67,0	5,1	2,0	25,0	0,9

Gráfico 1. Distribuição da população segundo idade e cor/raça. Cidade de São Paulo - IBGE - 2000 - (em %)



<sup>18</sup>Incligenas, mais ignorados.

O Gráfico 1 e a Tabela 1 indicam que a população negra vive menos após os 40 anos. Poucos alcançam a idade mais avançada<sup>19</sup>. Já os amarelos<sup>20</sup> vivem mais: até os 5 anos, representam 0,8 e, após 70 anos, 3,8.

Assumir as dificuldades de toda a família, precocemente, foi uma constante nas experiências relatadas entre os moradores das periferias paulistanas. Em Minas Gerais, Gisele trabalhava desde os oito anos de idade:

*É que eu morava muito em casa de família. Porque com oito anos que eu tinha, minha mãe teve um acidente na perna... Ela tem muitas veias estouradas, então ela foi partir lenha e estourou. Então, ela ficou um ano em cima da cama. Eu tive que arrumar alguma coisa pra fazer. A mulher falou assim: 'A senhora deixa ela ir lá pra minha casa pra ela brincar com minha filha, e eu dou o leite, dou mantimento pra não faltar.' Então eu tive essa responsabilidade. De eu ter que sair fora da minha casa pra ir tomar conta... brincar com uma criança... não era tomar conta porque uma criança de oito anos não toma conta. Então eu ia brincar com ela pra chegar no final de semana minha mãe ter o que comer e meus irmãos. Depois desse tempo a mãe melhorou e eu comecei a arrumar serviço só pra dormir. Então foi assim. Eu não tive muito contato de morar dentro de casa com minha mãe (Gisele, 28 anos, dona de casa e camelô, Cidade Tiradentes).*

A trajetória familiar dos entrevistados, especialmente daqueles que vieram do campo, foi marcada pelo trabalho infantil; pouco espaço houve para viverem como criança, com brincadeiras e estudo; a pobreza marcou as suas vidas. Alda relata também sua experiência:

*Comecei a trabalhar de doméstica com 11 anos, cuidando de uma criança e uma coisa que eu não vou esquecer nunca na minha vida, foi quando eu fui levar essa criança num clube e nesse clube eu cheguei pra levar a criança na piscina, e fui barrada na porta. Nessa época eu acho que eu tinha uns 11 anos, 12 anos, e o rapaz pegou e falou assim, na cara... falou assim, isso lá em Bauru: 'Você não pode entrar aqui. Aqui preto não entra.' Então é uma coisa assim que... Eu estava com uma criança branca, levando pra piscina do clube. Então, isso aí foi uma coisa que me chocou muito e eu fiquei sem entender também o porquê da minha cor. Aí, a única coisa assim que me chocou (Alda, 53 anos, auxiliar administrativo, Cidade Tiradentes).*

<sup>19</sup> Cf. OLIVEIRA, Fátima. *Saúde da população negra - Brasil 2001*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2002, p. 101-107; BATISTA, Luiz Eduardo. *Mulheres e homens negros: saúde, doença e morte*. Tese (sociologia). Araraquara: UNESP.

<sup>20</sup> Notadamente os asiáticos e seus descendentes.

Além das dificuldades com a pobreza e o trabalho infantil, os constrangimentos por causa da cor negra aparecem desde cedo na vida de algumas famílias pobres, sobretudo quando o casamento entre raças produz filhos com variação na tonalidade da cor.

## O problema da cor na família

Thales de Azevedo (1955), Nelson do Valle Silva e Carlos Hasenbalg (1992), Elza Berquó (1987) e outros analisaram as dificuldades enfrentadas pelos negros quando se casam com pessoas de cor branca. Há rejeição do casamento misto por parte da população branca mas, no caso dos homens negros, as dificuldades tendem a ser menores. Já para as mulheres negras que se casam com homens brancos, a rejeição por parte da família do marido e da sociedade tende a ser maior.

A mulher negra sempre enfrentou desafios para ser vista como candidata ao casamento; no imaginário social da sociedade brasileira, ela não é para o casamento e geralmente é vista como objeto de prazer. Quanto mais escura for a mulher, menores serão as suas possibilidades no “mercado matrimonial”<sup>21</sup>. Outro problema levantado pelos entrevistados foi a dificuldade de relacionamento no interior da própria família quando os parentes próximos possuem a cor diferente. Os mais claros consideram-se e são considerados superiores aos mais escuros. Sobre o casamento misto, Bastide lembra:

Quando há vários filhos de cor diferente, o tom mais claro torna-se um fator de diferenciação afetiva por parte dos pais, e o ciúme levanta os irmãos uns contra os outros. Os mais claros têm vergonha dos outros e chamam-nos ‘negros’. Os mais escuros respondem: ‘Você também não é branco, você é um descascado’. Se saem juntos, os mais claros evitam levar os irmãos em certos lugares bem freqüentados e preferem sair sozinhos quando podem. Têm medo de ser rebaixados pela presença de seus irmãos e de receber também o tratamento de ‘negros’ (BASTIDE in BASTIDE & FERNANDES, 1955, p. 157).

Ao contrário da suposta democracia racial no Brasil, o racismo existente aqui é tão perverso que leva o próprio negro à auto-rejeição e à rejeição de

<sup>21</sup> SILVA, Maria Nilza da. *A mulher negra: o preço de uma trajetória de sucesso*. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC/SP, 1999.



seus próximos, havendo a preferência pelos membros mais claros. A experiência de racismo que Gisele viveu foi na própria família, com a avó e a irmã, que tinha a pele mais clara:

*Com a minha irmã e com a minha avó, acho que foram as humilhações que mais a gente sofreu em relação a cor e com a necessidade materiais. A gente era muito pobre, passava mais fome do que comia, por esse motivo meu pai não dar a devida... (importância) não olhar... a gente sofreu muito. E eu acho que o que doeu mais... porque irmã não... (não faz isso) chamar irmã de amarelão, açafião, sarará, porque ela era assim mais clara e do cabelo vermelho. Porque deve ter puxado a família do meu pai. E ela me chamava de macaca, canela de Siriema, e isso ia... Agora com minha avó, a minha avó fazia isso por maldade. Hoje eu também trato ela muito bem. Minha avó, mãe de meu pai... era assim... a casa da minha avó no meio, a casa da minha tia do lado, e a da minha mãe do outro: um barracinho, que eles fizeram de barro pro meu pai e minha mãe morar. Então ali ela ficava. Às vezes a gente estava com fome e minha mãe saía pra trabalhar e deixava a gente sem nada esperando até a hora dela chegar e trouxesse alguma coisa. Então assim... no interior, o pessoal gosta mesmo é de terreiro, o quintal. Ela pegava um prato e ficava comendo. A gente pegava e ia de fininho, de fileirinha assim e olhava. Ela falava assim: 'Está olhando o que macaco. Buraco! Toma aqui buraco!' E a gente ia lá. Parece que a gente não tinha noção, não tinha vergonha na cara mesmo, hoje eu penso que não tinha vergonha na cara mesmo... Era minha avó (Gisele, 28 anos, dona de casa e camelô, Cidade Tiradentes).*

A revolta contra a própria cor e contra os membros da família mais escuros manifestava a violência do racismo de que os negros foram e ainda são vítimas e destruía não somente sua auto-estima, mas fazia-os aderir ao pensamento hegemônico e reproduzir comportamentos racistas a que os próprios estão submetidos. O pai de Alda, tendo se separado de sua mãe, casou-se com uma mulher branca. Surgiram, então, os conflitos e ela teve que sair da casa do pai:

*O meu pai, quando se separou da minha mãe, ele arrumou uma mulher com vários filhos, e essa mulher tinha filhos brancos... E o menino me chamava... 'Nega do suvaco preto'. Ele vivia me chamando assim. Eu não gostava, eu detestava, eu odiava ele. Nossa, eu ia em cima dele, ia em cima dele, brigava demais com ele... 'Nega do cabelo duro...' A gente morava junto, ele me xingava muito. E eu vivia falando com meu pai... Então por isso, por causa dessa confusão toda, de briga assim... essa mulher que estava com ele falou que não dava pra ficar nessa briga e que eu já estava me formando mocinha, que era bom eu ir embora com minha mãe. Foi onde meu pai me mandou ir embora com minha mãe. Eu gostava muito do meu pai... Eu não queria sair de perto do*

*meu pai. Eu amava muito o meu pai. Ainda amo, ainda gosto muito do meu pai, mas eu queria continuar aquele amor, sabe... Isso, eu queria continuar perto dele. Depois saímos meio longe, aí ficou meio, vai ficando meio assim... (Alda, 53, auxiliar administrativo, Cidade Tiradentes)*

Nesse caso, os constrangimentos eram provocados pelos próprios membros da família em relação àqueles que tinham a tonalidade da pele mais escura. A cor “passou a indicar mais do que uma diferença física ou uma desigualdade social: a supremacia das *raças brancas*, a inferioridade das *raças negras* e o direito natural dos membros daquelas de violarem o seu próprio código ético para explorar outros seres humanos”<sup>22</sup>. Isso é o resultado de uma adesão por parte de membros da família de uma idéia de desvalorização do negro ou daquele que se apresenta numa tonalidade de pele mais escura. O racismo, neste caso, provocou nas pessoas negras uma antipatia pela própria situação. Essa experiência remete aos estudos realizados por Sawaia (1999) sobre o sofrimento ético-político:

O sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto (SAWALA, 1995, p. 104-105).

A relação com a própria cor revela a intensidade do sofrimento ético-político. Quando questionada sobre a cor da sua avó, Gisele não teve dúvida em afirmar:

*Preta! Preta, preta, preta. Meu avô, que era branco, no caso era branco, não tratava a gente tão mal como a minha avó, que era preta. E preta daquelas preta conga. Mas é racista. Aí ela pegava sopa de macarrão, daqueles macarrão que parece um canudinho, e punha aquilo fervendo na nossa mão. Nós saía assim, com ele balançando. ‘Vai turma de macaco, crioulo, não sei o quê...’ E tudo quanto fosse nome de preto ela xingava. Parece que ela odiava. [...] Até hoje ela mantém os netos dela. E maltratava a gente, os mais pretos. Então, era por causa da cor. Porque ela dizia mesmo que os netos*

<sup>22</sup> BASTIDE, in BASTIDE e FERNANDES (1955, p. 51).

*dela era os brancos. 'Aquele turma de macaco, aquela turma de não sei o quê...' não era nada dela* (Gisele, 28 anos, Cidade Tiradentes).

O problema, que ocorre ainda hoje, foi analisado por Bastide, 50 anos atrás, o que mostra que, desde esse tempo, nada mudou quanto às relações raciais ou, caso tenha havido mudanças, estas foram mínimas, pois o tratamento racista continua praticamente o mesmo. A cor, no Brasil, é sinônimo de posição social: o branco representa a nobreza e a superioridade e o negro representa aquilo que é ruim e inferior. É a partir desse princípio que as relações sociais são estabelecidas. Em todos os níveis da sociedade brasileira, a cor negra representa a marca da inferioridade.<sup>23</sup>

Diante da representação social de inferioridade da cor negra e a conseqüente falta de oportunidades no mercado de trabalho, na educação, na cultura, e a escassa possibilidade de mobilidade social ascendente, os negros recusam os atributos relacionados à cor através das mais diferentes formas: uns unem-se em organizações negras, como as escolas de samba, os terreiros, outros procuram contribuir para o processo de conscientização através da imprensa negra<sup>24</sup>, outros, ainda, procuram imitar os comportamentos dos brancos para poderem ser aceitos na sociedade<sup>25</sup>. Ao longo de sua história, na sociedade paulista, o negro teve constantemente que provar que ser negro não significava ser bandido, marginal, indisciplinado. Nas periferias pobres da cidade, nas ocupações irregulares e nas favelas, os negros têm que provar que são seres humanos e trabalhadores e que pobreza não é sinônimo de criminalidade. A luta é uma constante. Além da luta pela sobrevivência em condições desumanas, sem estrutura, sem a efetiva preocupação dos poderes públicos e das classes dominantes, o negro tem que mostrar humanidade, diante de todas as manifestações de discriminação racial e racismos que afligem seu dia-a-dia.

<sup>23</sup> NOGUEIRA (1985).

<sup>24</sup> MOURA (1980, p. 143-175).

<sup>25</sup> BASTIDE e FERNANDES (1955, p. 121-122).

## O trabalho – o sonho de uma vida melhor

Roger Bastide (1955) constata a inexistência de disputa entre negros e brancos quando uns e outros são muito pobres, por exemplo, entre os moradores dos cortiços. Mas quando as condições sociais melhoram um pouco, como no caso dos moradores de pequenos apartamentos, a divisão social fica evidenciada. Para ele não se trata de problemas relacionados à cor, mas ao tipo de vida, caso em que a preferência se dá por aqueles que possuem hábitos semelhantes. Há cordialidade no tratamento, mas sem aproximação. Bastide assevera que há distinção entre os operários de uma mesma empresa, não obstante afirmar que, quando se trata de pessoas muito pobres, as cores se misturam:

No trabalho, as relações entre brancos e pretos são boas e, sempre que se esboça uma consciência de classe, seja para uma reivindicação de salário, seja para uma greve, a união é estreita. Entretanto, à saída da fábrica, formam-se grupos, e pode-se então notar que em geral os brancos vão para um lado, os pretos para outro. O que não impede que nas ruas, nos bares, nas conversas entre os homens, as cores se misturem. Porém o lar é um terreno sagrado, em que se recebem os amigos. Ora, aqui, com todas as reservas que o clima democrático do Brasil favorece, seja por etnocentrismo, seja por timidez, o preto não frequenta em geral senão outros pretos, e o branco, outros brancos. O que é mais grave é que, nas fábricas, quando se criam clubes recreativos para os operários, o negro é barrado nos bailes (BASTIDE, in. BASTIDE & FERNANDES, 1955, p. 137).

Um dos pontos que chama a atenção de Bastide é o das relações paternalistas entre negros e brancos, numa sociedade de classes, cuja estratificação está baseada na linha da cor. Os pretos escuros na base da pirâmide social, os mestiços numa posição intermediária e os brancos no topo da pirâmide. A relação paternalista sustenta essa estrutura social, pois os brancos não se sentem ameaçados em sua hegemonia. Esse paternalismo, segundo Bastide, impede que os ânimos se acirrem e os possíveis conflitos ficam abafados. A idéia de democracia racial também faz parte desse jogo de interesses, em que se difunde uma idéia de cordialidade entre todos, mas, na prática, aquele que é considerado inferior deve permanecer em seu lugar. Ele afirma que esse clima foi naturalizado:

Uma das manifestações é a padrinagem, de origem católica, que une alguns notáveis brancos às famílias de cor da vizinhança; o branco deve proteção, ajuda financeira, e pode também facilitar a instrução a seus filhos de cor; em contrapartida, o negro deve ajuda material (e sua mulher, os serviços domésticos), ele constitui a clientela do branco [...], ele faz parte da massa eleitoral que vota segundo suas recomendações (BASTIDE, 1970, p. 61).

A padrinagem tem sua origem nos filhos ilegítimos dos patrões com as mulheres negras. Contudo, a prática de cuidar dos filhos mestiços continuou como uma forma de manutenção do negro em “seu lugar”, de modo a não representar uma ameaça à hegemonia branca. A ajuda do branco ao negro dependia de seus interesses, afirma Bastide<sup>26</sup>. A intenção sempre foi manter a hegemonia da elite paulistana.

De novo aparece o estabelecido, isto é, o negro somente é considerado quando útil para a estrutura social dominante; do contrário, deverá permanecer no lugar em que a sociedade o colocou. Quando vence as barreiras impostas pela pobreza e pela discriminação racial, ele deverá fazer um esforço sobre-humano para assimilar as práticas impostas pela sociedade hegemônica, procurando agir com cuidado e muitas vezes até recusar a presença de outros negros em seu convívio, se desejar manter o *status* adquirido. Em alguns casos, o negro deverá agir como branco.<sup>27</sup>

Independentemente do potencial apresentado pelo negro, Fernandes lembra que havia necessidade de um padrinho branco para que ele ascendesse socialmente, mesmo que possuísse diploma. O negro deveria agir em conformidade com os padrões estabelecidos pelo branco. Bastide lembra a experiência das mulheres negras que se deparavam com a exigência da “boa aparência”:

Uma população branca na sua maioria desenvolve com efeito uma série de normas de beleza relacionadas com a sua própria cor, e, na medida em que um indivíduo se afasta dessas normas, é considerado feio. A preta é particularmente vítima desse estado de coisas. As pessoas de cor são relegadas para longe da vista do público, nas oficinas internas; não são aceitas nos escritórios a que o público tem acesso, como secretárias ou datilógrafas. Encontram-se algumas mulatas claras, em geral nas lojas de bairros populares ou nos escritórios de

<sup>26</sup> BASTIDE, in BASTIDE e FERNANDES (1955, p. 191).

<sup>27</sup> FERNANDES, in BASTIDE e FERNANDES (1978, p. 122).

pequenas firmas que pagam mal os empregados. O chefe do pessoal de uma loja, freqüentada sobretudo pela classe média, não pôde disfarçar a sua pena: 'Sinto muito ser obrigado a recusar moças diplomadas e inteligentes' (BASTIDE, in BASTIDE & FERNANDES, 1955, p. 145).

A cor é determinante para a inserção na sociedade brasileira. Bastide considera a cor um "tabu", pois há diferentes formas, todas polidas, para recusar a presença do negro no mercado de trabalho, nos espaços de lazer, nos territórios considerados da elite. Enfim, as relações de sociabilidade da população negra estão totalmente comprometidas com o racismo de que é vítima.

Bastide lembra as dificuldades enfrentadas pelo negro quando busca trabalho em ambiente em que deve tratar e estar diante do público. Para ele, o padrão de beleza é o branco; por isso, há rejeição ao negro, no caso de precisar exercer função em que a aparência é fundamental. Ele analisa também a dificuldade existente na aceitação da população até mesmo em escritórios fechados, visto que o trabalho que sobra para o negro é somente aquele que o branco não quer, o pesado e sujo, independentemente do diploma, do potencial e do valor do negro.

Outro elemento analisado por Bastide é a resistência às promoções<sup>28</sup> do negro. Também nesse caso a concorrência é desleal. Se o negro permanece submisso e não tem *status*, não há conflitos. Estes, porém, surgem se houver possibilidade de concorrência com o branco.

## O sonho

Ao chegar à cidade de São Paulo, em sua grande maioria, os migrantes<sup>29</sup> não encontram o que foram buscar: trabalho e melhores condições de vida. A conseqüência é a continuidade da situação de pobreza, que se desloca do campo para as periferias da cidade. Muitos se submetem a todo tipo de trabalho e, para um grande número, não resta outra chance que o mercado de trabalho informal. Gisele relata outra experiência que viveu quando trabalhou, ao longo de sete anos, como camelô, no Brás. Nos últimos anos, ela levava sua filha recém-nascida para o trabalho:

<sup>28</sup> SILVA (1999).

<sup>29</sup> O Estado de São Paulo, entre 1995 e 2000, recebeu 1,2 milhão de pessoas. Destas, a Região Metropolitana recebeu 710 mil, enquanto que somente o Município recebeu, sozinho, 410 mil para o mesmo período. Fonte: SEADE. São Paulo Demografia - Estatísticas Vitais do Estado de São Paulo - Resenha mensal - Setembro de 2003.

*Foi de 99 pra 2000. Até 2001 eu trabalhei lá. Essa pequenininha Lu, foi criada lá. Ela foi pra lá estava com quatro meses de nascida. E saiu de lá já estava com quase dois anos. Pegava, punha ela debaixo da banca assim e ela dormia o dia inteiro. [...] Quando ela começou a andar eu tive que parar porque o Brás, com aquele movimento, ela se perdia muito, ela entrava nas lojas, ela queria liberdade, né, e ali não tinha como... era no meio da rua, então eu tive que interromper. Parei de trabalhar.[...] É, ela queria andar. E ela não tinha esse contato dentro de casa então, soltava ela no Brás, ela queria era desfilar mesmo. Apesar que todo mundo conhecia ela. Em loja que ela entrava, todo mundo conhecia. Sabia quem era ela. Eu tinha medo assim... porque muita gente passava, filmava, fazia perguntas e o meu medo era assim de ela se perder e alguém pegar e roubar. Então eu e o meu marido conversamos e ele falou que ia manter a casa sozinho. Porque ele mantém água, luz e a despesa de casa. Então, as outras coisas não dá pra ele manter, que nem roupa, sapato, calçado, uma coisa diferente pras crianças. Então isso aí é... por isso que eu trabalho, que no caso eu trabalho mais por isso. Eu não estou trabalhando fora, mas aqui dentro de casa parece um comércio. É marmitex, é coxinha, é salgado, é geladinho, é sorvete... então aqui dentro de casa... é revista que eu revendo... então eu estou trabalhando assim, dentro de casa, no dia a dia eu vou tentando repor essas coisas, essas necessidades que tem e que não dá pra ele pôr mesmo, por causa do salário, que é pouco (Gisele, 28 anos, dona de casa e camelô, Cidade Tiradentes).*

Quando se refere ao mercado de trabalho, as desigualdades que se apresentam são grandes. De forma geral, houve perda do poder aquisitivo nas últimas duas décadas, com o conseqüente empobrecimento da população. Nesse contexto, são justamente aqueles que sempre estiveram na base da pirâmide social, os negros, que ficam mais vulneráveis ao empobrecimento e às situações de miserabilidade. O desemprego é uma das principais causas das dificuldades.

O desemprego é maior entre os negros; são atingidos principalmente os jovens até 24 anos, com uma taxa de 43,1% entre as mulheres e 33,3% entre os homens, com uma diferença de mais de 10% em comparação com os não-negros na mesma faixa etária, na Região Metropolitana de São Paulo (Tabela 2). O salário salienta as desigualdades raciais<sup>30</sup> e, também, as desigualdades de sexo. Quando se compara a variável de rendimento à de sexo, considerando as mulheres negras, as desigualdades ficam ainda mais evidentes, conforme mostram os Gráficos 2 e 3.

<sup>30</sup> Cf. também a pesquisa do IPEA coordenada por Ricardo Henriques (2001), que mostra um diagnóstico detalhado das desigualdades raciais.

Tabela 2. Taxa de desemprego por sexo e faixa etária segundo cor - Região Metropolitana de São Paulo - 2000 (%)

Mulheres

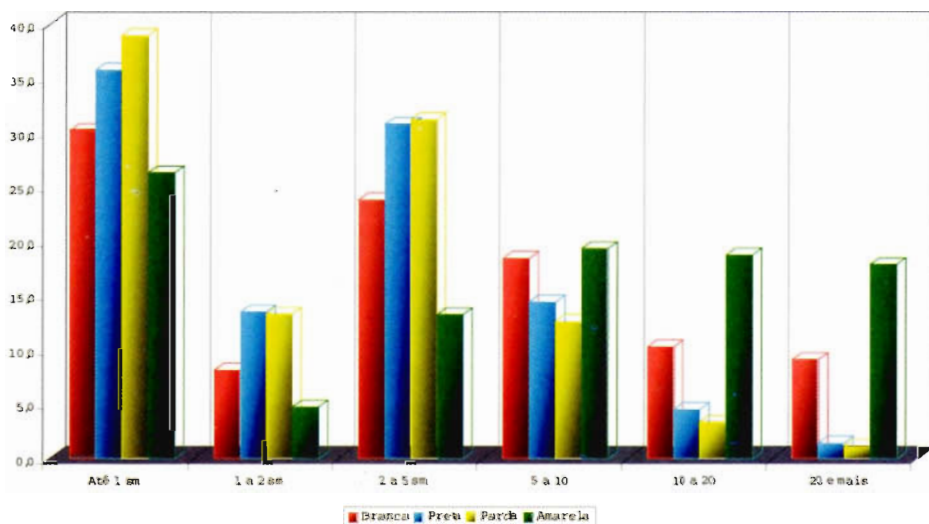
Cor	até 24 anos	25 a 45 anos	46 a 60 anos	61 e mais
Negra	43,1	21,5	13,3	(1)
Não-Negra	34,2	15,3	11,0	(1)

Homens

Cor	até 24 anos	25 a 45 anos	46 a 60 anos	61 e mais
Negra	33,3	15,1	15,1	(1)
Não-Negra	25,5	10,1	10,8	(1)

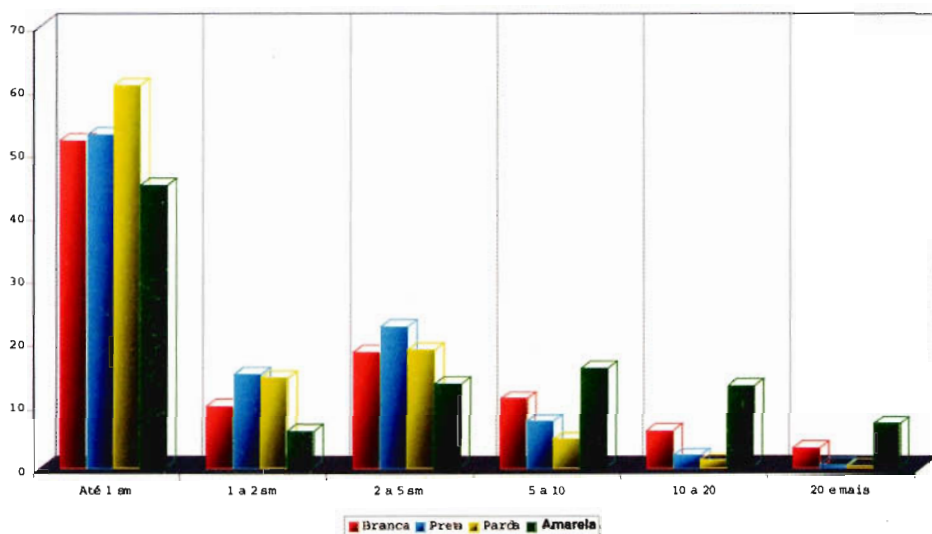
Fonte: Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa Emprego e Desemprego. Nota 1: a amostra não comporta desagregação para esta categoria. Obs.: a categoria negro inclui pretos e pardos, e não-negros, brancos e amarelos. In Aquilini e Costa (2003, p. 10).

Gráfico 2. Rendimento em salários mínimos para pessoas de 10 anos e mais segundo cor/raça. Município de São Paulo - IBGE - 2000 - em % - Homens





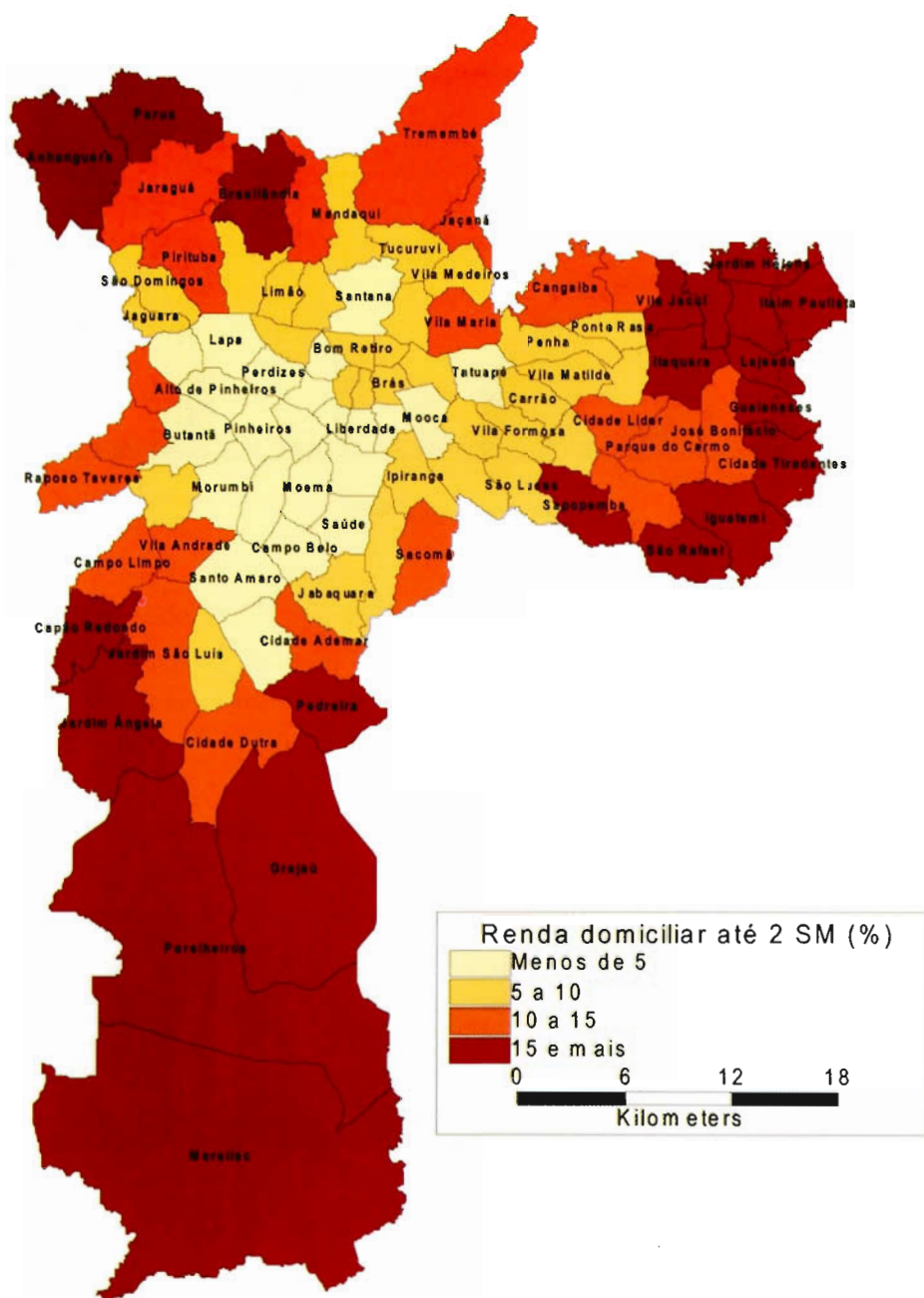
**Gráfico 3.** Rendimento em salários mínimos para pessoas de 10 anos e mais segundo cor/raça. Município de São Paulo - IBGE - 2000 - em % - Mulheres



Para aqueles que têm rendimento a partir de 20 salários mínimos, a percentagem entre os homens é de 9,1 para os brancos, 1,4 para os pretos, 17,8 para os amarelos e 1,0 para os de cor parda. No caso das mulheres, na mesma faixa de rendimento, as brancas representam 3,1, as pretas 0,5, as amarelas 7,1 e as pardas 0,3.

As desigualdades de rendimento acentuam-se dependendo do território ocupado. As periferias mais pobres e com maior concentração de negros, conforme constatado em mapas anteriores, possuem domicílios com renda até dois salários mínimos, num índice acima de 15% (Mapa 11).

Mapa 11. População com renda domiciliar até 2 salários mínimos. São Paulo – 2000



Fonte: Fundação IBGE: Censo Demográfico 2000.

Para aqueles que não vieram da área rural e trabalhavam em São Paulo, o desafio era o mesmo, as condições de trabalho também não eram diferentes daquelas encontradas por aqueles que chegavam do campo. Mesmo para os que nasceram na cidade de São Paulo, a vida não diferia muito da vida dos migrantes negros e pobres, o enfrentamento do racismo sendo parte de seu cotidiano. Renato<sup>31</sup> atribui a fragilidade de sua saúde ao racismo que sofreu no trabalho:

*Eu trabalhava na creche, mas já era funcionário do metrô. Então fui transferido aqui da Vila Carrão, que era creche aqui na Vila Carrão, fui transferido pro almoxarifado no Jabaquara, almoxarifado do metrô. Encontrei um chefe chamado Pedro, o sujeito era uma pessoa assim muito... Sabe, a gente não podia se mexer daqui pra lá que ele já tava no pé... direto. Serviços que a gente fazia lá dentro, que a gente combinava, a gente vai trabalhar, e a gente acabando mais cedo, a gente vai todo mundo pro vestiário tomar banho... eu acho que isso não funcionava, porque quando a gente combinava isso, que a gente ia pro vestiário, todo mundo tomando banho, ele só vinha no meu pé. Ele dizia que eu tava tomando banho no horário errado. Então, foi uma coisa muito puxada... Eu acredito que a minha doença se agravou mais devido a isso. Você ia almoçar, quando você voltava ele já encostava, pensando que você tinha bebido alguma coisa alcoólica. Era terrível, era incrível. Tudo o que acontecia, era em cima de mim. Tudo, tudo, tudo, tudo... E eu acredito que foi por isso mesmo que eu fiquei doente. Porque depois que eu fui transferido, do Jabaquara pra Itaquera, pro pátio de Itaquera, um mês depois fui internado. Fui internado e não voltei mais pro trabalho. Ai eu me afastei de vez, porque agravou muito o coração, a pressão, então me afastei. Ai veio a aposentadoria, me aposentei. Mas foi muito puxado mesmo. Foi uma discriminação muito grande nesses... (Renato, 54 anos, ajudante aposentado, Cidade Tiradentes).*

Além de ter que lidar com a situação de pobreza e exclusão, acrescidas à discriminação racial, quando consegue emprego, o negro tem que viver a experiência do racismo em seu cotidiano profissional. Segue a experiência de Helena em relação a uma colega de trabalho:

*Ela foi suspensa por causa disso (do racismo). Porque ela achava que na hora do lanche... Ela não gostava que eu tomasse lanche com as outras na cozinha. Ela não gostava. Ela achava ruim. Ela saía. Se eu entrasse, ela saía. Até que minha chefe percebeu, chamou a atenção dela e ela falou... Ela foi chamada a atenção. Foi chamada lá no Guaianazes, na diretoria. Agora, como ela tinha muitos anos de casa, ela não foi mandada embora, só suspenderam. Eu poderia ter processado ela, viu. Poderia porque discriminação é crime (Helena, 63 anos, dona de casa, aposentada, Campo Limpo).*

<sup>31</sup> Renato faleceu no dia 29 de abril de 2004. Também aqui é utilizado um pseudônimo.

As dificuldades relacionadas ao racismo no cotidiano do trabalho interferem profundamente na vida dos entrevistados. Helena continua o relato:

*Ela era muito assim... Porque eu já era casada, do meu primeiro casamento, e eu sofri muito no meu primeiro casamento. Meu marido bebia e ele estava desempregado e era eu que sustentava a família. E eu tinha três filhos. O Rubens, que é o mais velho, a Rosana que é a segunda e o Eduardo. A minha chefe me ajudava muito. Ela me dava leite, roupas que vinham pra distribuir, ela via quais serviam pros meus filhos, ela me ajudava. Roupa dela, que ela tinha bastante, ela dava pra mim. Quer dizer, eu não comprava. O dinheiro que recebia da Legião era pra eu sustentar a casa. E ela achava muito ruim isso. Ela achava que eu... Muitas vezes eu peguei ela de conversa com as outras. 'Isso é injusto. Onde já se viu. Eu tirava o lugar de quem precisava. E que eu...' Daí as minhas colegas me defendiam: 'Ela precisa, ela trabalha. Ela trabalha, não trabalha a toa. Trabalha pra sustentar os filhos dela, e eu acho que ela é uma pessoa honesta. Não faz nada de mal. Isso da cor dela, você poderia ser negra.' Ela disse: 'Deus me livre, se eu fosse negra eu me mataria' (Helena, 63 anos, dona de casa, aposentada, Campo Limpo).*

Ser negra, para a colega de trabalho, significava possuir um estigma e isso a fazia recusar de pronto a idéia de *negritude*.

## A escola: a reprodução das desigualdades

O acesso à escola podia representar a possibilidade de ascensão do negro na sociedade brasileira, mas, ao mesmo tempo, ao longo dos anos, também foi um problema na sua vida. Num primeiro momento, como lembra Bastide, as escolas direcionadas à elite, como os colégios religiosos, recusavam o negro, especialmente se quisesse estudar humanidades. Quando tinha acesso aos estudos, ele deveria “optar” pela área técnica. Por outro lado, eram necessários a presença e o apoio dos padrinhos, caso contrário seria difícil o negro ter acesso à educação<sup>12</sup>. Quando superava as dificuldades de acesso, outros desafios apareciam, principalmente a superação das manifestações de racismo dos colegas ou a descrença dos professores em relação ao seu potencial.

Pelos depoimentos dos entrevistados, constatamos que a escola é um dos lugares de maior sofrimento provocado pelo racismo que o negro enfrenta. Praticamente foi na escola que a maioria fez a primeira experiência

<sup>12</sup> Idem, p. 179.

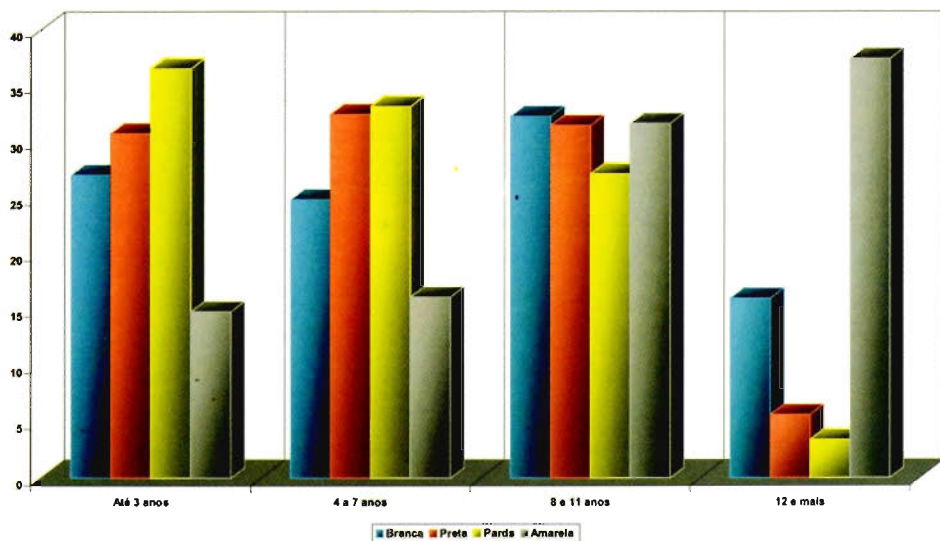
de discriminação, até da parte dos professores e, outras vezes, dos colegas, que agem sob a conivência dos responsáveis pela educação. Diante das imensas dificuldades, há um enfraquecimento das motivações para freqüentar a escola. Ir à escola pode significar submeter-se a uma trajetória de sofrimento por causa do racismo. Bastide constata que os pretos retintos freqüentam menos a escola em São Paulo. Para ele, existe o problema do amor ferido. Embora a análise esteja voltada para a sociedade paulistana há mais de 50 anos, hoje a situação se repete com o mesmo vigor. Diz ele:

A escola vai iniciar o processo. No fundo, as punições mais severas do mestre, as zombarias dos companheiros de brinquedos não têm outra finalidade senão dar ao preto um espírito de submissão, ensinar-lhe bem cedo a se conformar, a aceitar a sua situação inferior. Os livros de leitura, em uso nas classes, apóiam esse servilismo. Apresentam sempre o negro numa situação inferior de doméstico, como se quisessem dar a impressão da sua superioridade e justificar a sua dominação econômica. A propósito de um negrinho, um deles escreveu: 'Ele não tem culpa de ter nascido assim', como se a cor fosse um objeto de piedade e não de respeito (BASTIDE in BASTIDE & FERNANDES, 1955, p. 170-171).

A questão da educação, constituindo uma resposta para a busca de solução do problema das desigualdades raciais e sociais, pode ser também um elemento complicador na experiência dos negros, sobretudo daqueles que vivem nas periferias, por causa da falta de oportunidades e das dificuldades relacionadas à pobreza, sem contar as dificuldades do negro em relação à própria escola. Nesse sentido, Fulvia Rosenberg<sup>33</sup>, em seu artigo sobre a criança negra e o rendimento escolar, mostra que alguns professores encontram dificuldades para ver o negro como um indivíduo dotado de capacidade. Muitas vezes, o negro é tratado como aquele que não tem talento e, portanto, fadado ao fracasso. Esse contexto reflete também os dados das desigualdades no rendimento e nos anos de estudo da população negra (Gráfico 4).

<sup>33</sup> Cf. ROSENBERG, Fulvia. "Relações raciais e rendimento escolar". *Cadernos de Pesquisa*, n. 63, nov. 1987, p. 19-23, e também PINTO, Regina Pahim (1992, p. 43-44).

**Gráfico 4.** Distribuição da população por anos de estudo e cor/raça. Município de São Paulo - IBGE - 2000 (%)



A população negra (preta e parda)<sup>34</sup> é aquela que possui menos anos de escolaridade. Entre aqueles que possuem 12 e mais anos de estudo, ou seja, fizeram algum tipo de graduação, somente 3,4% são pardos, 5,6% são pretos e o destaque é dado às pessoas amarelas, com 37,4%, e às pessoas brancas, com 16,0%. A diferença entre as pessoas brancas e amarelas é de 21,4%, levando vantagem o grupo amarelo<sup>35</sup>. Como a maioria dos habitantes declarou-se branca, e sendo a maior parte composta por pessoas pobres, o seu grau de escolaridade não é tão alto quanto se poderia esperar.

As trajetórias de vida de alguns entrevistados mostram que a pobreza e a miséria impedem que a criança possa continuar na escola, pois tem que abandoná-la para trabalhar e contribuir para o sustento da família. A entrevistada Meire também encontrou dificuldades na própria família. Para o pai, o negro não precisaria estudar. Por essa mentalidade, podemos perceber que a ideologia da inferioridade do negro, criada e difundida pela classe dominante na sociedade brasileira, encontrou adeptos e divulgadores, reforçando o racismo até a atualidade e apanhando nessa teia os próprios negros. Segue a experiência de Meire, que sai da escola aos 12 anos de idade para trabalhar:

<sup>34</sup> Nesse gráfico, preferiu-se não somar os pretos e pardos, com o objetivo de verificar as diferenças entre os dois grupos.

<sup>35</sup> CENSO IBGE 2000.

*Eu era tímida, então eu sempre ficava meio afastada. Mas assim, de sofrer discriminação, eu não me lembro. Mas só que eu era tímida e sou até hoje. Se vou numa reunião, se eu não tenho o que falar, eu sempre fico mais quieta... Eu ficava assim mais afastada, eu acho que de medo. Meu pai era de... 'Ah, negro não precisa disso, negro não precisa daquilo...' E minha mãe falava: 'Não, a pessoa sem estudo não vai, tem que estudar'. E a minha mãe, o que ela fazia era pra ajudar a gente. Engraçado, ele falava que negro não precisava estudar, que negro era pra ficar na roça, era pra trabalhar de empregada doméstica, pra fogão, ele falava... pra beira de fogão: 'Pra que estudar se vai ficar na beira de fogão?' Mas engraçado que ele nunca levou nenhum de nós pra roça. Ele só falava assim, mas meus irmãos – eu tinha dois irmãos – aí minha mãe falava: 'Leva os meninos (para a roça).'; 'Eu não, isso não é coisa de ensinar pra filho, não.' Ensinar a capinar? Ele falava que o estudo pra negro não precisava, que o bom emprego era pro branco, mas ele não levava os filhos pra trabalhar na roça. Estudei da primeira a quarta e, naquele tempo era poucas pessoas que estudava, no interior, em Minas, eram poucas pessoas que estudavam. A minha mãe lutava bastante pra gente estudar. Meu pai não, meu pai falava: 'Não, negro não precisa estudar, não.' Mas só que ele estudou até a quarta série. Os pais dele colocaram ele... e ele estudou até a quarta série. E ele falava aquela bobagem pra gente não estudar. Mas minha mãe lutava muito pra gente estudar. Eu estudei até a quarta, depois sai, fui trabalhar. Aí fui trabalhar pra estudar os irmãos, os irmãos mais novos (Meire, 58 anos, coletora de lixo seletivo, Lajeado).*

Bastide analisa os efeitos do racismo na personalidade do negro e mostra a sua perversidade, com graves conseqüências na sua própria vida e na dos filhos. A mentalidade que reinava era que o negro, apesar da qualificação, não teria chance de ascender socialmente e isso levava muitos pais a desencorajarem os filhos de estudar. Bastide afirma:

*Quando o menino quer continuar a freqüentar a escola ou a menina uma oficina especializada, os pais dizem: 'Pra quê? Preto foi feito para os trabalhos brutos, isso não adianta nada'. Consideram eles que o esforço de ascensão, numa sociedade dominada pelo branco, não é recompensado, e que o melhor é ainda encostar-se a um branco, que pode ser útil, a menina empregando-se como doméstica em casa de gente boa, o rapaz lavando automóveis. Uma ideologia, aliás, justifica por vezes esse conformismo, herança do cristianismo ou da antiga escravatura, a do Destino: aceitação da própria sorte, porque está escrito, por toda a eternidade, nas leis divinas: 'Se Deus quiser...'* (BASTIDE, in BASTIDE & FERNANDES, 1955, p. 160).

Para alguns pais dos entrevistados, o estudo não era importante visto que a posição do negro na sociedade, a subalternidade, já estava determinada.

Contrariamente ao que pensavam alguns pais, que reproduziam a idéia dominante da época, os entrevistados valorizam a educação como uma estratégia de sobrevivência e de mobilidade ascendente. Muitos manifestaram o desejo de que os filhos tivessem uma educação de qualidade e, sobretudo, não continuassem a sofrer a discriminação do racismo no interior das escolas, por parte de professores, diretores e colegas. O conformismo apontado por Bastide parece já não existir, mas ainda há um sentimento de impotência diante das dificuldades enfrentadas, como a falta de professores, ou seja, o aluno vai à escola, mas retorna para casa sem ter cumprido todo o horário estabelecido. Isso ocorre também com as crianças que freqüentam as escolas em regiões mais pobres e distantes. A falta de motivação dos professores e alunos é uma preocupação que aparece constantemente nos depoimentos dos pais. Hoje, a herança do conformismo diante de uma imposição da inferioridade perdeu parte da sua força, mas há outros mecanismos que impedem o negro de ascender socialmente e de ser considerado merecedor de direitos, como o direito a educação de qualidade.

As experiências vividas pelos negros na escola mostram uma dura realidade, especialmente por causa dos apelidos pejorativos atribuídos às crianças, sem contar a desconfiança dos professores em relação ao potencial do aluno. Nesse caso, os estigmas são reproduzidos com muita força. Na visão de Kabengele Munanga, “sem assumir nenhum complexo de culpa, não podemos esquecer que somos produtos de uma educação eurocêntrica e que podemos, em função deste, reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade”<sup>36</sup>. A escola, segundo Bastide, pode também agir e funcionar como controle social.<sup>37</sup>

Maria, aos 58 anos de idade, está cursando a quarta série do ensino fundamental, como membro de uma comunidade, e sente muita falta do estudo. Um dos problemas enfrentados pela população negra é o ingresso tardio na escola. Algumas pesquisas<sup>38</sup> sobre educação, quando enfocam a raça, mostram que a idade escolar dos negros formandos é superior à dos brancos; muitos estudam quando já são adultos. A seguir, o relato de Maria, liderança de comunidade em Lajeado:

<sup>36</sup> MUNANGA (2000, p. 7).

<sup>37</sup> BASTIDE, in BASTIDE e FERNANDES (1955, p. 170-171).

<sup>38</sup> HASENBALG e VALLE SILVA (1992, p. 79-100) e SILVA (1999, p. 81).



*Vou pra quinta... É porque no interior eles não ligavam de pôr a gente pra estudar. Ah menina, no interior a gente cresce com a vida muito sofrida. É sofrida mesmo. É, porque criança na casa da avó não é fácil. Apesar que, nem todas são assim, mas... Falava assim: 'Estudar pra quê?' Minha avó falava isso. 'Vai estudar pra quê? Vai escrever carta pro namorado? Tem que trabalhar'. A gente que trabalha assim... que nem eu mesma, a gente mexe muito na comunidade, eu me sinto muita falta do estudo. E como eu sinto... porque às vezes, a gente entende pouco alguma coisa (Maria, 58 anos, dona de casa e empregada doméstica, Lajeado).*

A discriminação na escola, expressa sobretudo pelas alcunhas, causa muitos sofrimentos que marcam toda a vida. Os apelidos são cruéis; além disso, por ser obrigado a conviver com o descrédito dos diretores e professores da escola quanto a seu potencial, o negro tem que conviver com o estigma e as manifestações de racismo:

*Às vezes, as minhas colegas me chamavam de cabelo duro, neguinha, é mais isso... Porque mesmo que a gente é, a gente não quer que chama... (Lúcia, 58 anos, diarista, Lajeado).*

Ao falar sobre a educação da filha de oito anos de idade, Renato relata a dificuldade que ela sente na escola por causa da discriminação racial. O fato interferiu até mesmo na questão de identidade da criança, pois ela desejava alisar o cabelo:

*Pelas colegas mesmo da escola. Às vezes ela chega aqui toda chorosa. Eu falei: "Não é assim não filha. Você tem que encarar isso de frente. Porque isso é uma coisa que tem que ir adiante". [...] É, por ser negra. Então é uma coisa que você tem que carregar até o fim da sua vida, não adianta você fugir disso daí. Você tem que encarar, não fugir. Você tem que combater, não fugir. Não brigando, não agredindo ninguém. Mas você tem que encarar (Renato, 54 anos, ajudante aposentado, Cidade Tiradentes).*

Dirceu relata que morava na Cidade Tiradentes e estudava no Tatuapé, sendo que essa foi a forma de proteção que a mãe encontrou para que ele não permanecesse todo o tempo naquele distrito, muito mais problemático para o pleno desenvolvimento de uma criança. Contudo, as dificuldades que enfrenta, principalmente pela atitude zombeteira dos colegas, são mesmo de desanimar. Sobre a discriminação racial, ele afirma:

*Na escola eu tive bastante, né, pelo fato de eu estudar no Tatuapé, são poucos negros. Na escola toda, no período da manhã, tinha três pessoas negras. [...] Eu estudava de manhã. Então, pelo fato de eu estudar de manhã, tipo, era muito precário isso aí. Só tinha três pessoas negras. Tipo, cada um numa sala diferente, e mesmo assim a gente não conversava. Mas você sentia assim que você era meio desligado de tudo. Muita gente não ia lá falar com você. Muitos acho que de “topete”, essas coisas, de falar mais com branco. Aí o pessoal deixava de conversar com você. [...] Eu me sentia bastante isolado (Dirceu, 20 anos, desempregado, Cidade Tiradentes).*

O fato de morar na Cidade Tiradentes já era para Dirceu motivo para ser discriminado, sem contar o fator distância. Ele continua seu relato:

*Porque quando você vê que você não está agradando, você começa a se distanciar... E quando você começa a se distanciar, você evita de falar com pessoas que de repente não são aquilo que demonstram ser. E de repente, pelo fato de você fechar a cara, não falar com ninguém, não é porque você é ruim ou porque você é hipócrita. De repente é o seu jeito. Para você evitar de ouvir qualquer comentário, de evitar que fiquem te infernizando, você se fecha e se tranca. É bem mais fácil. Daí você acaba se fechando no seu mundo: “Pô, eu sou o único negro aqui, eu moro longe, então vou enfrentar minhas dificuldades..”.* (Dirceu, 20 anos, Cidade Tiradentes).

Os jovens moradores das periferias enfrentam os desafios da falta de estrutura dos bairros, a que se somam todos os estigmas próprios daí. É o que se passa com o distrito de Cidade Tiradentes, que, além de pobre, é considerado um dos mais violentos da cidade. Wacquant afirma que o estigma territorial interfere nas relações sociais, comprometendo a sociabilidade do indivíduo:

A realidade e a força do estigma territorial imposto aos novos ‘párias urbanos’ da sociedade avançada não devem ser subestimadas. Em primeiro lugar, o sentimento de indignidade pessoal que ele carrega assume uma dimensão altamente expressiva da vida cotidiana, que colore as relações interpessoais e afeta negativamente as oportunidades nos círculos sociais, nas escolas e nos mercados de trabalho. Em segundo, observa-se uma forte correlação entre a degradação simbólica e o desmantelo ecológico dos bairros urbanos: áreas comumente percebidas como depósitos de pobres, anormais e desajustados tendem a ser evitadas pelos de fora, ‘assinaladas’ pelos bancos e corretores de imóveis, desdenhadas pelas firmas comerciais e ignoradas pelos políticos, tudo isso colaborando para acelerar-lhes o declínio e o abandono. Em terceiro, a estigmatização territorial origina entre os moradores estratégias socióforas de evasão e distanciamento mútuos e exacerba processos de

diferenciação social interna, que conspiram em diminuir a confiança interpessoal e em minar o senso de coletividade necessário ao engajamento na construção da comunidade e da ação coletiva (WACQUANT, 2001, p. 33).

É nesse contexto que muitos sonhos vão sendo desfeitos, constatada a dura realidade das periferias paulistanas.

## O isolamento

A segregação efetivada pela determinação dos poderes públicos de remover a população, por considerá-la indesejável, fica ainda mais evidente quando damos uma volta pela Cidade Tiradentes. A impressão que fica é que se tentou esconder aquela população, em sua maioria negra e pobre. Prossegue o depoimento de Dirceu:

*Há dificuldade... nem todo mundo tem carro e não tem como se locomover daqui. E pelo fato também de ter só duas entradas na Tiradentes. Só tem dois pontos de entrada. Então a partir do momento que aparece um trânsito pára tudo porque você vai sair por onde? Eu acho que quando eles fizeram esse conjunto habitacional aqui eles deveriam ter pensado num meio de transporte diferente [...]. Eu acho que esse é um grande problema do bairro, que a gente enfrenta aqui, e as escolas... Eu acho que as escolas são bem precárias. Acho que o ensino, o ensino é reduzido aqui. Você não tem estímulo nenhum pra ir pra escola (Dirceu, 20 anos, desempregado, Cidade Tiradentes).*

O acesso ao distrito é muito difícil. Muitas pessoas perdem empregos por não conseguirem locomover-se até a região central da cidade. Renato fala um pouco da experiência que vive; sente-se recluso no local onde mora:

*Aqui tudo é difícil. O comércio é difícil. A locomoção é difícil também porque vira e mexe essas greves a gente não sabe pra onde vai. Hoje de manhã mesmo teve greve de ônibus e só tem uma empresa de ônibus aqui. Tem aquele terminal, nunca vi terminal funcionar com uma empresa só. Então está difícil. Tem mais greve do que ônibus. Então se torna difícil. Quer dizer, se você não tem um carrinho na porta, você não se locomove. E às vezes, até com o carrinho mesmo os caras tampam a saída daqui e dali e você não sai... (Renato, 54 anos, ajudante aposentado, Cidade Tiradentes).*

Além de conviver com a pobreza, com a falta de transportes<sup>39</sup> e de saneamento básico, o negro enfrenta as dificuldades inerentes às periferias distantes do centro da cidade. A fala de Gisele revela os preconceitos e as discriminações de que é vítima por causa do bairro:

*Daqui... Dizer do bairro inteiro... Não falam só do Jardim Maravilha, não. Aqui é Jardim Maravilha, mas não é só dizendo daqui não, é dizendo do Tiradentes todo. Porque meu marido, ele foi procurar serviço, fez a ficha, aprovou tudo. Na hora que ele foi preencher a ficha, depois da entrevista, na hora que ele foi preencher a ficha, a mulher... ele pôs Cidade Tiradentes. Ai a mulher olhou, foi confirmar e ela falou, sim. Ele achou que ela falou sim, dizendo "volta amanhã pra fazer o teste". Não! "Agora o senhor aguarda em casa". Ele falou assim, "Não, mas achei que eu já ia trabalhar amanhã" e ela, "é mas é que o senhor mora meio distante, né". Meio distante... Daqui pro Tatuapé? É uma condução só. Não tem como ser meio distante daqui pro Tatuapé. Então quer dizer, quando ela ouviu Cidade Tiradentes ali... e outros lugares também que ele já 'bateu'... a Cidade Tiradentes... Ele procurou serviço uma vez, e teve que dar o endereço do irmão dele, que mora no Brás, pegar conta de luz, tirar xerox do irmão dele, que mora no Brás, pra dar na firma. No caso, a firma só ia pagar até o Brás e ele ia pagar a condução até aqui, na Cidade Tiradentes. Porque quem mora aqui, pra eles não serve (Gisele, 28 anos, dona de casa e camelô, Cidade Tiradentes).*

Uma das formas de isolamento é resultante da má qualidade do transporte público que serve as regiões pobres e distantes. Quando se vai à periferia através deste tipo de transporte, o tempo gasto é demasiadamente excessivo<sup>40</sup> e, muitas vezes, o fato de usar vários gêneros de veículos (metrô, trem e ônibus ou lotações-peruas), como para chegar a Lajeado, contribui para aumentar as dificuldades de locomoção. A condição de pobreza e de desgaste físico é tão grande que impossibilita o livre acesso às regiões centrais da cidade. A discriminação espacial faz parte das políticas de distanciamento do indesejável, do estranho, do outro e, em especial, do negro.

No caso de Cidade Tiradentes, os moradores reclamam das condições de acesso ao bairro. Se há manifestações de movimentos sociais, ou, como

<sup>39</sup> A entrevista foi realizada no mês de março de 2003 e as condições do transporte coletivo para a Cidade Tiradentes eram precárias.

<sup>40</sup> 25% da população gasta entre uma e duas horas no trânsito por dia. Segundo a pesquisa publicada na *Folha de S. Paulo*, em 25 de janeiro de 2004, esse tempo poderá ser muito maior no caso das periferias distantes. Para o trajeto de ida e volta entre a Cidade Tiradentes ou Lajeado e a região central da cidade pode-se gastar entre três e quatro horas, dependendo do congestionamento e das condições do tempo.

até pouco tempo atrás ocorria, o fechamento da única via de acesso, quase 200 mil pessoas ficam ilhadas. Além de ser expulsa do centro da cidade, parte da população fica à mercê quer do controle público quer do privado.

As políticas públicas favoreceram as áreas ocupadas majoritariamente pela população branca, as quais são protegidas pelo poder público, que desprotege, persegue e violenta os negros<sup>41</sup>. A existência de uma legislação que não discrimina racialmente o negro não significa que as políticas urbanas postas em prática até hoje não evidenciem a existência dessa discriminação, como já mostraram outros pesquisadores. A trajetória do negro no Brasil e na cidade de São Paulo mostra a existência perversa da discriminação e segregação sócio-espacial.

## O estigma territorial

Existe o estigma<sup>42</sup> referente a alguns distritos ou bairros da cidade de São Paulo. Quando se fala em Cidade Tiradentes, em Lajeado, em Jardim Piracuama, já se pensa em violência e pobreza. As pessoas que habitam essas regiões fazem parte desse imaginário, em virtude do qual são estigmatizadas. Se o lugar é condenado, o é também quem faz parte dele. Há uma luta dos indivíduos para se livrarem desses estigmas; há um esforço para mostrar o que há de bom e digno em cada um desses lugares. Para Gottidiener, “é sempre o próprio lugar que é algo inconveniente e, portanto, é sempre o próprio lugar que deve ‘adquirir novos valores’, ‘virar a página’ ou ‘arrepender-se’ de algum ato coletivo de vontade local a fim de readquirir o estado de graça perdido”.<sup>43</sup>

Bourdieu (1993) analisa as mensagens dos meios de comunicação que divulgam uma imagem equivocada e sobretudo negativa das periferias, especialmente quando se referem aos problemas que ocorrem nestes locais como “problemas da periferia” ou de “gueto”. Para ele, significa o mesmo

<sup>41</sup> MOURA (1989) e ROLNIK (1989).

<sup>42</sup> Estigma marca a diferença entre aqueles que se dizem normais e aqueles que não são considerados normais; os primeiros se sentem superiores aos outros. Isso pode ocorrer com os brancos diante dos negros, com os heterossexuais diante dos homossexuais. Ref. GOFFMAN, Erving. *Stigma: les usages sociaux des handicaps*. Paris: Les Editions de Minuit, 1975. Aqui estigma refere-se à idéia atribuída aos espaços considerados marginais pela sociedade paulistana, os quais no imaginário social estão ligados à pobreza, marginalidade e violência, como aparece nos depoimentos dos entrevistados.

<sup>43</sup> GOTTDIENER (1993, p. 275).

que invocar “não realidades”, pois não basta olhar a realidade da periferia para conhecê-la, é necessário o confronto com ela e isto não se faz sem dificuldades e riscos. Bourdieu critica a estigmatização dos lugares periféricos, ocupados especialmente pela população pobre, no caso da cidade de São Paulo, pelos negros, em sua maioria. Ele define-os como lugares da “ausência”, ausência de Estado, de polícia, de escola etc. Veillard-Baron (1994) também estuda o estigma sofrido pela população dos bairros pobres ou considerados difíceis pela sociedade, em especial em razão da imagem veiculada pela imprensa na sociedade francesa. Assim como Bourdieu e Wacquant, Veillard-Baron também chama a atenção para a dramatização que se faz a respeito de bairros e lugares cuja imagem é construída de maneira tão negativa que acaba estigmatizando todos os seus habitantes, contribuindo dessa forma para o reforço da segregação e da exclusão:

Em relação a alguns bairros, o alerta se impõe hoje em dia, mas a dramatização excessiva é perigosa porque se presta à manipulação, com risco de fazer das cidades marginais o contrário da sociedade estabelecida, ou seja, uma espécie de contra-sociedade urbana com seus pensionistas de renda mínima e seus SDF (sem-domicílio-fixos), seus desempregados e seus drogados, seus desintegrados, seus exilados do interior, seus deficientes de saúde e de cultura, suas etnias inassimiláveis, seus miseráveis, todos estes ‘outros’ que não se projetam para o futuro e que apresentam a face do selvagem ou do estranho (VEILLARD-BARON, 1994, p. 10-11).

Há uma grande preocupação com as armadilhas das palavras utilizadas especialmente pelos meios de comunicação. Veillard-Baron denuncia o mau uso, em especial a recorrência ao termo “gueto” para qualificar algumas regiões excluídas. Na França, esse procedimento provoca um estigma ainda maior, a ponto de serem essas regiões comparadas ao “inferno”. A periferia é alvo de todos aqueles que falam sobre a juventude e os seus problemas. Ela deixou de ser algo geográfico para passar a objeto de opinião, prestando-se a todo tipo de simplificações. Praticamente todas as deficiências, faltas e medos da sociedade são projetados sobre a periferia. Para Veillard-Baron, “as relações difíceis entre o espaço e a sociedade estão no coração do discurso sobre a periferia. Sobretudo, a marginalidade do espaço está relacionada com os homens e a desqualificação presumida da população é lapidada sobre o território”.<sup>44</sup>

---

<sup>44</sup> VEILLARD-BARON (1994, p. 16).

A periferia é vista como uma “zona de sombras”, onde tudo o que é considerado ruim para a sociedade pode ser encontrado, em especial as “gerações perdidas”. É da periferia que a sociedade tem medo, quer real quer imaginário, dinamizado especialmente pelos meios de comunicação em suas formas metafóricas como, no caso francês: “cidade de urgência, bairro quente, bolsão de miséria, toca de coelhos, Chicago, Harlem ou outro Bronx”<sup>45</sup>. A forma como a periferia é tratada pela sociedade e sobretudo pelos meios de comunicação acentua ainda mais a sua marginalização e estigmatização. A palavra “gueto” é muitas vezes usada indiscriminadamente e pode ser aplicada a agrupamentos de população que nada tem a ver com o verdadeiro sentido da palavra, contribuindo para segregar ainda mais.

O estigma é um dos maiores problemas apresentados pelas pessoas entrevistadas, que moram nas periferias distantes, pobres e sem recursos e que, por isso, vivem constantemente discriminadas. Dirceu relata sua experiência em relação ao estigma por causa do bairro:

*Em qualquer lugar que você vai o pessoal fala: ‘Ah, lá onde morre alguém, não sei o quê...’; ‘Ah, fulano morreu lá, foi preso lá’. Todo mundo fala só o que acontece de ruim. Então, muita gente fala isso. As pessoas que moram longe, pelo fato de nunca terem vindo aqui, ou de conhecer pessoas que só falam as coisas que acontecem de ruim aqui, fica com isso na cabeça. Então assisti o jornal e só passa isso. Só que tem muita coisa boa aqui (Dirceu, 20 anos, desempregado, Cidade Tiradentes).*

Além da pobreza e das constantes privações a que está sujeito o morador das regiões periféricas mais distantes, tem que conviver com o estigma com que é marcado e lutar contra ele. Praticamente todos os moradores entrevistados da Cidade Tiradentes, Lajeado e Campo Limpo manifestaram o desejo de se livrarem dos preconceitos e estigmas. Como todos os entrevistados são negros, têm que fazer um esforço ainda maior para sobreviver em meio a outra forma de discriminação: a racial. Esta se soma a todos os estigmas vividos pelos pobres moradores de regiões distantes e depreciadas:

*Muitos fala que aqui é mal visto. Porque aqui já teve muitos causos horríveis. Muita matança. É assim... dá uma parada... A gente não gosta nem de lembrar. Quando você pensa que não... explode. O ruim também nesse bairro é isso... Nós fomos em São*

<sup>45</sup> Idem, p. 24.

*Miguel comprar um colchão e eles pergunta de onde a gente é, e tal... Ai nós falamos que a gente mora na 'Primeiro de Outubro', ai dono da loja falou assim: 'É, ali...' Quer dizer que já julgou mal, né: 'Ali é um lugar perigoso, lugar que tem bandido...' Você sabe? Eu falei: Ah é, mas agora está calmo, graças a Deus... É, as pessoas falam, mas a gente, a gente... se sente... que a gente não é da mesma laia.. Então... (Anita, 53 anos, auxiliar de limpeza, Lajeado).*

Como se pode observar neste depoimento, há, por parte do depoente, uma enorme preocupação em se diferenciar daqueles que causam má impressão, em superar a representação social ligada ao bairro. Anita relata ainda algumas das dificuldades que enfrenta, juntamente com a família, por morar em um local distante da região central. A família pensa em, um dia, sair do local em busca de um lugar onde haja menos dificuldades. Outro problema enfrentado pelos moradores dessas periferias pobres é a regularização da habitação. Os sonhos de fugir dos estigmas e aquele da conquista da casa própria estão sempre presentes nas entrevistas das pessoas que moram em ocupações irregulares. Para Milton Santos:

*Os que vivem em casas improvisadas nas pontas de rua ou se acotovela nos cortiços, os que vivem o dia-a-dia da ocupação provisória ou mal paga, os que não têm um amanhã programado, são afinal, os que têm direito à esperança como direito e o sonho como dever. Não são devaneios irresponsáveis, porque se incluem num projeto que o mundo em torno autoriza. A sua verdadeira liberdade consiste nisso. Eles sabem que de nada adianta imaginar que um dia alcançarão os tesouros que abarrotam as casas dos ricos e da classe média. O que eles aspiram sobretudo é alcançar, pelo menos, aqueles bens e serviços que tornam a vida mais digna. E é diante da consciência das impossibilidades de mesmo atingir aquele mínimo essencial que os pobres descobrem o seu verdadeiro lugar, na cidade e no mundo, isso é sua posição social (SANTOS, 1987, p. 65).*

O sonho de conseguir a regularização da propriedade foi expresso pela maioria dos moradores de áreas ocupadas:

*Aqui é assim... é tudo invasão, né. Então no caso aqui eu comprei esse terreno, mas se a prefeitura chegar aqui amanhã e levar, é dela e ela tem o direito de levar. Mas até o momento eu sou, né. Até a prefeitura vier e dizer o contrário, eu sou.[...] É porque é invasão, no caso é assim, porque não é seu, mas geralmente aonde é invasão, é o quê? Favela. O pessoal usa muito isso, favela. Só que eu não me considero assim, que eu moro na favela, entendeu. Eu moro num terreno que não é meu, que não tem escritura,*



*e eu paguei por ele, mas não tenho escritura. Eu acho que é bem diferente do que eu usar sempre favela, favela, favela. Não tem diferença de favela de um bairro lá. Quando a pessoa já vê favela, o que é que ela vê? Gente que não quer trabalhar, bandido, isso, aquilo. Então geralmente a pessoa vê favela e é assim. E aqui não é assim. Aqui tem muita gente honesta, tem muita gente trabalhadora, tem muitos necessitados também. Então não vejo aqui como favela. Não gosto de dizer esse nome de favela por isso. Porque as pessoas já vêem o lado contrário (Gisele, 28 anos, Cidade Tiradentes).*

Segue o depoimento de Maria:

*A gente ainda não conseguiu as papeladas dele. E aí às vezes a gente até pensa em alguma coisa. Ninguém conseguiu. A gente está lutando mas ainda não conseguiu. Faz 25 anos que a gente mora aqui e não tinha nada perto. Agora não... Tem supermercado, tem tudo. Tem tudo perto. Mas naquele tempo não tinha. A gente morava aqui, a gente ia lá no Nazaré comprar tudo. Ah, eu quero mais melhorias no bairro. Mas assim que dá pra gente a propriedade, os documentos que eles promete... eles, lá na prefeitura, promete que vai dar, que vai regularizar. Então é isso aí, que a gente fica mais tranqüila (Maria, 58 anos, empregada doméstica, Lajeado).*

Para Wacqüant, existe uma relação contraditória entre os moradores desses espaços de “banimento” e o Estado. Pelos relatos dos entrevistados que moram em espaços de ocupação, foi possível constatar, por vezes, a convivência de agentes do Estado com a situação irregular das moradias, mas, por outro lado, a verificação de manifestações de repressão policial, pelo fato de essas áreas serem consideradas “proibidas”.<sup>46</sup>

## O *locus* da violência

Durante a realização das entrevistas nas periferias de São Paulo o que mais chamou a atenção foi a relação da população com a violência. Quase todos os entrevistados se manifestaram sobre a violência, que sempre está em foco. As fronteiras entre a violência e a segurança na periferia parecem muito tênues e todos se preocupam com a própria vida e, em especial, com a dos filhos. Evidencia-se o estresse, sobretudo pelas preocupações das mães. Quando os filhos saem de casa, elas ficam apreensivas até a hora que eles

<sup>46</sup> WACQUANT (2001, p. 7 e 11-12).

retornam. Uma das entrevistadas de Lajeado ficou doente devido à pressão psicológica que sofreu ao ser vítima de um assalto e, por causa da violência no bairro, onde as mortes são comuns.

No roteiro das questões não foi prevista a abordagem direta deste tema, mas ele apareceu em todas as entrevistas realizadas na periferia. Contudo, parece haver um pacto de silêncio: há uma preocupação em não falar, há o medo de aparecer... Alguns mencionaram que, por serem antigos moradores do bairro, consideram-se, de certa forma, “protegidos”.

É importante ressaltar que, embora crimes violentos como o homicídio ocorram mais nas periferias, onde as carências são maiores, como desemprego, baixa escolaridade, falta de espaços de lazer, e há mais concentração de jovens, não se pode afirmar que haja uma relação direta da violência com a periferia e com a extrema pobreza, pois existem áreas igualmente pobres que não possuem os mesmos índices de violência.<sup>47</sup>

Alguns depoimentos parecem contraditórios. Há pessoas que dizem gostar do seu bairro, mas ao mesmo tempo temem a violência, e grande parcela das pessoas entrevistadas na Cidade Tiradentes e em Lajeado expressou o desejo de sair dali. Alda, por exemplo, afirma que, se pudesse, voltaria para o interior de São Paulo. Os problemas com as drogas e a violência fazem parte de suas preocupações cotidianas:

*Aqui é muito bom. Aqui é bom demais, gosto da Cidade Tiradentes. Tem uma calma... assim, muito grande. Mas, tem hora que parece uma guerra, dá muito medo às vezes, porque a gente vê muito jovem se indo, muito jovem se envolvendo com coisas erradas. Mas a única coisa que me entristece é quando acontece essas... esses envolvimento com drogas; porque se morre por muito pouco. Acho que a morte não tem valor... se morre por nada aqui... por uma discussão, por uma olhada errada, um desentendimento. Infelizmente, o que acontece aqui de triste na Cidade Tiradentes é isso. Essas coisas assim... Quando, às vezes, uma mãe está em casa e percebe que o filho já está penetrado na situação, não tem como recorrer... Porque eles são muito sábios nessas coisas assim... eles se envolvem muito rápido. A droga é um crime lastimoso aqui na Cidade Tiradentes. É a única coisa que me entristece aqui na Cidade Tiradentes é isso, do contrário, conseguindo sobreviver... Eu gosto daqui, eu gosto bastante daqui (Alda, 53 anos, auxiliar administrativo, Cidade Tiradentes).*

<sup>47</sup> TORRES e outros (2003, p. 112) e ADORNO e outros (2003, p. 43-67).

De acordo com pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos da Violência, da Universidade de São Paulo, sob a coordenação de Sérgio Adorno, o homicídio é a primeira causa de morte entre os jovens de 15 a 24 anos, no Brasil<sup>48</sup>. Segundo Torres e outros (2003), entre 1998 e 2000, ocorreram 13.673 mortes por homicídios no Município de São Paulo, ou seja, a taxa é de 43,71 homicídios por 100.000 habitantes. Nos homicídios de jovens na faixa etária entre 15 e 29 anos a taxa é de 94,80 por 100.000 habitantes, ou seja, 61% de todos os homicídios que ocorreram em São Paulo. O Mapa 12 mostra o local de ocorrência dos homicídios de jovens entre 15 e 24 anos de idade<sup>49</sup>. A violência também está segregada.<sup>50</sup>

Nos depoimentos fala-se do passado violento, embora o medo transpareça ao longo de todas as entrevistas realizadas nas periferias, pois a violência faz parte do cotidiano:

*Aqui tinha um problema de violência antigamente, né. Sempre morria uma pessoa, morria outra. O que eu menos gosto daqui é quando eu ouço falar que morreu uma pessoa. Que é uma juventude, um pessoal mais jovem que a gente sabe que a falta de expectativa de trabalho, de escola, expectativa de vida de ter uma vida melhor e tal, tem levado muito a juventude, muitas crianças pras droga. Então a gente acaba vendo as pessoas crescerem, as que eram crianças quando a gente chegou aqui, já morreram e a gente viu. Então tem essa coisa assim que a gente não gosta e acho que ninguém gosta (Thales, 41 anos, assistente de gabinete, Campo Limpo).*

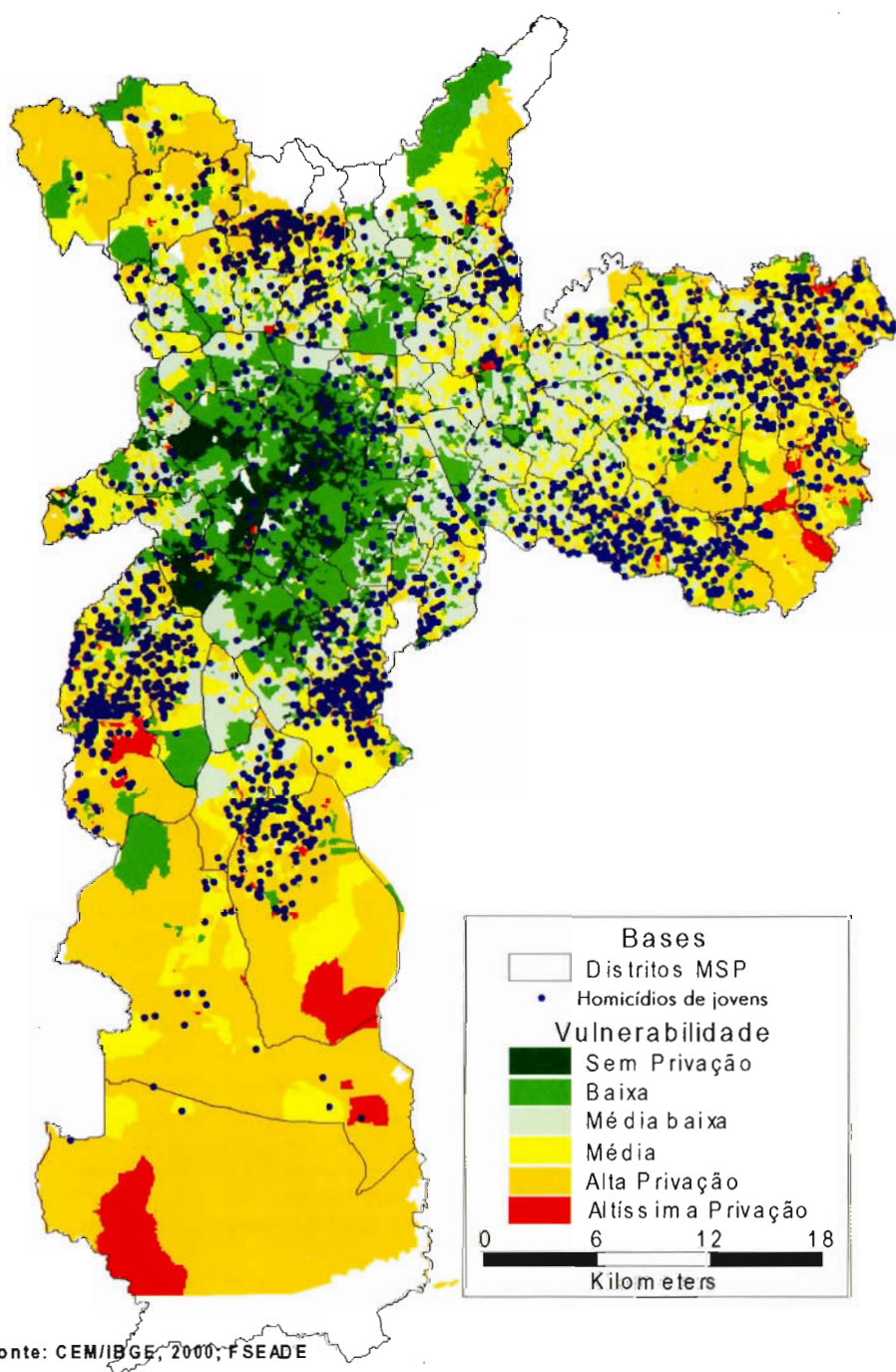
Estudiosos da problemática da violência, notadamente aquela que acomete os jovens, apontam como uma das causas a falta de exemplos de sucesso, de integração familiar e principalmente a falta de perspectivas de um futuro melhor. A realidade do desemprego atinge grande parte da população da periferia e influencia no grande número de homicídios entre os jovens. O desemprego dos pais diminui sua autoridade sobre a família, tornando maior a tendência de desagregação.

<sup>48</sup> ADORNO (2003, p. 43-67).

<sup>49</sup> O Mapa 12 também mostra os níveis de privação social que afetam as famílias com renda e escolaridade baixas, com alta proporção de crianças e jovens. Esse mapa mostra a heterogeneidade das periferias e constata que 29,3% da população da cidade vive sob condição de alta privação social. O mapa foi elaborado pelo Centro de Estudos da Metrópole e publicado em matéria especial na *Folha de S. Paulo*, em 9 de fevereiro de 2004.

<sup>50</sup> O distrito de Jardim Ângela apresenta a maior taxa de homicídio por 100 mil habitantes (116,23); a seguir: Campo Limpo (93,83); Cidade Tiradentes (88,88); Lajeado (64,45); José Bonifácio (60,98); Vila Guilherme (45,01); Freguesia do Ó (41,78); Bela Vista (25,49); Pinheiros (19,49); Santana (19,27); Santa Cecília (13,75); Jardim Paulista (8,22) e Moema (4,1). Fonte: ADORNO, Sérgio e outros, *Estudos Avançados*, v. 17, n. 47, USP, 2003, p. 70 e 71 (dados referente ao ano de 1999).

Mapa 12. Vulnerabilidade dos Setores Censitários e Local de Homicídios de Jovens de 15 a 24 anos de 1998 a 2000 - São Paulo



## A violência policial

Maria também relata a violência constante no bairro, embora acredite que não venha a sofrer as suas consequências, por ser “conhecida” ali, mas em alguns momentos afirma que tem medo:

*O que eu não gosto daqui é de certas pessoas que tem aqui. Tem pessoas que vêm morar aqui que gosta de bagunça, tem muitas pessoas que gosta da droga... Tem bandido, às vezes... O que eu não gosto daqui é só isso. Acontece de vir... acontece de matar. Mas o resto... Logo que começou o bairro também acontecia muito, depois parou. Agora aconteceu, (há) uns três meses de novo, mas agora parou. A polícia sobe aí... Eles vem aí... Mas ainda bem, com a gente aqui eles (os bandidos) não mexem, nós já somos conhecidos. É o que a gente acha chato, fica chateada, tem medo mesmo... (Maria, 58 anos, dona de casa e empregada doméstica, Lajeado).*

Os moradores, de um lado, se sentem acuados por causa dos bandidos e marginais e, de outro, temem a ação violenta da polícia. Wacquant, ao analisar esse fato nas *banlieues* francesas ou no gueto norte-americano, afirma:

os policiais são cada vez mais encarados como uma presença indesejável, enviados com o propósito expresso de intimidar e perseguir os jovens, árabes ou franceses, e quase todos os exemplos de rebeldia coletiva têm em sua origem atritos recorrentes e incidentes crônicos com os agentes da lei locais. [...] Mas é nas segregadas áreas negras e latinas do coração urbano da América do Norte que as relações com a polícia são as mais antagonicas e virulentas. Os moradores do gueto vêm-se divididos entre a necessidade de proteção diante da criminalidade generalizada e o medo de que a intervenção policial aumente a violência, ao invés de diminuí-la, devido a seu comportamento discriminatório e brutal (WACQUANT, 2001, p. 35).

Também no Brasil, as pesquisas mostram que a violência policial faz parte do cotidiano da sociedade e que a população não sabe a quem temer mais, se aos bandidos ou à polícia. Para Adorno (2003), a violência presente na sociedade brasileira ganhou grandes proporções a partir da década de 1960 e mesmo a mudança do regime ditatorial para a democracia não aplacou o seu crescimento:

No Brasil, nem as graves violações de direitos humanos desapareceram com o retorno à democracia, nem o crime violento foi reduzido. O uso abusivo da

força letal pelos agentes de polícia, linchamentos executados por grupos de pessoas - estimulados ou não por agentes policiais - e a ação de grupos de execução sumária (grupos de extermínio, esquadrões da morte) sobreviveram à transmissão e suas ações continuam a ocupar as páginas da chamada imprensa nacional (ADORNO, 2003, p. 49).

A violência e a repressão policial aumentam quando o envolvido é negro. Segundo Adorno (1995), os jovens negros estão mais sujeitos à violência policial, por serem os mais pobres e haver contra eles o preconceito de que são propensos ao crime, mas até hoje nenhum estudo comprovou a realidade das especulações preconceituosas. Adorno salienta que o preconceito relacionado à criminalização do negro provém da escravatura, quando se considerava isento de moral e de humanidade<sup>51</sup>:

Não é incomum acreditar que o crime é determinado biologicamente e que certas 'raças' manifestam inclinação preferencial para cometer infrações penais e elaborar uma 'carreira moral' na delinquência. Em particular, cidadãos negros aparecem no imaginário coletivo como potencialmente criminosos. Reputando-lhes atributos físicos e culturais que os tornam por excelência suspeitos de serem responsáveis pelo crescimento da criminalidade violenta. [...] Nenhum estudo contemporâneo, contudo, comprova maior inclinação do negro para o cometimento de crimes, comparativamente aos brancos (ADORNO, 1995, p. 49-50).

Na visão de Sérgio Adorno, tanto o negro quanto o branco cometem crimes na mesma proporção, mas o réu negro, comparativamente ao branco, está mais sujeito a ser condenado pela justiça; ele sofre mais perseguições policiais e tem menores possibilidades de acesso à justiça criminal<sup>52</sup>. O racismo está presente em todos aos aspectos da vida social brasileira e é evidente a criminalização do negro. São muitos os exemplos de racismo e de discriminação racial praticados pela polícia. A sociedade brasileira tem exemplos cotidianos dessa prática. Um destes casos ocorreu na cidade de São Paulo, em 2004, quando os jornais estamparam a manchete de mais um crime policial contra negros<sup>53</sup>:

---

<sup>51</sup> ADORNO, Sérgio (1995, p. 45-62).

<sup>52</sup> Veja também: ADORNO, Sérgio. *O adolescente na criminalidade urbana em São Paulo*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999.

<sup>53</sup> Confira também: *Folha de S. Paulo*, 7 de fevereiro de 2004.

“Dentista negro é morto por policiais em São Paulo”. *Manchete do jornal Estado de São Paulo*. A notícia diz: O dentista Flávio Ferreira Santana foi morto por policiais militares por engano, em São Paulo. O crime aconteceu no último dia 3 de fevereiro, depois que Antonio Alves dos Anjos, vítima de um assalto, apontou um rapaz que é negro a três policiais como sendo o provável bandido. Os policiais abordaram o dentista, que estava desarmado, e o executaram com dois tiros no peito. Depois, forjaram uma prova do crime, colocando uma pistola junto ao seu corpo. Mas Antonio Alves dos Anjos não reconheceu Flávio Santana como sendo o assaltante e o fato teria sido omitido no boletim de ocorrência, onde consta que o dentista teria resistido à prisão e atirado contra os policiais (*Estado de São Paulo*, 7 de fevereiro, 2004).

Além do sofrimento inerente à pobreza, aos estigmas do racismo e às suas conseqüências, o negro tem que lidar com a violência daqueles que seriam pagos para protegê-lo. O Estado brasileiro ainda não é um Estado de direito pleno para todos. É um Estado de direito que ainda discrimina a população negra. Renato também se preocupa com o cotidiano violento, a violência policial e a violência dos bandidos, em Cidade Tiradentes:

*É, porque a gente não tem segurança. Escureceu, jovem, você não pode sair daqui pra lá, ou lá pra cá. Fica difícil. Porque você só escuta tiro. É terrível isso aqui à noite. Difícil mesmo, difícil. [...] Olha, nesse bairro falta muita coisa, muita coisa mesmo. Além de faltar muita coisa, também tem a discriminação. A gente tem uma discriminação tão grande aqui, tão grande que você não imagina. As pessoas, a polícia... As pessoas daqui também... É uma discriminação muito grande. É que geralmente, eu, geralmente não dou muita importância a isso não. Eu passo por cima disso, porque se a gente for ficar seguro a isso, a gente acaba se machucando. Então eu levo em frente e não dou muita bola pra isso não... Aqui está sempre acontecendo... Polícia mesmo. Se tiver dez brancos sentados ali lá fora, eles nem ligam, agora se tiver dez pretos, ai hiiii... já pára, já pergunta, é terrível (Renato, 54 anos, ajudante aposentado, Cidade Tiradentes).*

A preocupação com a repressão policial também é relatada por Danilo, que gosta do bairro, mas afirma que também é vítima dela, embora acreditando que todos estão expostos à violência na mesma proporção:

*Eu mais gosto o fato das pessoas que moram aqui... elas são bastante unidas. Está certo que tem muita briga, muita coisa assim, mas... sempre tem algum tipo de organização aqui. Sempre estão juntas, uma ajudando a outra... De ruim mesmo, só o que eu vejo é a parte da repressão policial. [...] acho que ninguém fica fora da violência. Porque você pode estar na rua, você pode estar junto de um grupo de pessoas, o policial não vai vim e abordar só você, vai abordar todo mundo que está junto ali. Então, eu acho que quem*

*está exposto a essa violência, no geral, é todo mundo, todas as pessoas. Isso não tem uma diferença. Todos são discriminados da mesma forma* (Danilo, 19 anos, desempregado, Cidade Tiradentes).

Segundo Wieviorka (1991), em muitos países tem-se a idéia de que a polícia é racista e violenta. Ele afirma que muito das tensões presentes na sociedade, em especial na França, se deve ao racismo policial, sendo este mais violento contra os árabes e negros. Outro fato constatado por Wieviorka é que a lei não é aplicada da mesma forma em lugares diferentes. Há locais onde a ação da polícia é mais violenta e mais racista; a segregação espacial está profundamente ligada às ações policiais.<sup>54</sup>

Como ocorre no Brasil, Wieviorka mostra que também na França muitos policiais habitam nos bairros pobres e considerados difíceis, compartilhando situações de pobreza, num ambiente degradado e vivendo estigmatizados por causa do bairro, e acredita que isso também possa influenciar nas práticas racistas, com mais violência contra os negros e árabes, cuja maior parcela mora nas “*banlieues*”. Alguns policiais brasileiros também enfrentam o mesmo problema por causa dos baixos salários, sendo obrigados a morar em regiões distantes e pobres. João relata um pouco de sua experiência como guarda civil e morador no estigmatizado Jardim Piracuama. Ele afirma que, no bairro onde mora, tem que esquecer que é guarda municipal. Entrou em contato com algumas pessoas que cometem “atos ilícitos”, para conversar e fazer um acordo.

Muitos policiais, militares ou guardas civis, como é o caso de João, também estão submetidos a uma vida de pobreza e privação e têm que conviver diretamente com a marginalidade. Chamou muito a atenção o fato da casa de João ser totalmente fechada. Quem passa em frente a sua residência não pode visualizar a sua casa, nem o que está no quintal. Não somente os ricos estão vivendo em “enclaves fortificados”, como mostra a pesquisa de Tereza Caldeira<sup>55</sup>, mas também aqueles que vivem nas periferias pobres e marginalizadas. No caso de João, que é um agente do Estado encarregado de proteger o cidadão, é obrigado a conviver com crimes que tenta combater em seu cotidiano. Também o que chama a atenção na entrevista de João é o fato dele lembrar intensamente do pai, mas sem mencionar que foi assassinado no bairro em que mora. Isto foi revelado por sua mãe. Acompanhemos o seu depoimento:

---

<sup>54</sup> WIEVIORKA (1991).

<sup>55</sup> CALDEIRA (2000).



*É, quando eu vim pra cá, que eu entrei pra essa área, as pessoas de... Como eu falo assim...? de má índole aqui do bairro me viam como, tipo assim, eu era uma ameaça pra eles aqui no bairro. Ai, entendeu. Hoje em dia não. Hoje em dia eles vêem que não tem nada a ver. Que eu trabalho lá, minha vida lá, já foi explicado, já conversou, já falou com um, com outro, já vieram me perguntar: 'Do jeito que você é, você trabalha naquilo...?' Minha vida lá é uma coisa, minha vida aqui é outra coisa. O que eu ver de errado aqui, eu deixo aqui. Cabe às autoridades daqui tomar as providências. Porque o que é conversado aqui é o que eu conversei. A partir do momento que não... Eu quando vou de carro vou fardado e volto. Quando eu vou de trem eu vou normal (sem a farda). E eles aqui já me cumprimentam, entendeu, não tem esse problema, não (João, 26 anos, soldado da Guarda Municipal, Campo Limpo).*

O constrangimento é motivado pela contradição do cotidiano de João, que não se resume somente à sua vida, mas à de toda sua família. A casa de João, auto-construída, numa área de ocupação, é uma espécie de “cidadela”, para lembrar o citado livro de Caldeira (2000), quando se referia aos condomínios fechados, mas numa área de muita pobreza.

## As estratégias de defesa

Diante do contexto apresentado das periferias, muitos gostariam de “fugir” desse território de ausência. Mas as possibilidades são raras. Renato levanta um aspecto importante que dificulta a mudança de território: a desvalorização do imóvel, construído no distrito de Cidade Tiradentes, além de tudo, mais ainda por causa da violência. Ele também revela o desejo de mudar de residência e “fugir” da marginalidade, da violência e do estigma, que fazem parte do cotidiano dos moradores dessas periferias. Mas, pelo que ele gastou na construção da casa, se tivesse que vendê-la, teria prejuízos, pois acredita que, vendendo, não obteria o preço que gastou para construí-la. Ele atribui a desvalorização do imóvel à violência presente no bairro:

*O pessoal nosso daqui, se pudesse ir embora daqui, já tinha ido embora. Já teria ido embora daqui. Que a rua... você gasta um dinheiro numa casa dessa aqui, você não tem esse dinheiro de volta. Ninguém paga o que você gastou aqui. Não paga, é complicado. A vontade de todo mundo era de ir embora daqui, até a minha mesmo. Que a minha vontade era, quando eu peguei esse dinheiro do seguro, era ter isso embora pra Recife. [...] Eu não fui por causa da minha sogra e do meu sogro. Se eu pudesse eu ia embora.*

*Porque isso aqui é terrível... Muita morte. Tem muita violência. Embora qualquer lugar que você vá está violento hoje. Não é? Às vezes você sai daqui e vai pra lá e pode até se dar mal, porque aqui todo mundo me conhece praticamente. Então se torna mais difícil. Mas a minha vontade era ir embora pra um bairro melhor, para dar condições melhor de vida pra minha filha. Porque daqui a pouco eu já estou 'indo embora' mesmo (morrer por causa da fragilidade de sua saúde). Ela tem muitos anos de vida pela frente ainda. Até ela mesma se sente discriminada (Renato, 54 anos, ajudante aposentado, Cidade Tiradentes).*

Rosângela encontra-se na mesma situação. Ao constatar que o bairro é muito violento, tentou vender a casa várias vezes, mas não conseguiu, porque, cada vez que anunciava a venda, ocorria algum fato relacionado à violência que provocava a fuga dos possíveis compradores:

*Toda vez que eu colocava... Mas era toda vez... (risos) Olha, teve uma vez que eu coloquei no jornal, e no jornal que eu coloquei, ainda coloquei o endereço e tudo e ainda coloquei, 'Setor G', e tal. E justo naquele dia, assaltaram o Ônibus 'setor G' e mataram, acho que foi o motorista. Mataram o motorista e o ônibus caiu dentro da escola. E o cara ainda me tira a foto assim bem na placa: 'Setor G'. (risos) Eu tinha anunciado no mesmo jornal. (risos) Pensei [...] Não vendo mais a casa... Depois, você vai se acostumando... (Rosângela, 32 anos, auxiliar de enfermagem, Cidade Tiradentes).*

Embora os moradores afirmassem que sentiam medo, havia momentos em que eles mesmos se diziam “protegidos” por aqueles que cometiam violência. Contudo, a menção do problema da violência era acompanhada da demonstração de muito medo. Para manter a “proteção” ninguém queria falar da violência específica do bairro. A violência apareceu em todas as entrevistas, mas não se falou nela abertamente. Havia uma espécie de coação das pessoas entrevistadas, especialmente de Lajeado, de Cidade Tiradentes e de Campo Limpo, que procuravam “esquecer” o problema mais presente do cotidiano. Contudo, nem sempre foi possível defender-se desse contexto violento.

Alguns negros habitam as regiões centrais da cidade, consideradas menos violentas, e lutam para se manter nesse território, tentando resistir ao racismo e àqueles que querem empurrá-los para as periferias.

## Os filhos: como protegê-los?

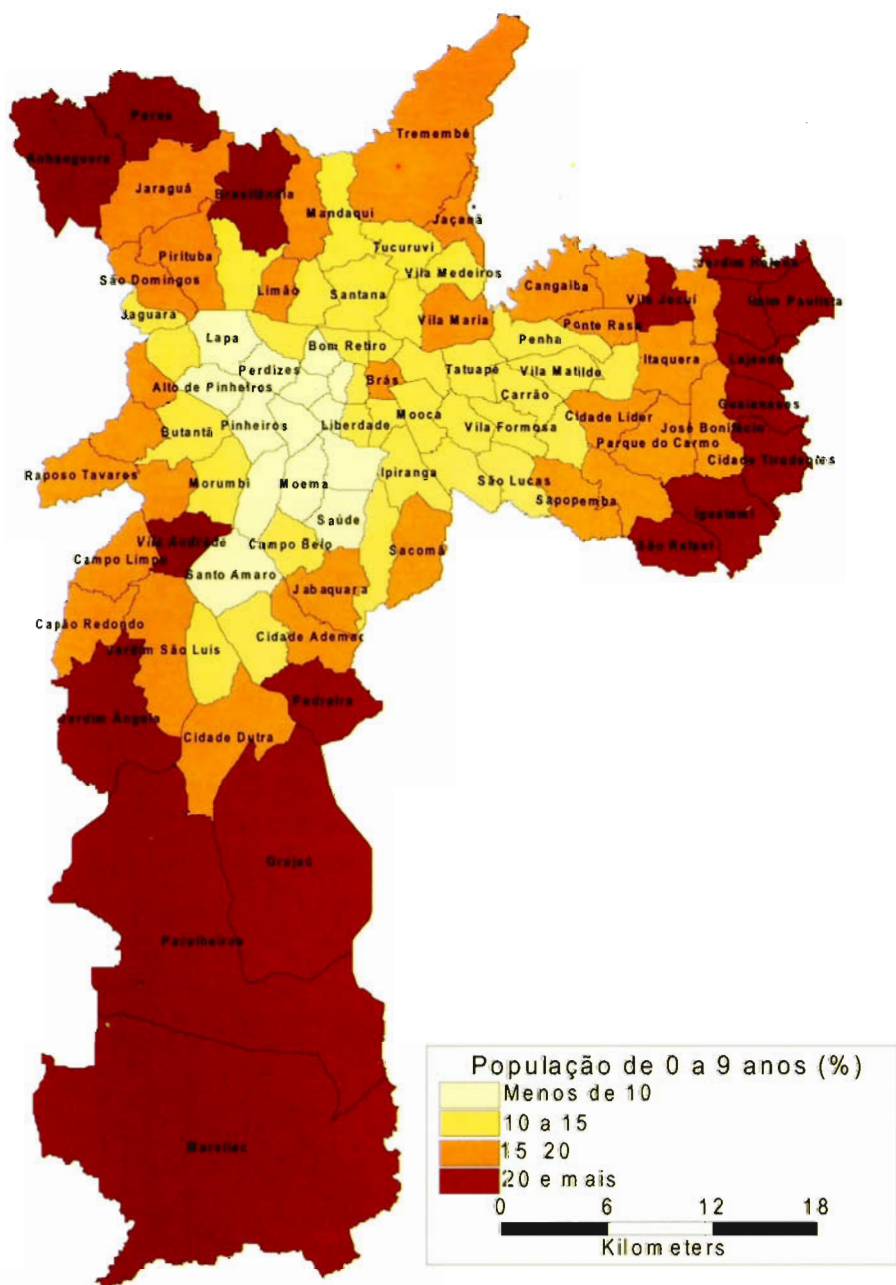
A maioria dos pais, especialmente as mães entrevistadas, têm muita preocupação por causa da violência e adotam estratégias para proteger os filhos. Sirlene matriculou os filhos na Penha, numa escola distante da Cidade Tiradentes. Também a mãe de Dirceu, na tentativa de protegê-lo, matriculou-o numa escola do Tatuapé:

*Eu acho que na escola, pelo fato de eu sempre estudar fora, eu estudei um ano só na Tiradentes, eu estudei sempre fora, eu estudei no Tatuapé e no Carrão, as escolas, sempre estudei pra lá... pelo fato de minha mãe trabalhar eu saía cedo com ela pra não ficar o tempo todo na Tiradentes. A verdade era essa. Pra eu fazer uma ocupação de tempo pra eu não ficar exposto, digamos, à marginalidade, à violência, às coisas que tem aqui e que estão expostas. Aí eu sempre estudei pra lá e depois num outro ano eu achei que ia mudar, daí eu falei: 'Ah não, eu quero continuar estudando aqui.' Aí eu mudei de escola, eu mudei de escola, uma escola que eu me dei bem melhor, com pessoas também da periferia, muita gente das COHABS vizinhas, Juscelino, Prestes Maia, Bonifácio. Então já era uma conversa diferente. A gente voltava junto no ônibus. A gente já conversava, tinha as mesmas idéias (Dirceu, 20 anos, desempregado, Cidade Tiradentes).*

Gisele usa outra estratégia, sobre a qual ela mesma começa a se questionar: prende os filhos em casa como forma de proteção. As crianças não podem sair à rua, senão para ir à escola. Sua filha adolescente já está vivenciando alguns problemas decorrentes do isolamento. Se Gisele recebe uma visita, a filha entra no quarto e lá permanece todo o tempo que a visita durar. Esse é mais um desafio que se apresenta para os moradores dessas periferias.

A maioria das crianças até nove anos de idade está concentrada nos bairros pobres e de alta privação social (Mapa 13).

Mapa 13. Distribuição da população de 0 a 9 anos. São Paulo - 2000



Fonte: Fundação IBGE: Censo Demográfico 2000.

# MENOS EXCLUÍDOS E MAIS SOLITÁRIOS

# 4

A trajetória dos negros que habitam as regiões centrais da cidade ou as não-periféricas também é marcada pela luta e pela diversidade de experiências. Para compreender as relações de sociabilidade na vida dos negros é necessário percorrer com eles a trajetória de suas vidas. A experiência de família é um dos principais itens para a análise do processo das relações sociais na cidade de São Paulo. Um dos aspectos comuns encontrados em todas as famílias negras foi a vivência da pobreza e a luta dos pais ou apenas da mãe para superação das dificuldades.

## **A família: o apoio necessário**

Como foi abordado anteriormente, quando se fala em família negra, muitos imaginam uma família desestruturada, com mais dificuldades que outras. Contudo, alguns pesquisadores<sup>1</sup> têm buscado desmitificar essa imagem negativa, mostrando também aspectos positivos da família negra. Entretanto, quando se refere à família negra, Fernandes está se referindo às primeiras décadas do século XX, mas a idéia de desestruturação permanece no cotidiano<sup>2</sup>. Moema Pacheco (1986) critica os estudos centrados na instabilidade negra, afirmando que foi possível relativizar a imagem de desagregação da família negra a partir de estudos que realizou.

<sup>1</sup> ROLNIK (1989 e 2003), SLENES (1988) e SILVA (1999).

<sup>2</sup> FERNANDES (1978, p. 200).

constatei que, longe de ser desorganizada, este tipo de família reproduz os próprios projetos de organização familiar da sociedade, valorizando e reproduzindo a importância dos papéis de marido e pai, do casamento e da ascensão social através da educação etc. Se é reforçado o papel da mulher negra, ele não significa instabilidade ou desorganização familiar e sim a família possível (PACHECO, 1986, p. 71).

Em vista da situação vivida pelo negro na sociedade brasileira, pode-se concordar com a afirmação de Pacheco de que a família negra é a “família possível”, pois as conseqüências das desvantagens de um passado escravagista, em que muitos membros dela eram violentamente separados, marcam a história da família negra no Brasil. Após a abolição, a discriminação, em todos os níveis sociais, levou à formação de uma “família possível”, talvez essa família não estando em sintonia com o que se esperava, considerando-se que o modelo reinante na época era europeu. Slenes (1988), em seu estudo sobre as famílias negras no século XIX, critica alguns estudiosos que as apresentam como símbolo de desestruturação. Para ele, os estudos de Gilberto Freyre, Emília Viotti da Costa, Oracy Nogueira, Roger Bastide e Florestan Fernandes reforçam o estigma negativo que marca a família negra. Embora rejeitassem explicações racistas referentes ao comportamento sexual do negro, todos referem-se à família negra como desestruturada<sup>3</sup>. Ao analisar-se as trajetórias de vida dos negros que estão na região central da cidade, é possível constatar a forte presença da família no enfrentamento das dificuldades, notadamente aquelas relacionadas à raça.

## A admiração pela família

Para os entrevistados, nas regiões centrais da cidade, a família foi fundamental em suas trajetórias. Arlete relata sua experiência e a admiração pelo padrasto, a quem considerava como pai:

*Meu pai era uma pessoa que tem que se admirar. Porque ele começou a trabalhar naquele... Ele trabalhava assim na rua. Ele trabalhava como guarda, então ele trabalhava... ali perto da 9 de Julho, naquele jardim... o Trianon. Ele trabalhava ali, tudo, de guarda.*

<sup>3</sup> SLENES, Robert. “Lares negros, olhares brancos: história da família escrava no século XX”. *Revista Brasileira de História*, v. 8, n. 16, mar./ago. 1988, p. 189-203.

*Ai depois, com esforço, ele não sabia ler direito, ele foi aprender ... terminou a Quarta série, né, foi fazer, fez datilografia, e depois se aposentou no escritório da prefeitura. Ele era uma pessoa bem batalhadora mesmo. Esforçado, né. E se aposentou já no escritório. [...] Ele me criou desde a idade de dois anos. Porque minha mãe ficou viúva. Eu não conheci meu pai. Quando ele morreu... eu não conheci. Então, quando minha mãe casou com ele... Na realidade nem casou. Ela morou com ele até... Ela casou-se um pouco antes de ela morrer, coitada. Ela casou acho que era em 80 e... Não me lembro direito quando ela casou. Não sei se foi em 82, 83, foi por aí. Depois de muitos anos aí casaram. Mas aí eles moraram juntos, naquela época, não é como hoje em dia, né. Ela não falava pra ninguém, porque ela morria de vergonha de falar. Porque naquela época se soubesse que você morasse com alguém, ninguém queria amizade. Então ela não falava nada. Depois de muito tempo ela foi casar. E quando ela foi morar com ele, eu tinha dois anos. Ele me criou desde a idade de dois anos (Arlete, 53 anos, dona de casa, Vila Guilherme).*

Esse relato mostra a preocupação da mãe de Arlete com a família, sobretudo em manter o *status* de família estruturada. Loide também relata a experiência de família e sua admiração pelo pai, que foi uma liderança no bairro:

*Meu pai disse que a gente podia tudo... Era possível tudo... Ele foi fundamental, foi uma pessoa que incentivou muito todos os filhos a estudar e dizia: 'Você podem tudo, não se inibam, discutam. Vai, fala, se coloca que eu estou junto...' Ele garantia que estava junto. Então o meu pai sempre foi um militante. Então ele foi um dos primeiros moradores aqui na rua, há 55 anos atrás. Ele construiu uma casa nessa mesma rua e mais tarde construiu essa casa. Então, nós todos, os filhos, ajudamos a fazer essa casa. Eu lembro que eu ia de baldinho tirando terra, porque era um barranco, então teve que tirar todo o barranco para construir a casa... Então meu pai sempre foi uma liderança. Ele fundou a "sociedade amigos do bairro". Eu costumo dizer que fui alfabetizada na máquina de escrever, fazendo ofício pra prefeitura, por conta de ônibus, por conta de melhorias no bairro, no asfalto... Então, meu pai trazia a maquininha portátil pra casa e dizia assim: 'vamos escrever.' E eu ia 'pegando milho, catando milho', mas fazendo os ofícios... (Loide, psicóloga, 48 anos, Freguesia do Ó).*

Existem casos em que a solidariedade da família negra sustenta um dos membros para que este possa estudar e ter maiores possibilidades de ultrapassar as barreiras da pobreza e das conseqüências do racismo. E, se bem que consiga ascender socialmente, terá que conviver em seu cotidiano com o racismo presente em todos os espaços sociais. Neusa Gusmão (1997), ao estudar a família negra, refere-se à solidariedade existente entre seus membros. Segue o relato de Celso sobre sua história de ascensão social:

*Foi problemática, porque a minha mãe foi separada do meu pai e tivemos que lutar com muitas dificuldades. Eu tive menos dificuldades porque eu era caçula. Tem doze anos de diferença pra mim. Então eles (os irmãos), inclusive, me protegiam pra eu estudar. Eu tenho um irmão que eu sou superior hierárquico dele, eu sou Coronel e ele é Tenente, mas esse meu irmão, por exemplo, ele me sustentava pra eu poder estudar. Então eu entrei na PM para ser oficial. Eu entrei na Força Pública para ser oficial. E ele era sargento. Eu entrei pra ser oficial. Ele me deu esse apoio. Família é base, família é base. E eu sou um exemplo disso (Celso, 65 anos, coronel do Corpo de Bombeiros na Reserva, Moema).*

Cassilda relata sua experiência familiar e a dedicação de sua mãe para a manutenção da família. Como em outros relatos, as mães foram exemplos de sustentabilidade para os filhos:

*E minha mãe casou-se com o meu pai e nunca pensou em ter o que ela teve. Porque pra ela essa casa aqui era tudo. Porque a minha mãe falou que ela nunca teve nada na vida. Ela sofreu muito na infância dela, e que Graças a Deus ela teve essa casa aqui, que ela teve quatro filhos, que nós somos em quatro.[...] Ela nunca precisou sair daqui pra trabalhar. Meu pai trabalhava em dois empregos. E, por exemplo, como meu pai trabalhava no Estadão, tinha a cooperativa. Então minha mãe não precisava nem de ir no mercado. Porque vinha uma lista, tipo um jornal, e a minha mãe fazia só os pedidos, e eles vinham entregar aqui na porta. E o meu pai não era flor que se cheira não, nega, porque era muito bonitinho, todo engomadinho, tinha um monte de namorada na rua. Mas a minha mãe falava assim: ‘Ah, pode namorar com quem quiser, mas da minha casa não saio é nunca. Com meus neguinho...’ (risos) Entendeu? Tipo assim, ela não ia... ela falou assim que ela não ia se deixar pela mulherada com quem ele andava na rua, e que ela nunca ia abandonar a casa dela e os filhos dela. Porque ela nunca teve nada e ela falava: ‘Pelo menos eu tenho um teto pra mim e pros meus neguinho. Ele quer andar com a mulherada, ele que ande.’ (risos) Ela falava isso pra mim, porque eu e minha mãe era muito amiga. Você acredita? Ela me falava cada coisa. E eu ria nessa cozinha (Cassilda, 48 anos, técnica de laboratório, Jardim Paulista).*

Vários relatos mostram que é forte a presença materna na trajetória dos entrevistados que moram na região central da cidade. E é um dos aspectos mais lembrados e admirados. A mãe é vista como heroína por quase todos. Celso relata a dificuldade vivida pela família após a separação dos pais, quando ele ainda era pequeno. Mas lembra-se da força e da luta da mãe:

*Antes, eu tenho que dar então um valor à minha finada mãe, porque ela segurou. Ela segurou com unhas e dentes, como muitas mães. A maioria das famílias negras que não*



*degringolou, é por valentia e coragem da mãe, da mulher negra, que é realmente uma heroína. A mulher negra é sensacional. Então, a minha mãe é uma dessas, uma dessas negras sensacionais. Então, ela segurou com muita força a família. A ponto de até hoje a gente sentir falta dela. A gente sente falta. E a minha mãe era tão forte, era tão especial, que ela não segurava só os filhos dela. Ela formou um matriarcado na família, e ela não era a mais velha. Ela agregava toda a família dela. Aquela parte de descendentes dos pais dela, da linha dela... as do meu pai não, a família do meu pai tinha muito respeito por ela (Celso, 65 anos, coronel do Corpo de Bombeiros, Moema).*

A presença da mulher negra que sustenta a família em todos os sentidos é muito forte. Mesmo tendo, no geral, somente acesso aos serviços subalternos, como o trabalho doméstico, a mulher negra foi a sustentação da família<sup>4</sup>. Célia, “esqueceu” a sua infância. Segundo ela, os desafios pelos quais passou a fizeram “eliminar” esse período de sua história pessoal. Ela manifesta profunda admiração por sua mãe, que a auxilia ainda hoje a cuidar de seus filhos:

*Minha mãe separou do meu pai eu tinha um ano. Minha mãe foi embora. Foi pro Sul, aí nós ficamos sete anos no Sul. Nós viemos pra cá, minha mãe veio morar na casa da minha avó. Aí minha mãe veio embora, minha mãe veio embora primeiro, e eu fiquei no sul com minha avó. Minha mãe veio arrumar emprego e depois que me trouxe. Só que aí minha mãe arrumou emprego, fiquei... fiquei internada em colégio interno, eu e meu irmão, durante um tempo.[...] Sim, e a minha mãe teve acho que seis barrigas de gêmeos. Eu era pra ter irmãos de 40 e poucos anos e quase 50 anos mais ou menos, que nasceu no mesmo dia que eu: duas meninas. Era Virgínia e a outra não lembro, uma já nasceu morta e a outra morreu depois acho que de meningite.[...] Olha, minha mãe é uma cozinheira, só que ela é uma pessoa super esclarecida. Minha mãe, acho que estudou até a sexta série... Ela tem uma letra maravilhosa. Minha mãe lê muito a revista “Veja”. E é assim super esclarecida. E entende de tudo, muito mais que eu. Minha mãe tem uma cabeça que ganhava concurso de poesia até na escola. Só que ela foi obrigada a sair, pra trabalhar de babá na casa dos outros (Célia, bibliotecária, 42 anos, Santa Cecília).*

Jurema Teixeira (2001) mostra a coragem das mulheres negras que, desde a escravidão, lutam pela manutenção de sua família e de sua própria vida. A trajetória de vida da maioria dos entrevistados, em especial dos da região central, mostra o forte papel da mulher negra, que praticamente conduziu e sustentou sua família. Um dos elementos que chama a atenção é que, desde a infância, os negros que habitam as regiões centrais da cidade,

<sup>4</sup> BERNARDO (1998, p. 56).

com mais freqüência, tiveram orientação sobre a discriminação racial e o racismo presentes na sociedade. Foram orientados sobretudo pelas mães para não “abaixar a cabeça”:

*Então, eu tive uma mãe, a minha mãe era muito avançada pra época dela. Ela tinha uma visão assim muito avançada. Então ela já desde pequena ela me falava. Então eu percebia as coisas.[...] Ela orientava. Ela já me falava: ‘Você não abaixa a cabeça de jeito nenhum. Se você está lá você merece. Você está pagando do mesmo jeito. Então você...’ Desde pequena ela já falava. Então eu acho que é isso que eu passo pros meus filhos também. Ela falava mesmo: ‘Não abaixa a cabeça não. A gente não tem que ser submissa, como aqueles negros que ficam com a cabeça baixa, ficam num canto.’ Mas eu, depois no fim eu consegui superar tudo aquilo... (Arlete, 53 anos, dona de casa, Vila Guilherme).*

A mãe negra aparece como aquela que orientou para superar o racismo no cotidiano dos filhos<sup>5</sup>. Josué também relata sua experiência e a importância da orientação materna para a superação das dificuldades relacionadas a sua cor. Ele freqüentava as casas onde sua mãe trabalhava. Sobre a consciência racial, segue seu depoimento:

*Eu adquiri essa consciência porque minha mãe era muito brava. Quando ela ia trabalhar nos empregos domésticos nas fazendas, ela chegava e já se impunha. Ela falava: ‘Ninguém vai erguer as mãos para meus filhos (bater). Se eles fizerem algo errado, venham falar comigo que eu sou a mãe deles. Eu não admito que ninguém coloque as mãos neles’. Então isso deu uma coragem profunda no comportamento da gente. Eu diria que as ações dela foram as marcas registradas para a gente reagir num mundo face às diversidades. Foi isso que a gente aprendeu... A gente depois cresceu, adquiriu conhecimento e se desenvolveu profissionalmente na vida. A gente se espelhou nos exemplos dela, na coragem dela ter esses enfrentamentos.[...] As vezes ela dizia assim: ‘Quando alguém chamar você de negro, você pergunta pra ele qual a cor do leite da mãe dele, ou senão você pergunta qual a cor do sangue da mãe dele. Se forem diferentes de sua mãe, então eles têm algo diferente. Mas a única diferença é a pintura... A nossa é mais bonita porque não descora’ (Josué, 70 anos, administrador aposentado, Vila Madalena).*

Além do esforço dispendido para a sobrevivência no cotidiano, a mãe negra manifestava preocupação com as relações sociais em que os filhos se envolviam. O racismo era uma preocupação para a maioria dessas mães.

<sup>5</sup> Segundo Bastide, os pais deveriam estar atentos para transpor as barreiras raciais enfrentadas pelos filhos (BASTIDE, in BASTIDE e FERNANDES, 1955, p. 143).

Teresinha Bernardo (1998) mostra a experiência das mulheres negras que optaram por não ter filhos. Um dos motivos é o sofrimento a que o filho negro seria submetido. Arlete também relata sua experiência sobre a orientação que recebeu dos pais, principalmente da mãe, para superar as dificuldades raciais:

*Minha mãe falava muito. Minha mãe, ela sempre se envolvia com esse negócio de movimento negro, essas coisas, ela gostava. Ela gostava muito. Então ela tinha uma consciência diferente, né. Ela falava mesmo. Ela falava: 'Negro tem que estudar muito pra poder se destacar, porque senão ninguém dá valor.' Sempre falava isso mesmo. 'Você quer se destacar, estude bastante, procure se destacar mesmo, porque senão ninguém vai te dar valor.' E é a realidade. Ela não estava errada não. É a realidade (Arlete, dona de casa, 53 anos, Vila Guilherme).*

Antônio não conheceu o pai, que diziam ser um português, mas recorda-se com saudade da vida numa família extensa e nada tradicional aos olhos da elite paulistana. Na perspectiva analisada por Moema Pacheco (1986), tratava-se da “família possível”:

*Minha mãe foi sempre doméstica, né. Sempre doméstica. O papai não sei... Mamãe, a gente nunca conversou sobre isso. [...] Em casa de família. Eu me lembro que, me contavam, que os patrões dela, que ela me levava de manhã e eu ficava lá num bercinho que eles arrumavam, e passava o dia com ela lá. [...] Eu costumo dizer que eu não tive infância. Eu não tive infância. Eu vivi ali com os meus padrinhos, também, que foram todos negros.[...] Mas eram negros. Aliás eu praticamente fui criado por esses padrinhos. Esse meus padrinhos. E a minha vida era ali com eles. A minha madrinha era lavadeira naquele tempo. A gente ia buscar roupa, entregar roupa, pegar lenha no mato. Era uma vida simples, uma vida deliciosa. Tinha 11 filhos esse meu padrinho, 11 filhos e comigo 12. Vivíamos tudo na mesma casa. Era uma coisa maravilhosa. Depois... Mas daquela turma toda, acho que só tem eu. Eu e mais dois só, porque morreu os meus padrinhos, morreram todos meus irmãos de criação, que eu costumo chamar de irmão de criação, que eram meus primos. Tinha um que era meu irmão de leite, eu mamei na minha madrinha e ele mamou na mamãe, e nós éramos irmãos de leite. Agora, infelizmente, ou felizmente, faz três anos que ele faleceu. Faleceu aqui em São Paulo. Foi enterrado aqui. Foi uma infância sadia (Antônio, 77 anos, cozinheiro aposentado, Bixiga).*

No relato de Antônio, a família em que foi adotado aparece com a característica de família extensa, que abrangia tios, primos etc. Em outras duas entrevistas, surge a experiência da família adotiva branca. Seguem as

experiências de Gilca e Amanda: as diferentes formas de acolhimento dessas crianças no interior das famílias marcaram suas trajetórias. No caso de Gilca, ela nasceu no Hospital das Clínicas em São Paulo e foi diretamente para a casa da família branca que a adotou como uma das filhas do casal. Em sua casa é a única negra. Contudo, durante a realização da entrevista, em nenhum momento se referiu a sua adoção. Gilca se referiu à família sem jamais mencionar a diferença racial entre ela e os membros brancos. Afirmou que, ao longo de sua trajetória, foi profundamente amada e todos os membros da família a protegiam, segundo ela por ser a filha mais nova. Ela relata uma de suas experiências e os desafios que a família branca enfrentou para superar o racismo a que era submetida, sobretudo para protegê-la:

*Na ocasião a minha irmã me levou no cabeleireiro, e por sua vez o cabeleireiro também não me atendeu porque eu era negra. Falaram que, eles disseram... Isso eu fiquei sabendo bem depois... que eles não tinham permissão da casa pra atender negros. Mas isso eu passei... É, foi velado, porque eu não senti. Elas que passaram pela coisa. Elas foram as pessoas que foram barradas. Eu fui barrada, mas como eu era criança, elas me pouparam.[...] O (racismo) do colégio eu também não senti, porque eu era pequena, meu pai é que tomou a frente, e minha mãe... Agora o que eu senti na pele, eu devia ter uns 13 anos, eu era sócia do Círculo Militar – meu pai era militar – lá no Ibirapuera. E eu fui ao clube, e fui à piscina. E ao entrar na água, uma senhora branca saiu, acintosamente e foi reclamar na Direção. [...] Senti mesmo na pele a discriminação e aí eu passei pro meu pai essa situação (Gilca, representante comercial, 45 anos, Pinheiros).*

Outra experiência de Gilca foi a rejeição que sofreu do Colégio Santa Luzia, por causa de sua cor. Mas seus pais, brancos, só posteriormente lhe relataram o fato. Pode-se imaginar os grandes desafios enfrentados por essa família de classe média branca, pelo fato de ter uma filha negra, profundamente amada e protegida, conforme relata Gilca.

No caso de Amanda, adotada por uma família alemã, em Santa Catarina, ela foi aos sete anos de idade com o objetivo de fazer companhia a um senhor idoso. Sua integração no seio da família foi relativa. Segundo Amanda, o relacionamento foi muito bom até que, na adolescência, uma de suas “irmãs” lhe disse que ela não era da família, começando nesse momento a conscientização das diferenças que a separavam dos outros. Revela que sua permanência nessa família condicionou-se ao serviço que ela devia prestar a uma pessoa que ela chamava de “vovô”, e de quem cuidou até a idade de 92

anos, quando ele veio a falecer. Ela permaneceu junto a esta família durante 20 anos. Seu relato chama a atenção para a violência do racismo na vida do negro, em especial da criança negra no processo de aceitação ou rejeição por causa da cor:

*Eu saí de lá com 27 anos. Toda a minha trajetória de estudos foi lá. Colégio particular... Sempre muito relacionada com todo mundo e sempre à minha volta crianças e gente branca, né. Lógico que tem uma passagem, como toda criança levada... aquelas coisas... Então eu era chamada de... Então tinha um médico, que era médico da família, então ele me chamava de branca de neve. Ele me chamava de 'branca de neve' e tal e, nos fundos da casa onde a gente morava, que também era um bairro nobre de Porto Alegre, tinha aquela fábrica de alvejante clorofila. E um dia, como todas as crianças levadas, eu disse: 'Putz, branca, branca...' Eu pus alvejante clorofila na água para tomar banho. (risos) Eu não sei... Sabe aquela coisa tão 'branca, branca, branca de neve...' Acabei fazendo aquelas coisas de tomar banho de clorofila. E, foi um sarro... Todo mundo tirava sarro daquela história... Mas foi uma infância saudável, sempre tive meus brinquedos, minhas coisas... Nos finais de semana eu vinha pra casa, ficava com meus pais no final de semana e com meus irmãos (Amanda, advogada, 56 anos, Perdizes).*

O racismo causou em Amanda um forte desejo de ser branca, desejo que vem carregado da expectativa de ser aceita, de ser acolhida, admirada, de ter sucesso, enfim, de ser gente. A forma como o negro é visto pela sociedade parece retirar-lhe parte de sua humanidade e o desejo do branqueamento está ligado ao desejo de cidadania. Um dos aspectos mais violentos do racismo, para Jurandir Freire da Costa (1985), é a difusão de uma imagem negativa que provoca no negro o desejo do branqueamento, como forma de amenizar o sofrimento da rejeição de sua cor. Costa afirma que a “violência racista do branco é exercida, antes de mais nada, pela impiedosa tendência a destruir a identidade do sujeito negro. Este, através da internalização compulsória e brutal de um Ideal de Ego branco, é obrigado a formular para si um projeto identificatório incompatível com as propriedades biológicas de seu corpo”<sup>6</sup>. O desejo de branqueamento revela a intenção de ser aceito enquanto ser humano na sociedade. Esta perspectiva é constatada sobretudo no cotidiano das crianças negras.

<sup>6</sup> COSTA (1985, p. 104).

## Os filhos: a difícil aceitação de ser negro

Outra provação sofrida pelos entrevistados é a educação dos filhos, visto que muitos enfrentam desafios em suas trajetórias escolares. Os filhos de Célia encontram dificuldades para aceitar a ascendência negra. Eles são mestiços mas o fato de terem uma cor clara não ameniza os desafios enfrentados por causa da ascendência negra:

*Olha, é uma coisa muito confusa. Porque eles não queriam ser negros de jeito nenhum. Mas eles são negros, só que eles são super claros e eu explico isso pra eles. Agora a Lúcia, o pai da Maria Lúcia... (é branco) você vê a cor da Maria Lúcia. Ela é super, ela é sarará, é cor do pai. É muito clara, é muito branca, mas falam: 'A sua filha, moreninha, ela é muito moreninha. Sua filha é bem moreninha.' Falam isso, falam.[...] Sem nenhum problema. Teve uma época que eu falava negão brincando (com o filho) e ele não gostava. Mas eu sempre tenho que trabalhar isso, falar pra eles. Quando ele encontra uma criança mais escura que ele, ele diz 'aquele negrinho lá'. Sabe, eles falam mesmo. Eu falo: 'Você não pode falar assim. Você é o quê? O negão.' Mas é tranqüilo. Eles não têm assim prejuízo na escola. Uma amiga da Maria Lúcia da escola chegou e me falou assim: 'Tia, me responde uma coisa. Por que você é tão pretinha, e sua filha tão branquinha?' E quando me vêem, as pessoas na rua, as pessoas na rua olham pra mim e pra ela. Eu noto que eles olham muito pra ela e pra mim (Célia, bibliotecária, 42 anos, Santa Cecilia).*

A mestiçagem não produz uma integração total dos indivíduos na sociedade, como pensaram alguns estudiosos. Provavelmente, a aceitação do mestiço seja maior que a do negro, mas os desafios permanecem, como relata Célia. Os pais têm que manter uma atenção constante para que o sofrimento, em razão do racismo vivido pelos filhos, possa ser parcialmente amenizado, como lembra Bastide (1955). Celma também relata a experiência que, como negra, enfrentou em família:

*os amiguinhos chamam ele é 'negão'. Tanto que se tocar o interfone e falar assim: 'Olha, o 'negão' está aí.' Eu falo: 'Aqui não tem nenhum 'negão'. Então eles já pararam de ficar chamando de 'negão'. Chama de Flávio entendeu... O nome dele não é 'negão'. E a Wilma também na escola começaram a chamar ela de nega maluca. Por causa daquela música lá. O pessoal começou a chamar ela de 'nega maluca' por causa da música: 'nega maluca, nega maluca...' Queria ficar dançando que nem louca na escola, daí eu cheguei lá, e estava na festa junina: 'Ah, nega maluca, nega maluca'. Eu falei: 'O quê?' Falei: 'Que história é essa de nega maluca, o nome dela é Wilma'. (responderam: 'Não, é que ela dança bem.' Eu falei: 'Então parou com esse negócio de nega maluca' (Celma, 41 anos, dona de casa, Santana).*

Parece que Dionísia está em busca da estratégia adequada para lidar com o problema racial na vida dos filhos. Segue sua experiência:

*O meu filho, na escola que ele está, só ele é negro. [...] E é assim: a minha filha tem uma coisa de personalidade muito forte, a filha mais velha. Uma coisa que eu acho que a gente está trabalhando pouco, que eu acho que a gente precisaria estar trabalhando melhor neles, é assim... O meu marido é bem escuro, bem, bem, bem negro mesmo e eu sou uma negra mestiça e eles nasceram chocolate... Eles são lindos, são lindos mesmo. E eles me perguntam de vez em quando porque eu não sou da cor deles, entendeu? Ou então, porque eles não são da minha. Então às vezes eu penso que o menino tem uma coisa assim, ele pensa um pouco... Ele pergunta... Ela também, mas ele... Ele tem seis anos, eu acho que ele tem... Ela já superou algumas coisas. Eu procuro conversar muito. A gente tem muitos livros em casa e com toda minha experiência também... (Dionísia, 47 anos, dentista, Vila Madalena).*

A superação do racismo é um desafio que os pais negros enfrentam no dia-a-dia e os faz buscar estratégias de proteção. Para desfazer o desejo de se tornar branca revelado por sua filha, Cassilda encontrou uma estratégia que a pudesse fazer sentir orgulho da raça negra, dizendo-lhe que seus parentes próximos eram negros famosos no mundo artístico, buscando imagens positivas para lhe transmitir. A luta contra os estigmas que marcam o negro é constante e a sua imagem negativa nos meios de comunicação dificulta-a. Cassilda relata sua experiência com a filha:

*Um dia ela (a filha) falou assim pra mim: 'quando eu crescer eu quero ser branca'. No ônibus, o ônibus (estava) lotado. Ela tinha cinco pra seis anos. Ai eu falei: 'Você quer ser branca? Tudo bem, porque o Michael Jackson conseguiu. Vamos pedir pra ele mandar uns cremes... Porque na nossa família todo mundo é preto. Teu pai é preto, sua avó é preta, seu avó é preto, seu primo Felício é preto, eu sou sua mãe e sou preta, a família toda é negra. Mas já que quando crescer você quer ser branca, eu vou comprar o creme e vou passando todo dia um pouquinho em você. Quando você chegar na idade do Michael Jackson você estará transparente'. (risos) Ai eu brinquei e fui passar o creme nela e ela começou a gritar. Ela não queria mais. Porque eu falei: 'Nossa, você é bonita filha.' Porque eu sempre... faço um monte de trancinhas e eu falava pra ela que ela era parente do Bob Marley, do Jimmy Cliff, do Jimi Hendrix, do Djavan e do Sebastian, que aparecia no comercial da C & A... E ela falava pra todo mundo... Eu falava isso que era pra ela ir associando uma imagem positiva. Porque não tinha muitas... Assim, na televisão, como referência, o que aparecia era aquele monte de escravos apanhando ou empregada doméstica. Então eu sempre falava pra minha filha: 'Você é bonita...' (Cassilda, 48 anos, técnica de laboratório, Planalto Paulista).*

A trajetória de vida dos entrevistados mostra as estratégias que utilizam para incentivar as crianças a tomarem consciência de sua cor e raça e ao mesmo tempo ensinar caminhos para a autoproteção e superação do racismo. Mas houve um caso em que os pais incentivaram a entrevistada a se isolar, como forma de proteção. Hoje, Elza encontra inúmeras dificuldades de relacionamento, tem problemas no trabalho, com os vizinhos, com os amigos de faculdade etc. e, aos 37 anos de idade, jamais namorou ou se relacionou com algum homem. Ela teme sempre ser vítima de racismo e manifesta descrença nas pessoas, até do próprio negro. Essa característica aparece durante o decorrer de toda a entrevista. Segue seu relato sobre a família:

*Bom, meu pai, ele foi estoquista, né, ele é aposentado, aposentou por tempo de serviço. A minha mãe foi faxineira, aposentou por idade. Primeiro ela trabalhou como empregada doméstica, começou a trabalhar com 12 anos de idade como empregada doméstica e não pôde frequentar escola. Ela só fez o primário completo. A mãe dela tirou ela da escola pra trabalhar, porque ela era a mais velha de dez irmãos. [...] Principalmente, quando eu era criança, meus pais sempre falaram: 'Olha, vocês não fiquem ali, porque vocês são negros e sempre vão ter problema.' Então foi a minha formação. Sempre eu fui bem orientada quanto a isso, né. Só que depois que eu entrei na faculdade, aí a gente começou a discutir num outro âmbito, né. Numa forma mais política. Não com: 'Você não vai ali, cuidado, pode ter problema.' Ah, (a mãe) falava o seguinte: que qualquer briga que tinha na rua, qualquer coisinha seria negro. E como a gente via acontecer com vizinho. Eu não tinha aquela vontade de brincar na rua por causa das brigas. Brigavam muito. Era uma molecada, aí eu ouvia chamar os outros de macaco, aqueles negócios todos. Na época não existiam as leis (Elza, 37 anos, professora, Freguesia do Ó).*

Elza acredita que foi bem orientada e, provavelmente, seus pais tentaram protegê-la, antes de tudo porque percebiam manifestações de racismo contra outras crianças negras, que eram chamadas de “macacos”. O isolamento foi uma estratégia de defesa, mas produziu resultados perversos para a vida de Elza em termos de relações sociais.

## **O trabalho: da discriminação ao reconhecimento**

Uma das idéias presentes na sociedade é a de que o negro não é propenso ao trabalho. Contudo, como já foi referido, o negro não teve oportunidade de ingressar no mercado formal de trabalho, restando-lhe a



busca de ocupações ocasionais. Na visão de Bastide (1970) e Fernandes (1978), os preconceitos faziam com que a cor negra fosse sinônimo de preguiça e de outras qualificações que estigmatizam o negro quando está em foco o trabalho<sup>7</sup>. Mas os pesquisadores que estudam as relações raciais<sup>8</sup> têm mostrado que, embora haja discriminação racial contra o negro no mercado de trabalho, ele participa, e muito, da força de trabalho, não obstante seja menos valorizado quanto ao rendimento e menos reconhecido. Mas há algumas exceções que convém destacar. Segue a experiência de alguns entrevistados:

*Eu não tenho esse tipo de preconceito (racial), porque eu também, por ser negra, dentro da minha firma que eu trabalho, que eu represento. Sou só eu de negra, de mulher sou só eu. Só que o pessoal lá dá valor. Por eu ser mulher e ser negra, e estar na posição que eu estou hoje. Que a gente lá lida com faturamento, então você tem uma cota de faturamento. Agora você pensa bem, um negro, faturando mais que qualquer branquinho lá dentro, e mais que qualquer pessoa branca, você poderia, se fosse tempos atrás: 'É, porque é negro, então está fazendo alguma coisa errada pra subir na vida.' Eles não fazem isso, eles acham que a posição em que eu me encontro é porque eu mereço. E realmente eu sou muito batalhadora (Valéria, representante comercial, 45 anos, Perdizes).*

Contando com o apoio familiar, apesar das dificuldades financeiras, Celso seguiu a carreira na Corporação do Corpo de Bombeiros de São Paulo e chegou a ser Coronel, onde, segundo ele, somente dois negros tinham atingido esse nível; ele foi o segundo:

*Eu trabalhei muito tempo no setor técnico do Corpo de Bombeiros, onde eu fui... saí e de repente chamava de volta. Eu saí duas vezes do setor técnico, trabalhei 14 anos no setor técnico. O setor técnico é o encarregado de vistorias e de projetos, de aprovação de projetos de proteção contra incêndio. Então eu fui professor desse assunto nos cursos de formação de oficiais do Corpo de Bombeiros e servi 14 anos lá. Então, esse é o local onde eu servi a maior parte do tempo. Comandei o Corpo de Bombeiros do aeroporto de Congonhas quando eu era capitão, e comandei o Primeiro Agrupamento de Busca e Salvamento, que é o embrião da sede desse atendimento de emergência que você vê aí pra salvar vidas humanas, o Resgate. Então, eu fui comandante do Resgate. Minha fotografia está na galeria dos ex-comandantes (Celso, 65 anos, coronel da Reserva do Corpo de Bombeiros, Moema).*

<sup>7</sup> Bastide (1970, p. 63) e Fernandes (1978, p. 144-145).

<sup>8</sup> Cf. SILVA (1999, p. 98) e também a pesquisa SEADE-DIEESE - Pesquisa Emprego e Desemprego - PED (Taxa de Participação, segundo sexo e etnia para o Município de São Paulo, entre os anos de 1989 e 2002).

Nos distritos centrais da cidade estão as pessoas com maior poder aquisitivo. O Mapa 14 mostra a concentração dos rendimentos acima de 20 salários mínimos. O negro que faz parte desse contingente pode representar uma grande vitória na luta contra todas as adversidades. Loide relata sua experiência como educadora e o reconhecimento do trabalho que realiza, mesmo tendo sofrido as manifestações do racismo:

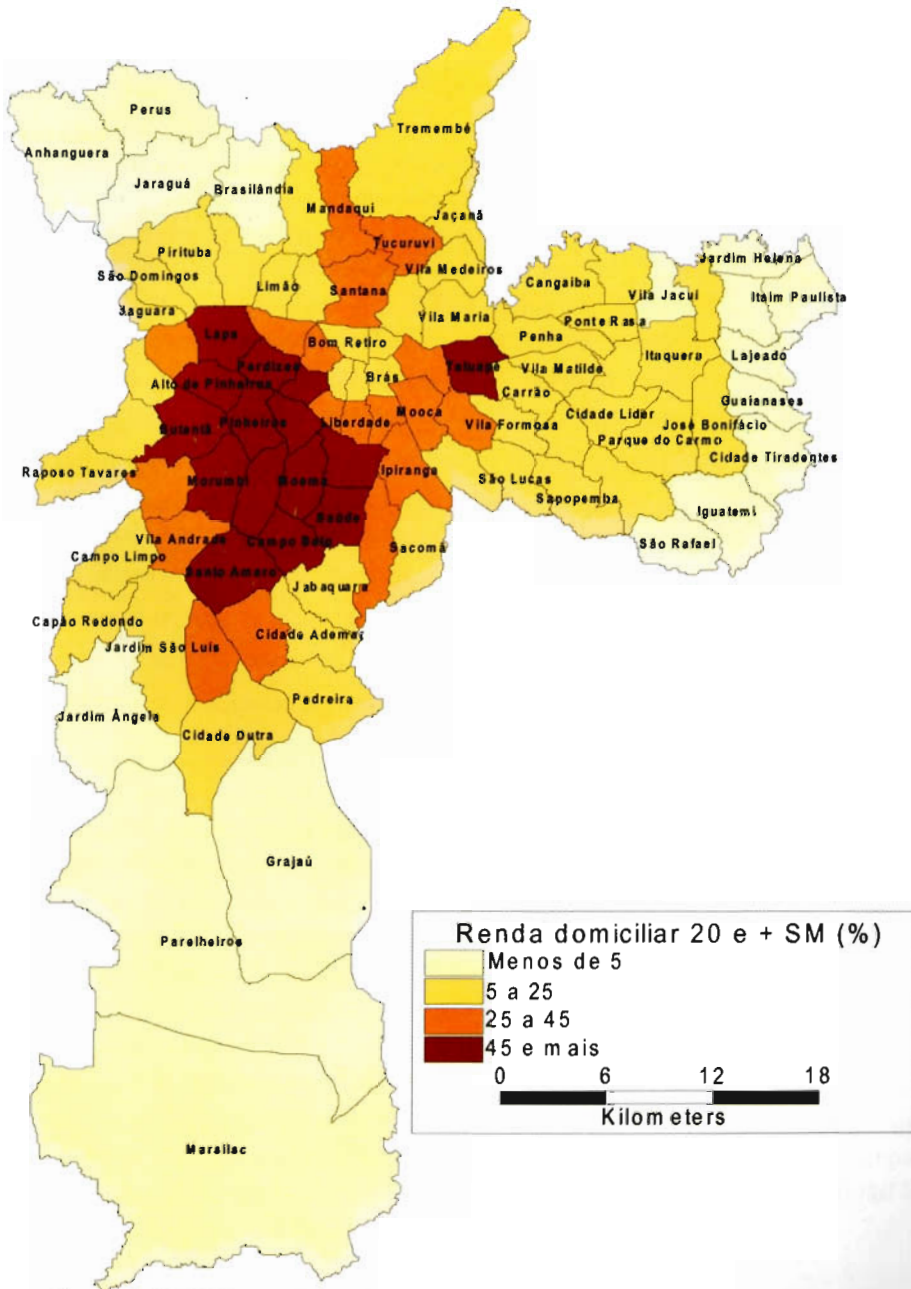
*Nessa altura do meu trabalho profissional, eu já tenho certo reconhecimento. Eu me sinto muito bem, muito a vontade na minha equipe, e meu trabalho é valorizado e respeitado. [...] As pessoas que estão comigo são brancas. Eu sou a única negra na equipe. Eu trabalhei durante... quatro anos inteiros, sendo a única mulher na equipe. Homens brancos e eu.[...] Agora a equipe foi acrescida, tem outras mulheres brancas, três mulheres brancas. Eu me ponho, me coloco, não temos tido nenhuma dificuldade de trabalhar por conta disso (racismo). Mas a gente tem uma relação bastante franca, bastante aberta. Quando eu percebo que existe alguma coisa acontecendo com conotação racial, dentro da empresa, ou fora da empresa, eu acho que vale a pena a gente conversar e a gente conversa sobre isso (Loide, 48 anos, psicóloga, Freguesia do Ó).*

O depoimento de alguns moradores dos bairros mais consolidados da Cidade mostra a preocupação e a busca do reconhecimento do outro. É como se este tipo de reconhecimento valorizasse e ratificasse a trajetória de luta do negro. A superação das dificuldades no processo de ascensão social parece não ser suficiente, visto que se busca também um reconhecimento deste esforço pela sociedade.

O reconhecimento é o resultado de um processo nem sempre fácil. Apesar de acreditar ser reconhecida e respeitada, Loide acrescenta outras experiências nem sempre positivas em relação a sua raça no ambiente de trabalho:

*Eu tive uma situação terrível, tinha um enfermeiro que não aceitava trabalhar comigo. Não aceitava andar de carro comigo. Então... simplesmente ele falava que eu era antipática, não ia com minha cara. Mas eu tinha certeza de que era uma motivação racial. Tenho certeza. A tal ponto que todo mundo percebeu, todo mundo viu. Então não tinha mais como ele continuar dizendo que não era, que não havia nada... Isso só acabou o dia em que ele foi embora. [...] Tive outra experiência quando trabalhei no Banco Real, foi o período em que eu estava fazendo graduação, eu percebi que, quando eu mudei a forma de pentear o cabelo, eu comecei a deixar o cabelo enrolado, como deixa o Djavan, o Bob Marley, e tal... eu percebi uma diferença na forma da minha chefe me tratar, a ponto de eu ser demitida. Eu fui demitida, do Banco Real, depois que eu comecei a usar o cabelo enrolado. Antes eu alisava o cabelo. Tinha o cabelo nos padrões permitidos (Loide, 48 anos, psicóloga, Freguesia do Ó).*

Mapa 14. População com renda domiciliar de 20 salários mínimos ou mais. São Paulo – 2000



Fonte: Fundação IBGE: Censo Demográfico 2000.

As referências à cor e à raça são constantes na vida do negro. Às vezes, ele gostaria de ser apenas lembrado como ser humano e que sua cor fosse esquecida, mas a sociedade teima em lembrar-lhe sua *negritude* e, conseqüentemente, qual é o seu lugar nela. Conforme Fernandes (1978), o fato de ser visto apenas como ser humano, sem referência à cor e à raça, levou o negro, em algumas ocasiões, a imitar o comportamento dos brancos<sup>9</sup>:

Qualquer que seja o desajustamento que se considere, o pólo dinâmico e por assim dizer o ‘multiplicador’ do processo vinha a ser, invariavelmente, o anseio de classificar-se econômica e socialmente, de ‘contar como gente’, que compelia o negro e o mulato a identificarem-se e a desejarem, irrefreadamente, os modelos de comportamento, os valores sociais e o estilo de vida dos ‘brancos’. As debilidades institucionais do ‘meio negro’ e os mecanismos organizatórios da sociedade inclusiva operavam como o pólo constritor, que opunha resistência a esses anseios, selecionando-os, neutralizando-os ou ‘pervertendo-os’ (FERNANDES, 1978, p. 197).

A cor “passou a indicar mais do que uma diferença física ou uma desigualdade social: a supremacia das *raças brancas*, a inferioridade das *raças negras* e o direito natural dos membros daquelas de violarem o seu próprio código ético, para explorar outros seres humanos”<sup>10</sup>. Célia relata sua experiência e lembra que as pessoas com quem se relaciona, no ambiente de trabalho, sempre fazem referência à sua cor:

*Porque eu sempre falo uma coisa: eu não falo toda hora que eu sou negra, as pessoas é que me lembram que eu sou negra. As pessoas é que lembram a todo momento que você é negra. O comentário de cor, de cabelo: ‘Ah, se eu fosse negra que nem você, eu tivesse um cabelinho que nem você, eu não faria relaxamento nesse cabelinho. Eu deixaria ele crespinho mesmo.’ [...] Ontem mesmo. Minha chefe me falou que meu cabelo estava muito feio. Que eu precisava fazer hidratação no cabelo, pra eu tingir o cabelo, cortar o cabelo. Sabe, isso pra mim é discriminação. É o tempo inteiro que as pessoas me lembram que eu sou negra. Eu já sei que eu sou negra e acabou, eu não fico dizendo: ‘Eu sou negra. Eu sou negra porque meu irmão é negro, minha mãe é negra.’ Não! (São) as pessoas que me fazem lembrar. As atitudes (Célia, bibliotecária, 42 anos, Santa Cecília).*

<sup>9</sup> SILVA (1999).

<sup>10</sup> BASTIDE, in BASTIDE e FERNANDES (1955, p. 71).

Provavelmente essa lembrança se refere ao lugar que o negro deve ocupar na sociedade. Parece haver uma necessidade de deixar o negro na base da situação social, como uma forma de evidenciar sua inferioridade e o estigma com que é marcado. Se o negro ascende socialmente, pode haver cobranças em relação à sua postura social, exigindo-se que seu comportamento, atitudes e até aparência estejam de acordo com os padrões aceitáveis na sociedade, padrões geralmente europeus. A imagem de civilidade, trabalho, limpeza, sucesso, beleza etc., parece se referir apenas ao branco e jamais ao negro.

Um dos problemas que o negro enfrenta é a necessidade de manter-se sempre vigilante, pois a representação social negativa em relação a praticamente tudo o que se refere a ele provoca a necessidade dessa vigilância. Celma relata a necessidade de estar bem vestida: é uma das formas que encontra para se defender da imagem negativa que se faz do negro.

Foi difícil para a paciente de Dionísia aceitar que ela era a dentista a que fora indicada. Se a mulher negra exerce funções menos prestigiadas estará dentro dos padrões da representação social que a sociedade faz dela, mas, quando exerce uma profissão de destaque, poderá chocar e causar manifestações de surpresa. Segue o relato de Dionísia, que tem um consultório na Vila Madalena e é funcionária pública do Hospital do Servidor Público de São Paulo:

*No começo da carreira foi bastante difícil. Já teve paciente que entrou no meu consultório pedindo o diploma. Teve! Teve gente que queria saber se a dentista não ia atender. Entraram, eu abri a porta e disse: 'Pois não!' E tudo... Eu trabalhava no consultório de um professor meu, que era médico. E ele me indicava para a grande maioria dos pacientes. E ela (a paciente) entrou então e disse: 'Escuta, cadê a dentista?' Eu disse: 'Eu sou a dentista'. Ela então comentou comigo: 'Mas, você vai me desculpar, mas eu vou precisar do seu diploma, porque eu não acredito nisso'. Então comentei com ela que ela não poderia... Eu poderia até mostrar o diploma, mas que nosso relacionamento não iria ser bom, então eu pedi que ela se retirasse. [...] Eu tenho enfrentado muitos problemas com colegas de trabalho, dentro do hospital, e tenho enfrentado. É uma coisa assim meio velada, não é uma coisa clara, é uma coisa velada, mas que você sabe que existe. Porque dentro do hospital, além de ser a primeira negra, eu sou a única que tem especialização de Ortopedia Funcional dos Maxilares, que vê uma coisa global. Então é meio difícil lá (Dionísia, dentista, 47 anos, Vila Madalena).*

Alba, moradora na Bela Vista, no bairro do Bixiga, está concluindo o ensino médio, no curso supletivo. Ela é empregada doméstica e mora num

apartamento cedido pela sua patroa. Ela gosta e se sente bem na casa em que trabalha há 16 anos. Contudo já fez uma experiência que considera humilhante em outra oportunidade. Segue sua experiência:

*Eu já tive patrão, assim, que já até rasgou a minha roupa, sabe, que queria desfrutar de mim, e depois eu passei por mentirosa, e eu não cheguei ao ponto... Até que ponto eu poderia falar, tão nova, fui logo falando: 'Olha, eu não vou ficar aqui. Seu marido fez isso comigo.' Ela não acreditou, e a amiga dela falou: 'O que um homem, um advogado... O que vai querer com uma negra, uma empregada?' Sabe, aquilo ali pra mim, foi uma coisa de doer mesmo, sabe. E ficou por isso mesmo. Ela acreditou mais nos outros, no que a amiga dela falou, realmente, e, sabe, aquilo ali foi muito dolorido pra mim. [...] Eu era menina. Eu tinha 17 anos (Alba, 40 anos, empregada doméstica, Bela Vista).*

O jugo da escravidão parece não ter tido fim; o modo como o negro e a mulher negra são tratados, em muitos casos, é humilhante. No imaginário social, a mulher negra é aquela “boa de cama”. Também no exterior a imagem da mulher negra do Brasil é negativa. A experiência de Alba foi uma humilhação e o fato não foi levado a sério porque se tratava de uma negra. Nessa perspectiva, é complicada a relação entre o poder masculino e o feminino, notadamente entre o homem branco e a mulher negra, no que se refere ao assédio sofrido por esta (BERNARDO, 1998, p. 157).

## **A escola: combate ou reprodução do racismo?**

Como a sociedade brasileira é produto de uma educação eurocêntrica, que reproduz o racismo consciente ou inconscientemente (MUNANGA, 2000), existe uma tendência à perpetuação da discriminação racial. Como o professor e a escola são fruto dessa sociedade, também esse contexto pode reproduzir os estigmas que marcam os negros com resultados negativos na trajetória escolar e de vida do aluno.

No Brasil, as condições sociais dos pais são utilizadas como justificativa para o rendimento dos alunos, notadamente no caso do baixo rendimento dos negros, que, em sua maioria, são pobres. A justificativa tem como base, às vezes, a pobreza. Embora não se possa deixar de considerar esse aspecto, Munanga lembra que as expectativas em relação ao aluno negro são inferiores quando comparadas àquelas relacionadas ao aluno branco.

independentemente da condição social de seus pais. Essa experiência foi constatada durante a pesquisa nas entrevistas com os residentes das periferias e das regiões centrais da cidade, com famílias de baixa renda e com famílias de classe média. As conseqüências do racismo são perversas nos dois grupos, com repercussão na saúde, na motivação ao estudo e no baixo rendimento escolar.

Hasenbalg e Silva (1992), ao analisarem o acesso das crianças à escola, introduzem na análise dos dados da PNAD (1982) a variável de rendimento e concluem que o acesso sofre interferências do rendimento familiar<sup>11</sup>. Mas o que se percebe, nas experiências com os entrevistados, é que o maior problema não está no acesso da criança à escola, mas sobretudo na sua permanência na instituição escolar, visto que é nela que se confrontará mais fortemente com o racismo. A escola continua sendo um dos lugares traumáticos para as relações raciais. Como foi constatado nos estudos de Bastide, a escola inicia o processo de discriminação racial. Existe uma contradição presente no contexto escolar entre a manutenção do racismo e a busca de estratégias para combatê-lo. Arlete também relata sua experiência num colégio da Zona Norte da cidade:

*Eu sofri muito preconceito. Até o quarto ano estudei em colégio particular, no Externato Redentor; então era mais branco do que negro. Eu era a única negra da sala. Então eu percebia o preconceito. Desde criança eu percebia que tinha preconceito. Tanto é que eu fiz de tudo pra me sobressair, e quando eu tirei a Quarta série, a nota melhor da sala foi a minha. Então eu fiz de tudo pra sobressair, porque eu sabia que tinha preconceito (Arlete, 53 anos, Vila Guilherme).*

Como se constata em outras instituições da sociedade brasileira, às vezes a escola pode reproduzir os estigmas de indolência, moleza, vagabundagem, com que se caracteriza o negro. Alguns pesquisadores que examinam a problemática racial associada à questão da saúde mostram o quanto é maléfico o racismo na vida dos indivíduos negros, o qual chega a provocar-lhes doenças e a diminuir a expectativa de vida, como constatamos anteriormente. Elza também relata a sua experiência, numa escola pública, quando uma colega de classe se recusa a emprestar-lhe o lápis e, em outra ocasião, quando se recusa a pegar em sua mão, por causa de sua cor:

<sup>11</sup> HASENBALG, Carlos e SILVA, Nelson do Valle. *Relações raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992, p. 86.

*E teve uma vez que uma menina ia me emprestar um lápis ou eu pedi pra ela, não sei como é que foi, aí ela falou: 'Na mão de nguinha meu lápis não vai.' Aí a outra crente veio e falou: 'Toma esse lápis.' E teve uma outra vez que era festa lá, do dia das mães, ficamos todos trocados, sentados na fileira e sentados em dois e dois. E uma delas não quis sentar do meu lado. Quis sentar do outro lado. Teve uma brincadeira de roda, que uma delas não quis segurar na minha mão (Elza, professora, 37 anos, Freguesia do Ó).*

Soma-se a todos os estigmas aquele relacionado à falta de higiene. Essa ideia motivou muitas ações políticas que resultaram na exclusão do negro de territórios e do emprego, como ocorreu nas políticas higienistas no início do século XX. Essa preocupação ainda hoje faz parte do imaginário social<sup>12</sup>. É como se a aproximação com o negro fosse causa de algo perigoso, uma espécie de contaminação. Segue o relato de Dirce sobre a briga com uma colega de escola:

*Ela falou pra mim que ela não era tão suja como a minha raça. Aí foi uma coisa que... Nossa, uma coisa assim que eu não agüentei. E eu fui pra cima da menina de novo. Aí foi aquela confusão. Eu tentei agredir. E fui pra cima dela. O que eu podia me defender eu me defendi. Aí chamaram a diretora da escola, aí eu recebi advertência, mas eu não deixei pra trás. Não deixei. Porque eu falei: 'O que é isso, imagina, na frente de todo mundo, na escola.' Porque era na hora de intervalo, na escola, então você imagina o número de pessoas que juntou, né. É um show. Mas eu não me importava não. Eu briguei com ela, eu sei que foi, nós fomos pra diretoria e tudo o mais.[...] O que eu podia fazer eu fiz. Então principalmente essa coisa foi uma coisa que me marcou bastante... (Dirce, funcionária pública, 44 anos, Santana).*

Sobre a escola, Dionísia afirma:

*E lá tinha preconceito claro. Meu primeiro grande trauma foi de professores para mim. Dentro dessa escola. Meu pai trabalhava em São Paulo na época e levou um boneco pra mim – naquela época não tinha bonecos negros – e ele me levou um bonequinho branco – e meu boneco era lindo – e elas queriam demonstrar como se fazia um batizado, que era importante o batismo – e olha só que situação ainda, né – e eu levei o meu boneco pra concorrer, pro boneco ser batizado. E o meu boneco ganhou. Então eu pedi... Eu perguntei pra freira: 'Então posso pedir pra minha mãe fazer uma roupa nova pra mim e outra pro meu boneco?' Aí ela falou: 'De jeito nenhum. Onde já se viu uma negra ser mãe de um boneco branco. Não é você a mãezinha. Vai ser a Maria Cecília'. Que coincidentemente era uma menina branca... (Dionísia, dentista, 47 anos, Vila Madalena).*

<sup>12</sup> ROLNIK (1989; 2003) e SANTOS (1998).



A marginalidade sofrida pelo negro está presente nos símbolos e em todos os objetos que possam lembrar a raça negra, traduzindo-se também na marginalização do corpo, de seus gestos etc. (ROLNIK, 2003). Um problema dos entrevistados, na escola, foi a discriminação de seu próprio corpo e de seus gestos. Jurandir Freire da Costa (1985) também analisa a violência do racismo a partir da estigmatização do corpo do negro, que é investido de um sentido eroticamente negativo. Na visão dele, um dos traços da violência racista é o seguinte:

Estabelecer, por meio do preconceito de cor, uma relação persecutória entre o sujeito negro e seu corpo. O corpo ou imagem corporal eroticamente investida é um dos componentes fundamentais na construção da identidade do indivíduo. A identidade do sujeito depende, em grande medida, da relação que ele cria com o corpo. A imagem ou enunciado identificatório que o sujeito tem de si estão baseados na experiência de dor, prazer que o corpo obriga-lhe a sentir e a pensar (COSTA, 1985, p. 107).

Celina ainda hoje vive as conseqüências das referências feitas a seu corpo por colegas na escola. Sua experiência reflete o cotidiano na sua relação com seu corpo:

*Que é com relação ao nosso andar. Eu sou magrela mas eu sempre fui empinada, né. E se eu engordo então só me cresce a bunda etc. Então eu cresci ouvindo as pessoas fazerem comentário sobre o meu andar. E também sobre o meu corpo. E eu não gostava de engordar justo sobretudo por esse motivo...[...] Na escola também. As inspetoras, minha colegas. Então eu me lembro disso desde pequena. As pessoas comentavam assim do meu andar, que eu tenho um andar voluptuoso, né. Mas é meu andar. Nem sei como é que eu ando. Porque eu ando do jeito que eu.... E isso é desde pequena. Agora, quando você tem essa conotação de que pelo corpo é bonito ter o quadril grande, coisa do gênero, andar se remexendo como eu ando, está associado à mulher negra como coisa negativa. Quer dizer que, puxa, por isso, faziam críticas, por isso que comentavam. Como uma coisa negativa. Que negro, sem ter essa consciência, de certa forma eu recusei isso. Porque eu não queria ser essa coisa negativa (Celina, professora, 41 anos, Bela Vista).*

Os símbolos que lembram o negro (ou o fazem presente) também são marcados pelo estigma. Não só o território do negro era marginalizado nos anos iniciais do pós-abolição, mas todas as expressões que lembram o negro, como o corpo, o jeito de dançar, as manifestações de afeto etc. Mas é possível

constatar, por meio dos depoimentos dos entrevistados, que a negação de tudo que lembra o negro continua ainda hoje, marcando trajetórias e influenciando comportamentos. Rolnik afirma o seguinte:

A imagem da marginalidade é também identificada como própria da habitação coletiva: a intensidade de uma vida em grupo não-familiar e a densidade dos contatos no dia-a-dia do cortiço contrasta com a organização da casa burguesa (familiar, isolada, internamente dividida em cômodos com funções e habitantes segregados). Finalmente, a marginalidade é associada a um conjunto de gestos, um jeito do corpo. Se, para a comunidade negra, a linguagem do corpo é elemento de ligação e sustentação do código coletivo que institui a comunidade, para a classe dominante branca e cristã, a frequência com que se dança, umbiga, requebra e abraça publicamente desafia os padrões morais. A presença dos terreiros e práticas religiosas africanas completa o estigma: macumba é marginal porque é 'crendice', é 'religião primitiva', que afronta a religião oficial (ROLNIK, 1989, p. 32).

A escola acaba por ser uma das instituições que reproduzem o racismo no Brasil, dificultando o desenvolvimento pleno das possibilidades de sociabilidade do aluno negro. Mesmo diante de todas as estratégias usadas pela mãe de Loide para proteger os filhos contra os constrangimentos decorrentes do racismo, não foi possível evitar algumas dificuldades. Segue sua experiência escolar:

*Eu tenho 48 anos, então era um tempo em que ser negro era quase um pecado. Embora eu estudasse em escola pública, e minha mãe tinha toda uma estratégia de mandar a gente pra escola muito arrumada, muito limpa, cabelo bem penteado, e com lanche. Tudo para que a gente não tivesse nenhum tipo de constrangimento. Mas ainda assim, naquela época, as crianças negras eram chamadas de macacas. Então muitas vezes eu fui chamada de macaca. Então eu adotei duas estratégias pra resolver a situação: uma era estudar bastante. Então sempre fui muito boa aluna de português, muito boa aluna de francês, muito boa aluna de inglês. Naquilo que as pessoas achavam difícil, eu me esmerava muito mais para poder me destacar. E a outra estratégia foi a da porrada. Eu briguei muito na escola. Brigava muito lá. Eu passei pro ginásio, e já tinha 11, 12 anos e brigava muito. Quando eu percebia que tinha uma gozação, uma coisa relativa à raça, eu batia... (Loide, 48 anos, psicóloga, Freguesia do Ó).*

Uma das conseqüências mais perversas do racismo se verifica quando a criança negra passa a acreditar em sua inferioridade por causa de todas as agruras porque tem que passar em razão do racismo que sofreu e, por isso,

ela acaba interiorizando a idéia de incapacidade e de baixo potencial. São muitos os exemplos da interiorização dessa idéia de inferioridade. A seguir, a experiência de Célia:

*Morei sete anos em Porto Alegre e vim pra cá. Eu me lembro que com uns dez, 11 anos, até os 15, o pessoal tinha discriminação. Que criança é muito maldosa. Me chamava de... Eu nunca esqueci... Minha colega me chamava de Fundo de Panela. Isso aqui em São Paulo. Fundo de Panela.[...] Eu lembro que eu chorava. Ficava muito triste. Falavam que eu era cabelo de Bombril. Negrinha, Fundo de Panela e sei lá, isso me marcou muito. Isso marcou mesmo. Isso foi com dez anos mais ou menos. Com dez anos aqui na escola.[...] Tem um grande problema comigo. Tem coisas da minha infância que eu não consigo lembrar. Ou eu não consigo ou eu não quero lembrar. Não sei, tem coisas que eu não lembro direito. Eu não sou boa aluna. Eu tive muita dificuldade pra pensar, principalmente porque eu tinha preguiça mental. Preguiça, fazia tudo, mas eu tinha... Isso não é preguiça porque era burrice mesmo. Não sei, nunca consegui entender isso. Mas é porque eu tinha dificuldades financeiras, não tinha uniforme direito, nunca tinha caderno direito, um lápis, meu sonho era ter um estojo, nunca tive. Sabe, minha mãe não podia. E tinha preconceito dos colegas. Acho que pro meu rendimento... eu acho que em função disso. Agora eu consigo ver isso (Célia, bibliotecária, 42 anos, Santa Cecília).*

Além da pobreza que a impossibilitava de adquirir o material escolar, Célia sofreu muito na escola por causa dos apelidos relativos à sua cor e ao cabelo e, ainda hoje, ela acredita que não tenha capacidade para aprender. Todos os entrevistados viveram, na escola, algum tipo de constrangimento relacionado à raça. Algumas dessas experiências marcaram negativamente suas trajetórias, como a que teve Célia, a qual, no decorrer de toda a entrevista, afirmou que tinha dificuldades para aprender, mesmo tendo concluído a graduação em Biblioteconomia. As experiências de constrangimentos continuam na vida dos filhos dos entrevistados com a mesma violência, interferindo no rendimento e na saúde das crianças. Segue o relato de Arlete sobre seu filho:

*Quando ele estava no colégio particular, no Santa Tereza, quando ele era pequeno a professora xingava, falava que ele era... Eles acham que negro é indolente, que negro é mole. Principalmente menino, eles falam mesmo que menino... Mas isso aí é... fica incutindo na cabeça do menino que ele é mole, que ele é isso, que é aquilo e no fim, se ele for fraco, ele vai achar que ele é mesmo tudo isso que eles falam, né. Então, quando ele era pequeno, ele sofreu discriminação. A professora... A Luciana também, a minha filha também... A minha filha mais velha, ela repetiu acho que três anos. Três anos ela*

repetiu. Então a professora falava que ela era incapaz, que ela não tinha condições. (Hoje) Ela é advogada. Ai você vê, tanto que ela era incapaz que ela entrou na faculdade, não repetiu nenhum ano e nunca ficou de DP. Então quer dizer que era a escola mesmo que queria... Ai, no caso do menino, ele teve até diabete nervosa por causa disso. Ai ele esquecia alguma coisa, a professora falava: 'Cadê o seu lápis, a borracha...' E ele: 'Eu esqueci...' Ai ela começava: 'Ai, eu esqueci...' Todo mundo da sala, todos os coleguinhas da sala começavam a dar risada e no fim ele não queria ir pra escola. Chegava na hora de ir pra escola, falava: 'Vamos, vamos...' Porque eu levava pra escola. Ai chegava na escola dava dor de barriga, dor de cabeça, dava dor de tudo (Arlete, dona de casa, 53 anos, Vila Guilherme).

O sofrimento causado pelo racismo é uma constante na vida de todos os negros, independentemente do lugar social que eles ocupam. As experiências dos entrevistados mostram que a discriminação racial não difere em intensidade ou no resultado, no caso de o aluno negro freqüentar colégios particulares ou públicos. A diferença encontrada entre as experiências das periferias e as regiões centrais está relacionada ao enfrentamento do problema pelos pais, que possuem mais condições de reação. Suelen relata a experiência das filhas:

(As filhas) foram estudar no colégio Luíza de Marillac aí em Santana, no colégio que eu estudei. Elas ficaram um ano, não se adaptaram. Lá tinha um menino nordestino, e ele, ele até mulatinho, sabe, mulato, filho de negro com branco. Mas ele falou que não queria dançar na festa junina com aquela menina porque ela era preta, que é a minha filha. Ai nós fomos lá, conversamos na escola, com professor, com diretor, conversamos, aí o menino: 'Não, não era isso.' Ai disse que não era isso que ele queria dizer e se desculpou. Porque o pai dele também era negro. Ele é filho de negro com branca. Ai chegaram num acordo lá. E aí dançaram juntos. Porque eu falei: 'Carla, se você não quiser dançar, também não precisa dançar com ele. Porque se ele não quer dançar por isso, por esse motivo, você não precisa, e nem dança. Vai ficar perdendo tempo nessa escola aí.' Ela já não gostava muito da escola mesmo. Mas aí ela quis dançar. Então foi assim que aconteceu. Então ela já estava a par do que pode acontecer futuramente e o que acontece, né (Suelen, dona de casa, 44 anos, Santana).

Pressupõe-se que o valor do ser humano está profundamente ligado ao lugar que ocupa. Porém, alguns negros que habitam as regiões centrais da cidade, sobretudo os bairros considerados da elite paulistana, possuem poder aquisitivo compatível aos demais moradores, mas, ao mesmo tempo, são racialmente discriminados.

## Regiões urbanas mais favorecidas: “lugar” destinado ao negro?

Ao pensar no lugar destinado ao negro, convém recorrer à história. No final do século XIX e início do século XX, muitos moravam nos cortiços. Alguns pais dos entrevistados das regiões centrais e dos bairros que hoje são considerados da elite paulistana fizeram a experiência de ocuparem habitações precárias. Bernardo (1998), ao analisar a memória das velhas negras, na cidade de São Paulo, afirma que a rede familiar era fundamental no processo de mobilidade social. Nota ainda que a maioria das mães negras trabalhava como empregadas domésticas, lavadeiras, vendedoras nas ruas da cidade e moradoras nos cortiços em bairros como Barra Funda. O relato de Cassilda mostra o lugar de moradia e o contexto em que viveu:

*A minha mãe, minha querida, minha mãe só teve o primário. Minha mãe morou na Barra Funda. Morava naqueles... tipo... É tipo cortiço. Que antigamente os negros não moravam na cidade no cortiço? Ou era cortiço que chamava, quando era aquele monte de gente? Olha... Então, eles pegam uma casa velha e aluga pra um monte de gente, e geralmente era tudo negro. Minha mãe morou na Barra Funda, ela morou na Avenida São João, ela... a mãe dela morreu desde pequenininha... o meu avô casou-se de novo. Minha mãe sofreu muito na mão de madrasta. Olha só, ‘madrasta’, uma palavra que já sumiu... Aí menina, minha mãe era uma pessoa assim que trabalhou em fábrica, foi operária de fábrica, ela morou em porão, que ela me contou pra mim, que ela sofreu muito com a madrasta dela. A madrasta dela fazia ela vender doce de banana na rua. Tanto que ela tomava tanta chuva que a minha mãe tinha bronquite crônica. Ela me contava que naquela época ela tinha muito piolho, que a madrasta dela não cuidava. Então ela e as irmãs dela tinham piolho. Quem cuidava às vezes eram os vizinhos. Olha que horror (Cassilda, 48 anos, técnica de laboratório, Planalto Paulista).*

Livrar-se do estigma com que é marcado o negro na sociedade brasileira é uma das preocupações que aparece na fala dos entrevistados, tanto dos da periferia quanto daqueles das regiões centrais da cidade. Celso afirmou agir com cuidado para não chocar as pessoas do meio em que vive, a alta elite paulistana. O entrevistado possui *status* social e poder aquisitivo comparado ao das camadas brancas mais favorecidas paulistanas, mas tem constantemente a preocupação de se mostrar diferente. Ele é proprietário de um apartamento em Moema (Foto 6) e afirma que se sente à vontade no prédio em que mora mas, ao mesmo tempo, vive com “certo cuidado”, para “não chocar” os vizinhos, especialmente porque, segundo ele, como

divorciado, tem que selecionar as pessoas que vão a sua casa. Num primeiro momento, afirma que o cuidado é pelo fato de ser divorciado mas, ao longo de toda a entrevista, ele se preocupa em se mostrar diferente do que se costuma pensar em relação ao negro e, em virtude da sua experiência escolar, afirma que sua estratégia para vencer os obstáculos é o “cuidado”. Essa palavra aparece 23 vezes ao longo de sua entrevista, dando a entender que é um recurso para manter o *status* conquistado. Em relação ao Distrito de Moema, afirma que gosta da infra-estrutura do bairro, mas percebeu que as pessoas estranharam quando ele chegou ao local. Provavelmente não estavam acostumadas com um negro como morador de uma das regiões mais ricas da cidade:

*Em todos os lugares que eu frequento lá no bairro, normalmente eu não encontro negros. É só eu e minha família, quando vão me visitar, então vou levar eles em restaurante, em lanchonetes lá próximos de casa, e só dá eu. [...] No princípio incomoda porque as pessoas do estabelecimento, em princípio, não sabem do que se trata. Mas a partir da repetição, da frequência, aí eles vão relaxando e ficando tranquilos porque percebem que eu estou no meu ambiente. Tem um cara por exemplo que ficava assim... Os filhos dele não, mas ele, italiano... Mas hoje eu chego lá, ele me carrega no colo (Celso, 65 anos, coronel do Corpo de Bombeiros, Moema).*

Alguns negros que ascendem socialmente preocupam-se em não chocar as pessoas com quem convivem. Existe certo cuidado em se mostrarem diferentes da maioria dos negros, esforçam-se em mostrar que se trata de pessoas com valores diferenciados daqueles atribuídos à população da sua cor (como a marginalidade, a pobreza, a indisciplina). Conviver com a população branca pertencente à “elite” pode significar ao mesmo tempo viver também sob tensão para manter as aparências de que “pertence” ao meio, ainda que isso possa, às vezes, implicar a recusa da convivência com outros negros.

Foto 6. Moema



Considerando que o ser humano “vale” pelo lugar que ocupa, os negros que habitam as regiões centrais da cidade sentem-se mais valorizados quando se compara o território que eles habitam com o daqueles que moram nas periferias distantes e pobres. Antônio relata sua experiência de morador do tradicional Bixiga:

*Agora eu estou morando em apartamento. Mas eu morei aqui na Luis Barreto, num casa, 30 anos. Numa casa só.[...] Quando eu vim de Bauru, eu vim direto pra esse bairro aqui. Já me fixei aqui. [...] Gostei, amei, aqui me casei e tem tudo aqui.[...] Olha, a experiência que eu tenho desse bairro, que é desde 41, então aqui é, eu fiz a minha vida aqui. Porque eu cheguei aqui com 17 anos. Moço ainda. E foi sempre nesse bairro aqui. Um bairro que eu passei a amar, né. Não sei se eu me acostumaría em outro bairro não, se eu mudasse daqui. [...] O Bixiga antes era maravilhoso. Era uma época que a gente vivia aqui com tranqüilidade. Não tinha essa violência. Você podia sair e ficar sentado na calçada, conversando à noite com os vizinhos, que não tinha perigo nenhum. Agora mudou muito, mudou demais. Aqui, essa época aqui era brejo, essa rua 13 de maio, não era calçada ainda naquele tempo, depois é que foi evoluindo e crescendo. Porque era um bairro de italiano, né. Aqui era um bairro de italiano. Mas depois ficou muito migrante, então hoje é bairro de todos, né. Tem italiano, tem baiano, tem sergipano, tem tudo, japonês. Quer dizer, é um bairro democrático, né. Mudou muito, ficou muito bonito, mas a gente tem várias lembranças daqui. Alguma da 14 Bis. Ali passava um rio ali, tinha um córrego ali na 14 Bis. Tem gente que pescava ali (Antônio, cozinheiro aposentado, 77 anos, Bixiga-Bela Vista).*



Antônio sente orgulho de morar no Bixiga e afirma que o bairro faz parte de sua vida. A maioria enfatiza a estrutura do bairro como o aspecto mais positivo e afirma que gostaria de permanecer nele. Alba relata sua experiência no mesmo bairro:

*Ah, eu acho esse bairro bastante alegre, né, tem várias atividades... É só a gente procurar. Acho legal, por exemplo, sábado passado eu fui assistir a uma peça gratuita. Tem vários locais aqui que eles... Aqui, quando é época de carnaval, saio e tem bloco, eu gosto de carnaval. Eu saio na rua. Eu gosto dessas coisas. Quando é no natal, tem, todo mundo se reúne. Uma turma aí, né, que pode, se reúne e faz o saco, a sacola, e sai distribuindo presente, né, saquinho de doce, com bala, com bola, pras crianças, por causa do natal mesmo. Isso é legal (Alba, empregada doméstica, 40 anos, Bixiga-Bela Vista).*

Para Celina, sua presença no bairro do Bixiga está profundamente ligada à sua participação na Igreja Nossa Senhora Achiropita, onde ela se sente acolhida:

*Algumas pessoas da comunidade nem sabia que eu não tenho família aqui. E nem sabe que eu não tenho família aqui. E eles me adotaram. É ser aceita e acolhida dentro da igreja, como um membro, e como filhos deles. [...] Tradicional e italiana e tal. E todas essas pessoas me acolheram, como se elas conhecessem a minha mãe, o meu pai, conhecessem a minha família. Aqui ninguém conhece... E a comunidade da Achiropita me acolheu, sem saber quem eu era. Só a Celina. Algumas senhoras falam assim: 'Eu lembro de você pequena'. Pequena, imagina. (risos) Eu já cheguei aqui com 23 anos. Mas eu não falo pra elas que não é verdade... Ai a gente foi criando esses laços, foi construindo esta história aqui no bairro, muito a partir da Achiropita (Celina, professora, 41 anos, Bixiga-Bela Vista).*

Gilca, desde que nasceu, mora na mesma casa, numa "Vila", aproveitando bem os benefícios de morar num bairro considerado de classe média paulistana, junto com sua mãe, irmã e filho:

*Ah, todo mundo fala que eu não moro. Morar é quem mora em São Domingos, em Bonfiglioli, não... Você reside. Porque quem mora no Jardim América, sabe, não é pra qualquer um. Eu não escolhi isso. Meu pai não pensou que o bairro fosse elitizar. Porque o bairro elitizou, sabe, elitizou mesmo. Mas eu continuo na mesma toadinha de sempre. Não mudei por isso. Pelo contrário. [...] É, elas... Eu moro eu, minha mãe, minha irmã e meu filho. Minha mãe tem 86 anos, é uma pessoa discreta sempre, ela fica mais dentro de casa. Minha irmã também não tem muitos amigos pra ficar indo e vindo, sabe.*



*Ela faz o cursinho dela lá, o cursinho de enfermagem que ela está fazendo e volta. Apesar dela já ter seus 65 anos, mas, por sua vez, é alguma coisa pra não ficar sem fazer nada, não chegar a velhice e ficar procurando coisa errada pra pensar. Então ela se sente bem, porque ela, quando era pequena, já morava na rua Artur de Azevedo, aqui é uma travessa da Teodoro Sampaio, e depois mudaram pra cá, então eu que moro há 45 anos, a minha mãe mora há 50 nesta casa. Então elas estão acostumadas ao bairro. Pra elas, é a vida delas. É a referência de vida que elas têm (Gilca, representante comercial, 45 anos, Pinheiros).*

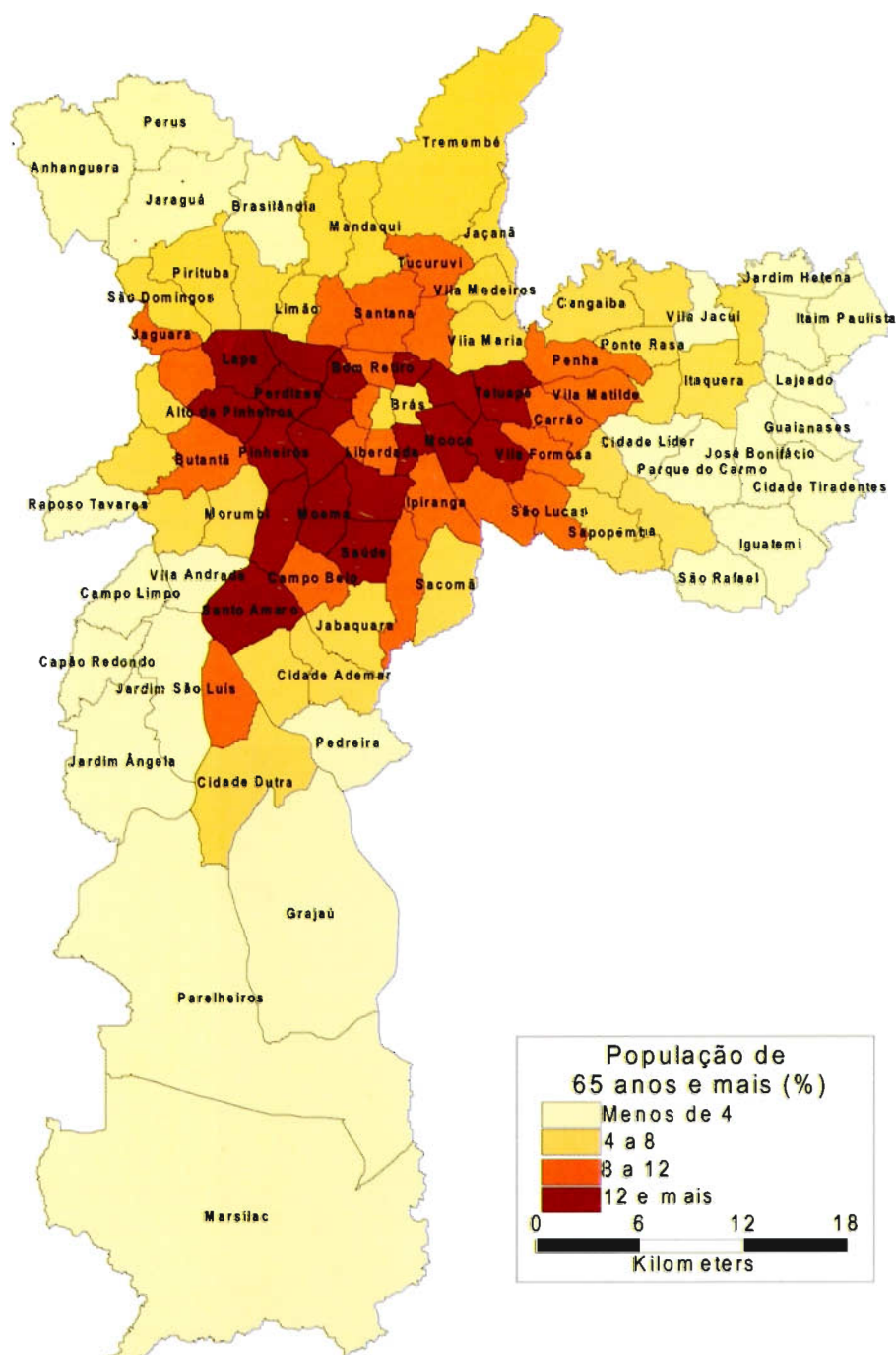
A população acima de 65 anos está mais presente nas regiões centrais da cidade (Mapa 15). Para Valéria, os benefícios de morar em Perdizes (Foto 7) são muitos, como as boas condições que o bairro oferece:

*Olha o que eu mais gosto é que eu acho aqui tranquilo. Tem acesso a tudo, é próximo, estamos próximos do Centro, posso ir num mercado, posso ir num shopping. Tudo você encontra aqui perto. Próximo de metrô, acesso a qualquer lugar. Estou bem no ponto principal de partida, né. Então eu acho que o bairro é excelente. E se você precisa ir em qualquer lugar aqui tem acesso fácil, com condução, com tudo. Mesmo eles pra escola também é muito mais fácil (Valéria, 45 anos, representante comercial, Perdizes).*

Foto 7. Perdizes



Mapa 15. Distribuição da população de 65 anos e mais. São Paulo - 2000



Fonte: Fundação IBGE: Censo Demográfico 2000.

Quando se pedia referência ao que não gostava no bairro, a maioria das pessoas teve dificuldades em apontar algo. Mas os moradores do Bixiga lembraram o aumento da violência que atinge sobretudo os jovens, como principal preocupação, quando se referiam ao bairro. Segue o relato de Antônio:

*Olha, eu vou ser sincero com você. O que eu menos gosto aqui do bairro, que começou agora, depois dessa violência, é de ver essas crianças, menininhos jovens, pequenos ainda, quebrando vidro de carro, essas coisas, assaltando. Quer dizer, jovens, drogas, que na minha época, uma época bem atrás, não tinha nada disso. Como eu lhe disse, eu ficava na calçada, conversando. Saía à noite, tranquilo. E hoje não dá mais pra fazer isso, né. O perigo da... Apesar que a violência não é só aqui na Bela Vista, é em todo local, né. Mas me entristece isso, porque eu fico pensando no tempo antes e agora, né. Isso que me aborrece às vezes eu falo... Mas fora disso, é tranquilo (Antônio, cozinheiro aposentado, 77 anos, Bixiga-Bela Vista).*

Alba compartilha o mesmo sentimento com o Sr. Antônio:

*Como eu falei pra você, eu vi coisas aqui que eu nunca tinha visto. Em termos assim de droga, entendeu? Coisas feias mesmo, entendeu? Coisa assim... Feio assim, porque é triste, né. Você vê drogas, meninos novinhos roubando carro aqui na Samuel das Neves, que é campeã. Samuel das Neves, que é a rua do seu Altino. Então ali é campeã de roubar carros. Tanto que quando os carros passam, os carros já sabem, eles nunca pára um atrás do outro. Eles param assim, dispersos, né. Então isso é triste. E você vê criança, que foram criança que estudou com meu filho mais velho. E são crianças que ficou na Achirópita, entendeu? Que ficou no CJ, que tem toda uma estrutura pra eles, após ser jovens, de dar continuidade à vida deles. Então, uma das coisas mais triste é isso. [...] E você vê descaradamente. Na cara. E você vê muito mendigo aqui também. Muito, muito, muito mesmo. E lá no bairro eu não via, eu não via no antigo. E aqui você vê muito. Você passa na rua e a rua cheira mal, entendeu? E isso é uma coisa assim triste. Porque quando eu mudei pra cá, nossa, eu sentia assim completamente... Eu falei: "Eu não sei se eu estou aqui mesmo." Porque é Centro, né. Você vê muito mendigo, muito moleque de rua, muito menino roubando, muita gente pedindo. Então essa é a parte mais triste. É o pior do bairro (Alba, empregada doméstica, 40 anos, Bela Vista).*

Célia não gosta da sujeira do bairro. A presença de mendigos e moradores de rua estigmatiza o bairro; muitos temem e dizem que Santa Cecília é um distrito perigoso:

*(As pessoas) morrem de medo. Dizem que aqui é um bairro perigoso. Tem um colega meu que vem sempre arrumar meu computador; ele vem à tarde, porque ele tem medo. Ele tem medo.*

*Ele vem aqui de carro e tem medo de deixar o carro. [...] (Aqui) é um bairro muito sujo. Porque tem muito pessoal embaixo do Minhocão morando. Eles fazem um pouco de sujeira mesmo. Se eles moram, lá é a casa deles também.[...] E eles fazem tudo, né. É o banheiro deles. Eles tomam banho, tudo. Agora com as obras desse corredor de ônibus, até saiu um pouco. Mas estava demais. A praça do Marechal era lotada de gente. Tinha muita gente. O pessoal tem medo deles, mas eles não fazem nada pra ninguém. Eles só estão ali, são de rua, estão ali. Perderam suas casas, vieram de longe, perderam suas casas, não tem emprego. Sabe, não fazem mal pra ninguém (Célia, bibliotecária, 42 anos, Santa Cecília).*

Muitos negros que moravam na região central da cidade foram expulsos pelas múltiplas pressões sociais, como a falta de integração no bairro, a perda do poder aquisitivo, e outros motivos provocados pelo racismo, mas até mesmo o negro passa a acreditar que ele é o responsável por essa mobilidade descendente. É difícil a conscientização dos reais motivos que deixam o negro na base da pirâmide social ou, comprovadamente, é mais difícil para o negro que para o branco ascender socialmente. Na análise da mobilidade que ocorre através das gerações, o negro tende a ter menos oportunidade de ascender socialmente e, quando ascende, a possibilidade de permanecer na posição é menor que para o branco<sup>13</sup>. Essa dificuldade de se manter na posição social conquistada interfere também na mobilidade espacial. Muitos negros que moravam em regiões centrais da cidade e em bairros de alto poder aquisitivo, foram “expulsos”, mas, diante do imaginário social e, às vezes, no do próprio negro, a mudança foi uma “opção” individual, como pensa Cassilda:

*Aqui nesse bairro... Por exemplo, aqui nessa vila já morou muitos negros, mas os negros, advinha o que eles fizeram? Venderam as casas aqui e hoje eles estão morando na Cidade Tiradentes. Amiga, muita gente vendeu sua casa aqui, pensando que fosse melhorar de situação. Porque negro tem essa história. “Aí, eu vou comprar uma casinha assim, eu vou fazer isso, vou fazer aquilo”. E às vezes eles venderam, e ainda estão morando até de aluguel (Cassilda, 48 anos, técnica de laboratório, Planalto Paulista).*

Contrariamente às experiências vividas na periferia, os moradores das regiões centrais e dos bairros mais bem conceituados aproveitam as boas condições que a urbe lhes oferece, enfatizando a importância do território para o exercício da cidadania. Todas as experiências mostraram que estes moradores têm que administrar suas vidas e a vida em família, notadamente os problemas relacionados ao racismo, mas as dificuldades são diferentes daquelas enfrentadas pelos moradores das periferias.

<sup>13</sup> HASENBALG e SILVA (1988, p. 164) e SILVA (1999, p. 47).

O desenvolvimento das relações sociais depende, e muito, do território em que estas ocorrem. Os processos de urbanização e de industrialização influenciaram e transformaram sobretudo a forma de contato entre os indivíduos e as maneiras de estarem juntos, num mesmo território. Foram essas mudanças radicais no processo do espaço urbano que levaram os estudiosos da Escola de Chicago e outros a se preocuparem com a desorganização e reorganização que ocorriam a partir destas transformações.

Como ocorreu na cidade de Chicago, as cidades contemporâneas continuam sendo o lugar privilegiado para analisar as relações sociais, sobretudo porque é nas cidades que se encontra a maior diversidade de tradições, de culturas, de identidade etc. São essas diferenças que constituem o contexto urbano e social, sobretudo das grandes cidades. Segundo Grafmeyer, a aglomeração “serve de ‘laboratório social’ por excelência da imigração, do desenraizamento, da desintegração das pertencas e dos laços sociais, da extrema heterogeneidade social e cultural”.<sup>1</sup>

É nessa perspectiva de um contexto heterogêneo e de conflitos que se analisam, neste capítulo, as relações sociais dos negros na cidade, notadamente para compreender como se processa a sociabilidade. No entender de Grafmeyer (1994), a sociabilidade pode ocorrer em duas perspectivas: a primeira, mais restrita, quando se estabelecem relações familiares e sociais. Nesse caso, as relações interpessoais foram herdadas ou construídas e se caracterizam por certa regularidade. Na segunda perspectiva, a sociabilidade está mais voltada para as interações pontuais e frágeis, que ocorrem na vida

---

<sup>1</sup> GRAFMEYER (1994, p. 79).

cotidiana do indivíduo e são estabelecidas em diversas circunstâncias, estão mais voltadas para o exterior, referem-se aos encontros casuais e às relações que não requerem regularidade.

Para Wirth, a cidade é a “localização permanente, relativamente grande e densa, de indivíduos socialmente heterogêneos”<sup>2</sup>. E, quanto maior e mais densa a cidade, mais as relações sociais serão transitórias e superficiais, havendo utilitarismo nas trocas. Quanto maior a proximidade física, maior é a distância de contatos e mais frágeis os relacionamentos. A heterogeneidade dos grupos urbanos provoca uma mobilidade constante e essas fragilidade e mobilidade podem ocasionar a desorganização da personalidade e culminar na violência, no crime e loucura de que não ficam imunes as grandes cidades. Essa tese da Escola de Chicago sobre as relações sociais recebeu várias críticas.<sup>3</sup>

Lefebvre (1991) apresenta o espaço urbano como local privilegiado de troca, não apenas de mercadorias, mas trocas culturais, trocas de conhecimento, trocas mais amplas do que aquelas limitadas aos aspectos econômicos. Ele vai além da tradição marxista, questionando os limites do mercado econômico e analisa as contradições e as dificuldades na manutenção das relações sociais no urbano, quando não se atenta para as suas especificidades. Para ele, as dificuldades de troca evidenciam-se a partir do privilégio das trocas econômicas em detrimento das trocas sociais.<sup>4</sup>

As relações sociais constituem o ser humano, aparecem acima dos valores de troca e de consumo, tão profundos nas cidades atuais, aparecem como o imperativo de a cidade ultrapassar os meros valores comerciais para a satisfação dos desejos humanos mais profundos, no sentido antropológico. É por isso que Lefebvre e Wirth, ao se referirem às relações sociais, consideram as relações de vizinhança fundamentais; mas, se há prevalência do econômico sobre o social, elas vão se deteriorando.

Além das relações de sociabilidade, os laços de solidariedade ficam comprometidos pelo espaço urbano e condições sociais. Para Paugam (1996), o aprofundamento das situações de pobreza tende a afrouxar os laços de solidariedade. Numa situação de degradação social, a manutenção dos laços sociais é fundamental para sua superação. Contudo, as relações de solidariedade devem ser mútuas: aquele que recebe deve doar algo, e vice-

<sup>2</sup> WIRTH, in CASTELLS (1983, p. 103).

<sup>3</sup> VÉRAS (2000, p. 28-31).

<sup>4</sup> LEFEBVRE (1991, p. 77-78).

versa. Quando uma das partes já não pode oferecer mais nada, a solidariedade enfraquece. E, quando o processo de perdas é violento, a solidariedade fica abalada até mesmo entre os iguais. Para ele, é fundamental a luta para preservar os vínculos sociais que se expressam no trabalho, na família e na comunidade. No caso dos distritos onde a pobreza e violência fazem parte do cotidiano, as relações sociais ficam profundamente comprometidas, pela desconfiança de todos em relação a todos alimentada pelo medo.

Embora a trajetória dos entrevistados dessas periferias aponte para a existência de algum grau de solidariedade, ela não exclui o isolamento, o medo da violência e o constrangimento provocados pela pobreza e pela discriminação racial. Nesse sentido, concorda-se com Paugam, quando diz que o acirramento da pobreza provoca o enfraquecimento dos laços de solidariedade e as relações sociais tendem a ficar frágeis. O racismo e a pobreza estão juntos na vida de muitos negros e acentuam-se as conseqüências dessa situação para aqueles que habitam os territórios marginalizados.

Ao considerar os negros que habitam as periferias distantes e pobres da cidade, onde existe uma concentração racial, Park<sup>5</sup> entende que o óbvio seria o aumento da solidariedade entre os indivíduos segregados racial e socialmente; porém, deve-se considerar que ele pesquisou um contexto de fortes conflitos raciais e de gueto, o que não é o caso das periferias de São Paulo, profundamente heterogêneas. Park, em seus estudos na cidade de Chicago, percebeu as mudanças das relações sociais, que se caracterizam pela heterogeneidade e transformações rápidas, onde se torna difícil o estabelecimento de relações duradouras e profundas. Um dos aspectos mais analisados por aqueles que se preocupam com essa vertente social é a relação de vizinhança:

No meio citadino, a vizinhança tende a perder muito de significância que possui em formas de sociedades mais simples e primitivas. A facilidade de meios de comunicação e transporte que possibilita aos indivíduos distribuir sua atenção e viver ao mesmo tempo em vários mundos diferentes, tende a destruir a permanência e a intimidade da vizinhança. Por outro lado, o isolamento das colônias raciais e de imigrantes nos assim chamados guetos e as áreas de segregação populacional tendem a preservar e, onde exista preconceito racial, a intensificar a intimidade e a solidariedade dos grupos

<sup>5</sup> PARK, in VELHO (1979).

locais e de vizinhança. Onde os indivíduos da mesma raça ou da mesma vocação vivem juntos em grupos segregados, o sentimento de vizinhança tende a se difundir com antagonismos de raça e interesses de classe. Distâncias física e sentimental reforçam uma à outra, e as influências de classe e raça na evolução da organização social (PARK, in VELHO, 1979, p. 33-34).

Mark Gottdiener afirma que as transformações ocorridas nas relações de vizinhança no meio urbano acarretam o conseqüente enfraquecimento da “comunhão social”. Para ele, a interferência do espaço é fundamental nessas transformações. As relações que ocorriam nos espaços públicos, na rua, tendem a se restringir em locais específicos:

a ação do espaço abstrato fragmenta todos os grupos sociais, e não apenas o menos poderoso, de tal forma que a vida da comunidade local perde a rua e áreas públicas de comunhão em favor da privacidade do lar. Os vizinhos se tornam cada vez mais estranhos devido à falta de experiências comuns, apesar da aparência superficial de civilidade entre eles, à medida que a rede pessoal de transportes substitui a comunidade localizada do passado com suas relações sociais outrora densas. As novas áreas de comunhão são enclausuradas dentro de mundos sociais engendrados pela lógica do consumo – os shoppings centers, bares de solteiros, parques de diversão e quintais suburbanos (GOTTDIENER, 1993, p. 271-272).

Durante a realização das entrevistas, ficou evidenciado que somente as semelhanças nas condições sociais não são suficientes para produzir relações de sociabilidade entre os vizinhos. Às vezes, porém, as pessoas sofrem os mesmos estigmas e conseqüências de segregação espacial e racial, tornando-se as relações sociais tensas e por isso nem sempre cordiais. Mesmo que não haja conflito aberto, pode ocorrer o constrangimento pelo fato de a pessoa não se sentir pertencente àquele determinado lugar. É como se a pessoa estivesse num lugar que não lhe é próprio. Meire relata sua experiência:

*Morei no Centro, um pouco pra lá do centro, no Itaim Bibi, porque o meu marido é pedreiro e foi convidado pra cuidar do depósito de material da firma, aí nós fomos pra lá. Meu (filho) mais velho nasceu lá, eu estava grávida, nasceu lá e nós moramos lá cinco anos, no Itaim. Então, lá foi uma experiência de morar no meio dos ricos. Porque lá era rico, gente rica, vizinho rico, classe média. Também eu não sofri nada não... Tratava a gente bem, foi tranquilo. Se precisava deles, me socorria, se precisasse de mim eu estava ali. Então, graças a Deus, eu nunca tive problema. Eles queriam que a gente continuasse*



*lá, pagasse um aluguel e ficasse por lá... Tinha um vizinho italiano que gostava muito das crianças e queria que a gente ficasse. Ah, porque às vezes apertava e convidava meu marido pra dar uma mão. Ai ele não queria que a gente viesse embora de jeito nenhum. Mas olha, as crianças estavam crescendo e não é bom a criança pobre crescer no meio de rico. Não... porque o rico ia ter as coisas de marca, a sua bicicleta, o seu... e como que eu ia dar pros meus três? Como é que eu ia acompanhar? Falamos assim: 'Não vamos voltar que ai a gente cria eles...no meio deles, pra não ter problema com isso. Não é bem preconceito... não sei, acho que não é bem preconceito, é prevenir' (Meire, 58 anos, coletora de lixo seletivo, Lajeado).*

Apesar de morar num bairro com melhor infra-estrutura, Meire se sente incomodada ao perceber que não poderia oferecer aos seus as mesmas condições materiais que os vizinhos ofereciam a seus filhos. Não se sentia à vontade pelo fato de que seus filhos não poderiam ter os mesmos bens que outras crianças do bairro, por isso resolve ir para uma região pobre, onde se equiparavam as suas condições e as dos vizinhos. Contudo, ao final da entrevista, ela afirma que os filhos e sobrinhos não estão inseridos no bairro: não mantêm relações sociais com os vizinhos. Todos os jovens cursam faculdade, ela é liderança do bairro e sua vida e da família é diferenciada da maioria das pessoas que moram em seu entorno. Para Meire, a opção de mudar-se para a periferia pobre e distante foi sua. Mas existem na cidade territórios cuja ocupação está determinada e, quando alguém tenta ultrapassar as barreiras existentes, pode sentir o constrangimento de estar onde não deveria. Provavelmente por isso, Meire encontra as justificativas para a sua mudança.

Vejamos outro exemplo: apesar da violência que amedronta Rosângela e do convívio com situações extremas de pobreza, ela afirma que se sente bem em Cidade Tiradentes, após ter saído de Itaquera, que considera um bairro com melhores condições que o outro. O problema foi a imensa dificuldade em relacionar-se com as pessoas. Segundo ela, as pessoas não lhe diziam “bom dia”, porque pertencia a uma família negra e sua mãe era separada. Os vizinhos não gostavam da presença de sua família. Podiam pensar que sua família fosse responsável por possíveis “desvios de conduta” de outras crianças.

## O bairro e os vizinhos

Maura Vêras (1991) afirma que o bairro não se restringe apenas a limites administrativos ou de zoneamento, mas pode envolver características de certa homogeneidade física ou social<sup>6</sup>. Seabra (2000) afirma que o bairro corresponde a uma espacialidade que tem como elos as relações sociais de vizinhança, parentesco e compadrio. Por isso o bairro, além de um determinado espaço físico, inclui também os laços de enraizamento. Outro elemento a considerar é que os bairros nascem, sobretudo, a partir da relação com a Igreja, pois o catolicismo romano que dominou o cenário político e religioso ao longo da história influenciou as relações sociais. Ela mostra que os bairros, em São Paulo, nasceram impulsionados pela industrialização, mas também pela influência da Igreja. Muitos bairros têm nomes de santos:

Os velhos núcleos de povoamento antigo: Penha, Santana, Nossa Senhora do Ó, Santo Amaro e Pinheiros forneceram as bases para a formação de uma vida de bairro, marcadas por fortes continuidades, a partir das práticas religiosas nas paróquias e freguesias. Com a industrialização surgem novos bairros: Brás, Mooca e Belenzinho. É escusado dizer que estes bairros industriais, por serem muito homogêneos, foram identificados com os imigrantes italianos, mas mesmo ao final do século, nas áreas de expansão do corpo principal da cidade como: Bom Retiro e Bixiga já habitavam muitos desses imigrantes. Na Zona Norte de São Paulo, de Santana a Nossa Senhora do Ó, neste século, existiam sítios e roças de caboclos – caipiras. O isolamento desta área, por ter ficado fora dos fluxos de circulação que a economia cafeeira criara, é que permitiu tais persistências (SEABRA, 2000, p. 12).

A forte influência da Igreja no início da industrialização e urbanização da cidade de São Paulo não acompanhou as rápidas transformações e a relação entre “bairro e paróquia” ficou comprometida. A aceleração das mudanças espaciais e sociais não foi acompanhada religiosamente.<sup>7</sup>

A vizinhança, que antes era formada em torno da paróquia, tornou-se praticamente uma convenção, pois a prioridade foi o desenvolvimento industrial e econômico da cidade. As moradias, as relações sociais e todos os aspectos da vida social estavam voltados para essa finalidade. Os habitantes

<sup>6</sup> VÉRAS (2000, p. 144).

<sup>7</sup> SEABRA (2000, p. 11-17).

locais, os caipiras, assim como os imigrantes, passaram por um processo de adaptação para responder às exigências da cidade e de seu desenvolvimento. As relações sociais também sofreram mudanças. Se antes havia o contato com o próximo, este era de parentesco e de padrinhagem; no novo contexto social, as relações tornam-se necessárias, porquanto a ajuda é fundamental para a sobrevivência.<sup>8</sup>

Diante das inúmeras transformações que a cidade de São Paulo sofreu, as relações no bairro também se modificaram. Hoje existem poucos sinais dessa relação de compadrio e de parentesco. As mudanças industriais e, sobretudo, as econômicas criaram novos centros de relações, baseados especialmente no consumo:

A urbanização foi configurando a metrópole: uma superfície de urbanização contínua, domínio do quantitativo porque regido pelo princípio: 'tempo é dinheiro'. Contudo, na metrópole não se podem suprimir espaços qualitativos porque sem eles não há vida. Mas, nestas condições, a qualidade se insere sobretudo nos circuitos do mercado; nos clubes fechados e o movimento da indústria do entretenimento. O nível de relações imediatas tende a ser restrito ao domínio da casa. E, por último, na metrópole, as identidades estão sendo libertadas dos enraizamentos territoriais dos quais o bairro foi na história urbana o nível mais elementar. Por isso, os pertencimentos tendem a ser eletivos, fundados em auto-reconhecimentos. As identidades são mobilizadas para outras esferas da vida e outras escalas, portadoras de outros conteúdos. É por isso possível falar sobre bairro e seus traços remanescentes, mas impossível recriá-lo (SEABRA, 2000, p. 17).

O bairro tem importância como unidade urbana a partir de sua ligação com o contexto espacial e cultural. Nenhum dos aspectos pode ser isoladamente considerado quando se fala do bairro.<sup>9</sup>

As sociabilidades se expressam de diferentes formas. Nas periferias, prevaleceu a expressão de medo e de cansaço pela luta da vida. Mas, ao mesmo tempo, num mesmo distrito foi possível encontrar pessoas que se sentem bem e que mantêm profunda relação com o território que habitam e com aqueles que fazem parte de seu cotidiano. A experiência de Ana confirma essa realidade:

<sup>8</sup> Idem (2000, p. 13, 14).

<sup>9</sup> CASTELLS (1983, p. 134).

*Eu adoro, aqui os meus vizinhos são minha família. A única família que eu tenho aqui é meus vizinhos. Porque a minha família é tudo lá de Minas. Aqui só tenho a cunhada, o sobrinho e os vizinhos. E os vizinhos é tudo pra mim.[...] Aqui é muito... as pessoas aqui é muito unido. São unidas. Aqui eu gosto porque eu criei meus filhos aqui. [...] Aqui, o povo aqui são muito unido. Graças a Deus! Eu fiquei viúva aqui nova. E tenho meus filhos tudo aqui, e todo mundo me respeita. Até hoje! [...] Lutei, e também nunca dei pra onde, eu sempre respeitei os outro e sempre eu gosto de respeitar os outros pra ser respeitada. Se me precisou, eu estou pronta a servir. Também, eu não sou de ficar na casa de vizinho, assim, entrando e saindo, assim, não. Vizinho pra mim é muito bom, mas assim: "Ele lá na sua casa e eu na minha". Só na hora que precisa eu estou pronta pra ajudar. Mas ficar com conversinha com um com outro, eu não, não gosto. Você entendeu como é que é? Meus vizinhos pra mim são minha família, mas eles na casa deles, e eu na minha. Agora, se precisou de mim, aí eu estou pronta pra servir (Ana, 46 anos, gerente administrativo, Lajeado).*

Gisele também afirma que mantém boas relações com a vizinhança e sente-se tranqüila no seu dia-a-dia:

*Graças a Deus. Isso aqui você chega na esquina e perguntar por Gisele, todo mundo conhece. Graças a Deus. Aqui eu não tenho inimizade com ninguém. Todo mundo... os que não gostam de mim também ficam quietos com eles, só cumprimentam. Também não são aqueles que não gostam e passam direto de nariz em pé, não. Passam e "Oi!", e é oi e pronto. Mas inimizade aqui, com ninguém eu tenho. Eu conheço aqui de canto a canto, graças a Deus (Gisele, 28 anos, Cidade Tiradentes).*

Na visão de Yves Grafmeyer (1994), são as relações de sociabilidade que enriquecem o indivíduo. Para a sua sobrevivência ele não pode prescindir das relações com a família, com os vizinhos, com os amigos, com os colegas de trabalho. Existem diferentes tipos de sociabilidade. Em alguns casos, prevalece a sociabilidade "interna", na qual o indivíduo encontra-se profundamente ligado pelos laços da família; em outros, ele está mais voltado às relações externas (de amizade, vizinhança e a outras).

A sociabilidade é caracterizada pelas relações interpessoais herdadas ou construídas e varia segundo alguns aspectos da trajetória de vida do indivíduo, como *status* e tamanho da aglomeração populacional<sup>10</sup>. Numa escala reduzida, no interior de alguns bairros da periferia, constatou-se dois tipos de sociabilidade, aquela que acontece mais no nível privado, no interior

<sup>10</sup> GRAFMEYER (1994, p. 93).

da família, e outra mais voltada para a comunidade, para bairro. Em Lajeado, Cidade Tiradentes e José Bonifácio, a maioria dos entrevistados participa de atividades relacionadas à Igreja ou a associações. Meire, que é líder de uma comunidade, trabalha com a reciclagem de lixo para vendê-lo. Através desse trabalho mantém o “sopão”<sup>11</sup>. Em Lajeado, relata outro tipo de relação que tem com os vizinhos:

*É boa, muito boa a relação. A gente que trabalha com comunidade sempre conhece assim, de vista... O tempo vai passando e a cabeça já não vai guardando muito nome, né. Mas de vista assim conheço todo mundo, que toda semana estou no comunitário... (Meire, 58 anos, coletora de lixo reciclável, Lajeado).*

Cada pessoa cria estratégias de sobrevivência no território onde vive. No caso daqueles em que impera a violência e a pobreza, existe um “pacto de silêncio”, fala-se muito pouco. Durante as entrevistas, sobretudo em Lajeado, quando algum tema sensível vinha à tona, o entrevistado mudava a tonalidade da voz ou mesmo havia momentos de silêncio. Meire continua seu relato sobre os conflitos, declarando:

*Não, eu não, porque eu não gosto, sabe. O negócio é pôr pano quente... Eu acho que não vale a pena você ter conflito onde você vai... É mesmo que, às vezes, tem pessoa cri-cri, mas mesmo assim eu me dou bem, sabe. Sabe, eu sou dessas pessoas assim, que eu não guardo rancor. Eu acho que não compensa. Eu gosto de viver. Eu gosto é de viver. Não guardo nada, sabe. Ah, eu me dou com todo mundo (Meire, 58 anos, coletora de lixo reciclável, Lajeado).*

Como foi dado ver, ao abordar a importância do bairro na vida dos moradores negros das periferias e de bairros próximos ao centro, constatou-se que existem conflitos entre os vizinhos, mas nas periferias há uma tendência em “colocar panos quentes”, ou seja, prefere-se não acirrar os conflitos que poderão resultar numa grave manifestação de violência. Renato afirma ter

<sup>11</sup> O sopão é mantido pelo trabalho voluntário de reciclagem de lixo. Outra fonte de manutenção, para Meire, são as mercadorias apreendidas pela polícia e entregues na paróquia, que são repassadas a ela para que o sopão seja feito. O sopão, que é feito todos os dias, serve às pessoas que estão em dificuldades, como os idosos que moram sozinhos, os doentes que não conseguem se manter, as famílias de desempregados que não têm o que comer num determinado momento. Segundo Meire, há pessoas que dependem do sopão para sobreviver, mas há casos de pessoas que vão em busca esporadicamente, conforme a necessidade.

poucos amigos no bairro em que mora. Parece sentir certa mágoa pela falta de lazer. Ele já pensou em organizar algo relacionado ao carnaval:

*São poucos (amigos). Eu acho que... Sabe, quando eu cheguei aqui eu me dei demais. Eu me dei demais. Mas só que a gente se machuca. A gente pensa que as pessoas é uma coisa e não é, então a gente acaba se retraindo, fica quietinho no seu canto. É difícil... É difícil. É, mas às vezes a gente procura....* (Renato, 54 anos, ajudante aposentado, Cidade Tiradentes).

Para Helena, a relação com os vizinhos também é difícil. Existe apenas a preocupação em não provocar conflitos, mas ela afirma que cada um procura viver a sua vida. Seu contato mais profundo é com a própria família. Ela faz parte de um grupo de pais na escola onde estudam as netas, mas não mencionou essa participação como algo importante em sua vida:

*Lá (Vila das Belezas) era bom, mas tinha a favela lá na frente, apesar de que aqui também tem a favela aqui em frente, mas o pessoal daqui é mais pacato. Lá não, tinha uma... O pessoal da favela que, como se dizia, era os donos daquele pedaço. Agora eu sempre tive um modo de viver. Eu sou de falar "Bom dia" e "Boa tarde" pra todo mundo, mas não vou na casa de ninguém. Vou na casa do José (cunhado), da minha filha, que minha filha mora na frente. Tudo parente. Agora em casa de vizinho eu não vou. Porque eu acho que quando se junta assim, sai muita conversinha. Então, a gente fica escutando. Às vezes eu estou sentada ali na frente com minha nora, você fica escutando uma conversinha daqui, outra dali, e por ali você deduz... E eu tive uma criação assim: meu pai e minha mãe nunca gostou da gente, desde pequenininha, na casa dos outros, e nem de fofoquinha. O que se passava dentro de casa era pra ficar ali dentro de casa, não era pra sair pra rua. Nem o que se passava na rua era pra se trazer pra dentro de casa. Era sempre assim. Então* (Helena, 63 anos, dona de casa, Campo Limpo).

Uma das características percebidas durante a realização das entrevistas nos bairros da região central foi a presença da família negra extensa. Dirce não tem amigos fora do círculo familiar no bairro; os vizinhos são os próprios parentes. Ela afirma que no bairro moravam muitos negros, mas venderam as suas casas e foram para a periferia. Ela acredita que foi falta de planejamento e administração. A responsabilidade pela mudança para a periferia é atribuída ao próprio negro, mas deve-se levar em conta principalmente a perda do poder aquisitivo nos últimos 20 anos e o processo de empobrecimento da população. Segue a sua experiência:

*Aqui nesse terreno mora... São três casas. Na casa do lado fica minha parente, minha tia, mora, depois... é em seqüência, então aí na outra casa, que já pertence a outro terreno, mora o meu primo com a esposa e dois filhos, e depois mora, na outra casa, a minha prima com minha tia. [...] E tem minha irmã também que mora, mas ela mora na rua de cima também, que mora ela e meu sobrinho e meu cunhado. Então mora todo mundo aqui. Agora de vizinhos negros... além da minha família, pouquíssimos. Poucos... (Dirce, funcionária pública, 44 anos, Santana).*

Quase todos os entrevistados das regiões centrais afirmaram que gostam do bairro onde moram. Alguns manifestaram preocupação com o aumento da violência. A maior dificuldade ainda continua sendo os vizinhos que relutam em aceitar a presença negra, como foi anteriormente analisado. No imaginário social, ter um vizinho negro pode significar ver desvalorizado o próprio imóvel do lugar onde se mora. Celma utiliza como estratégia de defesa a indiferença:

*As vizinhas me acham super fresca, porque eu não converso com ninguém, não dou muita confiança, saio, vou trabalhar, volto, entro pra dentro da minha casa. Se eu vou sair, elas só me vêem assim. Ou me vê arrumada, né. Quando eu vou sair no sábado, o meu marido enfia os filhos no carro e tudo, sai todo mundo. Então elas falam assim, que nem quando a gente veio morar aqui, o vizinho aí que mora no apartamento 5, o homem é bem branco, olho claro, e não gostava da gente. O de baixo também não. Ele veio pedir perdão aqui uma vez. Veio pedir perdão: 'Porque eu achei que vocês eram diferentes, mas vocês trabalham e tudo...' (Celma, 41 anos, técnica de laboratório, Santana).*

Dionisia morou durante 37 anos em Vila Madalena. Ela diz que jamais teve problemas no bairro, onde se sentia acolhida e protegida pelos vizinhos. Após o casamento, foi morar em seu apartamento no distrito de Pinheiros, também considerado um lugar de alto poder aquisitivo. Ela relata sua experiência na primeira semana como moradora de um condomínio em Pinheiros:

*Nesse prédio [...] nós mudamos tipo numa segunda, e na outra segunda, na hora que eu cheguei, depois que eu saí do consultório pra almoçar, tinha uma médica, branca, toda de branco, na situação, na porta do elevador, e o elevador chegou e eu falei 'Oi' e abri a porta, pra que ela entrasse. Ela falou: 'Você não acha que você está enganada não, de elevador?' E eu falei: 'Não, não, eu estou certinha. Agora você vai esperar eu subir porque foi muito desagradável esta sua observação. Quando eu chegar no meu apartamento, eu lhe devolvo o elevador'. Entrei, fechei a porta, subi, entrei no meu apartamento e mandei de volta. No bairro, aqui em Pinheiros, na Mateus Grou. Mas*

*hoje, hoje, eu acho que logo a seguir, ela percebeu, ela ficou na hora tão desnorteada, ela não sabia que no prédio tinha uma família negra. Ela descobriu assim... (Dionísia, dentista, 47 anos, Vila Madalena).*

Os “territórios” estão determinados para a classe dominante. A presença do negro é incômoda, pois perturba algo já estabelecido, não na legislação oficial, mas na representação social que caracteriza o cidadão. Ser cidadão paulistano em sua plenitude significa ocupar espaços que não foram pensados com o negro presente. Quando Dionísia ocupa um desses espaços, sua presença se torna incômoda. A Lei Municipal 11.995, publicada em 16 de janeiro de 1996, proíbe todas as formas de discriminação no acesso a elevadores públicos ou privados no Município de São Paulo.<sup>12</sup>

É possível compreender o motivo pelo qual alguns negros preferem não “chocar” a vizinhança e agir com cuidado. Procuram “respeitar” o vizinho que não está acostumado à incômoda presença negra. Nesse caso, o negro tem que se esforçar para mostrar-se livre daquele estigma com que são marcados os membros da sua raça. Nem que isso lhe custe o isolamento. Por vezes, ele não exerce totalmente a sociabilidade ao ocupar o “espaço do branco”, mas, ao mesmo tempo, deseja usufruir daquilo que aquele espaço pode lhe oferecer e que está ao alcance de seu poder aquisitivo.

## Direito ao lazer

Não é concedida a todos a possibilidade de exercer o direito ao lazer que faz parte do equilíbrio humano. Os moradores das regiões periféricas reclamaram da ausência de espaços de lazer. A locomoção para a região central é cansativa e onerosa, dificultando a busca do lazer. Lourdes Carril (2003) mostra o mapa dos recursos de lazer e cultura presentes na cidade, como parques, piscinas públicas, teatros, bibliotecas, museus etc. Existe uma concentração destes na região central, num raio de 10 km da Sé.<sup>13</sup>

<sup>12</sup> O Projeto de Lei número 492/94, da Vereadora Alkaiza Sposati, deu origem à Lei número 11.995 de 16 de janeiro de 1996: “É vedada sob pena de multa, qualquer forma de discriminação em virtude de raça, sexo, cor, origem, condição social, idade, porte ou presença de deficiência física e doença não contagiosa por contato social no acesso aos elevadores deste edifício” – *Caput* do Artigo Primeiro, que deve constar em placa ou cartaz no edifício.

<sup>13</sup> CARRIL (2003, p. 113 e 114).



É disso que os pais reclamam, pois os filhos não têm garantido o direito de brincar com segurança e o que o lazer lhes poderia proporcionar. Deve-se levar em conta que há uma grande concentração de crianças e jovens nessas periferias distantes e pobres. Como constatou-se, os Mapas 13 e 15 mostram a distribuição das crianças até nove anos de idade concentradas nas extremidades da cidade e a concentração daqueles com idade a partir de 65 anos na região centro-oeste. Relata João, morador de Campo Limpo, que a única opção para as crianças do bairro é a busca de lazer fora dele ou, quando isso não é possível, a rua é a única “solução”:

*Tem que ir pra fora. Fora aqui do bairro. Que aqui não tem uma quadra, não tem uma pista pra patins, pra bicicleta, pra skate, não tem. Então aqui basicamente não tem um campo, entendeu. Então basicamente não tem nada. [...] Não tem incentivo. Então, quer dizer, isso prejudica muito o jovem. Porque hoje em dia com esse negócio de drogas e tudo, o pessoal não ter um incentivo pra praticar um esporte e tudo, ela vai pra um outro lado, ela vai pra uma outra vida. Então é o que falta aqui no bairro (João, 26 anos, Campo Limpo).*

O diagnóstico feito por João é partilhado por Jorge, que percebe a importância do incentivo ao lazer e ao esporte como estratégia de combate às drogas e violência:

*Eu acho que deveria ter um núcleo pra absorver essa criançada, esses garotos. Esporte principalmente. Eu vejo que aqui está faltando. As crianças vêm e brincam na rua, jogam bola na rua. Então se tivesse um local apropriado pras crianças... Quem gosta de futebol, tem futebol, quem gosta de vôlei, vôlei, quem gosta de basquete, basquete. Baseado nestas três bases. E outros esportes como handebol e tal. Mas deveria ter assim... Ainda falta um espaço eu acho. Tem uma quadra ali, mas precisava bem administrar. Poderia melhorar (Jorge, 52 anos, bilheteiro, Campo Limpo).*

Renato gostaria de ter uma vida mais dinâmica, com opções de lazer em seu bairro, mas, como os demais entrevistados das periferias, ele se preocupa sobretudo com os jovens e as crianças que mais riscos correm de envolvimento com as drogas:

*É difícil. É, mas às vezes a gente procura... Há um tempo atrás eu falei: ‘Puxa, a gente poderia comprar uns instrumentos, e quando chega o carnaval, as crianças não vêem nada, não sabem o que é um carnaval, não sabem o que é nada’. Aqui não sabe. Aqui*

*desse lado de cá, a gente não sabe da Cidade Tiradentes<sup>14</sup>. E até do lado de lá também. Porque até um tempo atrás tinha desfile e tudo. Tiraram o desfile daí. Então tem criança que nem isso conhece. Não conhece um salão pra ir pular um carnaval, não conhece. Porque nada, nada disso tem. Então o que acontece? Como o negro já é mais discriminado, então a maior parte dos negros que... (pausa) Está acontecendo... Então a molecada vira a cabeça, vai pras drogas, é terrível. Porque aqui a gente não tem...* (Renato, 54 anos, ajudante aposentado, Cidade Tiradentes).

O estudo de Maria Alice Rezende Gonçalves (2003) sobre a Vila Olímpica da Mangueira, no Rio de Janeiro, mostra a possibilidade de uma alternativa de combate à violência e à falta de perspectiva de futuro. O projeto “tenta reconstruir o tecido social ameaçado pela fragmentação”. A pesquisadora afirma que o “Projeto Vila Olímpica da Mangueira nasceu com o objetivo de promover atividades esportivas para os meninos da comunidade, a fim de neutralizar os efeitos perversos do tráfico de drogas e da desagregação advinda do esgarçamento dos laços sociais”<sup>15</sup>. O projeto superou o amadorismo e pôde oferecer a crianças e jovens diferentes opções de lazer, esporte e educação.

Para Maria Alice Gonçalves, essa experiência de combate às adversidades, que acometem notadamente os territórios pobres, já pôde colher seus frutos com o maior índice de escolaridade entre os jovens e o menor número de infrações praticadas por eles em comparação com as demais favelas da cidade.

Em relação aos moradores das regiões centrais, nenhum mencionou a falta de opções de lazer e cultura. Mas alguns não têm tempo, dinheiro ou disposição para aproveitar o que a cidade lhes oferece.

## A religião

A religião aparece como um aspecto importante na vida das pessoas, tanto nos bairros pobres quanto nos bairros ricos da cidade, mas existe maior adesão às religiões nas regiões pobres e desprovidas de recursos. Entre 1991 e 2000, houve crescimento de 5,1% das igrejas pentecostais nestas regiões, sobretudo em Cidade Tiradentes e Lajeado, onde mais de 20% da população é adepta dessas correntes. Os católicos estão mais concentrados nas regiões centrais da cidade, sobretudo nos distritos de Vila Leopoldina e Morumbi,

<sup>14</sup> O distrito Cidade Tiradentes possui mais de 190 mil habitantes, com uma grande diversidade em tipos de habitação, como casas, apartamentos da Cohab, favelas etc.

<sup>15</sup> GONÇALVES (2003, p. 76).

com 80,5% e 79%, respectivamente. Segundo pesquisa do Centro de Estudos da Metrópole, a religião católica teve queda de 76,4% para 68,1% no mesmo período.<sup>16</sup>

Quase todos os entrevistados se declararam católicos. Para alguns, a participação nas atividades religiosas é fundamental no estabelecimento de relações e laços de solidariedade. Alda relata a experiência de negar a própria cor, ao evitar o relacionamento com outros negros e também a influência da sua participação na Igreja, no processo de aceitação da cor negra através dos cursos que lhe foram oferecidos:

*Se bem que é assim, olha... eu senti uma diferença muito grande, de uns anos pra cá, o meu contato com a pessoa negra. Porque antigamente dava a impressão que eu rejeitava o próprio negro. Acho que era uma coisa... eu não sei, eu senti isso... que eu, de mim mesma, eu tinha uma certa rejeição. Hoje eu tenho contato mais alto com a raça negra. Hoje eu consigo sentar do lado de uma negra, conversar, falar da minha vida, e ela falar da dela. Então hoje eu sou mais aberta pra raça. Mas antigamente eu acho que eu tinha um preconceito, uma resistência, de mim, que eu também não sabia porquê. Então agora não, agora eu já estou sentindo que eu sou mais aberta. [...] Assim de você olhar pro negro... Eu antigamente olhava, fechava. Hoje não, eu olho, mesmo que ele feche eu dou risada, eu dou um sorrisinho assim numa boa. [...] Eu não sei porque, eu também não sei porque eu fazia isso. Então eu também não sei. Eu acho que com o tempo, a pessoa... de conhecimento, a pessoa adquirir conhecimento. Então, a partir do momento em que a pessoa vai adquirindo conhecimento, ela vai se abrindo mais pras coisas. Então, eu acho que foi através do conhecimento e do curso que eu fiz, do afro, então eu fiquei mais aberta pro negro, pra cor negra. Agora eu... Nossa, de primeiro, quando a pessoa falava: "O negro é lindo". Eu ficava assim... Agora não, agora eu sinto que o negro é lindo. O negro é lindo mesmo, é muito bonito. A cor negra é uma graça de Deus, é uma benção (Alda, 53 anos, auxiliar administrativo, Cidade Tiradentes).*

A participação na igreja foi importante para que Alda superasse a rejeição da própria cor e notadamente para ampliar seus círculos de relações, pois sua sociabilidade estava comprometida com a recusa da própria *negritude* e de outros negros. A religião é um dos instrumentos que o negro utiliza para sentir-se melhor aceito na sociedade brasileira, sobretudo nos espaços dos terreiros de candomblés e umbanda, como foi analisado anteriormente. Clóvis Moura (1980) e Roger Bastide (1955) afirmam que esses espaços são de resistência, mas também locais em que o negro pode sentir-se prestigiado. Contudo, durante a realização das entrevistas, apenas duas entrevistadas

<sup>16</sup> Pesquisa do Centro de Estudos da Metrópole, em matéria publicada pela *Folha de S. Paulo*, em 9 de fevereiro de 2004.

mencionaram a participação nesses terreiros; uma das justificativas para isso pode ser o estigma relacionado a esses espaços, que foram perseguidos ao longo da sua história. Os adeptos disseram que são católicos, mas, como mostra o Mapa 7, em todos os distritos existem muitos terreiros. A seguir, o relato de Gilca sobre sua religião é ilustrativo:

*Eu tenho uma fé muito grande nos Orixás. Eu acredito muito nisso. Apesar de ter sido... Nasci católica, sabe, como todo brasileiro, mas eu tive a opção de poder escolher, sabe, qual a religião que eu vou seguir. Quer dizer, eu não deixo de ir a igreja não. Pelo contrário, batizei meu filho na igreja e tudo, mas eu tenho como opção de fé, o Candomblé. Eu acredito muito nos Orixás. E respeito muito todas as religiões. A que eu escolhi e a que meu filho escolheu é essa (Gilca, 45 anos, representante comercial, Pinheiros).*

A maioria dos entrevistados das regiões centrais manifestou algum tipo de crença, mas nem todos freqüentam com assiduidade as igrejas, apesar de que oficialmente se autodenominam católicos. Arlete relata sua experiência religiosa:

*Minha religião é católica. Apesar de não sou assim de ir todos os domingos na igreja, mas minha religião é católica. Não, não vou mentir que eu vivo na igreja. Não vivo mesmo. Não é verdade? Tem que falar o que é, né. Não vivo mesmo. Eu vou de vez em quando. De vez em quando eu vou, tudo, direitinho, mas assim, de participar de pastorais, participar de grupo de mães, isso aí eu já não participo. [...] Eu tenho muita fé. Graças a Deus a gente, apesar de eu não ir muito na igreja, mas a gente reza bastante (Arlete, dona de casa, 53 anos, Vila Guilherme).*

A experiência religiosa está profundamente arraigada no tecido urbano<sup>17</sup>, especialmente ligada às questões existenciais da vida humana; contudo, percebe-se que nas periferias a religiosidade está mais fortemente presente na vida das pessoas. Isso contribui para que possam suportar os desafios cotidianos. Outra perspectiva da força da religião nas periferias é que ela contribui para que haja envolvimento das pessoas com o bairro e para que as relações sociais se estendam para além do círculo familiar. Nas regiões centrais, a população tem mais chance de desenvolver diferentes atividades e formas de sociabilidade, mas a religiosidade também tem sua importância, na vida da maioria, mesmo que não haja participação em uma igreja ou confissão específica.

<sup>17</sup> BOUDON-BOURRICAUD. *Dictionnaire critique de la sociologie*. Paris: Quadrige/PUF, 2000. p. 488.

## Relações afetivas

Durante a realização das entrevistas, uma das questões abordadas foi o relacionamento afetivo, notadamente para analisar a influência da raça na seleção afetiva do parceiro ou da parceira. Para os homens, os relacionamentos ocorreram com mulheres de várias raças. Entre sete casados, dois tiveram relacionamentos com mulheres brancas; os demais, com mulheres negras.

Todas as mulheres casadas entrevistadas têm maridos negros; aquelas que estavam solteiras preferiam relacionar-se com homens negros, embora algumas já tivessem tido relacionamentos com homens brancos. Algumas manifestavam o temor de que, caso se relacionassem com homens brancos, pudessem posteriormente sofrer por referências negativas à cor. Suelen, não obstante convivesse com colegas brancos na escola, não teve chance de namorar nenhum deles:

*Eu, quer dizer, como eu nunca gostei né, sei lá. Eu sempre preferi um negro. E também eu acho que os brancos não se interessavam por mim. Nunca se interessaram por mim. E eu também já ficava meio assim. Como eu sempre preferi negro. Porque eu já tinha... meus pais, meus tios, todo mundo era casado com negro. Então eu gostava tanto, achava tão bonito. Achava que era muito melhor assim. É por isso que eu digo isso, quando era criança a gente ia pra escola, estudava com os brancos, tinha amizade com os brancos, mas sair, namorar, eu preferia conviver com o negro (Suelen, dona de casa, 44 anos, Santana).*

Alguns estudos<sup>18</sup> mostram um diagnóstico do mercado matrimonial no Brasil, em que se leva em conta a cor. Também nesse sentido a população negra tem desvantagens, pois a idade média do casamento para o negro é maior que o da população branca. As mulheres pretas e pardas têm menos possibilidades de escolha dos companheiros. As dificuldades aumentam à medida que os anos de escolaridade da mulher vão aumentando, principalmente em se tratando das mulheres pretas, que permanecem em maior número celibatárias.<sup>19</sup>

São mais escassas as possibilidades da mulher preta encontrar esposo ou companheiro. Na Tabela 3, a percentagem de homens casados muda conforme a cor. Os amarelos casam-se mais (62,0%) e separam-se menos

<sup>18</sup> VALLE SILVA (1992), BERQUÓ (1988) e SILVA (1999).

<sup>19</sup> SILVA, Maria Nilza (1999, p. 66).

(1,3%). Os homens pretos casam-se menos, quase 20% menos que a população de homens amarelos (Tabela 3).

A desvantagem da mulher preta continua; as casadas representam 33,6%, enquanto as solteiras 48,5%. É o maior contingente solteiro (Tabela 4).

**Tabela 3.** Distribuição da população a partir de 20 anos de idade por cor/raça e sexo e estado civil - Município de São Paulo - IBGE - 2000

Cor/raça Homens	Casado	Separ/Desq.	Divorciado	Viúvo	Solteiro	Total
Branca	54,8	2,8	2,6	2,1	37,6	100,0
Preta	45,3	2,6	2,0	2,6	47,4	100,0
Amarela	62,0	1,3	1,7	3,2	31,8	100,0
Parda	46,6	2,2	1,7	1,6	47,9	100,0

**Tabela 4.** Distribuição da população a partir de 20 anos de idade por cor/raça e sexo e estado civil - Município de São Paulo - IBGE - 2000

Cor/Raça Mulheres	Casado	Separ/Desq.	Divorciado	Viúvo	Solteiro	Total
Branca	47,7	3,8	3,8	11,2	33,4	100,0
Preta	33,6	3,6	2,9	11,5	48,5	100,0
Amarela	52,6	1,9	2,3	11,1	32,0	100,0
Parda	41,7	3,4	2,6	7,7	44,6	100,0

Quando se pergunta se vive, viveu ou jamais viveu com companheiro ou esposo, a mulher preta fica com a menor percentagem entre as que viveram ou vivem com companheiro ou esposo. Também no aspecto afetivo a desvantagem das mulheres negras é evidente. Nas entrevistas, elas afirmam que preferem relacionar-se com homens negros, mas isso pode não significar somente uma opção, antes representar a manifestação de estereótipos negativos relacionados à imagem da mulher negra. Ela é menos procurada para relações duradouras.

As relações sociais são fundamentais na vida do ser humano, contudo, como foi possível perceber, elas sofrem influências das condições sociais do ambiente onde vivem os intervenientes. Principalmente, são influenciadas pelo território e pelo racismo presente na sociedade.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste livro foi compreender as relações sociais e o processo de sociabilidade do negro na cidade de São Paulo. Contudo, foi possível analisar somente alguns aspectos das experiências de vida dos entrevistados. Provavelmente, as experiências descobertas na entrevistas poderiam dar origem a inúmeras outras análises.

Quando foi feita referência ao enfrentamento do racismo, viu-se o quanto a vivência familiar é importante no destino dos moradores, tanto das periferias quanto das regiões mais próximas ao centro, pois, quando a família não estava preparada para administrar as mágoas e cicatrizes provocadas pelo racismo, a tendência foi a sua reprodução, sobretudo pelo sentimento de inferioridade. Mas, mesmo nessas famílias, constatou-se a resistência aos estigmas com que foi marcado o negro. De outro lado, nos grupos familiares, os moradores das regiões centrais da cidade, em sua maioria, criaram estratégias eficazes de proteção dos membros, máxime das crianças. Entretanto, se a resistência foi mais intensa nas famílias com maior poder aquisitivo, isso não significou a ausência de sofrimento em consequência do racismo, com interferências no rendimento escolar, na saúde etc.

Em relação ao trabalho, os moradores dos bairros pobres da cidade têm mais dificuldades por causa do desemprego que atinge proporcionalmente mais os negros, restando a alguns o trabalho informal de baixo rendimento e a falta de reconhecimento. A maioria dos entrevistados, tanto aqueles que moram nas periferias quanto os das regiões centrais, foi vítima de racismo no ambiente de trabalho. Entretanto, também nestas pode-se constatar a experiência do reconhecimento. Há porém poucos negros nessas regiões<sup>1</sup>. O fato de serem

---

<sup>1</sup> Como vimos, nas regiões centrais da cidade, a pesquisa foi realizada naqueles distritos com até 17% de negros. Deve ser considerado que a média municipal de negros na população é de 30,1%.

reconhecidos não quer dizer que eles não sofram o constrangimento por causa do racismo em algum momento de suas trajetórias profissionais.

Quando aborda-se a questão da mobilidade social intergeracional, estabelecendo uma comparação entre os entrevistados e seus pais, a maioria dos moradores da periferia afirma que, não obstante a situação de pobreza e exclusão em que vivem, estão em situação melhor que seus ascendentes. Quanto aos moradores das regiões centrais, dois afirmaram que perderam poder aquisitivo e que hoje vivem com mais dificuldades que os pais. Quanto ao fato de se encontrarem em situação melhor que a de seus pais, isso retrata o passado histórico brasileiro, em que a herança da escravidão acarretou ao negro uma situação de subalternidade que se consumou durante gerações, ou seja, a partir do século XIX, mesmo após a constituição da ordem burguesa entre nós.

A educação foi o principal instrumento para a mobilidade social ascendente entre as gerações para aqueles que se encontram em situação social razoável. De 18 entrevistados, apenas três não possuíam algum tipo de graduação. Entre os mais pobres, destaca-se a baixa escolaridade; dois moradores começaram a graduação, mas somente um continuava estudando.

A renda, a ocupação do território e os anos de estudos estão profundamente relacionados. Vários estudos mostraram que na cidade existe uma concentração maior de chefes de famílias nas regiões centro-oeste e centro-sul com mais escolaridade. No distrito de Moema, existe a maior média de escolaridade, com 13,4 anos, seguido do Jardim Paulista, no qual a média de escolaridade é de 13,3 anos. A menor escolaridade está na extrema periferia, no distrito de Marsilac, no qual a média é de 4,6 anos de estudo entre os chefes de família, seguido de Parelheiros, com média de 5,1 anos.

Os entrevistados de bairros onde a maioria dos moradores é negra enfrentaram diferentes dificuldades para estudar por causa da pobreza. Muitos tinham que conciliar os estudos com o trabalho, porquanto eram obrigados a contribuir para o parco orçamento familiar. Outro desafio foi o enfrentamento das situações de discriminação racial, a atribuição de apelidos referentes à raça, as dificuldades financeiras, a reprodução do racismo pela instituição escolar etc. Nesse contexto, a maioria não continuou os estudos, vindo isso a interferir em sua posição social na atualidade e no território onde vive, em regiões periféricas.

Em contrapartida, aqueles que moram nas regiões urbanas mais favorecidas, e onde há menos negros, possuem maior poder aquisitivo, estão



mais bem localizados e usufruem de conforto urbano. Mas todos enfrentaram os desafios do racismo no ambiente escolar, como os apelidos, a recusa da escola em aceitar a criança negra, a discriminação dos professores e da direção escolar etc. Em um dos casos, a entrevistada não consegue acreditar, ainda hoje, em sua capacidade de aprender, mesmo sendo graduada em biblioteconomia. Mas a maioria encontrou na família, notadamente na presença materna, o apoio necessário para continuar os estudos. Alguns começaram a cursar a faculdade somente após a entrada no mercado de trabalho para sustentar os próprios estudos.

No caso da educação dos filhos, as crianças têm acesso a boas escolas; a maioria está matriculada em escolas particulares<sup>2</sup>. Contudo, enfrentam o racismo que se manifesta da mesma forma que nas periferias, principalmente o descaso dos professores e a reprodução por estes da discriminação racial. Mas nessas famílias foi possível perceber um maior poder de reação, mais disposição em preservar os filhos dessas adversidades, sobretudo porque os pais têm consciência das dificuldades enfrentadas pelas crianças e da discriminação racial. A reação se dá pelo diálogo com a escola, com os professores e pelo incentivo à autovalorização da criança.

A experiência da sociabilidade existe, mas fica comprometida pela presença do racismo que se manifesta em todos os aspectos sociais. Alguns moradores da periferia afirmam que não têm dificuldades no estabelecimento das relações sociais com as pessoas com quem vivem, mas a maioria sente as conseqüências da vida pobre e hostil em regiões onde é grande a violência. Em conseqüência disso as relações sociais ficam profundamente comprometidas.

Existe maior diversidade de sentimentos em termos de relações sociais entre os moradores das regiões centrais, pois também estes sentem a hostilidade por ocuparem um lugar que não foi “destinado” ao negro, por exemplo, em alguns condomínios e bairros considerados de classe média e onde a presença dele é incômoda, notadamente onde é arraigado o sentimento de que o território pertence aos moradores brancos e de que somente eles tem direito a ele, conforme lembra Grafmeyer<sup>3</sup>. Nesse sentido, os estudos de Rolnik, entre outros, que analisam a ocupação do território da cidade, mostram que, desde os primórdios do desenvolvimento industrial e

<sup>2</sup> Isso não significa que as escolas particulares são melhores que as escolas públicas, mas percebe-se um esforço dos pais para oferecerem aos filhos uma educação diferenciada.

<sup>3</sup> GRAFMEYER (1994, p. 94).

urbano, São Paulo tentou excluir o negro desse processo. Diante de tal contexto, as relações sociais entre brancos e negros ficam profundamente comprometidas. Por outro lado, também foram encontradas experiências de boa integração no bairro, onde moradores negros conseguem estabelecer relações cordiais. Lembramos que alguns usam a estratégia do “cuidado”, para não “chocar” os da “elite” paulistana.

Com muita luta para superar as adversidades do caminho, alguns negros na cidade tiveram ascensão social e alcançaram poder aquisitivo semelhante àquele da classe média, ocupando territórios onde sua presença nem sempre é aceita e onde o negro é a minoria. Mas o poder aquisitivo não resultou na conquista da cidadania, com direitos respeitados e acesso a serviços de qualidade; sobretudo não houve a superação do racismo no cotidiano. A cidadania do negro ainda não é plena. Milton Santos (1987) lembra que o acesso ao consumo não significa acesso à cidadania<sup>4</sup>. A presença de alguns negros em regiões consolidadas da cidade não lhes garantiu a participação plena no território onde o racismo fica mais evidente.

Segundo Milton Santos, se “o cidadão é o indivíduo num lugar”, a cidadania para os negros ainda é um desafio, tanto para aqueles em territórios de pobreza e exclusão quanto para os presentes nas porções consolidadas da cidade. O racismo ainda é um dos elementos que impede o acesso de todos à cidadania.

A educação pode transformar essa realidade, desde que seja pensada como um direito de todos, não somente de uma parcela privilegiada da população. O acesso do negro à educação de qualidade pode oferecer meios adequados na luta para superar o racismo e para ter direito a um território que lhe possibilite o desenvolvimento pleno de sua cidadania.

Convém lembrar que o racismo, no Brasil, não se refere apenas à população negra, pois se trata de um problema de ampla implicação social, que atinge toda a sociedade. Nessa perspectiva, a transformação das relações sociais deverá envolver uma complexa e profunda mudança de valores e das formas de sociabilidade de toda a sociedade, que leve ao respeito e que se consubstancie na verdadeira democracia racial e urbana.

---

<sup>4</sup> SANTOS (1987, p. 12-17).

# BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, Sergio, CARDIA, Nancy e POLETO, Frederico. "Homicídio e violação dos direitos humanos em São Paulo". *Estudos Avançados*, v. 17, n. 47, São Paulo: USP, 2003.
- ADORNO, Sérgio. "Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo". *Novos Estudos*, n. 43, CEBRAP, nov. 1995, p. 45-62.
- ADORNO, Sérgio. *O adolescente na criminalidade de São Paulo*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999.
- ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru: EDUSC, 1998.
- AQUILINI, Guiomar de Haro e COSTA, Patrícia Lino. "O sobredesemprego e a inatividade das mulheres na metrópole paulista". *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, São Paulo: USP, 2003.
- AUGÉ, Marc. *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. 3ª ed., São Paulo: Papyrus, 2003. Trad. de Maria Lúcia Pereira.
- AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor: um estudo de ascensão social*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1955.
- BARTH, Fredrik. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. 2ª reimp. São Paulo: UNESP, 1998.
- BASTIDE, Roger e FERNADES, Florestan. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Anhembi, 1955.
- BASTIDE, Roger. *Le prochain et le lointain*. Paris: Cujas, 1970.
- BATISTA, Luiz Eduardo. *Mulheres e homens negros: saúde, doença e morte*. Tese (doutorado em sociologia). Araraquara: UNESP, 2002.
- BERNARDO, Teresinha. *Memória em branco e negro: olhares sobre São Paulo*. São Paulo: EDUC, 1998.

- BERNARDO, Teresinha. *Negras, mulheres e mães*. São Paulo: EDUC/Pallas, 2003.
- BERQUÓ, Elza S. "Demografia da desigualdade: algumas considerações sobre os negros no Brasil". *Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, v. 3, n. 6, Brasília, Anais, 1988, p. 89-110.
- BERQUÓ, Elza S. *Nupcialidade da população negra*. Campinas: UNICAMP, 1987 (Nepo, n. 11).
- BOUDON, Raymond e BOURRICAUD, François. *Dictionnaire critique de la sociologie*. Paris: Quadrige/PUF, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *La misère du monde*. Paris: Seuil, 1993.
- CALDEIRA, Teresa P. R. "Un nouveau modèle de segregation spatiale: les murs de São Paulo". *Revue Internationale des Sciences Sociales. Villes de l'avenir: la gestion des transformations sociales*. Paris: UNESCO/ERES, n. 147, mar. 1996, p. 65-78.
- CALDEIRA, Teresa P. R. *Cidade dos muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/EDUSP, 2000.
- CARRIL, Lourdes de Fátima B. *Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania*. Tese (doutorado em geografia). São Paulo: USP, 2003.
- CASTEL, Robert. "As armadilhas da exclusão". In WANDERLEY, M. B. e outros. *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 1997, p. 15-48.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Ed. rev., 1ª reimp. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CHAPOULIE, Jean-Michel. *La tradition sociologique de Chicago – 1892-1961*. Paris: Seuil, 2001.
- CHOR MAIO, Marcos. "O Brasil no concerto das nações: a luta contra o racismo nos primórdios da Unesco". *História, Ciências e Saúde*, v. 2, jul./ago. 1998, p. 375-413.
- COSTA PINTO, Luiz Aguiar. *O negro no Rio de Janeiro*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1952.
- COSTA, Jurandir Freire da. *Violência e psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- DESTREMAU, Blandini e SALAMA, Pierre. *Mesures et démesure de la pauvreté*. Paris: PUF, 2002.
- FASSIN, Didier. "Exclusion, underclass, marginalidad". *Revue Française de Sociologie*, v. XXXVII, Paris, 1996, p. 37-75.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978.
- FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

- FOLHA de S. Paulo. *Racismo Cordial: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil*. São Paulo: Ática, 1995.
- GOFFMAN, Erving. *Stigmate: les usages sociaux des handicaps*. Paris: Minuit, 1975.
- GOLDANI, Ana Maria. "Diferenças raciais no processo de formação de família no Brasil". *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 19, 1990, p. 81-92
- GONÇALVES, Maria Alice Resende. *A vila olímpica da verde-erosa*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1993. Tradução de Geraldo Gerson de Souza.
- GRAFMEYER, Yves. *Sociologie urbaine*. Paris: Nathan, 1994.
- GUERRAND, Roger-Henri. "Histoire des taudis". PAUGAM, Serge. *L'exclusion: l'état des savoirs*. Paris, La Découverte, 1996, p. 218-227.
- GUILLAUMIN, Colette. "Caractères spécifiques de l'idéologie raciste". *Cahiers internationaux de sociologie*, v. LIII, ano 19º, jul./dez., 1972, p. 247-274.
- GUIMARÃES, Antonio Sergio e HUNTLEY (orgs.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- GUIMARÃES, Antonio Sergio A. *Democratie raciale: l'idéal, le pacte et le mythe*. Texto apresentado na École des Hautes Études en Sciences Sociales – PARIS, em 29 de janeiro de 2002.
- GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. "A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos)". *Tempo Social*, v. 2, n. 13, nov. 2001, p. 121-142.
- GUIMARÃES, Antonio Sergio. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. "Infância e escola em famílias negras em São Paulo". *Educação e Sociedade*, ano XVIII, ago. 1997, p. 53-73.
- HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: HUCITEC, 1980. Trad. e prefácio de Armando Corrêa da Silva.
- HARVEY, David. "O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas". *Espaço e Debates*, n. 6, ano II, jun./set. 1982, p. 6-35. Trad. de Flávio Villaça.
- HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Texto para discussão, Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- IANNI, Ocrávio e CARDOSO, Fernando Henrique. *Cor e mobilidade social em Florianópolis*. São Paulo: Ed. Nacional, 1960.

IBGE. Censo demográfico: nupcialidade e fecundidade – resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

JODELET, Denise. “A alteridade como produto e processo psicossocial”. In ARRUDA, Ângela. *Representando a alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1998.

JODELET, Denise. “Os processos psicossociais da exclusão”. In SAWAIA, Bader (org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 53-66.

KOGA, Dirce. *Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo: Cortez, 2003.

KOWARICK, Lucio. O conceito de exclusão social. In VÉRAS, Maura P. B. (org.). *Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam*. São Paulo: EDUC, 1999, p. 138-142.

KOWARICK, Lucio. *A espoliação urbana*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

KUPER, Leo. “Segregación”. SILLIS, David L. (dir.) *Enciclopedia internacional de las ciencias sociales*, v. 9. Madrid: Aguilar, 1974.

LABBENS, Jean. “Le quart monde des cités d’urgence”. PAUGAM, Serge. *L’exclusion: l’état des savoirs*. Paris, La Découverte, 1996, p. 228-235.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991. Tradução de Rubens Eduardo Frias.

LEITE, José Correia e CUTI... *E disse o velho militante José Correia Leite*. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

MARQUES, Eduardo e TORRES, Haroldo. “São Paulo no contexto das cidades mundiais”. *Novos Estudos*, n. 56, mar. 2000, p. 139-168.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, José de Souza. “Depoimento”. *Espaço e Debates*, n. 42, 2001, p. 73-84.

MILES, Robert. “Racisme institutionnel et rapports de classe: une relation problematique”. In WIEVIORKA, Michel (dir.). *Racisme et modernité*. Paris: La Découverte, 1993, p. 159-160. Trad. de Claude Bonnafont.

MILES, Robert. “Racisme institutionnel et rapports de classe: une relation problématique”. In WIEVIORKA, Michel (dir.). *Racisme et modernité*. Paris: La Découverte, 1993.

MOSCOVICI, Serge. “Prefácio”. JOVCHELOVITCH, Sandra. *Textos em representação social*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 7-16.

MOTA, Carlos Guilherme. “São Paulo: exercício de memória”. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 48, São Paulo: USP, 2003, p. 241-263.

- MOURA, Clóvis. "Organizações Negras". SINGER, Paul e BRANT, Vinicius. *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 143-175.
- MUNANGA, Kabengele (org.). *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- MUNANGA, Kabengele (org.). *Superação do racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, 2000.
- NOGUEIRA, Oracy. *Tanto preto quanto branco: estudo de relações raciais*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.
- OLIVEIRA, Fátima. *Saúde da população negra: Brasil 2001*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2003.
- OLIVEIRA, Reinaldo José de. *A presença do negro na Cidade: memória da Casa Verde em São Paulo*. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais). São Paulo: PUC/SP, 2002.
- ORTIZ, Renato. *Um outro território: ensaios sobre a mundialização*. São Paulo: Olho d'Água, 1999.
- PACHECO, Moema Teixeira. *Família e identidade racial*. Dissertação (mestrado), Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1986.
- PAQUOT, Thierry. "Architecture et exclusion". In PAUGAM, Serge. *L'Exclusion: L'état des saviors*. Paris: La Découverte, 1996.
- PARK, Robert Ezra. "A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano". In VELHO, Gilberto. *O fenômeno urbano*. 4ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- PAUGAM, Serge. "Abordagem sociológica da Exclusão". In VÉRAS, Maura P. B. (org.). *Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam*. São Paulo: EDUC, 1999.
- PAUGAM, Serge. *L'exclusion social: L'état de savoir*. Paris: La Découvert, 1996.
- PAUGAM, Serge. *La disqualification sociale*. Paris: PUF, 2000.
- PETRUCELLI, José Luiz. *A cor denominada: um estudo do suplemento da PME de Julho/98*. Texto para discussão - Diretoria de Pesquisas, n. 3, Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- PETRUCELLI, José Luiz. *A declaração de cor/raça no Censo 2000: um estudo comparativo*. Texto para discussão - Diretoria de Pesquisas, n. 6, Rio de Janeiro: IBGE, 2002.
- PIERSON, Donald. *Branços e pretos na Bahia: Estudo de contacto racial*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1945.
- PINTO, Neide Maria de Almeida. *Entre a proximidade e o distanciamento: um estudo das relações sociais de famílias residentes em cortiços na cidade de São Paulo*. Tese em Ciências Sociais (doutorado). PUC/SP, São Paulo. 2002.
- PINTO, Regina Pahim. "Raça e educação: uma articulação incipiente". *Cadernos de Pesquisa*, n. 80, 1992.

PNUD – *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. PNUD, 2000.

PORTO, Maria Stela Grossi. “A violência entre a inclusão e a exclusão”. *Tempo Social*, v. 1, n. 12, maio 2000, p. 187-200.

POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. 2ª reimp. São Paulo: UNESP, 1998.

PRETECEILLE, Edmond e QUEIROZ RIBEIRO, Luiz César de. “Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 40, jun. 1999, p. 143-161.

PRETECEILLE, Edmond. “Cidades Globais e segmentação social”. In QUEIROZ RIBEIRO, Luiz César e SANTOS JR., Orlando (orgs.). *Globalização, fragmentação e reformu urbana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

QUEIROZ RIBEIRO, Luiz César de. “Prefácio”. In WACQUANT, Loïc. *Os condenados da cidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2001, p. 13-17.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993. Tradução de Maria Cecília França.

ROBATEL, Nathalie. “Les Villes géants à l’ère de la mondialisation”. *Problèmes politiques e sociaux*, n. 841, jul. 2000.

ROLNIK, Raquel. “Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro)”. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 17, Rio de Janeiro, 1989.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. 3ª ed. São Paulo: FAPESP/Nobel, 2003.

ROLNIK, Raquel. *Cada um no seu lugar: São Paulo, no início da industrialização: geografia do poder*, 1981. Dissertação (mestrado em Arquitetura) São Paulo: USP.

ROSENBERG, Fulvia. “Relações raciais e rendimento escolar”. *Cadernos de Pesquisa*, n. 63, nov. 1987, p. 19-23.

SALES, Tereza e BAENINGER, Rosana. “Migrações internas e internacionais no Brasil: Panorama deste século”. *Travessia*. jan./abr. 2000, p. 33-43.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de e PEREIRA, Paulo César X. “Habitação em São Paulo”. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 48, São Paulo: USP, 2003, p. 167-183.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo: FAPESP/Annablume, 1998.

SANTOS, Milton. “Milton Santos: espaço, mundo globalizado, pós-modernidade”. *Margem*, n. 2, nov. 1993, p. 9-20.



SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, Milton. *Território e sociedade* (entrevista). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SASSEN, Saskia. "Voici le temps des Villes globales". In ROBATEL, Nathalie. *Les Villes géants à l'ère de la mondialisation. Problèmes politiques et sociaux*, n. 841, jul. 2000, p. 26-28.

SAWAIA, Bader. "O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética da exclusão/inclusão". SAWAIA, Bader (org.). *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 97-118.

SCHWARZ, Lilia. "*Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade*". *História da vida privada*, v. 3, São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 177.

SEABRA, Odete Carvalho de Lima. "Urbanização: bairro e vida de bairro". *Travessia*, set./dez. 2000, p. 11-17.

SEADE. *São Paulo Demografia - Estatísticas Vitais do Estado de São Paulo - Resenha mensal - Setembro de 2003*.

SEMPA. *São Paulo em números*. v. 9, Secretaria Municipal do Planejamento, 2000/2001.

SEMPA. *Globalização e desenvolvimento urbano: Cidade de São Paulo*. v. 2. Secretaria Municipal do Planejamento, 2000/2001.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 22<sup>a</sup> ed. rev., São Paulo: Cortez, 2002.

SHICASHO, Sonia Tié (org.). *Desigualdade racial: indicadores socioeconômicos - Brasil - 1991-2001*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

SILVA, José Carlos Gomes da. *Os suburbanos e a outra face da cidade: negros em São Paulo 1900-1930, cotidiano, lazer e cidadania*. (1990) Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) Campinas: UNICAMP.

SILVA, Maria Nilza da. *A mulher negra: o preço de uma trajetória de sucesso*. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais). São Paulo: PUC/SP, 1999.

SILVÉRIO, Valter Roberto. "Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil". *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, nov. 2002.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.

SLENES, Robert W. "Lares negros: olhares brancos: histórias da família escrava no século XIX". *Revista Brasileira de História*, v. 8, n. 16, mar./ago. 1988, São Paulo, p. 189-203.

SPOSATI, Aldaiza (coord.). *Mapa da exclusão/inclusão social na cidade de São Paulo*. São Paulo: EDUC, 1996.

SPOSATI, Aldaiza (coord.). *Mapa da Exclusão/Inclusão social da cidade de São Paulo/2000: dinâmica social dos anos 90s*. São Paulo: Polis/INPE/PUC-SP, 2000, em CD.

TEIXEIRA, Jurema. *Memória feminina: As lembranças de vida de mulheres portuguesas e afro-descendentes*. Tese (doutorado em Ciências Sociais). São Paulo: PUC/SP. 2001.

TELLES, Edward. “Cor da pele e segregação residencial no Brasil”. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 24, jul. 1993, p. 5-22.

TELLES, Edward. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*: Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

TELLES, Edward. *Segregação racial e crise urbana*. Globalização, fragmentação e reforma urbana. São Paulo: Civilização Brasileira, 1996.

TORRES, Haroldo; MARQUES, Eduardo; FERREIRA, Maria Paulo e BITAR, Sandra. “Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo”. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 47, São Paulo: USP, 2003.

TOURAINÉ, Alain. “Le racisme aujourd’hui”. WIEVIORKA, Michel (dir.). *Racisme et modernité*. Paris: La Découverte, 1993, p. 23-41.

VEILLARD-BARON, Hervé. *Les banlieues français ou le ghetto impossible*. Paris: L’Aube, 1994.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo (org.) *Por uma sociologia da exclusão social*. O debate com Serge Paugam. São Paulo: EDUC, 1999.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. “Novos olhares sobre São Paulo: notas introdutórias sobre territórios, espaços e sujeitos da cidade mundial”. *Margem*, n. 6, dez. 1997.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. “Cortiços em São Paulo: velhas e novas formas de pobreza urbana e da segregação social”. BOGUS, L. M. e WANDERLEY, L.E. (orgs.). *A luta pela cidade em São Paulo*. São Paulo: Cortez, 1992, p. 81-126.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. *DiverCidade: Territórios estrangeiros como topografia da alteridade em São Paulo*. 2000, Livre Docência (Ciências Sociais), São Paulo: PUC/SP.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. “Notas ainda preliminares sobre exclusão social: um problema brasileiro de 500 anos”. In VÉRAS, Maura P. B. (org.). *Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam*. São Paulo: EDUC, 1999, p. 13-62.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. *O Bairro do Brás em São Paulo: um século de transformações no espaço urbano ou diferentes versões de segregação social*. 1991, Tese (doutorado em Ciências Sociais) São Paulo: PUC/SP.

- VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. *Trocando Olhares: uma introdução à construção sociológica da cidade*. São Paulo: Studio Nobel/EDUC, 2000.
- VILLAÇA, Flávio. “Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira”. In SOUZA, Maria Adélia e outros. *Metrópole e globalização*. São Paulo: CEDESP, 1999.
- WACQUANT, Loïc. “Proscritos da cidade: Estigma e divisão social no gueto americano e na periferia urbana francesa”. *Novos Estudos*, n. 43, nov. 1995, p. 64-83.
- WACQUANT, Loïc. *Os condenados da cidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo W. “A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho”. WANDERLEY, Mariângela e outros. *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 1997, p. 49-190.
- WIEVIORKA, Michel (dir.) *Racisme et modernité*. Paris: La Découverte, 1993.
- WIEVIORKA, Michel (dir.). *Sociologie du racisme*. Police et racisme. Rapport final, Convention IHESI-ADIS, n. 08-90, Paris: CADIS, set. 1991.
- WIEVIORKA, Michel. “Racisme et exclusion”. In PAUGAM, Serge. *L'Exclusion: l'état des savoirs*. Paris: La Découverte, 1996, p. 344-353.
- WIRTH, Louis. “O urbanismo como modo de vida”. In VELHO, Otávio Guilherme. *O fenômeno urbano*. 4ª ed. Rio Janeiro: Zahar, 1979. Trad. de Marina Corrêa Treuheurz.
- WIRTH, Louis. *Le ghetto*. Trad. de *The ghetto*. Univ. Chicago, 1928. Grenoble. Press Universitaire de Grenoble, 1980.

#### Periódicos:

- Estado de São Paulo*, 7 de fevereiro de 2004.
- Folha de S. Paulo*, 7 de fevereiro de 2004.
- Folha de S. Paulo*. Caderno Cotidiano, em 21 de setembro de 2003, p. C4.
- Folha de S. Paulo*. Caderno Cotidiano, em 11 de janeiro de 2004, p. C1.
- Folha de S. Paulo*. Caderno Especial, em 24 de janeiro de 2004, p. 8.
- Folha de S. Paulo*. Caderno Especial, em 25 de janeiro de 2004, p. 24.
- O Globo*. Caderno Economia, em 29 de fevereiro de 2004, p. 35.

#### Internet:

- <http://oglobo.globo.com/jornal/especiais/raca/111966295.asp> - acesso em 22/11/2003.

**Anexo 1.** Distribuição da população por cor nos distritos na cidade de São Paulo em % - Censo 2000 - IBGE

Distrito	Negra	Branca	Amarela	Outros <sup>1</sup>	Total
Água Rasa	10,9	86	2,6	0,5	100,0
Alto Pinheiros	7,5	88,5	3,2	0,8	100,0
Anhanguera	39,6	58,8	0,2	1,4	100,0
Aricanduva	22,3	74,2	2,8	0,7	100,0
Artur Alvim	31,3	66,1	1,4	1,2	100,0
Barra Funda	18,3	79,6	1,4	0,7	100,0
Bela Vista	17,1	78,8	3,3	0,8	100,0
Belém	12,9	83,2	2,1	1,8	100,0
Bom Retiro	19,8	69,4	8,6	2,2	100,0
Brás	24,4	72,5	2,5	0,6	100,0
Brasilândia	39,7	58,4	0,4	1,5	100,0
Butantã	11,5	81,4	6,0	1,1	100,0
Cachoeirinha	37,5	61,1	0,8	0,6	100,0
Cambuci	11,6	82,8	4,8	0,8	100,0
Campo Belo	11,5	82,8	5,2	0,5	100,0
Campo Grande	17,9	78,0	3,7	0,4	100,0
Campo Limpo	39,5	58,3	1,3	0,9	100,0
Cangaíba	29,9	68,3	0,8	1,0	100,0
Capão Redon.	45,6	52,8	0,5	1,1	100,0
Carrão	13,1	79,6	6,4	0,9	100,0
Casa Verde	22,4	71,8	4,9	0,9	100,0
Cid. Ademar	41,5	56,1	1,4	1,0	100,0
Cidade Dutra	37,5	60,3	1,2	1,0	100,0
Cidade Líder	31,4	66,4	1,3	0,9	100,0
Cidade Tirad.	49,8	49,4	0,1	0,7	100,0

<sup>1</sup> Indígenas, mais ignorados.

continua

continuação

Distrito	Negra	Branca	Amarela	Outros	Total
Consolação	8,3	87,9	2,4	1,4	100,0
Cursino	19,0	72,3	7,7	1,0	100,0
Erm. Matar.	34,5	63,5	1,2	0,8	100,0
Freg. do Ó	24,1	74,0	0,9	1,0	100,0
Grajaú	48,7	49,6	0,5	1,2	100,0
Guaianazes	47,3	51,8	0,3	0,6	100,0
Moema	4,7	91,9	2,8	0,6	100,0
Iguatemi	36,1	63,3	0,1	0,5	100,0
Ipiranga	17,5	79,1	2,9	0,5	100,0
Itaim Bibi	6,4	90,1	2,6	0,9	100,0
Itaim Paulista	48,4	50,2	0,5	0,9	100,0
Itaquera	37,8	60,2	1,2	0,8	100,0
Jabaquara	28,7	65	5,4	0,9	100,0
Jaçanã	27,0	70,2	0,9	1,9	100,0
Jaguará	14,3	83,9	0,9	0,9	100,0
Jaguaré	26,3	68,6	4,6	0,5	100,0
Jaraguá	36,9	61,8	0,2	1,1	100,0
Jardim Ângela	51,4	47,2	0,3	1,1	100,0
Jardim Helena	48,1	50,3	0,4	1,2	100,0
Jard. Paulista	5,2	90,9	3,0	0,9	100,0
Jard. São Luís	41,4	57,3	0,5	0,8	100,0
José Bonifácio	37,8	60,4	0,6	1,2	100,0
Lapa	7,9	89	2,4	0,7	100,0
Liberdade	12,9	70,4	16	0,7	100,0
Limão	26,1	71,9	1,5	0,5	100,0
Mandaqui	20,5	76,6	2,1	0,8	100,0
Marsilac	40,2	58,6	0,3	0,9	100,0
Mooça	7,1	89,9	1,9	1,1	100,0
Morumbi	14,7	81,6	2,5	1,2	100,0
Parelheiros	48,4	49,7	0,5	1,4	100,0
Pari	12,6	80,9	4,7	1,8	100,0

continua

continuação

Distrito	Negra	Branca	Amarela	Outros	Total
Pq. do Carmo	34,2	63,6	1,7	0,5	100,0
Pedreira	44,3	53,8	0,7	1,2	100,0
Penha	18,9	77,9	2,2	1,0	100,0
Perdizes	7,0	90,1	2,3	0,6	100,0
Perus	39,6	59,1	0,2	1,1	100,0
Pinheiros	7,2	88,4	3,6	0,8	100,0
Pirituba	25,1	73	0,9	1	100,0
Ponte Rasa	28,1	69,1	2,3	0,5	100,0
Rap. Tavares	39,1	58,1	1,7	1,1	100,0
República	22,8	72,2	3,2	1,8	100,0
Rio Pequeno	32,4	62,8	4,1	0,7	100,0
Sacomã	24,1	72,7	2,4	0,8	100,0
Santa Cecília	14,0	82,8	2,3	0,9	100,0
Santana	9,3	81,3	2,7	6,7	100,0
Santo Amaro	6,9	89,3	3,1	0,7	100,0
São Lucas	19,1	78,3	1,7	0,9	100,0
São Mateus	28,2	69,3	1,6	0,9	100,0
São Miguel	37,1	61,1	1,0	0,8	100,0
São Rafael	37,9	60,7	0,5	0,9	100,0
Sapopemba	31,9	66,4	0,4	1,3	100,0
Saúde	8,4	78,4	12,4	0,8	100,0
Sé	26,7	66,4	6,0	0,9	100,0
Socorro	12,6	82,0	4,3	1,1	100,0
Tatuapé	7,0	89,8	2,6	0,6	100,0
Tremembé	30,7	66,7	1,5	1,1	100,0
Tucuruvi	14,2	82,7	2,3	0,8	100,0
Vila Andrade	32,3	65,1	1,3	1,3	100,0
Vila Curuçá	44,8	53,4	0,8	1,0	100,0
Vila Formosa	16,7	80,7	1,7	0,9	100,0
Vl. Guilherme	14,6	83,5	1,1	0,8	100,0
Vila Jacuí	42,0	56,0	0,9	1,1	100,0

continua

continuação

Distrito	Negra	Branca	Amarela	Outros	Total
Vl. Leopoldina	6,0	89,0	4,2	0,8	100,0
Vila Maria	26,0	72,4	0,8	0,8	100,0
Vila Mariana	7,2	83,5	8,6	0,7	100,0
Vila Matilde	19,5	76,4	3,5	0,6	100,0
Vila Medeiros	27,1	71,3	1,0	0,6	100,0
Vila Prudente	15,2	81,6	2,5	0,7	100,0
Vila Sonia	22,4	71,8	4,8	1,0	100,0
São Domingos	23,7	74,3	1,1	0,9	100,0
Lajeado	51,8	46,4	0,4	1,4	100,0
Total	30,1	67,0	2,0	0,9	100,0

## Anexo 2. Entrevistados e distritos\*

51,8% <sup>z</sup>	49,8%	39,5%	39,7%	37,8%	26%	24,1%	17,1%
Lajeado	C. Tirad.	Campo Limpo	Brasilândia	J. Bonif.	Vila Maria	Freg. Ó	B. Vista
Meire	Ana	João	Octávio	César	Susi	Loide	Célia
Lúcia	Zara	Jorge				Elza	Alba
Anita	Sirlene	Helena					Antônio
Maria	Renato	Thales					
	Alda						
	Rosângela						
	Nara						
	Gisele						
	Margarida						
	Daniel						
	Dirceu						
14,6%	13%	9,3%	8,8%	7%	6,6%	6,6%	
V. Guilher.	Sta. Cecilia	Santana	Pinheiros	Perdizes	Jd. Paulista	Moema	
Arlete	Celina	Suelen	Josué	Marcela	Cassilda	Celso	
	Carla	Celma	Dionisia	Amanda			
		Duda	Gilca	Valéria			
				Mariza			

ZONA NORTE	ZONA SUL	ZONA OESTE	ZONA LESTE	CENTRO
Vila Guilherme	Planalto Paulista	Perdizes	Lajeado	Bela Vista
Vila Maria	Moema	Pinheiros	Cidade Tiraden.	Sta. Cecilia
Freguesia do Ó	Campo Limpo		José Bonifácio	
Santana				
Brasilândia				

\* Os nomes foram substituídos por pseudônimos para preservar a identidade do entrevistado, incluindo os daqueles que fazem parte do seu círculo de relações. 42 entrevistas realizadas.

<sup>z</sup> Percentagem da população nos distritos.



## Anexo 3. Informações sobre os entrevistados

NOME	IDADE	NASC <sup>3</sup>	NASPAI	EST. CIVIL	FILHOS	COR <sup>4</sup>	PROFISSÃO (atual)	DISTR.	
Alba	40	BA	BA	DIV	3	NEG	Empr. Doméstica	B. Vista	1
Alda	53	M.T	SPI	SOLT	1	NEG	Aux. Adm.	C. Tirad.	2
Amanda	56	SC	SC	SOLT	-	NEG	Advogada	Perdizes	3
Ana	46	SPC	SPI/MG	SOLT	4	PRE	Ger. Adm.	C. Tirad.	4
Anita	53	MG	MG	VIUVA	6 (4 vi)	NEG	Aux. Limpeza	Lajeado	5
Antônio	77	SPI	BA	CAS/ Por	4	NEG	Apos./Cozinheiro	B. Vista	6
Arlete	53	SPC	SPI	CAS	4	NEG	Dona de Casa	V. Guilher.	7
Carla	34	PA	PA	SOLT	-	NEG	Ass. Financeiro	S. Cecília	8
Cassilda	48	SPC	SPI	SOL	1	NEG	Téc. Laboratório	Plan. Paulista	9
Celina	42	SPC	SC	SEPAR	2	NEG	Bibliotecária	S. Cecília	10
Célia	41	PE	PE	SOL	1	NEG	Professora	B. Vista	11
Celma	41	SPC	SPC/SPI	CAS	2	NEG	Téc. Laboratório	Santana	12
Celso	65	SPI	RJ	DIV	4 (3 vi)	NEG	Apos./Coron./PM	Moema+	13
César	51	BA	BA	CAS	3	NEG	Insp. Qual.	J. Bonif.	14
Daniel	19	SPRM	MG	SOLT	-	PRE	-	C. Tirad.+	15
Dionísia	47	SPI	SPI	CAS	2	NEG	Dentista	V. Madal.+	16
Dirceu	20	SPRM	MG/SPI	SOLT	-	AFDESC.	-	C. Tirad.+	17
Duda	44	SPC	SPC	CAS	2	NEG	Chefe Contábil	Santana	18
Elza	37	SPC	MG	SOLT	-	NEG	Lar/Profes.	Freg. Ó	19
Gilca	45	SPC	RJ/SPI	SOL	1	NEG	Prof. Lib./Com. Ext.	J. América	20
Gisele	28	MG	MG/RJ	SOLT/C	4	NEG	Dona de Casa/Camelô	C. Tirad.	21
Helena	63	SPC	RJ/MG	VIUVA	8	NEG	Lar/Aux. Costura	C. Limpo	22
João	26	SPC	SP/RJ	CAS	2	NEG	Soldado/GMB	C. Limpo	23
Jorge	52	RJ	RJ	CAS(S)	3	NEG	Bilheteiro (CPTM)	C. Limpo	24
Josté	70	SPI	SPI	CAS	1	PRE	Apos./Adm. Empr.	V. Madal.+	25
Loide	48	SPC	SPI/PR	CAS	-	NEG	Psicóloga	Freg. Ó	26
Lúcia	58	BA	BA	CAS	9 (6 vi)	NEG	Diarista	Lajeado	27
Marcela	57	RJ	RS	SOL	-	PARDA	Economista aposen.	Perdizes	28
Margarida	20	SPC	PE	SOLT	-	NEG	Aux. Adm.	C. Tirad.+	29
Maria	58	MG	MG	VIUVA	2	MOREN	Lar/Emp. Doméstica	Lajeado	30
Mariza	54	SPI	SPI/MG	SOLT/C	-	NEG	Psicóloga	Pinheiros+	31
Meire	58	MG	MG	CAS	3	NEG	Voluntária/Cabeleir.	Lajeado	32
Nara	56	SPI	MG/BA	CAS	5	NEG	Cabeleireira	C. Tirad.	33
Octávio	37	SPC	MG/SPI	SOLT	-	NEG	Repres. Comercial	Brasilândia	34
Renato	54	SPC	MG/SPI	SOLT/C	1	NEG	Apos./Ajudante	C. Tirad.	35
Rosângela	32	SPC	SPI/MG	SOLT	-	NEG	Aux. Enfermagem	C. Tirad.	36
Sirlene	43	SPC	SPC	CAS	-	PRE	Ass. Saúde	C. Tirad.	37
Suelen	44	SPC	SPC/SPI	CAS	3	NEG	LAR/Ed. Física	Santana	38
Susi	48	SPC	SPC	DIV	2	NEG	Apos./Ger. Loja	V. Maria	39
Thales	41	MG	MG	CAS	8 (6 vi)	PRE	As. Téc. Gabinete	C. Limpo	40
Valéria	45	SPC	SPI	CAS	3	NEG	Vendedora	Perdizes	41
Zara	54	SPI	MG	DIV	3	PRE	Emp. Doméstica	C. Tirad.	42

<sup>3</sup> Para São Paulo Capital, São Paulo Interior e São Paulo Região Metropolitana foram utilizadas as seguintes siglas: SPC, SPI e SPRM.

<sup>4</sup> A classificação de cor/raça foi utilizada aquela que o entrevistado apresentou, como preta, negra, afro-descendente, morena e parla.

## Anexo 4. Roteiro para entrevista

### 1) Identificação

- Nome
- Sexo
- Idade
- Local de nascimento
- Local de nascimento dos pais
- Estado civil
- Número de filhos
- Cor (auto-declarada)

### 2) Trajetória profissional

- Qual é a sua profissão?
- Você trabalha em uma empresa ou por conta própria?
- Quanto tempo você trabalha por semana?
- Quanto tempo você gasta para chegar a seu trabalho?
- Quais são os meios de transporte que você utiliza para ir ao trabalho?
- Como você se sente em seu trabalho?
- Você já foi vítima de discriminação racial em seu trabalho?
- Você já teve dificuldades para encontrar trabalho por causa de sua cor?
- Você já ficou desempregado algum tempo?
- Se sim, quanto tempo?
- Você já perdeu um emprego por causa de sua cor?
- Se não, por quê?
- Você trabalha em mais de uma empresa?
- Se sim, quais?
- Em seu trabalho atual, como é a relação com as pessoas que trabalham mais próximas?
- Como é a sua relação com seus chefes e superiores?
- Você tem ou já teve dificuldades para estabelecer vínculos com as pessoas que trabalham com você?
- Qual é a cor das pessoas que trabalham mais próximas de você?
- Você acredita que a cor das pessoas pode influenciar nas suas relações pessoais?
- O que você pensa sobre o sistema de cotas para as pessoas negras nas empresas?
- Relação Trabalho X Moradia

### 3) Trajetória educacional

- Qual é a sua formação?
- Como foi a sua experiência em relação à sua cor em sua vida escolar?

- Qual a cor de seus amigos mais próximos na escola?
- Você acredita que a questão de cor/raça tenha influenciado em suas relações escolares?

**4) Trajetória no bairro** (Tratamento de Você, Senhor, Senhora, dependendo de cada situação)

- Anotar o tipo de habitação (pensão, casa de cômodos, apartamento, casa, sobrado...)
- Você é proprietário, inquilino ou cessionário de sua residência?
- Você possui outras propriedades? Se sim, onde?
- Desde quando você habita este bairro? Cidade? Estado? Habitação?
- Anteriormente, onde você habitava?
- O que você pensa sobre seu antigo bairro?
- E do bairro atual, o que você pensa?
- Desde o seu nascimento, quantas vezes você já mudou de casa e de bairro?
- Onde você mais gostou de morar?
- Por quê?
- Em qual bairro você encontrou mais dificuldade?
- Quais dificuldades?
- Por quê?
- Nesse bairro (atual), você tem amigos e colegas?
- Como é a sua relação com os vizinhos?
- Você tem vizinho negro?
- Quais são as pessoas mais próximas em seu bairro? (citar nome)
- Qual a cor de cada pessoa?
- Você já vivenciou conflitos com os seus vizinhos?
- Com quem e quais as razões?
- O que você pensa sobre o seu bairro?
- O que as pessoas falam sobre o seu bairro?
- Como a sua família se sente neste bairro?
- O que pensa seu cônjuge sobre o bairro?
- O que você mais gosta e o que menos gosta no seu bairro?

**5) Trajetória familiar**

- Qual é a profissão de seus pais?
- Você viveu com seus pais durante toda sua infância?
- Como foi sua infância?
- Com quem você morou em sua infância?
- Você se lembra de seus colegas e amigos de infância? Fale um pouco deles.
- Qual é a cor dos seus colegas e amigos de infância?
- Você já foi discriminado quando era criança por causa de sua cor?
- Se sim, em qual situação?
- A questão racial ou de cor era discutida em seu ambiente familiar?

- Como foi a sua vida de família?
- Você recebeu algum apelido por causa de sua cor quando era criança?
- Qual foi a sua reação?
- Qual a avaliação que você faz de sua situação atual e a de seus pais? Melhorou ou piorou? Por quê?

#### Em relação a seus filhos

- Como seus filhos vivem a questão da cor/raça?
- Você conversa com eles sobre esta questão?
- Como é a relação de seus filhos com os vizinhos?
- Onde seus filhos brincam? Onde freqüentam?
- Qual é a cor dos colegas ou amigos mais próximos de seus filhos?
- Seus filhos já sofreram algum tipo de preconceito por causa da cor?
- Na escola de seus filhos, a maioria das crianças são brancas ou negras?
- Você acredita que a questão racial possa influenciar a educação de seus filhos?
- Se sim, em que sentido?
- Seus filhos já tiveram algum problema por causa da cor?
- Se sim, como foi a reação?
- Seus filhos já receberam apelidos ligados à questão racial?
- Se sim, como foi a reação?
- Como Você percebe a sua relação com a escola de seus filhos?

#### 6) Trajetória da vida social

- Como é sua vida social? Você poderia descrevê-la?
- Você tem amigos com os quais pode contar a todo instante?
- Qual é a cor das pessoas mais próximas de você?
- Você acredita que a cor das pessoas possa influenciar em suas relações de amizade?
- Qual é seu lazer preferido e como o vivencia?
- Você participa de alguma associação esportiva, clube ou associação de bairro?
- Você participa de algum movimento popular ou partido político?
- Você participa de movimento ou grupo de mulheres (para as mulheres)?
- Você participa de alguma instituição do movimento negro? Se sim, qual?
- Você tem religião? Se sim, qual?
- Como a religião influencia sua vida?
- Com qual freqüência você vai à igreja ou a sua instituição religiosa?
- Você acredita que a cor/raça influencia suas relações cotidianas na instituição que participa?
- Você freqüenta outros bairros em busca de lazer? Quais?

**7) Trajetória da vida afetiva**

- Você poderia falar de suas relações afetivas?
- Você já teve namorados brancos ou somente negros?
- Você acredita que a cor pode influenciar a relação afetiva?
- Você já encontrou alguma dificuldade relacionada à questão racial/cor em suas relações afetivas?
- Se sim, por quê?
- Atualmente, qual é seu estado civil?
- Qual é a cor de seu cônjuge? (no caso de ser casado ou morar com alguém)

**8) Saúde**

- Você poderia falar sobre sua saúde?
- O que você faz para manter sua saúde física e mental?

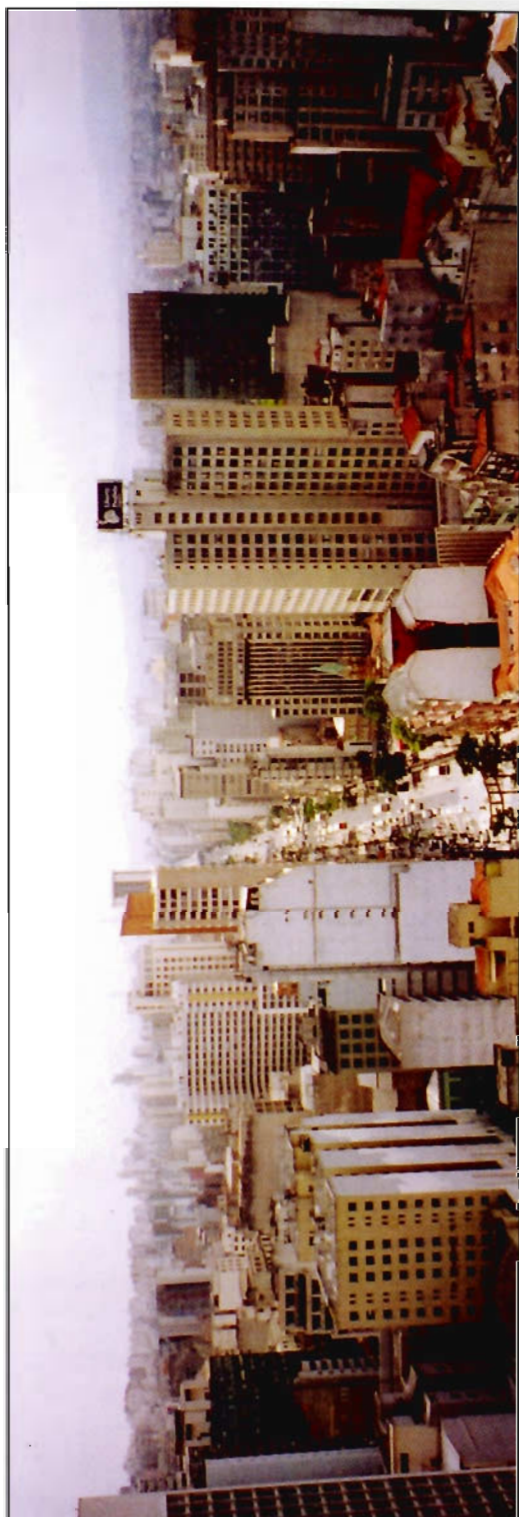
**9) Sobre a questão racial/cor**

- O que você pensa sobre a questão racial em seu cotidiano?













Maria Nilza da Silva é socióloga, graduada, mestre e doutora pela PUC/SP, orientada por Maura Pardini Bicudo Vêras. Fez estágio na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris, durante o ano de 2002, como bolsista da CAPES, sob a orientação de Serge Paugam. É docente de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina (Paraná), onde dirigiu, em 2005/2006, o Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos (NEAA).

A partir de algumas considerações sobre aspectos da urbanização da cidade de São Paulo apoiadas em ideologia eugenista, a autora mostra como os territórios pobres e principalmente negros foram rechaçados das regiões centrais e pulverizados nas grandes periferias atuais. Sua pesquisa empírica, acompanhada do mapeamento dos bairros centrais e periféricos da cidade, baseada nas entrevistas e histórias de vida de seus moradores, ajuda a desvendar as estratégias e outros mecanismos sutis que auxiliam nesse processo de exclusão, ao mesmo tempo social e racial, do segmento negro da cidade de São Paulo. A dialética classe/raça, que desde cedo perpassa pela socialização familiar, escolar e outra, pela formação profissional e até universitária, pavimenta o caminho dessa segregação da qual a população negra é a grande vítima.

O livro da doutora Maria Nilza da Silva trata de um assunto quase não tocado na literatura sobre o estudo das relações raciais e interétnicas no Brasil, ou seja, a discriminação acompanhada da segregação territorial. Neste sentido, é um trabalho pioneiro que abre novos horizontes e trilha novos caminhos em nossas maneiras de analisar o racismo à brasileira.

Kabengele Munanga

Professor titular do Departamento de Antropologia  
Universidade de São Paulo

ISBN 85-7572-011-2



9 788575 720110